

ELISA MORETTI PAVANELLO

**A APLICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS PARÂMETROS DE
ZONAS DE PROTEÇÃO PARA A POPULAÇÃO CIVIL EM
CONFLITOS ARMADOS: ESTUDO DE POSSIBILIDADES E
REFLEXOS NO CASO DA SÍRIA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais. Orientadora: Profa. Dra. Danielle Annoni.

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pavanello, Elisa Moretti

A aplicação das condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados : Estudo de possibilidades e reflexos no caso da Síria / Elisa Moretti Pavanello ; orientador, Danielle Annoni - Florianópolis, SC, 2014.

315 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Inclui referências

1. Relações Internacionais. 2. Proteção à população civil em conflitos armados. 3. Conflito civil na Síria. 4. Comunidades epistêmicas. 5. zonas de proteção. I. Annoni, Danielle . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

À minha irmã, Paulinha,
minha timoneira do início
ao fim do mestrado.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, a minha orientadora, Professora Doutora Danielle Annoni que aceitou o desafio de orientar esta dissertação. Aprendemos juntas ao longo do caminho e aprendi muito com ela.

À minha irmã, Ana Paula, que vem me acompanhando e me ajudando no mestrado, com o seu incentivo e apoio, e me dá força nos meus momentos de fraqueza. Aos meus pais e ao meu cunhado que acreditam em mim. Ao meu sobrinho que, com sua alegria e seu sorriso, ilumina o meu dia.

Aos meus colegas do Programa do Mestrado, Belinha, Jeff, Helo, Vicente, Felipe, Maerly e Marília, que me ajudaram a entender o universo das relações internacionais. Ao Rafael que me acolheu um semestre em sua casa e aprendi muito com as nossas conversas.

Às pessoas queridas que me ajudaram, tanto no mestrado quanto na dissertação, com suas opiniões, Amandio Sul, Mirian Evanir Fritzke e Rodrigo Carvalho Muller. E, a Anáí Zilio com sua paciência em me ouvir durante todo esse tempo.

Aos meus amigos que entenderam o meu momento de reclusão durante a redação da presente dissertação.

Você só pode prever as coisas depois que elas aconteceram.

(Eugène Ionesco)

RESUMO

A dissertação pretende identificar as condições dos parâmetros utilizadas na criação de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados. O enfoque da pesquisa é utilizar referidas condições no estabelecimento de zonas de proteção para a população civil no conflito civil na Síria. A teoria de base que auxiliará na identificação das condições é a teoria construtivista, pois ela permite compreender a construção de normas jurídicas que ocorre através da interação entre os agentes e a estrutura. A combinação da teoria construtivista com o marco teórico, que são as comunidades epistêmicas, proporciona uma análise instrumental das condições dos parâmetros utilizadas na criação de zonas de proteção. A comunidade epistêmica de zonas de proteção iniciou-se em 1929, com George Saint-Paul, sendo que o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e as Nações Unidas também integraram referida comunidade. Esses membros foram os responsáveis pelo desenvolvimento de normas de zonas de proteção que forneceram a base para a elaboração das condições dos parâmetros de zonas de proteção. Assim, o problema de pesquisa é saber quais são as condições dos parâmetros utilizadas no estabelecimento de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados. Para responder a esse problema a pesquisa possui dois objetivos. O primeiro é identificar quais são as condições dos parâmetros de zonas de proteção através da análise da emergência, da evolução e da consolidação delas conforme a comunidade epistêmica de zonas de proteção. Referida identificação está no primeiro e no segundo capítulo. Já o segundo objetivo é aplicar as condições dos parâmetros no conflito civil sírio que faz parte do terceiro capítulo. A metodologia empregada para responder ao problema de pesquisa é a descritiva através da análise documental e de casos ilustrativos que serão apresentados ao longo da pesquisa. Espera-se que a aplicação das condições dos parâmetros possam realmente tornar seguras as zonas de proteção para todos aqueles que estão abrigados no interior delas. A conclusão mais perceptível advinda da pesquisa é a imprescindibilidade da obtenção do consentimento de todos os envolvidos no conflito para o estabelecimento das zonas de proteção para a população civil, para que a mesma não seja atacada pelas partes envolvidas no conflito.

Palavras-chave: Condições dos parâmetros, zonas de proteção, população civil, conflitos armados.

ABSTRACT

The research aims to identify the conditions of the parameters used on creating protection zones for civilian population in armed conflicts. The focus of the research is to use those conditions in the establishment of protection zones for civilian population during the civil conflict in Syria. The theoretic bases that will assist on identifying those contions are the constructivist theory, because they allow us to understand the construction of legal rules, which occurs through the interaction between agents and structure. The combination of the constructivist theory and the theoretical framework - which are the epistemic communities - provide an instrumental analysis of the conditions of the parameters used in the creation of protection zones. The protection zones' epistemic community began in 1929 with George Saint-Paul, with the International Committee of the Red Cross (ICRC) and the United Nations integrating that community as well. Those members were responsible for the development of standards in protection zones, which provided the basis for the elaboration of the protection zones' conditions of the parameters. Thus, the research problem is to know which the conditions of the parameters used in the establishment of protection zones for civilian population in armed conflicts. In order to answer this problem the research has two main objectives. The first objective is to identify the protection zones' conditions of the parameters by analyzing their emergence, evolution and consolidation as protection zones' epistemic communities. This objective is in the first and second chapters. The second objective is to apply these conditions in the Syrian civil conflict that is the third chapter. The methodology used to answer the research problem is the descriptive one, based on analysis of documents and illustrative cases presented throughout the research. It expects that the application of the conditions of the parameters can actually make the protection zones safe for all those who are sheltered within them. The most notable conclusion resulting from the research is the indispensability of obtaining the consent of all parties involved in the conflict for the establishment of protection zones for civilian population, in order not to be attacks by the parties involved in armed conflicts.

Keywords: Conditons of the parameters, protection zones, civilian population, armed conflicts.

LISTA DE FIGURAS

FIGURAS:

Figura 1 – Mapa da localização da Zona Jacquinot.....	49
Figura 2 – Visão micro do entorno da localização da Zona de Nanquim.....	52
Figura 3 – Visão macro do entorno da localização da Zona de Nanquim.....	53
Figura 4 - Hotel King David, Jerusalém, 1948.....	67
Figura 5 - Sinalização com a bandeira da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho na Zona Neutra de Segurança no Hotel King David em Jerusalém (1948).....	68
Figura 6 - Mapa da Localização dos ORCs e dos ORSCs no Sri Lanka.....	99
Figura 7 - Placa de Sinalização do ORC no Santuário de Madhu.....	103
Figura 8 - Os Refúgios Seguros Criados pela Operação Prover Conforto e os Centros Humanitários e Subscritórios das Nações Unidas (UNHUCs) pelo Memorando de Entendimento no Iraque.....	110
Figura 9 - Rotas Azuis no Memorando de Entendimento.....	116
Figura 10 - Comunidade Local de Srebrenica na Municipalidade de Srebrenica na Bósnia-Herzegovina.....	125
Figura 11 – Delimitação Territorial da Zona Humanitária Segura.....	138
Figura 12 - Mapa das 14 Províncias Sírias.....	143
Figura 13 – Localização da Zona de Proteção de Daraa.....	144
Figura 14 – Localização da Zona de Proteção de Esal El-Ward.....	145
Figura 15 – Localização Zona de Proteção Al-Bawdah.....	146
Figura 16 – <i>Fronts</i> dos Grupos Rebeldes no Conflito Civil na Síria...	159
Figura 17 – Composição Étnico-Religiosa Síria.....	175
Figura 18 – Confrontos Próximos de <i>Esal El-Ward</i>	181
Figura 19 – Mapa das Estradas na Síria.....	185
Figura 20 – Mapa das Linhas Férreas na Síria.....	187
Figura 21 – Mapa do Relevo Sírio.....	188
Figura 22 – Mapa da Vegetação Síria.....	190
Figura 23 – Mapa dos Rios na Síria.....	192
Figura 24 – Localização dos <i>Wadis</i> perto de <i>Esal El-Ward</i>	193
Figura 25 – Mapa das Rotas dos Oleodutos e de Gás na Síria.....	195
Figura 26 – Terras Férteis na Síria.....	196
Figura 27 – Mapa da Densidade Populacional na Síria.....	199
Figura 28 - Áreas de Domínio das Forças Armadas Sírias e das Forças dos Grupos Rebeldes.....	202
Figura 29 – Presença do <i>Free Syria Army</i> na Província de Daraa.....	204

Figura 30 – Mapa das Instalações Militares do Governo Sírio.....	206
Figura 31 - Localização de Áreas Próximas as Instalações Militares das Forças Armadas e Aeroportos do Governo.....	207

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

XVII Conferência Internacional (1948)	XVII Conferência Internacional da Cruz Vermelha, Estocolmo, agosto de 1948.
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
art.	artigo
ASP	Partido Socialista Árabe
CG I	Convenção I, Convenção de Genebra para Melhorar a Situação dos Feridos e Doentes das Forças Armadas em Campanha, de 12 de agosto de 1949.
CGII	Convenção II, Convenção de Genebra para melhorar a Situação dos Feridos, Doentes e Náufragos Das Forças Armadas, de 12 de agosto de 1949.
CG III	Convenção III, Convenção de Genebra Relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra, de 12 de agosto de 1949.
CG IV	Convenção IV, Convenção de Genebra Relativa à Proteção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra, de 12 de agosto de 1949.
CICV	Comitê Internacional da Cruz Vermelha
CIJ	Corte Internacional de Justiça
CIJ	Corte Internacional de Justiça

Conferência Diplomática (1949)	Conferência Diplomática para o estabelecimento das Convenções Internacionais para a proteção de Vítimas de Guerra, organizada pelo CICV em Genebra, julho de 1946.
Conferência Diplomática (1974-1977)	Conferência Diplomática sobre a Reafirmação e Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável nos conflitos armados, organizada pelo CICV, Genebra, julho de 1974-1977.
Convenção da Haia de 1954	Convenção de Haia para a Proteção de Propriedade Cultural no evento de um Conflito Armado, de 14 de maio de 1954.
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DIH	Direito Internacional Humanitário
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EUA	Estados Unidos da América
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação
FPN	Frente Progressista Nacional
IV Convenção de Haia (1907)	Convenção (IV) respeitando as Leis e Costumes da Guerra em Terra e seu Anexo: Regulamento relativo às Leis e Costumes da Guerra Terrestre, de 18 de outubro de 1907.
KNC	Comitê Supremo dos Curdos
LTTEs	Tigres de Libertação do Tamil Eelam
MDCA	Manual do Direito dos Conflitos Armados

MDE	Memorando de Entendimento
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti
MONUSCO	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
NCC	Comitê de Coordenação Nacional
NRC	<i>Norwegian Refugee Council</i>
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONGs	Organizações não governamentais
OPT	Territórios Ocupados da Palestina
ORCs	<i>Open Relief Centers</i>
ORSCs	<i>Open Relief Sub-Centres</i>
OXFAM	Oxford Committee for Famine Relief
p. ex.	por exemplo
PA I	I Protocolo Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais
PARMEHUTU	Partido do Movimento pela Emancipação Hutu
PKK	Partido dos Trabalhadores do Curdistão
Projeto Adicional do I	Protocolo Projeto de Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 relativo à Proteção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais.
Projeto de Acordo	Projeto de Acordo relativo às zonas Sanitárias e de Segurança e Localidades da

	IV Convenção de Genebra (1949)
Projeto de Convenção aos Civis	Projeto de Convenção para a Proteção de Pessoas Civis em Tempo de Guerra, aprovado pela XVII Conferência (1948)
Projeto de Convenção de 1938	Projeto de Convenção para a Proteção das Populações Civis contra Novas Máquinas de Guerra. Amsterdã, 1938
Projeto de Convenção de Mônaco (1934)	Primeiro Projeto de Convenção adotado em Mônaco (cidades sanitárias e localidades), 27 de julho de 1934
Projeto de Regulamento (1956)	Projeto de Regulamento para a Limitação dos Perigos incorridos pela População Civil em Tempo de Guerra de 1956
PYD	Partido de União Democrática
RAU	República Árabe Unida
Relatório das Nações Unidas de 1970	Respeito aos Direitos Humanos em Conflitos Armados (A/8052) de 18 de setembro de 1970
RFP	Frente Patriótica Ruandesa
RGAs	Forças Armadas de Ruanda
RPF	Frente Patriótica Ruandesa
RSFI	República Socialista Federativa da Iugoslávia
SNC	Conselho Nacional Sírio
UNAMIR	Missão de Assistência das Nações Unidas a Ruanda
UNHUCs	Centros Humanitários e Subscritórios das Nações Unidas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNMCDA	Recursos Militares e Defesa Civil das Nações Unidas

UNPROFOR
UNRWA

Força de Proteção das Nações Unidas
Agência das Nações Unidas de
Assistência aos Refugiados da
Palestina

URSS

União das Repúblicas Socialistas
Soviéticas

YNA

Exército Iugoslavo Nacional

YPA

Exército Popular Iugoslavo

YPG

Unidades de Proteção Popular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	27
1 EMERGÊNCIA E A EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS PARÂMETROS DE ZONAS DE PROTEÇÃO PARA A POPULAÇÃO CIVIL EM CONFLITOS ARMADOS.....	35
1.1 ZONAS DE GENEBRA: INÍCIO DA EMERGÊNCIA DAS CONDIÇÕES DOS PARÂMETROS DE ZONAS DE PROTEÇÃO.....	37
1.2 PROJETO DE CONVENÇÃO DE MÔNACO DE 1934: CIDADES DE SEGURANÇA.....	42
1.3 ZONA DE SEGURANÇA DE MADRID: CRIAÇÃO DA PRIMEIRA ZONA DE PROTEÇÃO PARA A POPULAÇÃO CIVIL.....	44
1.4 GUERRA SINO-JAPONESA: ‘UM PESO, DUAS MEDIDAS’.....	46
1.4.1 Zona Jacquinet: observância das condições dos parâmetros para a criação de zonas de proteção.....	47
1.4.2 Zona de Nanquim: não observância das condições dos parâmetros para a criação de zonas de proteção.....	51
1.5 PROJETO DE CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO CIVIL CONTRA AS NOVAS MÁQUINAS DE GUERRA (PROJETO DE CONVENÇÃO DE 1938): ZONAS DE SEGURANÇA.....	56
1.6 PROJETO DE CONVENÇÃO PARA A CRIAÇÃO DE LOCALIDADES E ZONAS SANITÁRIAS EM TEMPO DE GUERRA (PROJETO DE 1938)....	59
1.7 A INFLUÊNCIA DOS CONFLITOS ARMADOS NA CODIFICAÇÃO DAS NORMAS DE ZONAS DE PROTEÇÃO PARA A POPULAÇÃO CIVIL EM CONFLITOS ARMADOS NO DIH.....	61
1.7.1 Segunda Guerra Mundial: Ausência de Normas Legais de Proteção à População Civil.....	61
1.7.2 Criação de Zonas Neutralizadas nas Zonas de Combate: o Caso do Conflito Árabe-Israelense.....	63
1.8 A EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS PARÂMETROS DE ZONAS DE PROTEÇÃO PARA A POPULAÇÃO CIVIL EM CONFLITOS ARMADOS: CONVENÇÃO DE GENEBRA IV.....	69
1.8.1 As Condições dos Parâmetros para as Zonas de Segurança: Art. 12 do Projeto de Convenção aos Civis (1948)	71
1.8.2 As Condições dos Parâmetros para as Zonas de Segurança: Art. 12 (bis) do Projeto de Convenção aos Civis (1948)	73
2 A CONSOLIDAÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS PARÂMETROS DE ZONAS DE PROTEÇÃO PARA A POPULAÇÃO CIVIL EM CONFLITOS ARMADOS.....	76
2.1 NAÇÕES UNIDAS: REFÚGIOS OU SANTUÁRIOS PARA A POPULAÇÃO CIVIL EM CONFLITOS ARMADOS.....	76
2.2 A APLICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS PARÂMETROS DE ZONAS DE PROTEÇÃO PARA A POPULAÇÃO CIVIL EM CONFLITOS ARMADOS PELO CICV ENTRE 1971 A 1975.....	79

2.3 LOCALIDADES NÃO DEFENDIDAS E ZONAS DESMILITARIZADAS: PROTOCOLO ADICIONAL I.....	82
2.3.1 As condições dos parâmetros para as Localidades não Defendidas: Art. 52 do Projeto do I Protocolo Adicional de 1971.....	85
2.3.2 Parâmetros para as Localidades Neutralizadas: Art. 53 do Projeto do I Protocolo Adicional de 1971.....	87
2.4 FUNÇÃO DAS ZONAS DE PROTEÇÃO PARA A POPULAÇÃO CIVIL EM CONFLITOS ARMADOS NA DÉCADA 1990.....	91
2.5 OS <i>OPEN RELIEF CENTERS</i> (CENTROS DE SOCORRO ABERTOS) (ORCS): SRI LANKA (1990).....	95
2.6 <i>SAFE HAVENS</i> (REFÚGIOS SEGUROS): IRAQUE (1991).....	104
2.7 MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE AS NAÇÕES UNIDAS E O GOVERNO DO IRAQUE: IRAQUE (1991).....	115
2.8 <i>SAFES AREAS</i> (ÁREAS SEGURAS): SREBRENICA (1993).....	118
2.9 <i>ZONE HUMANITAIRE SÛRE</i> (ZONAS HUMANITÁRIAS SEGURAS): RUANDA (1994).....	130
3 A APLICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS PARÂMETROS DE ZONAS DE PROTEÇÃO PARA A POPULAÇÃO CIVIL NO CONFLITO CIVIL SÍRIO.....	141
3.1 ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO SÍRIO.....	146
3.2 AS CONDIÇÕES DO PARÂMETRO DE ACORDO NO CASO SÍRIO.....	162
3.3 AS CONDIÇÕES DO PARÂMETRO DE CATEGORIAS DA POPULAÇÃO CIVIL NO CASO SÍRIO.....	172
3.4 AS CONDIÇÕES DO PARÂMETRO DE LOCALIZAÇÃO PARA O CASO SÍRIO.....	179
3.5 AS CONDIÇÕES DO PARÂMETRO DE DESMILITARIZAÇÃO NO CASO SÍRIO.....	207
3.6 AS CONDIÇÕES DO PARÂMETRO DE POLICIAMENTO INTERNO NO CASO SÍRIO.....	212
3.7 AS CONDIÇÕES DO PARÂMETRO DE SINALIZAÇÃO NO CASO SÍRIO.....	217
3.8 AS CONDIÇÕES DO PARÂMETRO DE SUPERVISÃO NO CASO SÍRIO.....	219
CONCLUSÃO.....	221
REFERÊNCIAS.....	228
ANEXO A.....	261
ANEXO B.....	263
ANEXO C.....	269
ANEXO D.....	276
ANEXO E.....	279
ANEXO F.....	280
ANEXO G.....	283
ANEXO H.....	284

ANEXO I	285
ANEXO J	286
ANEXO K	287
ANEXO L	289
ANEXO M	290
ANEXO N	292
ANEXO O	295
ANEXO P	296
ANEXO Q	298
ANEXO R	303
ANEXO S	306
ANEXO T	308
ANEXO U	312
ANEXO V	315

INTRODUÇÃO

A herança dos acontecimentos investidos contra a população civil em conflitos armados impregnou a História do Ser Humano, expondo a incapacidade do homem de proteger a sua própria espécie.

A população civil passou a ser vítima direta dos conflitos, uma vez que 5% das mortes na Primeira Guerra Mundial foram de civis, 50% na Segunda Guerra, e subiu para 90% os conflitos ocorridos após essa guerra (SUMMERFIELD, 1996, apud UNICEF, 1986).

Assim, surgiu a motivação desta pesquisa em saber se existiam meios de proteger a população civil nos conflitos armados.

A busca de soluções que poderiam ser empregadas para proteger a população civil resultou na localização de zonas de proteção que poderiam abrigá-la durante os conflitos.

Porém, surgiu o seguinte paradoxo: se a população civil foi abrigada em zonas de proteção, por que algumas delas foram atacadas, matando milhares de pessoas? E, outras zonas de proteção que realmente se tornaram um local de refúgio.

Desse modo, a palavra 'proteção' faria parte de um discurso teórico e não uma prática efetiva.

Após o aprofundamento literário, foi percebido que uma das razões pelas quais ocorreram os ataques às zonas, é que estes estavam relacionados com o cumprimento das condições que integravam os parâmetros utilizados na criação delas.

Diante da existência dessas condições, foi verificado se havia no direito internacional algum instrumento jurídico que regulamentasse a criação de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados.

Fato é que existem instrumentos que regulam o estabelecimento delas como a CG IV e o PA I, integrantes do arcabouço jurídico do DIH.

Assim, nasceu o tema desta pesquisa que, conseqüentemente, também é o objeto de pesquisa, que é a abordagem da evolução do contexto normativo das condições dos parâmetros utilizados na criação de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados e sua aplicação no conflito civil sírio.

Em relação ao tema, ressalta-se que, apesar de as zonas de proteção almejar a segurança da população civil, isso não significa dizer que as pessoas que não estão abrigados dentro delas estejam desamparadas.

Pelo contrário, elas também estão tuteladas através de normas gerais do direito internacional, seja no direito consuetudinário, seja em tratados e convenções (PICTET, 1958, p. 127).

A atualidade desse tema encontra-se presente em razão dos Estados e das Nações Unidas possuem interesse em estabelecer zonas de proteção para a população civil nos conflitos em andamento.

Em 2011, Turquia e Jordânia propuseram que fossem estabelecidas duas zonas de proteção para a população civil síria, mas até o presente momento ainda não foram estabelecidas (DAILYSTAR, 2011).

E, em 2013, a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) propôs a criação de uma zona de proteção na cidade de Goma, capital de Kivu do Norte (parte leste do país), com o intuito de proteger aproximadamente um milhão de civis, incluindo refugiados e habitantes (AGENZIA FIDES, 2013). Mas, também, ainda não foi estabelecida.

O ineditismo da pesquisa consiste na contribuição para o aumento da literatura nacional, uma vez que são escassas as publicações brasileiras sobre zonas de proteção em conflitos armados e, mais rara é a análise sobre as condições dos parâmetros utilizadas na criação das zonas.

O Brasil não deseja estar envolvido em um conflito interestatal e nem que advenha a deflagração de um conflito interno, mas é necessário saber quais as condições dos parâmetros que podem ser utilizadas na criação de zonas de proteção para a população civil, uma vez que não é possível afirmar, categoricamente, que o Brasil nunca se envolverá em conflitos armados.

A referida pesquisa não pode ser vista como mero devaneio por haver o estado de paz. Trata-se de uma questão social e humanística em criar zonas de proteção em prol da população civil que se tornou a maior vítima direta dos conflitos e das decisões de fechamento das fronteiras pelos Estados fronteiriços na década de 1990.

A delimitação temporal da presente pesquisa são as zonas de proteção criadas em tempo de guerra, apesar de que tais zonas também possam ser criadas em tempo de paz, conforme o art. 14 da CG IV, mas estas não serão analisadas nessa pesquisa.

Para a realização dessa pesquisa foi formulada a seguinte pergunta de pesquisa: **Quais são as condições dos parâmetros que podem ser utilizadas na criação de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados?**

Nessa pergunta há quatro palavras que merecem esclarecimentos sobre os motivos pelos quais foram escolhidas: ‘zonas de proteção’, ‘condição’, ‘parâmetros’ e o verbo ‘utilizar’, uma vez que elas foram escolhidas propositadamente.

Primeiramente, uma zona de proteção designa um espaço delimitado, considerada área internacional que tem a finalidade de proteger e de cuidar dos combatentes doentes e feridos e da população civil. Nessa dissertação só serão analisadas as zonas de proteção com o objetivo de proteger e abrigar a população civil.

A expressão ‘sistema de zonas de proteção’ significa os quatro tipos de zonas de proteção previstos pelo Direito Internacional Humanitário (DIH): 1) as zonas de segurança (art. 14, CG IV), 2) as zonas neutralizadas (art. 15, CG IV), 3) as localidades não defendidas (art. 59, PA I) e, 4) as zonas desmilitarizadas (art. 60, PA I).

Há várias denominações de zonas de proteção como: Zonas de Genebra, cidades de segurança, zonas neutras de segurança, *Open Relief Centers* (Sri Lanka), área segura (ou *safe havens* no Iraque), áreas seguras (ou *safe area* na Bósnia- Herzegovina) e zona humanitária segura (ou *zone humanitaire sûre* em Ruanda).

A palavra condição será utilizada como uma “circunstância indispensável para um resultado” (MICHAELIS) que na pesquisa estará relacionada diretamente com a palavra ‘parâmetro, uma vez que para a concretização de um determinado parâmetro é necessário o cumprimento de uma ou de todas as condições relacionadas a ele.

A palavra ‘parâmetro’ é um conceito da matemática que foi escolhido, pois, a partir do momento que se acrescenta ou aperfeiçoa novos parâmetros, eles não alteram a natureza do objeto como são os parâmetros desenvolvidos pelo DIH. A natureza em questão diz respeito ao caráter neutro, humanitário e imparcial das zonas de proteção durante os conflitos armados.

Mas, se há alteração da natureza dos parâmetros, conseqüentemente muda o seu caráter, deixando de proteger a população civil, como os parâmetros elaborados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), na década de 1990, contribuíram para que as partes envolvidas no conflito percebessem as zonas como a extensão do mesmo, logo, como parcial.

O verbo ‘utilizar’ foi empregado de modo diferente pelo DIH e pelo CSNU. Os parâmetros utilizados sob o manto do DIH significam “tornar útil, empregar utilmente” (verbo transitivo direto), assim, eles foram empregados de modo útil em proteger a população civil (p. ex. Guerra Civil Espanhola, Zona Jacquinot, ORCs).

Enquanto que os parâmetros utilizados pelo CSNU tiveram a intenção de “servir-se, tirar vantagem” (verbo pronominal), uma vez que buscaram conter o fluxo em massa de refugiados (p. ex. os curdos iraquianos que não conseguiram cruzar as fronteiras com a Turquia em 1991) ou de ajudar uma etnia (p. ex. o governo francês ajudou a proteger os Hutus que haviam cometido o genocídio na Guerra Civil de Ruanda).

Em relação à teoria, a sua função é entender a evolução do contexto normativo das condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados. Ressalta-se que a função da teoria na pesquisa não é a análise das teorias de Relações Internacionais, mas sim o auxílio na explicação do objeto de pesquisa.

O marco teórico que permeará a pesquisa será a teoria construtivista que possibilita entender a origem e a evolução de normas e das práticas que não podem ser concebidas meramente como cálculo racional dos interesses nacionais segundo as teorias racionalistas (PRICE; TANNEWALD, 1996).

Do universo da teoria construtivista, foi escolhido o conceito de comunidades epistêmicas, uma vez que referido conceito também se afasta da abordagem neorrealista e neoliberal que não consideram os atores não estatais (BUKHARI, 2004), mas estes são fundamentais para a construção das condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados.

Primeiramente, as comunidades de práticas precisam ser construídas para que possam compartilhar o entendimento comum sobre uma determinada questão.

Geralmente, elas são constituídas após uma crise como a Batalha de Solferino e as duas guerras mundiais, pois é quando a sociedade percebe a necessidade de buscar novos significados e novas práticas sobre aquela questão.

As comunidades de práticas se tornam epistêmicas quando o entendimento comum se torna ação, que pode, inclusive, começar um processo de inovação (ADLER, 2005) como a elaboração de novos parâmetros para zonas de proteção à população civil.

O conceito de comunidades epistêmicas que vem sendo utilizado até hoje foi definido pela primeira vez por Burkhardt Holzner e John H. Marx, no livro *Knowledge Application* (1979).

A definição é que “as comunidades de trabalho orientadas para o conhecimento no qual padrões culturais e arranjos sociais interpenetram em torno de um compromisso primário para critérios epistêmicos na produção e aplicação conhecível” (HAAS, 1992, p. 40 apud HOLZNER; MARX, 1979, tradução nossa).

Assim, tais comunidades interpretariam os fatos e estes se tornariam conhecimentos aceitos pelas comunidades mediante a inserção daqueles fatos em uma estrutura normativa (BLOODGOOD, 2008).

Em 1992, Peter M. Haas¹ ampliou aquela definição (BUKHARI, 2004) para:

(1) um conjunto compartilhado de crenças normativas e princípios, que fornecem um raciocínio baseado em valor para a ação social de membros da comunidade; (2) crenças compartilhadas, que são derivadas de suas análises de práticas que conduzem ou que contribuem para um conjunto central de problemas em seus domínios e que então serve como a base para elucidar as múltiplas ligações entre as possíveis ações políticas e os resultados desejados; (3) compartilhamento de noções de validade que é, intersubjetivamente, critérios definidos internamente para pesagem e validação do conhecimento no domínio de sua especialidade; e (4) uma política comum da organização que é um conjunto de práticas associadas com um conjunto de problemas que sua competência profissional é direcionada, presumivelmente fora da convicção que o bem-estar humano será aprimorado como uma consequência (HAAS, 1992, p. 3, tradução nossa).

Assim, para Haas, as comunidades epistêmicas são reconhecidas através de quatro critérios: a) ideias compartilhadas, b) crenças de princípios compartilhados, c) noções comuns e, d) validade e uma política comum de organização comum, resultando numa ‘mesma visão de mundo ou episteme’ (HAAS, 1992).

Além de que, para Haas, as comunidades epistêmicas são compostas por especialistas de mesma ou de diferentes áreas e não, necessariamente, integradas por cientistas, conforme Kuhn (HAAS, 1992).

¹ Ernest Haas (pai) e Peter Haas (filho) analisam as comunidades epistêmicas sob o viés das organizações internacionais, mas tais comunidades também poderiam existir e operar em outros cenários (BUKHARI, 2004).

Referidas comunidades compartilham uma abordagem calcada em princípios e normas comuns, diferentemente de outros tipos de grupos profissionais ou a coalizão de burocratas, uma vez que estes carecem do compartilhamento de compromissos normativos (HAAS, 1992).

As informações iniciais utilizadas pelas comunidades epistêmicas são “produtos de interpretações humanas dos fenômenos sociais e físicos” (HASS, 1992, p. 4, tradução nossa) que são verificadas sob o prisma científico e técnico e que podem vir a se tornar ações (HAAS, 1992).

Para Bloodgood, as informações devem ser “observáveis, mensuráveis e verificáveis” (2008, p.7, tradução nossa) e estão inseridas “em uma estrutura ideacional maior” (2008, p.7, tradução nossa), para que seja tomada “uma decisão racional entre cursos alternativos de ação ou políticas” (2008, p.7, tradução nossa).

Assim, o entendimento intersubjetivo, a forma e os padrões de raciocínios compartilhados pelsa comunidades epistêmicas desenvolvem um projeto de política de valores, de crenças causais e de práticas discursivas comuns que são aplicados e produzidos como conhecimento consensual.

Tais conhecimentos podem se tornar informações, aprendizagens e conselhos (HAAS, 1992), ou mudar padrões existentes de instituições internacionais ou de Estados.

Na presente pesquisa, a contribuição das comunidades epistêmicas foi à influência dos agentes não estatais nas formulações de políticas coletivas para os Estados nas Conferências Diplomáticas que elaboraram as Convenções de Genenbra e os Protocolos Adicionais.

A teoria construtivista utiliza o termo ‘agente’ ao invés de ‘ator’, uma vez que é através do agente que ocorre a ação (CASTRO, 2012), uma vez que são os agentes que ampliam as condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados.

E, também são os agentes que iniciam são comunidades de práticas e se tornam comunidades epistêmicas, podendo começar localmente e, se expandir globalmente (ADLER, 2005).

A definição de agente que será utilizada na dissertação não se restringe apenas ao Estado, apesar de ele ser considerado o principal nas Relações Internacionais.

Mas, também aos indivíduos, instituições e organizações que exercem papel proeminente nas relações internacionais como Henry

Dunant, George Saint-Paul, o Secretário Geral das Nações Unidas, o ACNUR, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV).

Assim, será utilizada a seguinte terminologia na pesquisa: agentes (quando se referir ao Estado e indivíduos), agente estatal (Estado), agente não estatal (indivíduos, instituições e organizações), agente militar não estatal (milícias, facções que empregam o uso da força sem o consentimento do Estado).

A metodologia usada na pesquisa é a descritiva. A técnica de pesquisa adotada foi a pesquisa documental através de livros, artigos científicos, jornais, etc. Entretanto, evidenciou-se a carência de obras que analisam de modo detalhado algumas das condições dos parâmetros utilizadas na criação de zonas de proteção, como as do policiamento interno e as da sinalização.

Os casos ilustrativos trazidos na pesquisa têm a finalidade de exemplificar como as condições dos parâmetros de zonas de proteção que foram executadas pelas partes envolvidas nos conflitos como os beligerantes, os indivíduos e as organizações internacionais que ajudaram na criação de tais zonas.

A pesquisa está dividida em três capítulos. Os dois primeiros capítulos explicam o contexto normativo das condições dos parâmetros. O primeiro capítulo explica a emergência e a evolução das condições dos parâmetros.

A emergência que teve início com George Saint-Paul, em seguida foi o Projeto de Convenção de 1934 e a aplicação das condições dos parâmetros nas zonas de proteção criadas de modo *ad hoc* no Conflito Civil Espanhol (1936) e na Guerra Sino-Japonesa (1937).

O Projeto de Convenção de 1938 deu continuidade durante a fase da emergência, ampliando mais tanto as condições quanto os parâmetros. Nesse mesmo ano, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) também passou a integrar a comunidade epistêmica de zonas de proteção com o Projeto de 1938.

A passagem da fase da emergência para a da evolução foi possível após os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial e do Conflito Árabe-Israelense contribuiu para a codificação de normas de zonas de proteção no DIH.

O segundo capítulo versa sobre a consolidação das condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados, iniciando o processo com o Relatório das Nações Unidas de 1970 e a tentativa do CICV de aplicar as normas do DIH nos conflitos armados entre 1971 a 1975.

As lacunas verificadas pelas Nações Unidas e pelo CICV forneceram argumentos para a introdução de novas normas de zonas de proteção no DIH.

As Nações Unidas dão continuidade com a consolidação das condições dos parâmetros ao aplicá-los no Sri Lanka em 1990, no norte do Iraque em 1991, na Guerra da Bósnia-Herzegovina em 1993 e na Guerra Civil de Ruanda em 1995.

Todavia, nestes três últimos países, as zonas de proteção se tornaram vulneráveis aos ataques das partes adversas no conflito, pois, como será analisada, a aplicação das condições dos parâmetros foi um ‘DIH às avessas’.

O terceiro capítulo visa aplicar as condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população civil identificadas no primeiro e no segundo capítulos para o conflito civil na Síria.

Os efeitos desse conflito estão atingindo diretamente a população civil síria, uma vez que dezenas de milhares de civis já morreram, outras centenas de milhares estão buscando proteção em outros Estados e centenas de milhares estão deslocadas internamente na Síria.

Essa é a razão da criação de três zonas de proteção hipotéticas, a Zona de Proteção de Daraa, a Zona de Proteção Esal El-Ward e a Zona de Proteção Al-Bawdah, para que tais zonas possam, ao mesmo tempo, abrigar os civis em seu Estado de origem e protegê-los dos efeitos dos confrontos.

Com base no exposto, a contribuição da pesquisa é mostrar que é importante o cumprimento das condições dos parâmetros elencados no DIH, durante as negociações com partes envolvidas no conflito para a criação de zonas de proteção para a população civil.

1 EMERGÊNCIA E A EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS PARÂMETROS DE ZONAS DE PROTEÇÃO PARA A POPULAÇÃO CIVIL EM CONFLITOS ARMADOS

Os conflitos armados², além de acarretar na morte de combatentes³, também, faz com que a população civil⁴ sofre os efeitos

² Ao longo da dissertação o conceito de conflitos armados vai se referir indistintamente aos dois tipos de conflitos: conflitos armados internacionais e conflitos armados de caráter não internacional. Quando necessária, será feita a distinção de qual conflito está sendo analisado. O conceito de ‘conflito armado de caráter internacional’ é fundamentado no art. 2, comum às quatro Convenções de Genebra (1949), que determina que um conflito de caráter internacional ocorre quando há uma declaração de guerra ou de conflito de outra natureza entre dois ou mais Estados, mesmo se um deles não for reconhecido por outros Estados (ICRC, 2008-a). E a definição de ‘conflitos armados de caráter não internacional’ é baseado no art. 8.2.f do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional que determina que um conflito armado de caráter não internacional ocorre quando há violência armada entre as autoridades governamentais e os grupos armados não governamentais ou somente entre os grupos armados não governamentais, mas, em ambas as situações a duração do conflito é prolongada (ICC, 1998). Na presente pesquisa, os grupos armados não governamentais serão designados como grupos rebeldes.

³ A definição de combatentes que norteará a pesquisa é todos aqueles que participam diretamente no conflito, com exceção dos profissionais da saúde e os religiosos (VERRI, 1992). O art. 4 da CG III definiu combatente como: “Art. 4.1. Os membros das forças armadas de uma das Partes no conflito, bem como os membros das milícias e dos corpos voluntários que integram as forças armadas; Art. 4.2. Os membros de outras milícias e de outros corpos de voluntários, incluindo os de movimentos de resistência organizados, pertencentes a uma das Partes no conflito, operando fora ou dentro de seu próprio território, mesmo se este território estiver ocupado, desde que estas milícias ou corpos voluntários, incluindo os de movimentos de resistência organizados, satisfaçam as seguintes condições: a) Ter à sua frente uma pessoa responsável pelos seus subordinados; b) Ter um sinal distinto fixo que se reconheça a distância; c) Usarem as armas à vista; d) Respeitarem, nas suas operações, as leis e usos de guerra; Art. 4.3 Os membros das forças armadas regulares que obedecem a um governo ou a uma autoridade não reconhecida pela Potência Detentora; [...] [E, o] Art. 4.6 A população de um território não ocupado que, à aproximação do inimigo, pegue espontaneamente em armas, para combater as tropas de invasão, sem ter tido tempo de se organizar em força armada regular, desde que transporte às armas à vista e respeite as leis e costumes da guerra” (ICRC, s.d-a, tradução noosa). O art. 43 do PA I definiu as forças armadas como “As forças armadas de uma das Partes em um conflito que se compõem de todas as forças, grupos e unidades armadas e organizadas, colocadas sob um comando responsável pela conduta dos seus subordinados perante aquela Parte, mesmo que aquela seja representada por um governo ou uma autoridade não reconhecida pela Parte adversa. Essas forças armadas devem ser submetidas a um regime de disciplina interna que assegure nomeadamente o respeito pelas regras do direito internacional aplicável nos conflitos armados. Art. 43.2: Os membros das forças armadas de uma das Partes em um conflito (que não o pessoal de saúde e religioso citado no art. 33 da CG III) são combatentes, isto é, têm o direito de participar diretamente nas hostilidades. Art. 43.3: A parte em um conflito que incorpore, nas suas forças armadas, uma organização paramilitar ou um serviço armado encarregado de fazer respeitar a ordem, deve notificar esse fato às outras Partes no conflito” (SANDOZ *et al.*, 1987, tradução nossa). Em certos países, como o Brasil, um determinado segmento da população civil de certa faixa etária

daqueles. A solução para proteger a população civil é muito antiga, remontando a época dos gregos que utilizavam templos e santuários como abrigos (SANDOZ, 1995).

Para proteger a população civil durante os conflitos armados, indivíduos e organizações internacionais buscaram soluções, sendo que uma delas foi à criação de zonas de proteção⁵.

O primeiro capítulo visa identificar a emergência e a evolução das condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados elaborados pela comunidade epistêmica de zonas de proteção.

poderia ser convocado para as forças armadas em caso de conflito armado, mas, somente, seriam considerados combatentes aqueles indivíduos que já estivessem sido incorporados em tais forças armadas e, não os indivíduos que poderiam ser mobilizados no futuro (ICRC, s.d.-a). Atualmente, o direito internacional emprega uma única definição de combatente que seriam as forças armadas que englobaria todas as categorias citadas acima como os membros de milícias e de corpos de voluntários entre outros, desde que tenham um comando responsável pelos seus subordinados (VERRI, 1992).

⁴ Em um conflito armado, deverá haver a distinção entre combatentes e população civil (VERRI, 1992), segundo o princípio da distinção onde os ataques devem ser somente direcionados contra os combatentes, nunca contra a população civil, desde que esta não esteja participando diretamente nas hostilidades (ICRC, s.d.-b). Os civis e a população civil são todos aqueles que não pertencem a nenhuma das seguintes categorias: (a) membro regular das forças armadas, inclusive aquelas que pertencem a um governo ou autoridade não reconhecida pela Parte adversa; (b) membros de corpos voluntários e movimentos de resistência; (c) pessoas que fazem parte de *levée en masse*; (d) combatentes em geral (VERRI, 1992). Os civis seriam aqueles que não atuam nem direta e nem indiretamente no conflito (VERRI, 1992). Os jornalistas se enquadram na categoria da população civil, desde que se abstenham de combater, bem como a equipe médica e religiosa que acompanha os membros das forças armadas desde que eles também não participam diretamente das hostilidades (VERRI, 1992). Conforme o art. 3 comum às quatro Convenções de Genebra (1949), todos os não-combatentes estariam agrupados numa mesma categoria, o das pessoas que não fazem parte direta nas hostilidades (BOND, 1971). Nos conflitos que utilizassem a tática de guerrilha, faria necessária a diferenciação entre combatentes e não-combatentes. Para James E. Bond (1971), a atitude e a ação de uma das partes envolvidas com a outra no momento do contato ainda seria válida para tal distinção como o exemplo de ‘Charlie’ que, ao disparar contra um soldado, aquele seria um combatente, mas, se Charlie estivesse acenando com uma bandeira branca, ele seria um não-combatente.

⁵ Zona de proteção designa um espaço delimitado, considerada área internacional que tem a finalidade de proteger e de cuidar dos combatentes doentes e feridos e da população civil. Nessa dissertação só serão analisadas as zonas de proteção com o objetivo de proteger e abrigar a população civil. A expressão ‘sistema de zonas de proteção’ significa os quatro tipos de zonas de proteção previstos pelo Direito Internacional Humanitário (DIH): 1) as zonas de segurança (art. 14 do CG IV), 2) as zonas neutralizadas (art. 15 do CG IV), 3) as localidades não defendidas (art. 59 do PA I) e, 4) as zonas desmilitarizadas (art. 60 do PA I). Há várias denominações de zonas de proteção como: Zonas de Genebra, cidades de segurança, zonas neutras de segurança, *Open Relief Centers* (Sri Lanka), área segura (ou *safe havens* no Iraque), áreas seguras (ou *safe areas* na Bósnia- Herzegovina) e zona humanitária segura (ou *zone humanitaire sûre* em Ruanda).

1.1 ZONAS DE GENEBRA: INÍCIO DA EMERGÊNCIA DAS CONDIÇÕES DOS PARÂMETROS DE ZONAS DE PROTEÇÃO

A Primeira Guerra Mundial trouxe consigo a evolução nos armamentos bélicos, como tanques de guerra e aviões, que aumentou drasticamente não apenas o número de combatentes mortos, que girou aproximadamente em torno de cinco milhões e setecentos mil, mas também, o de civis, ao redor de três milhões e seiscentos mil (CENTER-ROBERT-SCHUMAN, 2011).

O uso dos aviões permitiu que o bombardeiro aéreo fosse empregado com maior ênfase nessa guerra, tanto para atacar as operações militares na Bélgica em 1914⁶, atingindo civis (PROCTOR, 2010), quanto para aterrorizar a população civil, como ocorreu no fim da guerra com os ataques dos Zepelins⁷ na cidade de Londres em 1918 (MAIER, 2005).

Diante de tal mortandade, o público e os Estados se tornaram mais receptivo à ideia de criar zonas de proteção para a população civil, uma vez que a Primeira Guerra Mundial serviu como um incentivo para que fosse reavaliado e alterado um conjunto de entendimentos comuns (ADLER, 2005).

Referido conjunto referiu-se que não somente os combatentes, mas, também, a população civil precisava ser protegida durante os conflitos armados.

Mas, a ideia de zonas de proteção para a população civil não era novidade, uma vez que o primeiro a formular sobre o estabelecimento delas foi Henry Dunant⁸ (ICRC, 1948-a) durante a Comuna de Paris⁹ em

⁶ Em 1914, a Alemanha exigiu que a Bélgica deixasse que as tropas daquela adentrassem no território belga para que a Alemanha pudesse invadir a França (DUFFY, 2009). A Bélgica se recusou e foi atacada pela Alemanha (DUFFY, 2009).

⁷ Para maior detalhamento sobre os aviões rígidos, ver em BROOKS, Peter. **Zepelin: Rigid Airships 1893-1940**. Londres: Putnam Aeronautical Books, 1992.

⁸ Jean Henry Dunant é considerado o 'pai' do DIH. Ele nasceu em 28 de maio de 1828 e faleceu em 30 de outubro de 1910 (ICRC, 1998-a). A celebração do dia mundial da Cruz Vermelha e do Movimento Crescente Vermelho é a data de seu nascimento, uma vez que ele foi o fundador dessas duas organizações (ICRC, 1998-a). Em 1901, Dunant ganhou o primeiro Nobel da Paz (ICRC, 1998-a).

⁹ Após a derrota da França na Guerra Franco-Prussiana em 1871, o Imperador Napoleão III foi preso e Thiers foi eleito presidente do novo Governo Provisório de Defesa Nacional na França (NUNES; SILVA, 2009). Uma das condições para o cumprimento do armistício era desfazer a mobilização militar francesa (NUNES; SILVA, 2009). Em uma tentativa fracassada, Thiers não conseguiu desmobilizar a Guarda Nacional francesa que permaneceu ativa, uma vez que era composta por cidadãos de Paris e não por militares sob o comando do governo (NUNES; SILVA, 2009). Em 18 de março de 1871, o governo foge para Versalhes, deixando a cidade sem governo e fortalecendo o movimento popular, revolucionário, socialista que deu início à

1871, mas não obteve sucesso na sua concretização (PICTEC, 1958; SANDOZ, 1995).

Assim, George Saint-Paul¹⁰ empenhou-se em defender a ideia de criar ‘Zonas de Genebra’ em 1929. Ele foi um agente individual que deu início à comunidade epistêmica (BLOODGOOD, 2008) concernente às zonas de proteção para a população civil.

A escolha do nome de ‘Genebra’ foi por causa da ‘Cruz de Genebra’ que representava um símbolo sólido de proteção aos combatentes feridos e doentes. Era de conhecimento dos beligerantes os lugares onde ela era posta, os quais eram respeitados (METZ, 1929).

Citado símbolo também poderia ser empregado para as ‘Zonas de Genebra’ que protegeriam os não-combatentes (METZ, 1929).

No texto escrito por George Saint-Paul, sob o pseudônimo de ‘G. Espé de Metz’, *Eu faço um apelo ao mundo civilizado: Carta aberta aos Membros da Liga das Nações*, as medidas propostas no livro para as Zonas de Genebra poderiam salvar inúmeros não-combatentes (METZ, 1929).

As condições dos parâmetros sugeridas na Proposta de George Saint-Paul foram: a) **acordo**: acordo entre as partes, acordo intermediado por uma organização internacional, concordância de todos e escrito; b) **categorias da população civil**: certas categorias; c) **localização**: longe dos conflitos, delimitação precisa e densidade populacional; d) **desmilitarização**: não ser usada para objetivos militares e remoção de objetos militares; e) **sinalização**: emblema da Cruz Vermelha; d) **supervisão**: quem e função.

O parâmetro do **acordo**¹¹ é que ele seria de comum acordo e escrito. Os representantes dos beligerantes realizariam um estudo sobre a possibilidade de criar ‘Zonas de Genebra’ e negociariam as determinações que melhor visassem ao interesse mútuo de ambas as partes (METZ, 1929). Essas determinações também poderiam ser elaboradas por uma organização internacional (METZ, 1929).

Comuna de Paris (NUNES; SILVA, 2009). O governo de Thiers retoma ao poder em 18 de maio de 1871 com a ajuda da Prússia, pois esta libertou milhares de prisioneiros de guerra franceses, a fim de lutar contra os *communards*, transformando a guerra civil em uma carnificina com milhares de mortos e execuções sumárias dos *communards* (NUNES; SILVA, 2009).

¹⁰ Georges Saint-Paul nasceu em Metz, na França, em 17 de abril de 1870 e, morreu em sua propriedade em Rassay, Indre-et-Loire, na França, em 17 de abril de 1937 (GONDRAND, 2008). Ele foi médico-geral na Primeira Guerra Mundial (GONDRAND, 2008).

¹¹ A definição do parâmetro de acordo que norteará o contexto normativo referir-se-á ao acordo de todos os envolvidos no conflito para a criação das zonas de proteção.

No parâmetro das **categorias da população civil**¹² nem todos seriam admitidos dentro das Zonas de Genebra, mas sim certas categorias seriam admitidas: a) mulheres grávidas, b) mães com bebês, c) crianças, d) idosos e, e) enfermos, pois essas categorias seriam visivelmente reconhecidas a ‘olho nu’ (METZ, 1929).

O parâmetro da **localização**¹³ das Zonas de Genebra faria alusão ao local onde elas poderiam ser estabelecidas como campos, vilas e até cidades, desde que não fizessem parte da guerra e deveriam estar longe das ações militares (METZ, 1929).

Além de que elas deveriam ser precisamente delimitadas, de preferência com o auxílio de mapas (METZ, 1929).

E, também, o lugar escolhido deveria levar em consideração o número de habitantes locais, para saber a quantidade de pessoas que poderiam ser abrigadas (METZ, 1929).

O parâmetro da **desmilitarização**¹⁴ diria respeito ao caráter neutro das Zonas de Genebra, não podendo ser utilizadas para objetivos militares¹⁵.

E, todos os objetos militares deveriam ser removidos, para evitar que elas pudessem representar um “possível papel perante os olhos do inimigo” (METZ 1929, p. 274, tradução nossa).

O parâmetro da **sinalização**¹⁶ das Zonas de Genebra estaria relacionado com o tipo de emblema usado para marcar as zonas que, segundo Metz (1929), deveria ser a bandeira da Cruz Vermelha.

O parâmetro da **supervisão**¹⁷ que seria realizado nas Zonas de Genebra seria através de um Controle Neutro que teria a função de

¹² A população civil consiste em todos os civis, independentemente de gênero e idade, que não estejam participando direta e indiretamente no conflito.

¹³ A definição de localização é aquela que faz alusão à área geográfica que delimitará um espaço territorial para a criação de zonas de proteção.

¹⁴ Desmilitarização significa a ausência de combatentes, de armas, de equipamentos, de instalações militares e a não execução de nenhuma atividade relacionada a objetivos militares.

¹⁵ A definição de ‘objetivos militares’ ou ‘objetivos militares’ que será adotada na pesquisa é aquela do art. 52.2 do PA I: “Os ataques limitar-se-ão estritamente aos objetivos militares. No que concerne aos bens, os objetivos militares se limitam aqueles objetos que por sua natureza, localização, finalidade ou utilização contribuam eficazmente para a ação militar ou cuja destruição total ou parcial, captura ou neutralização, ofereça nas circunstâncias do caso presente uma vantagem militar definida” (BRASIL, 1993).

¹⁶ A definição de sinalização para zonas de proteção está relacionada com a demarcação da zona através de faixas, cartazes para que todos os envolvidos no conflito reconheçam que aquela zona protege os civis, não podendo ser objetos de violência (VERRI, 1992).

¹⁷ A definição de supervisão utilizada para essa pesquisa será ‘emprestada’ da definição utilizada para explicar a supervisão do ACNUR que, segundo Simeon (2013), asseguraria que as regras acordadas entre as Partes envolvidas no conflito serão respeitadas.

informar tudo o que acontecesse dentro das zonas e reportariam às infrações (METZ, 1929).

As partes acordariam sobre quem seriam os comissários que integrariam o Controle Neutro (METZ, 1929).

Assim, as informações contidas no texto de George Saint Paul sobre as Zonas de Genebra precedeu a teoria, contribuindo para a formulação de tal teoria pela comunidade epistêmica de zonas de proteção vinte anos depois com a codificação das condições dos parâmetros na CG IV.

Eis que:

[...] temporalmente, a informação tende a preceder a teoria, o que provavelmente vai estar ligada a compromissos normativos e uma predileção em relação a certas explicações sobre os outros, com base em crenças baseadas em princípios comuns. O núcleo normativo torna-se necessário para sustentar a comunidade epistêmica (e para a sua identificação). Uma vez que este núcleo normativo tenha solidificado, é provável que ele vá ter uma forte influência sobre a teorização subsequente [...] (BLOODGOOD, 2008, p. 9, tradução nossa).

As informações contidas no livro que explica a criação das Zonas de Genebra e os debates realizados na Associação Internacional de Zonas de Genebra¹⁸ (GONDRAND, 2008) fomentaram o núcleo normativo para o estabelecimento de zonas de proteção que possibilitou a elaboração de teorias sobre tais zonas.

Para dar maior publicidade ao seu projeto, George Saint-Paul fundou o jornal “*Lieu de Genève*”. Além de que contribuiu para divulgar as condições dos parâmetros por meio do aprendizado ‘em e por meio’ de comunidades de práticas (ADLER, 2005).

A consequência da publicação foi que os políticos franceses¹⁹ tomaram conhecimento da ideia de George Saint-Paul e passaram a

¹⁸ *Association Internationale des Lieux de Genève* teve a sede da organização foi transferida de Paris para Genebra em 1936 (GONDRAND, 2008). Em 1958, a Associação foi renomeada para Organização Internacional de Proteção Civil (OIPC) / *International Civil Defence Organization* (ICDO) (GONDRAND, 2008).

¹⁹ A comprovação do entendimento compartilhado no governo francês encontra-se na reprodução de dois documentos oficiais da Câmara dos Deputados sobre as Zonas de Genebra no Anexo A. A primeira vez que a ideia de George Saint-Paul foi debatida na Câmara dos Deputados da França foi durante a sessão ocorrida em 12 de junho de 1930, quando Etienne Rognion questionou o Ministro da Guerra sobre o texto, Eu faço um apelo ao mundo

construir um entendimento compartilhado entre eles sobre as Zonas de Genebra.

O resultado desse entendimento foi à aprovação de uma resolução sobre a criação de Zonas de Genebra em conflitos armados (JOURNAL OFFICIEL, 1935).

Assim, a Associação Internacional de Zonas de Genebra foi uma ponte para que as Zonas de Genebra fossem institucionalizadas pelo governo francês.

O pioneirismo das Zonas de Genebra contribuiu para a evolução do ‘conhecimento prévio’ (ADLER, 2005) no tocante ao DIH, pois a proteção até então era somente aos combatentes feridos e doentes conforme a Primeira Convenção de Genebra de 1864²⁰, mas, que poderia ser estendida à população civil.

As Zonas de Genebra iniciaram a emergência de normas relativas a zonas de proteção, pois elas chamaram a atenção para certas questões como o efeito dos conflitos na população civil (FINNEMORE; SIKKINK, 1998).

A incessante tarefa do Direito é o aperfeiçoamento das normas que prosseguirá com as ‘cidades de segurança’ que estão dispostas no Primeiro Projeto de Acordo adotado em Mônaco (Cidades Sanitárias e Localidades), 27 de julho de 1934 (Projeto de Convenção de Mônaco de 1934) que contribuiu para o alargamento das normas emergentes no tocante às condições dos parâmetros de zonas de proteção a proteção da população civil em conflitos armados.

civilizado: carta aberta aos membros da Liga das Nações, escrita por G. Espé de Metz sobre a criação de Zonas de Genebra em cada nação sob a égide da Primeira Convenção de Genebra de 1864, para que esta também protegesse certas categorias da população civil como mulheres grávidas, mães com crianças, deficientes, etc (LE LIEU DE GENÈVE, 1936). Em quatro de junho de 1931, o deputado do partido do Amanhecer (*L'AUBE*), Maurice Robert, propôs uma resolução sobre zonas neutras que também passou a ser uma segunda denominação para Zonas de Genebras que também está no Anexo A (JOURNAL OFFICIEL, 1935). E, em 1935 o parlamento francês aprovou a dita resolução por unanimidade (JOURNAL OFFICIEL, 1935).

²⁰ A Primeira Convenção de Genebra de 1864 foi o primeiro grande esforço em codificar as normas de melhoria aos soldados feridos e doentes durante os conflitos armados (ICRC, 1939, 1959). Ela não teve força de lei, mas foi marcada por sua natureza multilateral, a qual assegurou a universalidade das normas e a duração por prazo indeterminado, pois, anteriormente, as normas eram acordadas entre os beligerantes de modo bilateral e tinham duração determinada (SOUSA, 2011).

1.2 PROJETO DE CONVENÇÃO DE MÔNACO DE 1934: CIDADES DE SEGURANÇA

O primeiro projeto de convenção que determinou sobre zonas de proteção foi o Projeto de Convenção de Mônaco de 1934²¹ (GONDRAND, 2008). Ele foi elaborado no Congresso Internacional de Medicina Militar e Farmácia por médicos e juristas em fevereiro de 1934 na cidade de Mônaco (GONDRAND, 2008).

O Congresso teve o objetivo de elaborar um projeto que codificasse sobre zonas destinadas a garantir a proteção de certas categorias de vítimas em conflitos armados, dentre elas, a população civil (GONDRAND, 2008) sob o auspício do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) (PICTET, 1958).

Os membros da comunidade epistêmica de zonas de proteção para a população civil expandiu-se, incluindo outros tipos de especialistas como a dos juristas que contribuiriam com conhecimentos técnicos específicos de sua área, uma vez que George Saint-Paul era médico.

A importância da interação com outras especialidades é que estas possibilitam “elucidar e refinar os problemas, as estratégias políticas e fazer recomendações de políticas para a comunidade epistêmica” (BLOODGOOD, 2008, p. 3, tradução nossa) como para as zonas de proteção para a população civil.

O capítulo IV relativo à ‘Proteção da População Civil’ do Projeto de Convenção de Mônaco de 1934 previu sobre cidades de segurança que teria a finalidade de proteger a população civil durante os conflitos armados (ICRC, 1946).

As condições dos parâmetros de zonas de proteção previstos no Projeto de Convenção de Mônaco de 1934 foram: a) **acordo**: declaração unilateral; b) **categoria da população civil**: todas as categorias; c) **desmilitarização**: não poderia haver unidades e órgãos militares; estabelecimentos industriais não poderiam ser usados para objetivos militares e as linhas de comunicação e de transporte não poderiam ser usadas para objetivos militares; d) **supervisão**: quem; e) **defesa das cidades de segurança pela população civil**.

²¹ O Projeto foi dividido em cinco capítulos: (I) vilas e localidades sanitárias; (II) assistência sanitária para os não-combatentes; (III) proteção aos prisioneiros de guerra; (IV) proteção à população civil; (V) sanções. Os capítulos (II), (III) e (V) já constavam em grande parte na Convenção de Genebra de 1929. Referido Projeto está no Anexo B.

O parâmetro do **acordo** foi previsto no art. 3.b e no art. 4 que permitiria o estabelecimento de cidades de segurança através de uma declaração unilateral.

Referida declaração seria mediada por uma Potência Protetora ou uma organização internacional (art. 3.b) que notificaria a Parte adversa sobre a escolha de uma determinada cidade que seria transformada em uma cidade de segurança.

Caso a Parte adversa protestasse sobre a cidade escolhida, ela deveria notificar o mais rápido possível a Potência Protetora ou a organização internacional sobre a sua decisão (art. 4).

Assim, poder-se-ia inferir que a concordância da Parte adversa sobre a escolha da cidade caracterizaria o acordo entre os beligerantes, transformando o ato unilateral da Parte proponente em um acordo mútuo.

O art. 2 definia o parâmetro da **categoria da população civil** que seriam todos aqueles que não estivessem alistados nas forças armadas. Poder-se-ia deduzir que seriam aqueles que não estivessem participando direta e indiretamente no conflito.

O parâmetro da **desmilitarização** foi determinado em todo o art. 4. O art. 4.1 determinou que não pudesse haver unidades militares, bem como órgãos de batalha e órgãos de reabastecimento direto dos exércitos (art. 4.2)

O art. 4.3 dispôs que cada estabelecimento industrial não poderia ser utilizado para a fabricação de armas, munições ou suprimentos militares caracterizados.

E o art. 4.4 tutelou que as linhas de comunicação ou de transporte que passassem pelas cidades sanitárias e pelas cidades de segurança não poderiam ser usadas para objetivos militares.

A Comissão de Controle estaria tutelada no art. 5, enquadrando-se no parâmetro da **supervisão**. A aprovação dessa Comissão estaria sujeita ao Governo interessado na criação das cidades de segurança. A função da Comissão de Controle não foi especificada nesse Projeto.

O art. 8 do Capítulo IV previu que a população civil pudesse participar da preparação e da execução de medidas para **defender as cidades de segurança** dos riscos do conflito, sendo que essa permissão não violaria a presente Convenção.

Ao mesmo tempo em que esse artigo representou uma inovação em relação às condições dos parâmetros sugeridos por George Saint-Paul, pois previu que os estabelecimentos industriais não poderiam ser usados para objetivos militares e as linhas de comunicação e de transporte não poderiam ser usadas para objetivos militares.

Também, inovou ao acrescentar um novo parâmetro que foi a defesa das cidades de segurança pela população civil. Mas, essa novidade poderia prejudicar o caráter civil das cidades de segurança, pois as partes envolvidas no conflito poderiam percebê-las como mais um ‘combatente’ no conflito.

Assim, poder-se-ia inferir que referida inovação não deveria ser utilizado na criação das zonas de proteção para a população civil.

Das medidas elencados por George Saint-Paul, a localização e a sinalização não foram previstos pelo Projeto de Convenção de Mônaco de 1934.

Mesmo assim, este Projeto mostrou que o aprendizado pode evoluir, conseqüentemente também evoluem as novas práticas e os novos comportamentos (ADLER, 2005), contribuindo para gerar entendimentos compartilhados sobre as condições dos parâmetros de zonas de proteção por meio de um esforço em conjunto entre os membros da comunidade epistêmica de zonas de proteção.

A seguir, poderá ser verificada a primeira a aplicação das condições dos parâmetros de zonas de proteção na Guerra Civil Espanhola.

1.3 ZONA DE SEGURANÇA DE MADRID: CRIAÇÃO DA PRIMEIRA ZONA DE PROTEÇÃO PARA A POPULAÇÃO CIVIL

A Guerra Civil Espanhola foi desencadeada após o golpe de Estado perpetrado pelo General Francisco Franco em conjunto com outros generais e com o apoio militar dos regimes nazistas e fascistas em 1936 (SALVADÓ, 2009).

O golpe visou à deposição do governo da Segunda República (1931-1936) que havia sido eleito democraticamente (SALVADÓ, 2009).

Inconformados com o golpe, a oposição, leal à República, revidou, mas ela foi derrotada em 1939, dando início ao regime ditatorial sob o comando do General Franco até 1975 (SALVADÓ, 2009).

Durante a Guerra Civil Espanhola milhares de civis foram afetados, por isso que Henry George, Secretário-Geral da Associação Internacional de Zonas de Genebra (SANDOZ, 1995) apelou às autoridades espanholas, leiam-se os Nacionalistas, para que criassem Zonas de Genebra para proteger a população civil.

Os Nacionalistas atenderam ao pedido de Henry George e estabeleceram na cidade de Madrid uma zona de proteção para a população civil em 1936 (RISTAINO, 2008).

Assim, Madrid foi à primeira experiência efetiva na criação de zonas de proteção para a população civil em conflito armado, sendo conhecida como Zona de Segurança de Madrid (RISTAINO, 2008).

As condições dos parâmetros utilizadas no estabelecimento da Zona de Segurança de Madrid foram: a) **acordo**: declaração unilateral; b) **categoria da população civil**: certas categorias da população civil; c) **localização**: na zona de combate; d) **policciamento neutro**; e) **supervisão**: quem.

O parâmetro do **acordo** foi realizado de modo unilateral pelos Nacionalistas sem a participação dos Republicanos (SANDOZ, 1995).

Poder-se-ia inferir que o acordo unilateral ocorreu pelo fato de que os Nacionalistas tinham uma vantagem estratégico-militar em relação aos republicanos em 1936 (THE GEORGE WASHINGTON UNIVERSITY, s.d.), não havendo a necessidade de negociar com estes.

O parâmetro da **categoria da população civil** foi restrito, uma vez que abrigou mulheres e crianças (SANDOZ, 1995; RISTAINO, 2008).

A escolha da cidade não respeitou o parâmetro de **localização** da zona que deveria ser criada longe das ações militares, como sugerido por George Saint-Paul.

Mas, diante da natureza conflitiva, o parâmetro precisou ser adequado, para também incluir a criação de zonas de proteção na zona de combate²².

A interação social dos agentes no estabelecimento da Zona de Segurança de Madrid contribuiu para ampliar as condições do parâmetro de localização, ao incluir a condição de ‘na zona de combate’, mostrando que as “normas são socialmente construídas, evoluem com as mudanças na interação social” (FINNEMORE, 1996, p. 155, tradução nossa).

O parâmetro concernente ao **policciamento neutro** não foi concretizado, uma vez que as partes envolvidas no conflito não conseguiram chegar a um consenso sobre como seria realizada a supervisão das funções dos policiais (RISTAINO, 2008).

O parâmetro da **supervisão** ficou a cargo do CICV (SANDOZ, 1995).

²² A definição de zona de combate são as áreas do território onde as forças armadas das partes envolvidas no conflito estão combatendo (VERRI, 1992).

A base normativa que poderia ser aplicada na Zona de Segurança de Madrid poder-se-ia inferir que foi a combinação das propostas de George Saint-Paul e do Projeto de Convenção de Mônaco de 1934, uma vez que a primeira previa a restrição na admissão das categorias da população civil e a segunda a declaração unilateral.

Em relação à eficácia das condições dos parâmetros utilizados na criação da Zona de Segurança de Madrid há controvérsias entre os autores, uma vez que para Sandoz (1995) o resultado final foi um sucesso e ela foi amplamente respeitada, mesmo com a ocorrência de incidentes.

Enquanto que para Ristaino (2008) a zona foi parcialmente bem-sucedida. Compartilha-se da posição de Ristaino, pois a ausência do consentimento dos Republicanos na criação da Zona de Segurança de Madrid influenciou para que ela se tornasse ‘parcialmente’ respeitada e, assim, não amplamente respeitada como alegou Sandoz.

O ‘sucesso’ da Zona de Segurança de Madrid serviu de discurso oficial internacional (RISTAINO, 2008) para o estabelecimento de outras zonas de proteção durante a Guerra Sino-Japonesa.

1.4 GUERRA SINO-JAPONESA: ‘UM PESO, DUAS MEDIDAS’

A explicação do título dessa seção foi motivada pelo fato de que o ‘peso’ faz alusão sobre a utilização das mesmas condições dos parâmetros que foram utilizadas para a criação da Zona Jacquinet e da Zona de Nanquim.

Enquanto que as ‘duas medidas’ estão relacionadas com os resultados opostos obtidos por aquelas duas zonas de proteção estabelecidas para proteger a população civil durante a Guerra Sino-Japonesa.

A Guerra Sino-Japonesa já veio se delineando quando o Império Japonês iniciou a sua expansão colonialista em 1895 com a ocupação de vários territórios do sudeste asiático²³, dentre eles, a China (RISTAINO, 2008).

Desde setembro de 1931, houve vários incidentes entre a China e o Japão, mas a debilidade chinesa causada pelo fim da monarquia e pela guerra civil entre o governo republicano e a frente comunista liderada por Mao Tse-Tung, facilitou a invasão e a ocupação de toda a Manchúria pelo Japão (RISTAINO, 2008).

²³ Hong Kong, Macau, Filipinas, Indonésia, Camboja, Vietnã, Cingapura, Brunei e Timor.

Em sete de julho de 1937, a guerra em larga escala foi deflagrada quando as unidades japonesas e o 29º Batalhão do Exército Chinês se envolveram numa batalha (RISTAINO, 2008). A guerra terminou quando houve a rendição do Japão aos Aliados em setembro de 1945 (RISTAINO, 2008).

Durante essa guerra, foram criadas várias zonas de proteção nas cidades de Canton, Hang-zhou, Zhangzhou, Shenzhen e Ouchang (RISTAINO, 2008).

Mas, duas delas se destacam pelos resultados finais opostos no que tange à proteção da população civil: a Zona Jacquinet, considerada um sucesso, e, a Zona de Nanquim, considerada um fracasso.

1.4.1 Zona Jacquinet: observância das condições dos parâmetros para a criação de zonas de proteção

A Zona de Segurança de Xangai é mais conhecida como ‘Zona Jacquinet’, em homenagem ao seu fundador, o Padre jesuíta Robert Jacquinet de Besange²⁴.

A importância da Zona Jacquinet dá-se por ela ter sido citada no art. 15, nos Comentários da CG IV, uma vez que as condições dos parâmetros empregadas para a sua criação, serviram de base para a elaboração da norma concernente à ‘zona neutralizada’²⁵ (SANDOZ, 1995; RISTAINO, 2008).

É relevante destacar que a Comissão de Supervisão aos Refugiados esclareceu que a Zona Jacquinet não afetaria, no sentido de diminuir ou restringir, a integridade territorial e a soberania da China,

²⁴ Ele foi o vice-presidente do CICV de Xangai e o responsável pela Comissão de Supervisão aos Refugiados (RISTAINO, 2008). O governo japonês o via como um “sacerdote e não um funcionário do governo, um ‘terceiro benevolente’ e não um representante de um ‘terceiro poder’ rival” (RISTAINO, 2008, p. 85, tradução nossa). Essas características contribuíram para aumentar a credibilidade dele como negociador e também para que a zona fosse percebida como neutra e imparcial. Outra característica importante foi que o Padre Jacquinet conseguiu transitar nas concessões estrangeiras chinesas, pois ele tinha contatos com civis, militares, diplomáticos e oficiais de outras nacionalidades como os chineses, os franceses, os americanos, os britânicos e os japoneses (RISTAINO, 2008). As potências estrangeiras (por exemplo, Alemanha, Rússia, Japão, Grã-Bretanha e outras) ocuparam e governaram várias partes do território chinês de 1842 a 1949. Essas partes foram denominadas de ‘concessões’ ou ‘enclaves’ que na verdade foram “anexações disfarçadas que permitiam inclusive a liberdade de circulação das marinhas de guerra estrangeiras pelos rios chineses” (SCHILLING, 2013, tradução nossa). A Concessão Francesa em Xangai foi estabelecida em 06 de abril de 1849 e foi formalmente restabelecida para a China em 28 de fevereiro de 1946 (CAHOON, 2014).

²⁵ Em breves palavras, zonas neutralizadas seriam as zonas de proteção criadas na zona de combate (PICTET, 1958). Elas serão explicadas detalhadamente mais adiante.

mesmo sendo considerado um território internacional até perdurar sua condição (RISTAINO, 2008). E, também, não substituiria a proteção nacional auspiciada pelo Estado chinês (LONG, 2012).

As condições dos parâmetros utilizadas na criação da Zona Jacquinot foram: a) **acordo**: intermediação de uma organização humanitária internacional, concordância de todos, escrito e formal; b) **categoria da população civil**: todas as categorias da população civil; c) **localização**: longe do conflito, delimitação precisa, área pequena e densamente povoada, d) **desmilitarização**: proibição da entrada de tropas, remoção dos objetos militares e não ser usada para objetivos militares; e) **policimento interno**: policiais civis e portar arma leve; f) **sinalização**: tipo de sinalização e colocação da sinalização nos perímetros e limites das zonas; g) **supervisão**: quem e função.

O parâmetro do acordo foi concretizado através da intermediação da Comissão de Supervisão aos Refugiados, representando pelo Padre Jacquinot que foi o personagem principal nas negociações entre as autoridades chinesas e japonesas, pois foi visto como um negociador neutro e imparcial pelas partes envolvidas no conflito (RISTAINO, 2008).

O Padre Jacquinot conseguiu obter a concordância dos representantes do Japão e da China²⁶, formalizando o acordo de modo escrito e formal (RISTAINO, 2008).

A Zona Jacquinot foi aberta oficialmente no dia 9 de novembro de 1937, às 5 horas da tarde (RISTAINO, 2008).

A princípio, a Zona Jacquinot abrigaria certas **categorias da população civil** como mulheres e crianças (RISTAINO, 2008). Mas estendeu a proteção aos homens que não estavam participando da guerra (RISTAINO, 2008).

A Zona Jacquinot chegou a abrigar aproximadamente “250 a 360 mil chineses durante o período mais caótico e perigoso” (RISTAINO, 2008, p.54, tradução nossa).

Em relação ao parâmetro da **localização**, a zona foi criada longe dos confrontos, mas, durante o andamento do conflito, ela passou a estar na zona de combate (RISTAINO, 2008).

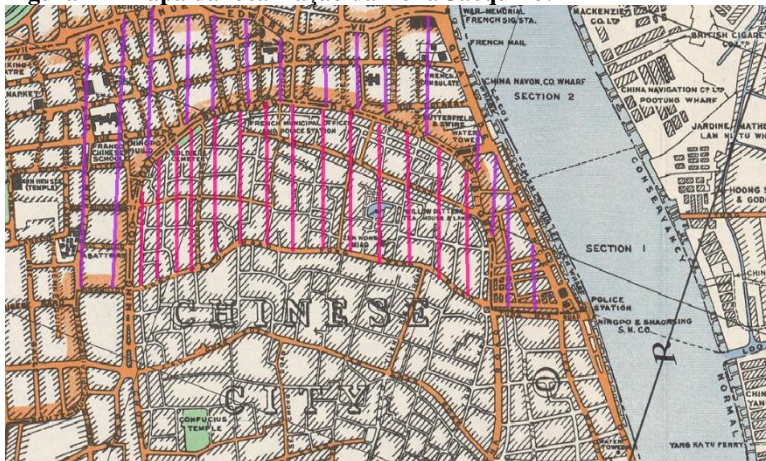
A sua localização foi delimitada de modo preciso conforme a Figura 1, onde as linhas verticais rosa demarcam o território da Zona Jacquinot, sendo que ao sul passava a Rua *Fong Dang* que atravessava completamente a antiga cidade chinesa e, ao norte, passava a Estrada

²⁶ Há documentos japoneses que declararam que a China não enviou uma confirmação por escrito de seu consentimento para a criação da Zona Jacquinot (RISTAINO, 2008).

Min Kuo, denominada pelos franceses de ‘*Boulevard de Deux Républiques*’ (Avenida das Duas Repúblicas) (RISTAINO, 2008).

E, as linhas verticais roxas identificam a Concessão Francesa estabelecida ao leste, oeste e norte (RISTAINO, 2008).

Figura 1 – Mapa da localização da Zona Jacquinet



Fonte: THE UNIVERSITY OF TEXAS AT AUSTIN, s.d-a.

E, poder-se-ia inferir que a área ocupada foi pequena, pois ela foi criada em uma parte do bairro de Nanshi no distrito de Xangai.

Mas, referida à área era densamente povoada (RISTAINO, 2008), pois conforme os dados de 1932, a cidade de Xangai tinha aproximadamente 478 mil chineses e 16 mil estrangeiros (CAHOON, 2014).

O parâmetro da **desmilitarização** da zona consistiu em proibir a entrada de tropas chinesas, a retirada de todo equipamento militar dentro da zona e a realização de operações militares (RISTAINO, 2008).

Na Figura 1, também é possível visualizar que ao redor da zona não havia edifícios, ferrovias, rede de comunicação que poderiam se tornar alvos militares para os japoneses, ou, que poderiam ser utilizados como extensão da guerra pelos chineses.

O Japão consentiu que os policiais chineses fizessem o **policimento interno** na zona, desde que só portassem armas para o cumprimento de seu dever legal e deveriam estar sempre disponíveis para a inspeção e a investigação do CICV de Xangai, (RISTAINO, 2008).

Também foi acrescentado “um nível adicional de segurança, envolvendo um pequeno corpo de apátridas russos brancos com treinamento militar para apoiar a polícia interna” (RISTAINO, 2008, p. 68, tradução nossa).

As autoridades japonesas não contestaram esse incremento no policiamento interno, uma vez que os russos eram refugiados da Revolução Russa de 1917 e não estavam lutando contra o Japão (RISTAINO, 2008).

Além de que os refugiados russos tinham conhecimentos necessários para lidar com os refugiados chineses e com a questão de contrabando de drogas e apostas dentro da zona (RISTAINO, 2008).

O parâmetro da **sinalização** foi cumprido, ao ser utilizada a bandeira da Cruz Vermelha que foi posta ao longo do perímetro da zona (RISTAINO, 2008).

O parâmetro da **supervisão** da zona ficou sob a responsabilidade de um Comitê Internacional criado para negociar e supervisionar a Zona Jacquinot. Ele teve a função de inspecionar e investigar o cumprimento dos termos do acordo (RISTAINO, 2008).

O Japão ocupou Xangai, mas a Zona Jacquinot continuou provendo proteção àqueles que a procurava, mesmo com os vários incidentes que aconteceram ao redor dela, tornando-uma “ilha isolada [...] com preciosa segurança como aquelas oferecidas pelas concessões estrangeiras” (RISTAINO, 2008, p. 70, tradução nossa).

A Zona Jacquinot foi fechada em junho de 1940, quando a situação na região de Xangai se estabilizou, permitindo que a população civil pudesse retornar a suas casas em segurança.

A importância da Zona Jacquinot para as condições dos parâmetros foi que todas as partes envolvidas no conflito anuíram com a criação da referida zona (parâmetro do acordo), admitiu todas as categorias da população civil (parâmetro da categoria da população civil), a possibilidade de criar uma zona de proteção em uma área densamente povoada (parâmetro da localização) e a concretização do parâmetro do policiamento interno para manter a lei e a ordem.

Assim, poder-se-ia inferir que a aplicação das condições dos parâmetros no estabelecimento da Zona Jacquinot contribuiu para avançar e aprofundar a emergência daquelas condições na comunidade epistêmica de zonas de proteção, uma vez que as condições dos parâmetros não foram percebidas como uma extensão do conflito.

1.4.2 Zona de Nanquim: não observância das condições dos parâmetros para a criação de zonas de proteção

A zona de segurança²⁷ criada em Nanquim, doravante Zona de Nanquim, é conhecida na História como o ‘Massacre de Nanquim’.

A ideia de estabelecer uma zona de segurança na capital chinesa foi concebida pelo missionário presbiteriano, W. Plumer Mills, que foi concretizada pelo alemão John Rabe²⁸ em dezembro de 1937, com base no sucesso da Zona Jacquinot (CHANG, 1997; RISTAINO, 2008).

As condições dos parâmetros empregadas na constituição da Zona de Nanquim foram: a) **acordo**: intermediação de uma organização internacional, unilateral, b) **categoria da população civil**: todas as categorias da população civil; c) **localização**: longe do conflito, delimitação precisa, área grande e densamente povoada; d) **desmilitarização**: presença de objetivos militares, o uso para objetivos militares, linhas de comunicação e transportes usadas para objetivos militares; e) **policciamento interno**: policiais civis e portar armas leves; f) **sinalização**: tipo de sinalização e colocação da sinalização nos perímetros e limites das zonas; g) **supervisão**: quem e função.

O **acordo** para a criação de uma zona de proteção para a população civil em Nanquim foi intermediado pelo Comitê Internacional para a Zona de Segurança de Nanquim, representado por John Rabe, que negociou o estabelecimento da referida zona com as autoridades japonesas e chinesas (RISTAINO, 2008).

Quando as autoridades chinesas consentiram na criação da Zona de Nanquim (RISTAINO, 2008), John Rabe enviou um telegrama para o embaixador japonês, explicando como seria criada de dita zona.

O Comitê Internacional comprometer-se-á em proteger a ‘Zona de Segurança’ das autoridades chinesas, propondo garantias específicas como mantê-la livre de estabelecimentos e escritórios militares, incluindo os de comunicações, da presença de homens armados, exceto de policiais civis com pistolas e, da passagem dos soldados ou oficiais militares de qualquer hierarquia. O

²⁷ O termo empregado para referir-se à zona de proteção nesta seção será ‘zona de segurança’, pois esse termo é o empregado pelos estudiosos sobre o tema como Chang (1997) e Ristaino (2008).

²⁸ Diferente do Padre Jacquinot, John Rabe não tinha relações próximas com a população local, os militares, os estrangeiros e, principalmente, com as autoridades japonesas (RISTAINO, 2008).

Comitê Internacional irá inspecionar e observar a zona de segurança para ver se aquelas garantias estão [sendo] executadas de modo satisfatório (RISTAINO, 2008, p. 83, tradução nossa).

O telegrama não convenceu as autoridades japonesas que responderam negativamente à solicitação de John Rabe.

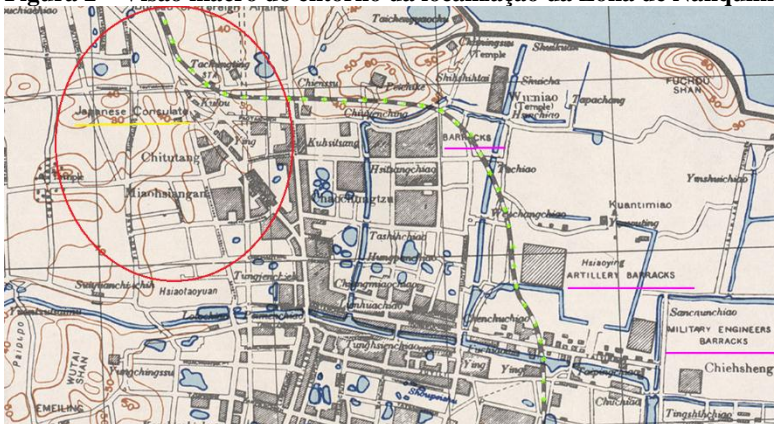
Poder-se-ia inferir que existiram duas razões pertinentes que justificariam a negativa do Japão, sendo que uma estaria relacionada com o parâmetro da localização e a outra com o parâmetro da desmilitarização. Tais parâmetros serão analisados a diante, mas, pode-se adiantar que eles foram percebidos como parciais e favoráveis ao governo chinês.

A resposta japonesa foi transmitida por meio do Padre Jacquinot a John Rabe. Mesmo diante da ausência da concordância de todos os envolvidos no conflito, John Rabe abriu a Zona de Segurança de Nanquim em 24 de novembro de 1937.

Todas as categorias da população civil que não estivessem participando, de modo direto e indireto na guerra, poderiam adentrar na zona (RISTAINO, 2008).

A **localização** da região onde foi estabelecida a Zona de Nanquim for circulada na cor vermelha na Figura 2, que permite perceber que o entorno onde ela foi estabelecida estava próximo de instalações militares que poderiam acabar atingindo a zona, caso tais instalações fossem atacadas.

Figura 2 – Visão macro do entorno da localização da Zona de Nanquim



Fonte: THE UNIVERSITY OF TEXAS AT AUSTIN, s.d.-b.

Por exemplo, na parte oriental havia um quartel, um quartel da artilharia mais em cima e um quartel de engenharia militar logo abaixo (traço lilás).

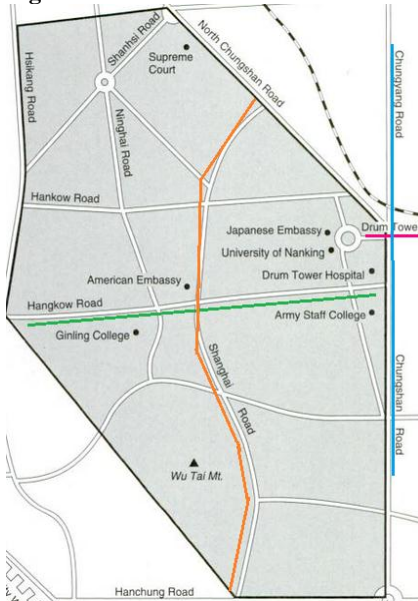
Na parte ocidental, havia a embaixada japonesa (traço amarelo). A estrada de ferro *North China* passaria por detrás da Zona de Nanquim (pontilhado em verde).

Além de que a Zona de Nanquim seria estabelecida na capital chinesa onde era o centro do planejamento chinês, conseqüentemente, principal alvo militar do Japão segundo Ristaino (2008), e tal entendimento também é compartilhado por Chang (1997). Essa seria a primeira razão da negativa das autoridades japonesas em estabelecer zonas proteção para a população civil em Nanquim.

A localização específica da Zona de Nanquim está demarcada na Figura 3. A sua dimensão foi de duas milhas quadradas, equivalente a 5.180 km² (RISTAINO, 2008). Poder-se-ia inferir que a área pode ser considerada grande, já que abrangeria 12,5 % da cidade.

A cidade de Nanquim era densamente povoada em mais de um milhão de habitantes, sendo que muitos deles eram refugiados, fugindo do exército japonês (NANKING-MASSACRE, s.d.)

Figura 3 – Visão micro do entorno da localização da Zona de Nanquim



Fonte: CANADA ALPHA, 2014.

No parâmetro da **desmilitarização**, a Figura 3 mostra operações militares da China, uma vez que não estavam afastadas ou livres de equipamentos militares como os canhões antiaéreos que foram postos no *Drum Tower* (traço *pink*) (RISTAINO, 2008).

E, a Estrada *Chungshan* (traço azul), provavelmente seria a passagem das tropas chinesas, ambas na parte leste da Zona de Nanquim (RISTAINO, 2008).

O fechamento das estradas como a de *Hangkow* (traço verde), que cortava a Zona de Nanquim na horizontal, e a de Xangai (traço laranja), que cortava a referida zona na vertical, poderia impedir que as tropas militares japonesas pudessem chegar aos alvos militares chineses (RISTAINO, 2008).

As Figuras 2 e 3 mostram que o parâmetro da desmilitarização também não foi observado, uma vez que havia ações militares ocorrendo ao redor e no interior da zona, diferentemente da Zona Jacquinot que nem sequer tinha um quartel militar em seu interior.

Além de que os soldados chineses adentraram na zona, principalmente quando Nanquim foi invadida, os quais se misturaram à população civil, trocando de roupas e descartando as armas, para não serem capturadas pelo inimigo (RISTAINO, 2008).

Assim, para o Japão, “a existência de uma zona só iria dificultar a unidade japonesa em Nanquim” (RISTAINO, 2008, p. 84, tradução nossa). Referida dificuldade seria a segunda razão da negativa do Japão em criar zonas de proteção para a população em Nanquim.

Segundo os militares japoneses, “o terreno de Nanquim e as obras de defesa construídas pelos chineses transformaram a cidade em uma fortaleza enorme. Eles [japoneses] alegaram que era uma contradição que uma zona de segurança pudesse existir em tal área” (RISTAINO, 2008, p. 87, tradução nossa).

O parâmetro do **policimento interno** seria exercido por policiais civis que portariam pistolas (RISTAINO, 2008). Mas, não foi possível constatar com exatidão se referido parâmetro foi observado ou não como na Zona Jacquinot.

O parâmetro da **sinalização** da área da zona de proteção foi cumprido, uma vez que a bandeira da Cruz Vermelha foi utilizada para delimitar o perímetro da zona, como na Zona Jacquinot (RISTAINO, 2008).

O parâmetro da **supervisão** foi realizado por um Comitê Internacional criado para negociar e supervisionar a Zona de Nanquim (RISTAINO, 2008).

A existência da Zona de Nanquim foi efêmera, durou apenas três semanas, pois ela foi atacada em 13 de dezembro de 1937, perdurando os ataques até o início de fevereiro de 1938.

Tais ataques não foram simples agressão, mas sim, um genocídio cometido pelo exército japonês que matou milhares de chineses²⁹ (RISTAINO, 2008).

A importância da Zona de Nanquim para as condições dos parâmetros foi o não respeito ao aplicar as condições dos parâmetros de acordo, da localização e da desmilitarização elaborados pela comunidade epistêmica de zonas de proteção que resultou na ausência de segurança as pessoas que se encontravam no interior da Zona de Nanquim fossem poupadas dos confrontos que estavam acontecendo, como foi o caso da Zona Jacquinot.

Assim, a aplicação ‘às avessas’ das condições dos parâmetros por John Rabe enfatizou a importância na manutenção das condições anteriores a Zona de Nanquim. E, a aplicação pelo Padre Jacquinot mostrou que a norma pode ser criada, mas isso depende das interações diárias dos agentes (BRUNNÉE; TOOPE, 2010).

Para Haas (1992), as normas têm a capacidade de moldar a conduta dos Estados e de outros agentes internacionais como poderá ser percebido por meio da elaboração de dois Projetos de Convenção em 1938: 1) Projeto de Convenção para a Criação de Localidades e Zonas Sanitárias em Tempo de Guerra e, 2) o Projeto de Convenção para a Proteção da População Civil contra as Novas Máquinas de Guerra.

²⁹ O número de mortos varia entre 200 mil a 340 mil pessoas, dependendo da fonte consultada. Por exemplo, no Memorial do Massacre de Nanquim estão resgistrados 300 mil chineses mortos (RISTAINO, 2008). Para os pesquisadores da Universidade de Nanquim, o número de mortos seria em torno de 340 mil (RISTAINO, 2008). E o Tribunal Militar Internacional para o Extremo Oriente (ou Tribunal de Crimes de Guerra de Tóquio) calculou em torno de 200 mil mortos (RISTAINO, 2008).

1.5 PROJETO DE CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DA POPULAÇÃO CIVIL CONTRA AS NOVAS MÁQUINAS DE GUERRA³⁰ (PROJETO DE CONVENÇÃO DE 1938)³¹: ZONAS DE SEGURANÇA

A IV Conferência da Associação Internacional de Advogados foi realizada em Amsterdã entre os dias 29 de agosto a 02 de setembro de 1938 que regulamentou sobre as zonas de segurança³², previstas no Projeto de Convenção de 1938 (SCHINDLER; TOMAN, 1988). Dos 32 artigos do referido Projeto, 11 diziam respeito especificamente sobre zonas de segurança.

A análise das condições dos parâmetros no Projeto de Convenção de 1938: a) **acordo**: unilateral e escrito; b) **categoria da população civil**: algumas categorias da população civil e pessoal encarregada da manutenção das zonas de segurança; c) **localização**: longe do conflito, cidades não defendidas e delimitação precisa, d) **desmilitarização**: proibição da entrada de tropas, nenhuma atividade militar vinculada às operações militares e nenhum estabelecimento vinculado aos objetivos militares, e) **policimento interno**: pessoas, f) **sinalização**: visível, mesmo tamanho, mesma cor, g) **supervisão**: quem e função.

O parâmetro do **acordo** foi previsto indiretamente no art. 10, uma vez que ele permitia que um Estado pudesse declarar de modo unilateral que determinada parte ou partes do território(s) seriam utilizadas como zonas de segurança (SCHINDLER; TOMAN, 1988).

Após essa declaração, todos os envolvidos no conflito seriam notificados por meio da agência de um dos Estados signatários da presente Convenção e que não estivesse participando no conflito.

O prazo para a expiração da notificação a todos os Estados seria de 48 horas, durante esse tempo a zona não seria considerada como ‘zona de segurança’, conforme o art. 13.

A condição do parâmetro da **categoria da população civil nas zonas de segurança** disposto no art. 12 foi à admissão de certas das

³⁰ As novas máquinas de guerra faziam alusão, principalmente, ao bombardeiro aéreo que passou a atingir não apenas os combatentes, mas, também, a população civil (SCHINDLER; TOMAN, 1988). Em 30 de setembro de 1938 foi aprovada por unanimidade a Resolução da Assembleia da Liga das Nações relativa à ‘Proteção da População Civil contra bombardeio aéreo em caso de Guerra’ que afirmava que o objetivo do bombardeio aéreo eram os alvos militares e não a população civil (SCHINDLER; TOMAN, 1988).

³¹ O Projeto de Convenção de 1938 está no Anexo C.

³² O termo ‘zonas de segurança’ do Projeto de Convenção de 1938 foi escolhido pelos juristas como forma de nomear as zonas de proteção para a população civil em conflitos armados.

categorias da população civil como: os idosos acima de 60 anos (art. 12.a); os adolescentes com menos de 15 anos (art. 12.b); as pessoas entre 15 e 60 anos de idade que, por motivo de doença física ou mental, não poderiam exercer algum tipo de trabalho; grávidas; mães no período de amamentação; mães que acompanhavam seus filhos (art. 12.c).

Todavia, o art. 12.d previu uma exceção na admissão de pessoas nas zonas de segurança, que seriam aquelas encarregadas de atender os abrigados, de manter a lei e a ordem e da Autoridade de Controle, sendo que o total dessas pessoas não poderia exceder a 5%.

As zonas de segurança poderiam estar **localizadas** em dois tipos de lugares segundo o art. 11: a) em campos, b) em cidades não defendidas.

O primeiro faria alusão aos campos onde seriam construídos as zonas de segurança que deveriam estar distantes de cidades, portos, vilarejos ou edificações defendidas. E o formato das zonas de segurança deveria ser circular (art. 14)

Poder-se-ia deduzir que essa ‘distância’ significaria que as zonas estariam afastadas de estabelecimentos administrativos ou militares, bem como não teriam importância militar para as partes envolvidas no conflito e estariam localizadas longe do conflito.

O segundo relacionar-se-ia às cidades não defendidas³³, como cidades, portos, vilas ou edificações, que não estivessem sendo defendidos ou vinculados com as operações militares, que poderiam vir a se tornar zonas de segurança.

O art. 13 determinava que o Estado proponente notificasse às outras Potências através de mapas a localização das estradas, dos rios ou dos canais onde seriam transportados os materiais necessários para a manutenção das zonas, bem como a indicação precisa dos limites das zomesmas.

³³ O conceito de localidades não defendidas tomou forma pela primeira vez no art. 15 da Declaração de Bruxelas em 1874 que determinava que “lugares fortificados seriam passíveis de serem sitiados. Cidades abertas, aglomerações de residências, ou vilas que não estivessem sendo defendidas não poderiam ser atacadas ou bombardeadas”. Assim, as localidades não defendidas foram consideradas um fator importante para determinar se um local estava sendo defendido ou não. Essa Declaração foi a base para que as localidades não defendidas fossem inseridas em um novo instrumento jurídico no art. que integra a parte do Regulamento que está no Anexo da Convenção, na Seção II que se refere a Hostilidades, no Capítulo I concernente aos Meios de ferir o inimigo, cercos e bombardeios, pertencente à Convenção (IV) respeitando as Leis e Costumes da Guerra em Terra e seu Anexo: Regulamento relativo às Leis e Costumes da Guerra Terrestre, 18 de outubro de 1907 (IV Convenção da Haia de 1907). Em relação ao art. 25, ele expressaria uma das normas fundamentais do conflito armado que é não atacar alvos que são estivessem sendo utilizados com propósitos militares ou defendidos por estes meios (ICRC, 1971).

O parâmetro da **desmilitarização** específico às zonas de segurança foi identificado no art. 16, segunda parte que previu sobre a não utilização de estradas, rios ou canais para objetivos militares.

Mas, o art. 2 fez alusão às condições do parâmetro da desmilitarização em relação às cidades não defendidas poderiam vir a se tornar zonas de segurança, tais como: a) não poderia haver nenhuma tropa de combatente (art. 2.a); b) nenhum estabelecimento militar, naval ou aeronáutico, nem quartel, nem arsenal (art. 2.b); c) nenhuma atividade vinculada às operações militares como a fabricação de munições, seja dentro e seja num raio 'x' quilômetro de distância (art. 2.b).

Dentro das zonas de segurança poderia ser constituído um tipo de **policimento** com a finalidade de manter a lei e a ordem dentro delas, conforme o art. 12.1 que autorizava que pessoas pudessem adentrar nas zonas para exercer tal função.

Em relação ao parâmetro da **sinalização**, ele foi previsto no art. 14. As zonas de segurança deveriam ser marcadas de modo visível de dia que até as aeronaves pudessem vê-las e ser padronizadas no mesmo tamanho e na mesma cor.

Ademais, as sinalizações se estenderiam às pessoas encarregadas de transportar os produtos básicos até as zonas, bem como os meios de transportes utilizados para tal função.

Esse artigo não previu o tipo de sinalização que seria usado, mas o tipo deveria ser mencionado na notificação.

Entretanto, o art. 14 determinou que não pudessem ser empregadas para a marcação das zonas a bandeira da Cruz Vermelha e as bandeiras nacionais dos Estados.

A **supervisão** das zonas de segurança foi disposta nos art. 17 ao art. 20. As zonas ficariam sob a responsabilidade da Autoridade de Controle que seria composta por um ou mais nacionais de Estados que não fizessem parte do conflito (art. 17).

A Autoridade de Controle designaria uma Comissão de Controle formada por três nacionais de Estados não beligerantes, sendo que ambas não poderiam interferir na soberania territorial do Estado onde seriam criadas as zonas de segurança, ao mesmo tempo em que referido Estado não poderia impedir a execução do trabalho delas (art. 18).

A função delas seria verificar quem se enquadraria nas categorias da população civil (art. 12.c), assegurar o cumprimento das regras contidas na notificação (art. 17), satisfazer as disposições do art. 16 (art. 19) e notificar qualquer violação das disposições previstas na presente Convenção (art. 20).

Os juristas que elaboraram o Projeto de Convenção de 1938 também se tornaram membros da comunidade epistêmica de zonas de proteção, mesmo que referido Projeto não foi ratificado por nenhum Estado.

O Projeto de Convenção de 1938 ele contribuiu para manter em aberto o debate sobre as condições das zonas de proteção, principalmente, permitindo que houvesse inovação como na condição do parâmetro da localização ao mencionar as cidades não defendidas que foram regulamentadas no art. 25 da IV Convenção de Haia de 1907, como um lugar de refúgio à população civil.

1.6 PROJETO DE CONVENÇÃO PARA A CRIAÇÃO DE LOCALIDADES E ZONAS SANITÁRIAS EM TEMPO DE GUERRA³⁴ (PROJETO DE 1938)

O CICV estava buscando elaborar um Projeto de Convenção que contivesse disposições acerca de zonas de proteção para que pudessem integrar o sistema de proteção jurídico da Convenção de Genebra, mas somente para os combatentes doentes e feridos (ICRC, 1946).

Em outubro de 1938, o Projeto de 1938 foi desenvolvido por uma Comissão formada por especialistas militares, advogados internacionais, delegados de 18 Estados e as sociedades nacionais da Cruz Vermelha que discutiram o projeto que havia sido elaborada pelo governo da Suíça (ICRC, 1946).

As condições dos parâmetros de zonas de proteção elencadas no Projeto de 1938 foram: a) **acordo**: intermediação de uma organização internacional; b) **localização**: longe de objetivos militares e delimitação precisa, c) **desmilitarização**: não ser usada para objetivos militares, remoção de objetos militares e as linhas de comunicação e de transportes não podem ser usados para objetivos militares; d) **sinalização**: tipo; e) **supervisão**: quem e função.

Em relação ao parâmetro do **acordo**, ele seria intermediado pelo CICV que faria a negociação com os beligerantes (art. 4.2).

O parâmetro da **localização** determinou duas condições referentes às localidades e as zonas sanitárias, tais como: a) estar longe das operações militares, das instalações de defesa nacional, das estações transmissoras em um raio de 5 km (área circundante com uma largura de

³⁴ No Anexo D constam os onze artigos referentes ao Projeto de Convenção para a Criação de Localidades e Zonas Sanitárias em Tempo de Guerra.

5 art. 2.1.c), da costa litorânea e de alvos em potenciais (artigo 2.1.a) e, b) ser precisamente localizadas e delimitadas (art. 4.2).

A exclusão de toda a utilização militar das localidades e das zonas sanitárias estaria (art. 2.1) prevista no parâmetro da **desmilitarização**, bem como a remoção de todos os objetos de defesa contra aeronaves (art. 2.1.b) e a não utilização de vias de comunicação e de transportes para objetivos militares (artigo 2.3.a).

No parâmetro da **sinalização**, o tipo de emblema que seria utilizado seria o mesmo do art. 19 da Convenção para a Melhoria das Condições dos Feridos e dos Doentes das Forças Armadas em Campanha, de 27 de julho de 1929, que era a bandeira da Cruz Vermelha.

Referente ao parâmetro da **supervisão**, uma Comissão seria a responsável para assegurar o cumprimento das disposições da Convenção (Projeto de 1938) (art. 10.1). Tal Comissão seria composta por três cidadãos neutros designados pelo CICV e aprovados pelo Estado onde aquelas seriam criadas (art. 9.1).

Assim, o CICV também passou a somar como membro da comunidade epistêmica de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados.

É salutar a entrada de novos membros em uma comunidade epistêmica, uma vez que tais membros podem contribuir com novos aprendizados sociais, desde que não ocorra uma substituição dos padrões e estruturas desenvolvidas pela comunidade epistêmica nascente (ADLER, 2005).

Em dezembro de 1939, o CICV enviou um comunicado às partes envolvidas na Segunda Guerra Mundial, declarando que o Projeto de 1938 também poderia ser estendido para a população civil (ICRC, 1946).

Referida extensão mostra que o conhecimento é dinâmico e que está em contínuo movimento, pois o conhecimento de ‘ontem’ onde as zonas de proteção protegeriam apenas os combatentes, precisaria ser adaptado por causa de novos fatores, de novos problemas, para também proteger a população civil (WENGER; MCDERMOTT; SNYDER, 2002).

1.7 A INFLUÊNCIA DOS CONFLITOS ARMADOS NA CODIFICAÇÃO DAS NORMAS DE ZONAS DE PROTEÇÃO PARA A POPULAÇÃO CIVIL EM CONFLITOS ARMADOS NO DIH

A Segunda Guerra Mundial e o Conflito Árabe-Israelense ampliaram o escopo da proteção aos não-combatentes, pois foram utilizados como argumento para criar normas para proteger a população civil em conflitos armados.

1.7.1 Segunda Guerra Mundial: Ausência de Normas Legais de Proteção à População Civil

O Padre Jacquinet retornou à França após o fechamento da Zona Jacquinet em 1940, com intenções de recriar uma zona de proteção semelhante a sua em Paris e, assim, contribuir para o esforço na proteção à população civil francesa na Segunda Guerra Mundial.

Mas, ele não teve êxito em criar zonas de proteção diante do armistício assinado entre as autoridades francesas e a Alemanha em 13 de junho de 1940. A tentativa do Padre Jacquinet mostrou o quanto seria difícil criar zonas de proteção para a população civil durante essa guerra.

O CICV também tentou propor a criação de zonas neutralizadas com base nos precedentes bem-sucedidos das Zonas de Segurança de Madrid e na Zona Jacquinet (PICTET, 1958).

As grandes potências, entre elas os Estados Unidos da América (EUA), se recusaram a criar zonas de proteção por causa das operações militares, pois as zonas poderiam vir a se tornar alvos militares (ICRC, 1946).

Também houve tentativas de iniciativa privada em estabelecer zonas de proteção e sanitárias através das sociedades nacionais da Cruz Vermelha, de autoridades locais civis e de particulares (ICRC, 1946). O CICV os aconselhou que primeiro buscassem o consentimento das autoridades competentes (ICRC, 1946).

Várias zonas de proteção foram propostas nas cidades de Siena, Bolonha, Ímola, Constância, em Tromsø, novamente em Xangai (PICTET, 1958). E, também, em Beauvais, Bregenz, Hauteville, Lindau, Lubeck, Praga e Viena (ICRC, 1946).

Tais projetos não obtiveram êxito, pois não foram seguidas de ações oficiais concretas, pois os governos envolvidos na guerra tinham reserva em relação à questão da criação de zonas de proteção à população civil pela mesma razão alegada pelo governo norte-americano (PICTET, 1958).

Por exemplo, o governo italiano recusou declarar a cidade de Siena como uma cidade aberta, uma vez que o sistema rodoviário e ferroviário poderia ser utilizado pelo inimigo (ICRC, 1946).

As recusas limitaram o desempenho da Cruz Vermelha na proteção à população civil, uma vez que os esforços dessa organização em estabelecer as zonas de proteção foram infrutíferos (ICRC, 1969),

Diante da morte de 45 milhões de civis (NATIONALWW2MUSEUM), a Segunda Guerra Mundial tornou-se um divisor de águas na conscientização da comunidade internacional³⁵, pois as normas humanitárias existentes se mostraram disfuncionais na proteção à população civil.

Mas, a Segunda Guerra Mundial sob o prisma da crise foi diferente da Primeira Guerra Mundial, uma vez que a população civil foi o alvo dos beligerantes como os judeus³⁶.

Adler cita John Ikenberry, para justificar a importância do papel que as crises têm na mudança de entendimento. A crise:

[...] decorre da intransigência da instituição política e de relações. Os políticos e os administradores estão continuamente empenhados em lidar com os desafios socioeconômicos, as respostas são canalizadas através das instituições existentes. Em momentos específicos, no entanto, esses desafios podem pôr em causa as regras existentes do jogo e os repertórios de ação do

³⁵ A definição de comunidade internacional que norteará toda a pesquisa é aquela adotada pela teoria construtivista. A comunidade em nível internacional ocorre quando “os atores internacionais estão incorporados em uma estrutura tanto normativa [regras] quanto material [recursos], e, em certas condições, permitem que os atores possam gerar identidades e normas comuns” (ADLER; BARNETT, 1998, p. 10, tradução nossa). Assim, trazendo esse conceito para o objeto de estudo que são as condições dos parâmetros utilizadas na criação de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados, os agentes estatais e agentes não estatais formam uma comunidade internacional, em que esta compartilha um entendimento comum sobre a necessidade de elaborar condições de parâmetros de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados. A interação entre os agentes vai ocorrendo à medida que a realidade vai exigindo novas normas ou a reformulação das existentes. Os Estados atuam em todas as áreas, já as organizações internacionais atuam especificamente em sua área de interesse como o CICV nos conflitos armados e, o *Green Peace*, no meio ambiente. A expressão ‘certa condição’ pode ser exemplificada pelo impacto que o livro de Henry Dunant, *As Memórias de Solferino*, teve nos agentes internacionais, pois desencadeou a construção de normas para humanizar a guerra, modernizando o DIH.

³⁶ Estima-se que o número de judeus mortos teria ultrapassado a casa dos cinco milhões, que, conforme Chirot foram mais de três milhões em campos de concentração, 1.300.000 assassinados e, 800 mil por doenças e nos guetos (NECROMETRICS).

Estado (ADLER, 2005, p. 72 apud IKENBERRY, 1988, p. 234, tradução nossa).

O papel da Segunda Guerra Mundial foi que ela desafiou o entendimento compartilhado dos agentes estatais e dos agentes não estatais de que não havia necessidade de formalizar normas humanitárias em relação à população civil porque ela não integrava os conflitos.

Outro conflito que viria a desafiar o entendimento comum sobre a criação de zonas de proteção na zona de combate foi o Conflito Árabe-Israelense em 1948.

1.7.2 Criação de Zonas Neutralizadas nas Zonas de Combate: o Caso do Conflito Árabe-Israelense

Na Conferência de Peritos Governamentais de 1947³⁷, os especialistas compartilharam conhecimentos e trocaram informações para que chegassem a um entendimento comum sobre quais normas poderiam ser elaboradas para proteger a população civil nos conflitos armados (ICRC, 1947).

Houve duas propostas normativas referentes à criação de zonas de proteção para a população civil (ICRC, 1947). Uma concernente ao estabelecimento de zonas de proteção longe da zona de combate conforme o Projeto de 1938, sendo tais zonas denominadas de zonas de segurança (ICRC, 1947).

E, a segunda seria a criá-las nas zonas de combate. Mas foi rejeita, uma vez que apresentaria certas dificuldades no estabelecimento

³⁷ O CICV organizou a Conferência de Peritos Governamentais que foi realizada de 14 a 26 de abril de 1947 e contou com a participação de 44 peritos de 15 Estados e mais os delegados do CICV. A comissão responsável pelo estudo de zonas de proteção foi a Terceira Comissão. Ela estudou duas propostas da Conferência Preliminar de 1946 (ICRC, 1947). A primeira referiu-se em estender a Convenção de Genebra relativa aos Combatentes Feridos e Doentes aos Civis Feridos e Doentes (ICRC, 1947). A segunda foi elaborar uma nova Convenção que seria relativa às Condições e Proteção de Civis em Tempo de Guerra (ICRC, 1947). A questão sobre a extensão da Convenção ou a criação de uma Convenção específica aos civis vinha sendo discutida desde 1937 (ICRC, 1947). Já naquela época havia dois posicionamentos (ICRC, 1947). O primeiro posicionamento preferia estender, parcialmente, a Convenção, argumentando que a população civil também estava participando indiretamente da guerra, uma vez que todo o território estaria exposto aos bombardeios aéreos, sendo que estes não distinguiam civis de combatentes (ICRC, 1947). Enquanto que o segundo posicionamento, formado pela maioria, argumentava a favor da elaboração de uma Convenção separada que previsse a proteção de modo geral aos civis, alegando que estes estariam fora do domínio tradicional e específico da Convenção relativa aos combatentes feridos e doentes (ICRC, 1947).

delas, tais como: a) a proteção delas, b) a entrada de pessoas não autorizadas, c) a remoção de objetivos militares, d) o não sobrevôo na área e, e) não poderiam estar localizadas perto de linhas de comunicação (ICRC, 1947).

Mas, o Conflito Árabe-Israelense em 1948, mudou a percepção dos membros da comunidade epistêmica de zonas de proteção em relação a criação de referidas zonas nas zonas de combate.

Esse conflito, sob a perspectiva de crise, mostrou aos responsáveis que eles “nem sempre reconhecem que a sua compreensão de questões e ligações complexas é limitada e que, muitas vezes, uma crise ou choque leva a superar a inércia institucional” (HAAS, 1992, p. 14, tradução nossa).

Em 14 de maio de 1948, o governo britânico decidiu se retirar da Palestina³⁸. Vários planos foram rejeitados até que as Nações Unidas chegara a um consenso de dividir a Palestina em um Estado árabe e um Estado judeu, conforme a Resolução 181³⁹ da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU) de 1948 (UNGA, 1948).

Referida Resolução foi o estopim que desencadeou o Conflito Árabe-Israelense em 29 de novembro de 1947, pois os sionistas queriam ampliar o Estado judeu por meio de perseguição aos palestinos e árabes (LANDGREN, 1995; SANDOZ, 1995).

Diante dessa situação, o CICV iniciou as negociações para a criação de zonas de proteção em Jerusalém em 24 de março de 1948 (ICRC, 1948-a). O objetivo das zonas era torná-las um lugar de refúgio para todos aqueles que a procurassem, sem discriminação (ICRC, 1948-a).

No fim de abril de 1948, Jacques Reynier, delegado da Cruz Vermelha na Palestina, apresentou seu projeto para a criação de zonas de proteção para proteger a população civil, mesmo sem o amparo de instrumentos jurídicos que o respaldasse.

³⁸ Após, o fim da Segunda Guerra Mundial, o governo britânico enfrentou ao mesmo tempo duas questões relacionadas aos judeus. A primeira foi que ele estava sendo pressionado para admitir milhares de judeus deslocados durante essa guerra em seu território (UNGA, 1948). E, os judeus que se encontravam na Palestina, deflagraram uma campanha contra o governo britânico que resultou na decisão do governo britânico de se retirar da Palestina em 14 de maio de 1948 (UNGA, 1948).

³⁹ Antes da Resolução, os 700 mil judeus possuíam aproximadamente 6% do território palestino e, após a Resolução, eles passaram a ter 53%, incluindo a faixa costeira, para que criassem seu Estado (ALTMAN, 2013). Já os 1,4 milhão de palestinos além de ficaram com 47% do território palestino, também lhes seriam garantido o pleno direito de cidadania aos 400 mil árabes que viviam nas fronteiras delimitadas pelas Nações Unidas (ALTMAN, 2013).

O esforço de Jacques Reynier refletiu a atuação do próprio CICV em conflitos armados, uma vez que:

[...] a iniciativa do Comitê Internacional nutre o desenvolvimento normativo, por sua vez, o desenvolvimento normativo serve como apoio para a generalização da ação, ao mesmo tempo em que abre a porta para novas iniciativas. Portanto, há interação constante entre o desenvolvimento da prática do Comitê Internacional, por um lado, e o desenvolvimento da doutrina e do direito humanitário, por outro lado (REY-SCHYRR, 1999, primeira parte apud BUGNION, François, tradução nossa).

Reynier se baseou na iniciativa da Zona de Segurança de Madrid que também foi criada na zona de combate (HAROUEL-BURELOUP, 2011). As zonas de proteção em Jerusalém foram denominadas de ‘zonas neutras de segurança’ (ICRC, 1948-a).

Entretanto, a Zona de Segurança de Madrid e as zonas neutras de segurança de Jerusalém tinham duas diferenças.

A primeira diferença foi que a Zona de Segurança de Madrid visava proteger certas categorias da população civil. Enquanto que a zona neutra de segurança em Jerusalém protegeria todos, independentemente de nacionalidade, raça ou religião (ICRC, 1948-a).

A segunda diferença foi que a criação da Zona de Segurança de Madrid foi pela Associação Internacional de Zonas de Genebra e a gestão pelos Nacionalistas. Mas, as zonas neutras de segurança de Jerusalém foram criadas e supervisionadas por uma mesma organização, a Cruz Vermelha (ICRC, 1948-a).

Para Sandoz, a supervisão e a organização por uma mesma organização abriu um precedente, uma vez que a regra seria que a parte que controlasse o território seria a responsável pela gestão, como determinava o art. 10⁴⁰ da Convenção para a Melhoria das Condições dos Feridos e dos Doentes das Forças Armadas em Campanha de 27 de julho de 1929 (SANDOZ, 1995).

⁴⁰ “Art. 10 [...] Cada Alta Parte Contratante deverá notificar a outra, em tempo de paz ou no começo ou durante o curso das hostilidades, mas em todo caso, antes de realmente empregá-las, os nomes das sociedades que serão autorizadas, sob sua responsabilidade, a prestar assistência de serviço médico regular para suas forças armadas” (SCHINDLER; TOMAN, 1988, p. 343, tradução nossa).

As condições dos parâmetros utilizadas na criação das zonas neutras de segurança foram: a) **acordo**: concordância de todos os envolvidos, intermediação de uma organização humanitária internacional e acordo escrito; b) **categoria da população civil**: certas categorias da população civil e determinada etnia; b) **localização**: zona de combate, delimitação precisa; c) **desmilitarização**: não usadas para objetivos militares; d) **sinalização**: tipo; e) **supervisão**: quem.

A condição principal do parâmetro do acordo que é a concordância de todos os envolvidos foi obtida através de negociações que foram intermediadas pelo CICV entre os dias 9 e 17 de maio, sendo tais negociações finalizadas por meio de um acordo escrito (ICRC, 1948-a).

Certas **categorias da população civil** foram aceitas dentro das zonas, como mulheres, crianças, feridos e doentes (ICRC, 1948-a). Mas, também poderiam ser admitidas outras categorias de não-combatentes, pois o objetivo era salvar vidas humanas (ICRC, 1948-a). Os refugiados que adentrassem nas zonas deveriam estar acompanhados pelas respectivas Autoridades de sua residência (ICRC, 1948).

Durante o funcionamento das zonas neutras de segurança, elas acabaram protegendo uma determinada etnia, os árabes e os palestinos (RISTAINO, 2008). O conflito étnico refletiu dentro das zonas, pois os refugiados de ambas as partes no conflito foram separados uns dos outros (ICRC, 1948-a).

Em relação ao parâmetro da **localização**, o desejo inicial de Jacques Reynier era que toda a cidade de Jerusalém fosse uma grande zona de segurança (LANDGREN, 1995; RISTAINO, 2008).

Mas, diante de tal impossibilidade, foi oferecido a Jacques Reynier quase três quartos dos edifícios de Jerusalém que poderiam ser convertidos em zonas neutras de segurança perto da linha de fogo (LEMA, 2003).

As zonas neutras de segurança foram divididas em três zonas que tiveram destinos diferentes. A primeira zona foi composta por um hospital e a Escola Italiana que durou poucos dias, pois foi atacada pelos judeus em 27 de maio de 1948 (ICRC, 1948-a).

A segunda zona neutra de segurança foi formado pelos “edifícios e os campos da Casa do Governador, o Colégio Árabe, a Escola Agrícola Judaica e os ‘bairros casados no quartel *Allenby*’”⁴¹. (ICRC, 1948-a, p. 410, tradução nossa).

⁴¹ Seria um tipo de acomodação para as famílias dos militares.

Essa zona conseguiu abrigar aproximadamente 2000 mil pessoas, sendo que a maioria era árabe (LEMA, 2003). Ela não foi atacada pelo exército judeu, pois este proibiu seus combatentes de atacarem-na (LEMA, 2003).

A população civil ficava abrigada por poucas horas durante o período diurno, uma vez que não havia condições de pernoitar (ICRC, 1948-a) e, não recebiam comida (RISTAINO, 2008).

Quando havia superlotação no interior das zonas, os refugiados ficavam na parte exterior da zona, acomodados em tendas ou ao ar livre (ICRC, 1948-a).

A terceira zona constituiu os prédios, os anexos e os campos do Hotel King David, o Edifício YMCA e a Terra Santa (ICRC, 1948-a).

O Hotel King David foi cedido temporariamente pelas Nações Unidas em junho de 1948, para que fosse utilizado para abrigar os funcionários da Cruz Vermelha e os civis doentes e feridos (SANDOZ, 1995). Ele deixou de ser uma zona neutra de segurança quando foi as forças judaicas o tomaram (RISTAINO, 2008). Na ilustração abaixo a foto do Hotel King David.

Figura 4 - Hotel King David, Jerusalém, 1948



Fonte: MIDDLE EAST ONLINE, 2008.

Em relação à **desmilitarização**, os hotéis não foram utilizados para as operações militares de nenhum dos beligerantes (RISTAINO, 2008), pois as armas e munições não puderam ser levadas para o interior nas zonas (ICRC, 1948-a).

A **sinalização** adotada foi o emblema da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, conforme a figura abaixo (LEMA, 2003).

O CICV queria que fosse adotado outro emblema para a sinalização das zonas de proteção à população civil, diferentemente do utilizado aos combatentes feridos e doentes, para que não houvesse confusão entre as zonas de civis e as dos combatentes (LEMA, 2003).

Figura 5 - Sinalização com a bandeira da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho na Zona Neutra de Segurança no Hotel King David em Jerusalém (1948)



Fonte: BRITISHPATHE.

A **supervisão** das três zonas neutras de segurança foi executada pelo CICV (ICRC, 1948-a).

A criação das zonas neutras de segurança contribuiu pra que houvesse a mudança de entendimentos coletivos em relação aos tipos de zona de proteção que poderiam ser estabelecidas para a população civil durante os conflitos armados.

Essa contribuição permitiu que fosse incluída na Plenária Final da XVII Conferência Internacional da Cruz Vermelha em 1948⁴² (XVII

⁴² A XVII Conferência Internacional ocorreu nos dias 17 de agosto a 1º de setembro de 1948 e contou com a participação de 50 Estados e de 52 delegações da Liga das Sociedades Nacionais

Conferência Internacional (1948)) uma nova norma referente às zonas de proteção, às zonas neutralizadas.

Assim, a Segunda Guerra Mundial e do Conflito Árabe-Israelense possibilitaram a evolução das condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados, em virtude da codificação de tais condições no DIH.

1.8 A EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS PARÂMETROS DE ZONAS DE PROTEÇÃO PARA A POPULAÇÃO CIVIL EM CONFLITOS ARMADOS: CONVENÇÃO DE GENEBRA IV

A evolução dos parâmetros de zonas de proteção ocorreu na Conferência Diplomática de 1949 da qual participaram delegados de 64 Estados (ICRC, 1948-b). Ela foi organizada pelo Conselho Federal Suíço⁴³ e realizada entre os dias 21 de abril a 12 de agosto de 1949 em Genebra (ICRC, 1948-b).

Essa Conferência ficou mais conhecida como as Quatro Convenções de Genebra, pois seu objetivo foi revisar as três primeiras Convenções⁴⁴ e elaborar uma quarta Convenção relativa à proteção da população civil em conflitos armados.

Poder-se-ia afirmar que havia um consenso entre os agentes estatais concernentes a necessidade de elaborar normas de zonas de proteção para a população civil como pode ser percebido pelas declarações estatais como a de Maresco (Itália) que afirmou que a introdução da criação de zonas de segurança nessa Convenção

(ICRC, 1948-b). A referida Conferência teve como objetivo estudar a elaboração do Projeto de Convenção aos Civis, com o intuito de criar normas que pudessem proteger a população civil dos efeitos dos conflitos armados (ICRC, 1948-b).

⁴³ O Estado da Suíça foi o Estado depositário das três primeiras Convenções, por causa disso, ele convocou formalmente a Conferência Diplomática de 1949 (SWISS). A função de um Estado depositário é conservar e administrar os tratados originais e seus respectivos instrumentos de ratificação, assinados pelos Estados Partes; receber comunicações e intervenções dos Estados Partes que são relevantes para a aplicação dos tratados; examinar formalmente comunicações e as intervenções; notificar oficialmente os restantes dos Estados Partes sobre elas; organizar conferências de Estados Partes para examinar emendas propostas e, de acordo com o art. 7 do PA I, o Estado depositário organiza encontros para considerar questões gerais relacionadas com a aplicação das Convenções e dos Protocolos, caso seja solicitado por um ou mais Estados Partes (sujeito à aprovação da maioria dos Estados partes) (SWISS).

⁴⁴ As três Convenções revisadas foram: a) Convenção para a Melhoria das Condições dos Feridos e dos Doentes das Forças Armadas em Campanha de 27 de julho de 1929, b) Convenção da Haia de 18 de outubro de 1907, para que fossem adaptadas para Guerra Naval aos Princípios da Convenção de Genebra de 06 de julho de 1906 e, c) Convenção de Genebra relativa ao Tratamento de Prisioneiros de Guerra de 27 de julho de 1929 (SWISS, 1950?-b).

representaria um passo à frente no direito internacional (SWISS, 1950?-a).

Os Estados convidaram o CICV⁴⁵, na qualidade de perito⁴⁶ (REY-SCHYRR, 1999), para que participasse da Conferência Diplomática de 1949, uma vez que ele vinha debatendo sobre a necessidade de se criar zonas de proteção para a população civil em conflitos desde as Conferências Internacionais da Cruz Vermelha de 1936 e de 1938⁴⁷.

Essa função de perito do CICV é uma característica fundamental dos membros de uma comunidade epistêmica, pois ele poderia auxiliar nas questões que os agentes estatais ainda não tivessem opiniões e crenças formadas (HAAS, 1992).

Ademais, o CICV poderia “elucidar as relações de causa e efeito e prestar aconselhamento sobre os resultados prováveis dos vários cursos de ação [...] que é mais coerente com os interesses políticos preexistentes ou preferências dos decisores políticos” (HAAS, 1992, p. 15-20, tradução nossa).

O CICV também poderia influenciar os membros da comunidade internacional para que introduzissem normas de zonas de proteção, já que ele não teria autoridade para regulamentá-las em um instrumento jurídico (HAAS, 1992) como as Convenções de Genebra.

Além do CICV, outros agentes não estatais participaram da Conferência Diplomática através de memorandos, contribuiu com opiniões e sugestões e ampliou os membros da comunidade epistêmica de zonas de proteção, como a União Internacional para o Bem-Estar Infantil⁴⁸.

⁴⁵ O CICV foi representado por Paul Carry, professor da Universidade de Genebra e membro do CICV, Jean Pictet, diretor-delegado, Claude Pilloud, chefe da divisão jurídica, René-Jean Wilhelm, membro da divisão jurídica e Frédéric Siordet, conselheiro do CICV (REY-SCHYRR, 1999).

⁴⁶ Durante as reuniões das Comissões e da Conferência puderam ser admitidos observadores governamentais, intergovernamentais e peritos para que integrassem os trabalhos da Conferência, pois aqueles poderiam ser requisitados para expressar suas opiniões ou participar das discussões (SWISS, 1950?-b). Porém, eles não teriam direito a voto, pois o voto era restrito aos Estados plenipotenciários (SWISS, 1950?-b).

⁴⁷ Essas duas conferências visaram à formalização de normas que também pudessem proteger a população civil em conflitos armados, uma vez que a população civil se encontrava desamparada normativamente, sem algum tipo de poder legal que a tutelasse (ICRC, 1948-b).

⁴⁸ A União Internacional para o Bem-Estar Infantil, que havia participado da XVII Conferência Internacional (1948) como observadora, encaminhou uma carta a essa Conferência, expressando a sua opinião sobre o artigo das zonas de segurança e instando os membros da Comissão para que o mesmo fosse adotado sem alterações significativas, pois ele estava relacionado com a proteção das mulheres e das crianças (SWISS, 1950?-a).

1.8.1 As Condições dos Parâmetros para as Zonas de Segurança: Art. 12 do Projeto de Convenção aos Civis (1948)⁴⁹

O art. 12⁵⁰ do Projeto de Convenção aos Civis (1948) vai ser analisado em conjunto com o Projeto de Acordo relativo às Zonas Sanitárias e de Segurança e Localidades⁵¹ (Projeto de Acordo)⁵², pois o segundo parágrafo daquele artigo faz menção ao a este Projeto.

A discussão do art. 12 se concentrou na questão fraseológica da primeira frase do primeiro parágrafo desse artigo que dizia que “devem esforçam-se para estabelecer em seu território [...]” (SWISS, 1950?-a).

Durante os debates os Estados queriam substituir o verbo ‘dever’ pelo verbo ‘poder, uma vez que eles queriam que as zonas de segurança fossem impostas, mas sim, que elas fossem facultativas (SWISS, 1950?-a).

Os argumentos estiveram relacionados, implicitamente, com a questão da soberania, pois esta asseguraria ao Estado a autonomia para o gerenciamento de seu aparato administrativo e coibiria qualquer tipo de intervenção de outros Estados em seus assuntos internos (SWISS, 1950?-a).

Os Estados aprovaram a mudança do verbo para ‘poder’ (SWISS, 1950?-a).

A zona de segurança foi aprovada no fim da Conferência e o número do artigo de 12 foi mudado para 14⁵³ e o nome do Projeto de Convenção aos civis foi renomeado para CG IV.

As condições dos parâmetros contidas no art. 14 e no Projeto de Acordo da CG IV foram: a) **acordo**: acordo direto entre as partes envolvidas no conflito e a instituição pelas Potências Protetoras ou pelo CICV; b) **categoria da população**: algumas categorias da população

⁴⁹ O Projeto de Convenção aos Civis foi elaborado na XVII Conferência Internacional (1948) e encaminhado pelo CICV aos governos na Conferência Diplomática (1949), a fim de eles implementassem, o mais rápido possível, o referido projeto (ICRC, 1948-b). A urgência decorria do fato que a população civil carecia de instrumentos jurídicos que a protegesse, já que também havia se tornado vítima direta da guerra.

⁵⁰ A redação do artigo na íntegra encontra-se no Anexo E.

⁵¹ O Projeto de Acordo foi elaborado com o intuito de que fosse empregado como modelo para o estabelecimento de zonas de segurança, para que facilitasse o desenvolvimento dos planos de contingência pelos Estados (PICTET, 1958). Mas nada impediria que os Estados elaborassem seus próprios planos, embora muitos desses planos não pudessem ser postos em prática, uma vez que seria quase impossível prever situações que ainda não tivessem ocorridos (PICTET, 1958).

⁵² No Anexo F está o Projeto de Acordo relativo às Zonas Sanitárias e de Segurança e Localidades da CG IV.

⁵³ A redação do artigo na sua totalidade encontra-se no Anexo G.

civil; c) **localização**: área pequena, escassamente povoada e área sem importância militar; d) **desmilitarização**: nenhuma atividade vinculada às operações militares no interior das zonas, evacuação de objetivos militares no interior das zonas, as linhas de comunicação e de transportes não podem ser usadas para objetivos militares e as zonas de podem ser defendidas por meios militares; e) **sinalização**: tipo e iluminação noturna; f) **supervisão**: quem e função.

O parâmetro do **acordo** determinou que as partes pudessem acordar entre si em tempo de paz (art. 14.1) e no tempo de guerra (art. 14.2) ou poderiam ser instituídas pelas Potências Protetoras e o CICV (art. 14.3)

O parâmetro da **categoria da população civil** restringiu as pessoas que seriam admitidas dentro das zonas: a) feridos, b) doentes, c) idosos, d) crianças menores de 15 anos, e) grávidas, f) mães de crianças menores de sete anos (art. 14.1).

O Projeto de Acordo incluiu também as pessoas encarregadas da organização e da administração das zonas de segurança (art. 1.1), bem como os residentes onde as zonas de segurança fossem estabelecidas (art. 1.2 do Projeto de Acordo).

O parâmetro da **localização** previu que as zonas de segurança seriam criadas em uma pequena parte do território (art. 4.a do Projeto de Acordo), sendo que tal território deveria ser escassamente povoado (art. 4.b do Projeto do Acordo) e as áreas não teriam importância para as operações militares (art. 4.d do Projeto de Acordo).

Em relação ao parâmetro da **desmilitarização**, as pessoas dentro das zonas de segurança não poderiam ser empregadas em trabalhos voltados para as operações militares ou para a produção de material de guerra (art. 2 do Projeto de Acordo).

Ademais, zonas de segurança deveriam ser removidas e livres de todos os objetivos militares ou estabelecimentos administrativos ou de indústrias grandes (art. 4.c do Projeto de Acordo).

E, as linhas de comunicações e os meios de transportes não poderiam ser utilizados para o transporte de pessoal e material militares, mesmo que só para trânsito (art. 5.a do Projeto de Acordo) e as zonas de segurança não poderiam ser defendidas por meios militares (art. 5.b do Projeto de Acordo).

O parâmetro da **sinalização** determinou o tipo de emblema que seriam faixas vermelhas oblíquas sobre um fundo branco, colocadas em edifícios e recintos exteriores (art. 6, do Projeto de Acordo).

As zonas de segurança também deveriam ser sinalizadas à noite (art. 6, do Projeto de Acordo) e a possibilidade de mudar o emblema seria por meio de acordos especiais (PICTET, 1958).

O parâmetro da **supervisão** definiu que Comissões Especiais ficariam responsáveis por supervisionar o cumprimento das condições e das obrigações do acordo (art. 8 do Projeto de Acordo).

1.8.2 As Condições dos Parâmetros para as Zonas de Segurança: Art. 12 (bis) do Projeto de Convenção aos Civis (1948)

A redação do art. 12 (bis)⁵⁴ do Projeto de Convenção aos Civis (ICRC, 1948-c) também foi debatido entre os agentes estatais.

Em relação ao primeiro parágrafo, o Reino Unido propôs a substituição dos termos ‘pessoas’ por ‘civis, pois aquele termo poderia gerar incertezas, no sentido de que o seu significado poderia ser abrangente e incluir os militares que estivessem na reserva.

A referida substituição deixaria claro que quem teria direito de adentrar nas zonas neutralizadas seriam os civis e os combatentes feridos e doentes (SWISS, 1950?-a).

A sugestão para o segundo parágrafo foi apresentada pela Bélgica que observou que poderia ter havido um equívoco ao redigir a seguinte sentença, ‘a referida zona deve permanecer em vigor’, pois para ela o correto seria ‘a referida zona deve ser neutralizada’ ou ‘este acordo deve permanecer em vigor’ (SWISS, 1950?-a).

A Delegação Belga alegou que a Parte que estabelecesse a zona neutralizada poderia utilizá-la para objetivos militares até o término da vigência da zona e não da do acordo, pois este poderia ser cancelado pela outra Parte, caso a zona fosse empregada militarmente (SWISS, 1950?-a).

As delegações dos Estados concordaram e adotaram as duas sugestões apresentadas pelo Reino Unido e pela Bélgica (SWISS, 1950?-a). Também foi alterada a numeração do artigo, de 12 (bis) passou para 15⁵⁵ da CG IV.

As condições dos parâmetros determinadas no art. 15 da CG IV foram: a) **acordo**: acordo direto entre as partes envolvidas no conflito, acordo intermediado por uma Potência Protetora ou por uma organização humanitária e acordo escrito; b) **categoria da população civil**: todas as categorias da população civil; c) **localização**: na zona de

⁵⁴ A redação do artigo está no Anexo H.

⁵⁵ A integralidade do art. 15 da CG IV encontra-se no Anexo I.

combate; d) **desmilitarização**: a população civil abrigada nas zonas não pode executar atividades com objetivos militares no interior delas; e) **supervisão**: quem.

O parâmetro do **acordo** determina que ele possa ser negociado tanto entre as partes envolvidas no conflito quanto pelo intermédio de uma Potência Protetora ou de alguma organização humanitária (art.15.1), além de que ele fosse escrito (art.15.2) e fixasse a duração inicial e final das zonas neutralizadas (art.15.2).

A **categoria da população civil** foi mais ampla que a do art. 14, pois além de incluir os não-combatentes feridos e doentes (art. 15.1.a), também permitiu a entrada dos civis que não fazem parte do conflito (art. 15.1.b, primeira parte).

A **localização** é onde está ocorrendo o conflito (art.15.1), quer dizer, na zona de combate.

A **desmilitarização** diz respeito à proibição da execução de trabalhos com objetivos militares pelas pessoas civis enquanto residem nas zonas neutralizadas (art.15.1.b, segunda parte).

A **supervisão** foi prevista no art.15.2, mas não regulamentou tal função.

As zonas de segurança contêm mais condições de parâmetros do que as zonas neutralizadas.

Poder-se-ia inferir que a afirmação dessa sentença está atrelada a localização dessas duas zonas contribuiu, uma vez que, a princípio, a zona de segurança é criada longe da zona de combate e a sua duração pode ser mais permanente (PICTET, 1958).

Enquanto que a zona neutralizada é estabelecida na zona de combate durante o ‘calor do conflito’, assim, passado este momento, a zona pode ser desfeita, não necessitando de tantas condições para o seu funcionamento.

Diante do exposto, a comunidade epistêmica de zonas de proteção foi a responsável pela transformação das normas sociais⁵⁶ em relação às condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados como as Zonas de Genebra, as cidades de segurança, as zonas de segurança, as zonas neutras de segurança em normas legais através da codificação do art. 14 e do art. 15 da CG IV.

⁵⁶ As normas sociais são as normas que ainda não foram formalizadas, mas elas estabelecem o que é adequado e o que não é adequado em relação a crenças, atitudes, comportamentos (PRINCETON). Elas podem variar e evoluir ao longo do tempo. Elas também podem ser regras que coordenem as interações uns com os outros (PRINCETON).

Mas, as referidas condições se consolidaram quando a comunidade epistêmica de zonas de proteção percebeu que após a entrada em vigor da CG IV, as normas de zonas de segurança e de zonas neutralizadas apresentaram lacunas que dificultaram a aplicação delas nos conflitos⁵⁷ deflagrados após 1949 (UN, 1970).

⁵⁷ A ordem para listar os conflitos é o nome e (ano e o número de mortos): Indonésia vs República das Molucas do Sul (1950 / 1000); Guerra da Coreia (1950-1953 / 995,000); Revolução Boliviana (1952 / 1,000); Guerra de independência da Tunísia (1952-1954 / 3,000); Quênia, Mau-Mau vs Reino Unido (1952-1956 / 17,100); Governo da Indonésia vs Darul Islam (1953 / 2,700); Guerra de independência de Marrocos (1953-1956 / 3,000); Primeira Crise do Estreito de Taiwan (1954-1955 / 2,370); Guerra de independência da Argélia (1954-1962 / 182,526); Exército vs Peron na Argentina (1955 / 5,000); Guerra de independência de Camarões (1955-1960 / 11,700); Guerra Civil do Vietnã (1955-1964 / 164,923); Guerra do Sinai (1956 / 2,142); Ocupação Soviética na Hungria (1956 / 3,171); Revolta Tibetana (1956-1959 / 12,000); Revolução Cubana (1956-1959 / 1,000); Revolta de PPRI/Peremesta (Governo Revolucionário da República da Indonésia) e na Indonésia (1957-1961 / 27,200); Primeira Guerra do Líbano (1958 / 1,400); Segunda Crise do Estreito de Taiwan (1958 / 1,500); Guerra Civil no Iraque (1959 / 2,000); Crise no Congo (1960-1965 / 7,150); Primeira Guerra cursdo-iraquiana (1960-1970 / 6,600); Guerra Civil do Laos (1960-1973 / 21,500); Guerra de independência de Angola (1961-1975 / 79,000); Guerra Sino-Indiana (1962 / 2,105); Guerra Civil da Argélia (1962-1963 / 1,500); Guerra Civil Norte Iémen (1962-1970 / 10,000); Guerra de independência da Guiné-Bissau (1962-1974 / 15,000); Primeira Guerra Civil Ruanda (1963-1964 / 1,000); Governo do Sudão vs Insurgentes (1963-1972 / 10,000); Guerra de independência de Moçambique (1964-1975 / 13,500); Governo da Colômbia vs Guerilha da FARC e ELN (1964-2012 / 47,303); Golpe na República Dominicana (1965 / 4,027); Segunda Guerra pela Cashemira (1965 / 5,000); Guerra do Vietnã (1965-1975 / 2.048,050); Anexação da Nova Guiné Ocidental pela Indonésia (1965-1978 / 2,100); Guerra Civil da Guatemala (1965-1955 / 88,575); Namíbia vs África do Sul (1966-1988 / 10,000); Guerra Civil do Chade (1966-2010 / 35, 924); Guerra dos Seis Dias (1967 / 10,047); Guerra Civil da Nigéria (1967-1970 / 75,000); Guerra Civil do Camboja (1967-1975 / 246,204); Revolução Cultural Chinesa (1967-1976 / 2.050,000); Governo da Rodésia vs ZANU, SAPU, PF (1967-1979 / 27,080); Guerra do Futebol: Honduras vs El Salvador (1969 / 2,107) e, Israel versus Egito (1969-1970 / 5,520) (WAR-MEMORIAL).

2 A CONSOLIDAÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS PARÂMETROS DE ZONAS DE PROTEÇÃO PARA A POPULAÇÃO CIVIL EM CONFLITOS ARMADOS

O segundo capítulo analisa a consolidação das condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados através do Relatório das Nações Unidas de 1970, da criação de zonas de proteção pelo CICV entre 1971 e 1975 e do PA I.

2.1 NAÇÕES UNIDAS: REFÚGIOS OU SANTUÁRIOS PARA A POPULAÇÃO CIVIL EM CONFLITOS ARMADOS

A consolidação das condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população inicial em conflitos armados inicia com a entrada das Nações Unidas como membro da comunidade epistêmica de zonas de proteção.

As Nações Unidas passaram a se preocupar com os direitos humanos em conflitos armados a partir da Conferência Internacional de Direitos Humanos das Nações Unidas realizada em Teerã em 1968⁵⁸.

Em 1970, o Secretário-Geral elaborou um relatório relativo ao ‘Respeito aos Direitos Humanos em Conflitos Armados’ (Relatório das Nações Unidas de 1970) que foi divulgado em 18 de setembro.

Um dos capítulos desenvolvidos foi sobre a ‘Proteção de Civis’ que estudou a questão do estabelecimento de refúgios ou santuários⁵⁹ para os civis como solução para melhorar a proteção deles nos conflitos armados (UNGA, 1970).

A conclusão do relatório foi que o não estabelecimento das zonas de proteção do DIH ocorreu devido a algumas limitações deste como a restrição na admissão da categoria da população civil nas zonas e à dificuldade de se obter o consentimento de todos os envolvidos após o início das hostilidades (UNGA, 1970).

A base jurídica para a criação dos refúgios ou santuários foi a ‘Convenção da Haia para a Proteção de Propriedade Cultural no evento

⁵⁸ A Conferência Internacional de Direitos Humanos das Nações Unidas realizada em Teerã (Irã) ocorreu entre os dias 22 de abril a 13 de maio 1968 e contou com a presença de 84 Estados e algumas organizações internacionais e organizações não internacionais (ONGs) (HERNANDEZ, 2010). O objetivo dela foi avaliar os vinte anos de proteção dos direitos humanos no âmbito das Nações Unidas, iniciada com a Declaração Universal de 1948 (HERNANDEZ, 2010) e afirmar as ideias de indivisibilidade e universalidade dos direitos humanos (HERNANDEZ, 2010).

⁵⁹ Nessa sessão vai ser mantida a expressão ‘refúgios ou santuários’ ao invés de ‘zonas de proteção’, pois foi à expressão que o Relatório das Nações Unidas de 1970 empregou.

de um Conflito Armado de 14 de maio de 1954' (Convenção da Haia de 1954), mas foi adaptada para que se enquadrasse aos civis (UNGA, 1970).

A terminologia que designa os lugares de proteção dos bens culturais é 'refúgio' e 'centro'. O termo 'refúgio' foi escolhido ao invés de 'centro', pois este seria para bens culturais imóveis e aquele para bens culturais móveis (como é o caso dos civis) (UNGA, 1970).

As condições dos parâmetros de refúgios ou santuários do Relatório das Nações Unidas de 1970 foram: a) **acordo**: indicação pelos Estados; b) **categoria da população civil**: todas as categorias da população civil; c) **localização**: área sem importância militar; d) **desmilitarização**: desmilitarização completa dos refúgios ou santuários, nenhuma atividade vinculada às operações militares, a não criação em estabelecimentos, linhas de comunicação e de transporte e o não uso para as operações militares; e) **policimento interno**: policiais; f) **sinalização**: iluminação diurna, iluminação noturna, colocada nos perímetros e limites, identificação de funcionários e tipo; g) **supervisão**: quem e função.

O **acordo** sobre o estabelecimento dos refúgios e santuários iria ocorrer antes do início dos confrontos (UNGA, 1970) através de um instrumento internacional que poderia assumir a forma de um Protocolo Adicional às Convenções de Genebra (1949) ou poderia ser um instrumento internacional separado⁶⁰ (UNGA, 1970).

Inicialmente esse instrumento seria somente aplicado para conflitos internacionais, mas, também poderia ser aplicado aos conflitos internos (UNGA, 1970).

Poder-se-ia deduzir que haveria dois obstáculos na indicação dos Estados sobre os lugares de refúgios ou santuários à população civil.

O primeiro obstáculo diria respeito ao tamanho do espaço designado pra abrigar a população civil, pois o espaço seria muito maior do que aquele que necessário para proteger os bens culturais.

O segundo estaria relacionado com o primeiro obstáculo, pois, dependendo da dimensão espacial dos refúgios ou santuários, eles poderiam se tornar obstáculos para as operações militares.

O parâmetro da **categoria da população civil** seria abrigar, inicialmente, todos os civis (UNGA, 1970). Mas, caso não houvesse

⁶⁰ O 'instrumento internacional' poderia ser adotado pela Assembleia Geral, com base em projetos submetidos por peritos, ou poderia ser adotado por uma conferência de Estados convocada pela Assembleia Geral. Ou, ainda, poderia ser concluído por uma conferência dos Estados Partes das Convenções de Genebra convocadas por um Estado interessado (UNGA, 1970).

acomodações suficientes, seria dado preferência aos civis doentes e feridos, idosos, crianças menores de 15 anos, grávidas, mães de crianças menores de sete anos e as pessoas responsáveis pela organização, gestão e supervisão dos refúgios ou santuários (UNGA, 1970).

Os refúgios e os santuários não poderiam estar **localizados** direta ou indiretamente em áreas de estratégia militar para as partes no conflito (UNGA, 1970).

No parâmetro da **desmilitarização**, os refúgios e santuários deveriam ser completamente desmilitarizados, estariam proibidos de realizarem trabalhos que estivesse vinculado com as operações militares, não poderiam conter grandes estabelecimentos industriais ou administrativos e centros de comunicação e transportes importantes e, deveriam ser evitadas instalações que poderiam vir a ser utilizadas para objetivos militares (UNGA, 1970).

Em relação ao parâmetro do **policimento interno**, poderia haver a presença de policiais para manter a paz e a ordem (UNGA, 1970).

A **sinalização** deveria ser visível de dia e com iluminação noturna adequada, para que fosse reconhecida por todos (UNGA, 1970), além de que a sinalização deveria ser posta em todo o perímetro e outros recintos dos refúgios (UNGA, 1970).

As pessoas abrigadas e o pessoal de serviço também poderiam ser identificados através de cartões e o último poderia vestir uniformes especiais ou usar braceletes com alguma insígnia, sendo que esta poderia ser estendida para o pessoal do transporte (UNGA, 1970).

O Relatório das Nações Unidas de 1970 cita dois exemplos de **sinalização** que poderiam ser empregados: 1) o art. 6 do Projeto de Acordo da CG IV e 2) o art. 16 da Convenção da Haia de 1954 (UNGA, 1970).

Este último artigo emprega um emblema que é formado por:

[..] um escudo de ponta para baixo, partido em aspa, azul e branco (o escudo contém um quadrado azul-marinho, um dos vértices do qual ocupa a parte inferior do escudo e um triângulo, também de cor azul-marinho na parte superior, sendo os dois lados ocupados por triângulos brancos (BRASIL, 1956).

Poder-se-ia inferir que a proposta das Nações Unidas poderia ter indicado somente um tipo de sinalização como meio de agilizar o

estabelecimento dos refúgios ou santuários, sendo preferível que fosse sugerido somente a sinalização prevista pelo CG IV.

O parâmetro da **supervisão** seria realizado por um Observador-Geral ou um Comissário-Geral que seria escolhido a partir de uma lista previamente preparada em tempo de paz.

As partes envolvidas no conflito poderiam apontar seus representantes que iriam trabalhar em conjunto com o Observador-Geral ou o Comissário-Geral (UNGA, 1970). A função seria verificar e controlar o cumprimento das obrigações (UNGA, 1970).

Em 09 de dezembro de 1970, a tema sobre os refúgios ou santuários foi retomada na 25ª Sessão da Assembleia das Nações Unidas que aprovou a Resolução 2675 (XXV) referente aos ‘Princípios básicos para a proteção da população civil em conflitos armados’ (UNGA, 1970).

Citada Resolução afirmou no sexto parágrafo que os “Locais ou áreas designadas para a única proteção de civis, tais como zonas sanitárias ou abrigos semelhantes, não devem ser objeto de operações militares” (UNGA, 1970, p. 21, tradução nossa).

A integração das Nações Unidas na comunidade epistêmica de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados permitiu:

[...] identificar e interpretar problemas dentro dos quadros existentes e dos protocolos prévios e, então, tentar administrar os problemas de acordo com os procedimentos existentes que podem ser aplicados em casos análogos (HAAS, 1992, p. 28, tradução nossa).

Assim, a Resolução 2675 contribuiu para estender o papel das Nações Unidas, no sentido de assumir novas responsabilidades pertinentes ao alívio do sofrimento humano de qualquer tipo, mesmo aqueles provocados pelos conflitos armados.

2.2 A APLICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS PARÂMETROS DE ZONAS DE PROTEÇÃO PARA A POPULAÇÃO CIVIL EM CONFLITOS ARMADOS PELO CICV ENTRE 1971 A 1975

O CICV também declarou sobre as dificuldades de pôr em prática em normas do DIH pertinentes as zonas de proteção quando procurou empregar tais normas nos conflitos que estavam ocorrendo em

Dacar, Nicósia, Saigon e Phnom-Penh entre 1971 a 1975, mas sem sucesso.

As normas humanitárias de zonas de proteção foram adaptadas para que pudessem abrigar a população civil nos momentos mais intensos dos conflitos, mostrando que a prática em conjunto com as interações entre os agentes podem formar novas normas (BRUNNÉE; TOOPE, 2010) que seriam as localidades não defendidas e as zonas desmilitarizadas que serão comentadas mais adiante.

A primeira zona foi criada em Dacar durante a Independência de Bangladesh em 1971 que envolveu a Liga Awami (Índia) e o exército paquistanês (COOPER; ALI, 2003).

De março a maio de 1971 mais de 15.000 bengalis foram mortes em Dacar e em Chittagong (COOPER; ALI, 2003). Em junho, mais de um milhão de pessoas sucumbiram à campanha de terror perpetrada pelo Exército do Paquistão (COOPER; ALI, 2003).

O objetivo do chefe da delegação do CICV era proteger toda a população por meio da criação de uma zona neutralizada em Dacar, mas, devido à escalada do conflito, apenas duas zonas de proteção foram criadas, uma em um colégio e outra no Sheraton Hotel.

O governo do Paquistão consentiu a criação delas, contudo, pela urgência do caso, não foi possível obter também o consentimento das autoridades indianas, mas estas foram informadas assim que possível (SANDOZ, 1995).

Enquanto houve a duração das zonas, elas foram respeitadas pelos beligerantes e desempenharam um papel eficiente e de importância humanitária aos civis (SANDOZ, 1995), mesmo que foi possível obter a concordância de todos os envolvidos no conflito da criação das zonas de proteção, condição precípua do parâmetro do acordo.

A segunda zona de proteção foi criada em 14 de agosto 1974 na Nicósia, Chipre, durante o conflito interno que foi deflagrado por meio de um golpe liderado pela guarda nacional cipriota que depôs o presidente Makarios III e o substituiu por Nikos Sampson (WARNER, 2009)⁶¹.

⁶¹ Esse conflito seria caracterizado como um conflito interno. A princípio, as quatro zonas de proteção do DIH, zona de segurança, zona neutralizada, localidades não defendidas e zonas desmilitarizadas, foram regulamentadas para conflitos de caráter internacional. O art. 3 comum às Quatro Convenções de Genebra (1949) regulamenta sobre os conflitos de caráter não internacional. Para os Estados e para o CICV, o art. 3 é considerado como uma 'mini Convenção' (PICTET, 1958), ou 'Convenção da Cruz Vermelha em miniatura' ou 'miniatura de Carta de Direitos para aqueles que são vítimas de conflitos internos (OETER, 1997 apud

A população civil começou a buscar refúgio de modo voluntário nos hotéis (SANDOZ, 1995). Diante desse fato, o CICV tomou a iniciativa para negociar um acordo de criação de zonas de proteção com as autoridades locais, bem como com a Grécia, a Turquia, os EUA e o governo Britânico, sendo que todos consentiram na criação delas (SANDOZ, 1995).

As zonas de proteção foram estabelecidas em três hotéis nas áreas onde estavam ocorrendo o conflito, sendo que elas abrigaram todas as categorias da população civil e elas foram devidamente sinalizadas (SANDOZ, 1995, p. 909).

Para Sandoz, “as zonas funcionaram bem e deram abrigo a quase 2.000 civis durante o período mais intenso do combate até o cessar-fogo em 16 de agosto de 1974” (1995, p. 910, tradução nossa).

A terceira zona de proteção foi estabelecida durante a Guerra do Vietnã. Esse conflito iniciou quando os vietcongues, com o apoio de Ho Chi Minh e dos soviéticos, atacaram uma base norte-americana localizada no Vietnã do Sul em 1959.

Em abril de 1975, duas zonas neutralizadas foram estabelecidas no Vietnã, uma na sede da Cruz Vermelha Vietnamense e outra em um prédio na vizinhança (SANDOZ *et al.*, 1987).

As duas zonas proveram abrigo a certas categorias da população civil, uma vez que não havia capacidade de receber uma quantidade maior (SANDOZ *et al.*, 1987).

Poder-se-ia deduzir que a restrição nas categorias da população civil admitidas no interior das zonas foi possível, segundo o art. 14 da CG IV.

BAXTER, 1974). Para Oeter (1997), o art. 3 adaptou os princípios fundamentais mais importantes relativos aos meios e aos métodos do conflito internacional para o conflito civil tais como a diferença entre combatentes e a população civil, proibição da guerra indiscriminada, proteção dos feridos e doentes e a captura do combatente inimigo. Os beligerantes também podem empregar o art. 3 para criação de zonas de proteção em conflitos civis, especificamente o parágrafo terceiro que determina que “As partes do conflito devem esforçar-se para pôr em vigor, por meio de acordos especiais, todas ou partes das restantes disposições da presente Convenção”. Esse parágrafo permite que as partes envolvidas no conflito possam empregar a totalidade ou parte de outras disposições que constam nas quatro Convenções de Genebra (1949) por meio de acordos especiais (PICTET, 1958). As partes envolvidas no conflito são inteiramente livres de escolher as disposições presentes naquelas Convenções e devem ser encorajadas na aplicação das mesmas (PICTET, 1958). Além de que o quarto parágrafo do art. 3 prevê a não alteração do *status* dos grupos rebeldes no conflito civil. Assim, os grupos rebeldes podem participar do acordo da criação de zonas de proteção sem que o seu *status* seja alterado. Mas, na prática, os agentes estatais tendem a excluí-los dos acordos, pois se poderia inferir que para o Estado a inclusão deles no acordo poderia dar a conotação de que eles possuiriam legitimidade para atuar no conflito, mudando o seu *status*.

A quarta zona de proteção foi criada durante o golpe liderado por Pol Pot, líder do exército Khmer Vermelho, em Phnom Penh (Camboja) em 1975 (SANDOZ *et al.*, 1987).

Referida zona foi criada no Le Phnom Hotel pelo CICV que não conseguiu obter o consentimento das partes envolvidas no conflito antes da criação, mas as informou posteriormente sobre o estabelecimento da mesma (SANDOZ *et al.*, 1987).

A duração dessa zona foi de apenas dois dias, mas foi suficiente para dar abrigo aos dois mil civis que buscaram proteção (SANDOZ *et al.*, 1987).

Se, de um lado, o tipo de zona de proteção criada nos quatro conflitos mencionados se assemelhou à zona neutralizada da CG IV, pois foi estabelecida nas zonas de combates. De outro, não houve a concordância prévia de todos os envolvidos para o estabelecimento das zonas de proteção.

Assim, poder-se-ia inferir que houve uma inovação por parte do CICV, ao criar algumas zonas sem o consentimento de todos os envolvidos, ressaltando a necessidade de complementar ou elaborar novas normas de zonas de proteção no DIH.

As evidências empíricas supracitadas serviram para promover novas ideias que foram estimuladas durante a Conferência Diplomática de 1974-1977 que elaborou as localidades não defendidas e as zonas desmilitarizadas o PA I.

2.3 LOCALIDADES NÃO DEFENDIDAS E ZONAS DESMILITARIZADAS: PROTOCOLO ADICIONAL I

A elaboração do PA I ‘obrigou’ os Estados a voltarem a negociar e renegociar seus interesses (ADLER, 2005), compartilhando o entendimento coletivo da necessidade de reafirmar certas normas e princípios existentes e desenvolver outras normas, para que fossem codificados e completados em uma série de regras que, muitas vezes, estavam implícitos nestas normas, mas que, agora, se tornariam explícitos. (ICRC, 1971).

A Conferência Diplomática de 1974 a 1977⁶² contou com a presença de 126 Estados e a participação *in loco* de vários agentes não

⁶² A Conferência Diplomática sobre a Reafirmação e Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável nos Conflitos Armados foi organizada pelo Conselho Federal Suíço. Ela foi realizada em quatro momentos: de 20 de fevereiro a 29 de março de 1974 (Primeira Sessão), de três de fevereiro a 18 de abril de 1975 (Segunda Sessão), de 21 de abril a 11 de junho de 1976 (Terceira Sessão) e de 17 de março a 10 de junho de 1977 (Quarta

estatais, seja fisicamente seja através de envio de memorandos como a União Internacional de Sindicatos de Polícia⁶³.

A participação estatal foi maior do que na Conferência Diplomática de 1949, pois, além de haver mais Estados por causa dos movimentos de independência, também indicou que havia “uma rede global de atores intimamente ligados” (BRUNNÉE; TOOPE, 2010, p. 143, tradução nossa) ao regime jurídico humanitário.

Novamente, o CICV desempenhou um papel importante na formulação das condições dos parâmetros de zonas de proteção. Poder-se-ia afirmar que o CICV se tornou tornando um agente transnacional (HAAS, 1992), uma vez que os tomadores de decisão solicitaram informações e delegaram responsabilidades a ele nessa Conferência.

Um exemplo de solicitação de informação foi a breve explanação sobre a diferença entre o art. 25 do Regulamento em Anexo da IV Convenção da Haia de 1907 e o art. 52 do Projeto do I Protocolo Adicional⁶⁴, por Mirimanoff-Chilikine⁶⁵, representante do CICV, visto

Sessão) (SWISS, 1978-a). A Conferência contou com a participação de 126 Estados⁶², sendo que esse número variou de uma sessão à outra, pois na primeira foram 126 Estados, na segunda foram 121, na terceira foram 106 e na última foram 109 (SWISS, 1978-a). Os movimentos de libertação nacionais também estiveram presentes (SWISS, 1978-a).

⁶³ A União Internacional de Sindicatos de Polícia apresentou uma proposta referente ao art. 52.5 e ao art. 53.4, que incluiria a seguinte sentença no começo do parágrafo de cada um desses artigos: “A presença, nesta localidade/zona, de pessoas especialmente protegidas sob este Protocolo e as Convenções e a presença de força policial retida para o único propósito de manter a lei e a ordem não é contrária às condições neste artigo” (SWISS, 1978- b, p.240, tradução nossa).

⁶⁴ O Projeto do I Protocolo Adicional foi elaborado na Conferência de Peritos Governamentais em 1971 (ICRC, 1971) que teve como base a proposta do CICV desenvolvida na XXI Conferência Internacional da Cruz Vermelha em 1969 (ICRC, 1971). Esta conferência iniciou a elaboração dos projetos dos protocolos adicionais às Convenções de Genebra (1949), entre as questões estudadas estava à inclusão de mais duas novas zonas de proteção, as localidades não defendidas e as localidades neutralizadas (alterada para zonas desmilitarizadas) (ICRC, 1969). E, a Conferência de Peritos Governamentais sobre a Reafirmação e Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável nos Conflitos Armados foi organizada pelo CICV e realizada em Genebra entre os dias 24 de maio a 12 de junho de 1971. Ela teve a participação de 54 Estados (ICRC, 1971). Os temas discutidos nessa Conferência foram os mesmos da XXI Conferência (1969), sendo que cada tema foi discutido de modo separado. O tema pertinente à pesquisa foi sobre ‘o fortalecimento da proteção da população civil contra os perigos das hostilidades’ que abordou a criação de zonas ou localidades que gozam de *status* particular em vista de sua proteção especial (ICRC, 1971).

⁶⁵ Mirimanoff-Chilikine destacou quatro diferenças entre o art. 52 e o art. 25 que seriam: 1) o estabelecimento de seus *status*, 2) o controle delas, 3) a sinalização e 4) as condições que elas deveriam cumprir para que fossem declaradas como localidades não defendidas (SWISS, 1978-c). Em relação ao art. 25, ele expressa uma das normas fundamentais do conflito armado que é não atacar alvos que são estejam sendo utilizados com propósitos militares ou defendidos por estes meios (SWISS, 1978-c). Ademais, que o artigo precisa do cumprimento do *status*, pois, a partir do momento que uma localidade se torna não defendida, adquire *de*

que algumas delegações sustentaram as suas propostas com base no art. 25 (SWISS, 1978-c).

Um exemplo de delegação de responsabilidade foi que o CICV elaborou os Projetos de Protocolos Adicionais, bem como duas novas normas de zonas de proteção. O CICV justificou sobre tais inclusões, alegando que:

As duas categorias de zonas mencionadas na IV Convenção, assim, fornecem uma limitação quanto aos beneficiários e implica, possivelmente, a sua remoção para essas zonas durante os períodos de conflito armado. Frequentemente, essas zonas apresentam dificuldades, porque elas devem sempre ter uma grande capacidade para acomodar as pessoas, em comparação com sua população local. Essas dificuldades foram, aliás, apontadas pelos especialistas consultados pelo CICV em 1970 e enfatizaram a necessidade de prover com outras categorias de zonas, de modo a garantir a proteção da população civil como um todo e, em qualquer caso, tomar as disposições das Convenções de Haia de 1907 como base (ICRC, 1971, p. 92, tradução nossa).

As zonas de segurança e as zonas neutralizadas foram testadas e, diante da dificuldade da obtenção do consentimento de todos os envolvidos ‘no calor do conflito’, a solução encontrada foi à inclusão das localidades não defendidas no rol das zonas de proteção nas Convenções de Genebra.

facto o seu reconhecimento (SWISS, 1978-c). Assim, não é preciso um acordo expresso das partes envolvidas no conflito para determinar que tal localidade não esteja sendo defendida, pois vale o reconhecimento tácito pela Parte adversária (ICRC, 1971-a). Já o reconhecimento do art. 52 estaria vinculado com o cumprimento de modo obrigatório e na íntegra do segundo parágrafo que corresponde às condições, enquanto que o controle e a sinalização podem ser dispensados. E, a Potência Protetora passa a desempenhar um novo papel, a de intermediária de acordos sobre o estabelecimento de localidades não defendidas (art. 52.4) e de localidades neutralizadas (art. 52.2) (SWISS, 1978-c).

2.3.1 As condições dos parâmetros para as Localidades não Defendidas: Art. 52 do Projeto do I Protocolo Adicional de 1971⁶⁶

As localidades não defendidas poderiam ter sido incorporadas na CG IV, pois elas já haviam sido codificadas no art. o art. 25 do Regulamento em Anexo da IV Convenção da Haia de 1907.

Mas elas não foram. Para Adler (2005), a seleção seria um processo político que determinaria quais políticas seriam adotadas efetivamente. Poder-se-ia inferir que a razão delas não terem integrada a CG IV foi porque elas não precisariam da concordância prévia dos envolvidos no conflito, assim, elas poderiam ser impostas as partes.

O principal debate foi em relação ao art. 52.5 que trata sobre o parâmetro do policiamento interno, eis que:

As presenças, nestas localidades, de pessoal médico militar, pessoal da defesa civil, **forças policiais civis**, pessoal militar ferido e doente, bem como os capelães militares, não são contrárias às condições estipuladas no segundo parágrafo (SWISS, 1978-d, p.237, grifo nosso, tradução nossa).

O Brasil, representado por Starling, sugeriu que fosse suprimida a palavra ‘civis’ de ‘forças policiais civis’ (SWISS, 1978-d), apresentando três argumentações que justificavam tal exclusão.

A primeira foi que não havia distinção entre as forças policiais civis e as forças policiais militares, já que ambas visariam à manutenção da lei e da ordem (SWISS, 1978-c).

A segunda disse respeito ao pessoal militar ferido e doente que se encontrassem no interior das localidades não defendidas onde se encontrava, pois poderia haver força policial militar para protegê-los (SWISS, 1978-c).

E a terceira argumentação fez alusão a alguns Estados onde certas forças policiais poderiam vir a se tornar membros das forças armadas em conflitos e, assim, a polícia militar poderia ser a única capaz de manter a ordem (SWISS, 1978-c).

Ronzitti, da Delegação Italiana, apoiou a proposta e as argumentações expostas pelo Brasil, pois “o termo [‘civis’] teria grandes

⁶⁶ A íntegra do art. 52 do Projeto do I Protocolo Adicional encontra-se no Anexo J.

dificuldades práticas para alguns Estados, por causa de sua legislação doméstica particular” (SWISS, 1978-c, p. 211, tradução nossa).

E, Rozzitti ainda acrescentou o que pode ser considerada a quarta argumentação, alegando que a permanência da referida palavra seria contrária ao que pretende o artigo, tendo em vista que a meta dele é humanitária, logo, é necessário ampliar o máximo possível a aplicação dele perante os Estados (SWISS, 1978-c).

Soriano (Filipinas) também concordou com a proposta do Brasil, citando o exemplo de seu país que não possui uma agência civil com a finalidade de manter a paz e a ordem (SWISS, 1978-c).

A Comissão responsável pelas zonas de proteção sugeriu que fosse excluído o tipo de sinalização que seria utilizada para demarcar as localidades conforme o art. 52.6.

Ambas as sugestões foram adotadas pelas Delegações Estatais, reformulando a redação do artigo, bem como a mudança da numeração de 52 para 59⁶⁷ (SWISS, 1978-d). Tais sugestões foram adotadas também para o art. 53 do Projeto do I Protocolo Adicional, assim, eles não foram debatidos novamente quando se discutiu este artigo.

As condições dos parâmetros determinadas no art. 59 do PA I foram: a) **acordo**: acordo direto entre as partes envolvidas no conflito, declaração unilateral e acordo escrito; b) **categoria da população civil**: todas as categorias da população civil; c) **localização**: próximo da zona de combate; na zona de combate e delimitação precisa; d) **desmilitarização**: evacuação de combatentes, de armas e equipamentos móveis militares, não ser usadas para objetivos militares e nenhuma atividade vinculada às operações militares; e) **policimento interno**: função.

O parâmetro do **acordo** permite que possa ocorrer declaração unilateral (art. 59.2), mas que, em seguida, deverá ser enviada uma declaração por escrito à outra parte, contendo informações que descrevem mais precisamente quanto possível os limites da localidade não defendida (art. 59.4). Todavia, as Partes também podem acordar diretamente entre elas (art. 59.5).

Toda a **categoria da população civil** será aceita nas localidades não defendidas, desde que não participando direta e indiretamente no conflito (art. 59.3). Mas não serão aceitos os combatentes (art. 59.2.a).

Em relação ao parâmetro da **localização**, as localidades não defendidas devem ser um local que não esteja habitado e próximo ou na zona de combate onde as forças de combate estão em contato (art. 59.2).

⁶⁷ A redação do art. 59 do I Protocolo Adicional (1977) está no Anexo K.

E a delimitação seja mais precisa quanto possível (art. 59.4, primeira frase e art. 59.5, segunda parte).

Poder-se-ia inferir que se as localidades não defendidas acabassem estando em uma zona de combate, logo, seria difícil que elas não estivessem em áreas sem importância militar e afastadas ou livres de estabelecimentos militares e ou administrativos.

O parâmetro da **desmilitarização** das localidades não defendidas consiste na evacuação de combatentes, de armas e equipamentos móveis militares (art. 59.2.a) e nenhum uso hostil deverá ser feito das instalações militares que se encontrarem nas áreas onde forem declaradas localidades não defendidas (art.59.2.b) e nenhuma atividade vinculada às operações militares (art. 59.2.d).

O parâmetro do **policimento** interno foi previsto no art. 59.3 que tem a finalidade de manter a lei a ordem.

O parâmetro da **supervisão** determinou que as partes negociassem os métodos da supervisão (art. 59.5), mas não designou quem seria o responsável pela supervisão e nem a função que seria exercida.

A aprovação do art. 59.2 mostrou que os agentes estatais conseguiram construir um entendimento comum sobre a possibilidade de criar zonas de proteção para a população civil em conflitos armados através de uma declaração unilateral, sem a necessidade de haver um acordo prévio.

De certa forma, poder-se-ia inferir que o papel do CICV como membro da comunidade epistêmica de zonas de proteção contribuiu para tal aprovação, uma vez que ele mesmo estabeleceu zonas de proteção sem a anuência de todos os envolvidos no conflito.

2.3.2 Parâmetros para as Localidades Neutralizadas: Art. 53 do Projeto do I Protocolo Adicional de 1971⁶⁸

A possibilidade de existir localidades neutralizadas teve seus primeiros contornos no Acordo de Armistício de Panmunjeom entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte em 1953⁶⁹ e no Acordo de Retirada

⁶⁸ A redação do art. 53 do Projeto do I Protocolo Adicional encontra-se no Anexo L.

⁶⁹ Em 1948, os EUA e a URSS ocuparam a Coreia, dividindo-a em Coreia do Sul (EUA) e em Coreia do Norte (URSS) (SANDLER, 2009). Em 1950, a Coreia do Norte invadiu a Coreia do Sul com o intuito de unificar a península sob o regime comunista. O conflito se estendeu até 1953 quando foi assinado o Acordo de Armistício de Panmunjeom, o qual foi assinado pelas duas Coreias, dividindo-as em duas no paralelo 38 (SANDLER, 2009). O art. I (6) e (10) desse Acordo prevê que nenhum dos lados deve executar nenhum ato hostil dentro, fora, ou contra o

entre Israel e Síria em 1974⁷⁰, sendo que ambos os acordos estabeleceram zonas desmilitarizadas que continuam vigentes até hoje (HENCKAERTS; DOSWALD-BECK, 2005).

Essas duas práticas contribuíram para a inovação de uma nova norma de zonas de proteção, a norma pertinente às zonas desmilitarizadas.

O título da norma foi alterado de ‘localidades neutralizadas’ para ‘zonas desmilitarizadas’ por abranger tanto a questão da completa retirada de forças militares quanto da necessidade de um acordo para criá-las.

Além da alteração do título do artigo, a numeração também foi mudada de 53 para 60⁷¹ do PA I (SWISS, 1978-d).

As condições dos parâmetros determinadas no art. 60 do PA I foram: a) **acordo**: acordo direto entre as partes envolvidas no conflito, acordo intermediado por uma Potência Protetora ou uma organização humanitária internacional, declaração recíproca ou concordante, acordo verbal, e acordo escrito; b) **categoria da população civil**: todas as categorias da população civil; c) **localização**: longe da zona de combate, na zona de combate e delimitação precisa; d) **desmilitarização**: evacuação de combatentes, de armas e equipamentos móveis militares, não ser usadas para objetivos militares e nenhuma atividade vinculada às operações militares; e) **policimento interno**: função.

Em relação ao parâmetro do **acordo**, este pode ser escrito ou verbal (art. 60.2), pode ser negociado entre as partes (art. 60.2) ou pode ser intermediado por uma Potência Protetora ou uma organização humanitária imparcial (art. 60.2). Também pode ser declarado de modo recíproco e concordante (art. 60.2).

O acordo permite que elas mantenham o seu *status*, independentemente de quem está no controle das zonas, desde que não estivessem sendo ocupadas militarmente.

Todos os civis serão aceitos no parâmetro da **categoria da população civil**, desde que não participando direta e indiretamente no conflito (art. 60.3). Também, não serão aceitos os combatentes (art. 60.3.a).

estabelecimento de zonas desmilitarizadas (HENCKAERTS; DOSWALD-BECK, 2005). E, o art. I (10) prevê o total de mil pessoas que cada lado pode empregar dentro das zonas de uma só vez em nenhuma circunstância (HENCKAERTS; DOSWALD-BECK, 2005).

⁷⁰ O conflito entre a Síria e Israel foi o conflito entre árabes e judeus para a retomada do controle dos territórios do lado sírio que Israel havia conquistado em 1973 durante a Guerra dos Seis Dias.

⁷¹ A redação do art. 60 do I Protocolo Adicional (1977) está no Anexo M.

O parâmetro da **localização** prevê que as zonas desmilitarizadas sejam estabelecidas longe do conflito (art. 60.1). Mas pode acontecer de essas zonas virem a se encontrar nas zonas de combate, por causa do andamento dos conflitos (art. 60.6). E a delimitação seja mais precisa quanto possível (art. 60.2).

O parâmetro da **desmilitarização** das zonas desmilitarizadas é semelhante ao das localidades não defendidas, pois também determina a evacuação de combatentes, de armas e equipamentos móveis militares (art. 60.3.a), nenhum uso hostil deverá ser feito das instalações militares que se encontrarem nas áreas onde forem declaradas localidades não defendidas (art.60.3.b). Mas a diferença está no art. 60.3.d que prevê que qualquer atividade vinculada aos esforços militares deve ser cessada.

O parâmetro do **policimento** interno no art. 60.4 e o parâmetro da **supervisão** no art. 60.2 são idênticos ao das localidades não defendidas.

Quatro breves considerações serão explanadas sobre o art. 59.2 das localidades não defendidas e do art. 60.3 das zonas desmilitarizada. A primeira consideração seria que o estabelecimento delas poderia acontecer, mesmo que não fossem cumpridos os requisitos previstos no art. 59.2 e no art. 60.3, respectivamente.

A segunda consideração é que para Sandoz *et al.* (1978), as quatro alíneas das localidades não defendidas (art. 59.2) e das zonas desmilitarizada (art. 60.3) não impedem que as zonas de proteção sejam usadas como apoio logístico para grupos de combatentes que podem estar vestindo uniformes ou estar à paisana.

Mas, poder-se-ia inferir que seria temerário o estabelecimento delas sem o cumprimento integral daquelas quatro alíneas, uma vez que a outra Parte poderia percebê-las como parte do conflito, podendo pôr em risco a proteção da população civil ali abrigada.

A terceira consideração é que não há distinção na prática das quatro alíneas, segundo Michael Bothe (1982), pois, poder-se-ia deduzir que como a zona desmilitarizada tem caráter civil, logo, conclui-se que houve a exclusão tudo o que está relacionado com objetivos e objetos militares.

E, a quarta consideração é que a ausência de uma regulamentação sobre um emblema específico para sinalizar as localidades não defendidas e as zonas desmilitarizada, poderia ser vista como positiva, pois as Partes teriam livre-arbítrio de escolherem a sinalização que melhor poderia ser identificada pelos seus combatentes.

Por exemplo, Israel poderia optar em usar como emblema, o ‘Escudo de Davi Vermelho’, nas zonas de proteção que fossem criadas

neste país, pois o mesmo vem sendo empregado em seus serviços de saúde das forças armadas e da Sociedade Nacional de Israel (SWISS, 1950?-b).

Se comparada às quatro alíneas do art. 59.2 e do art. 60.3 com as condições de desmilitarização da CG IV, poder-se-ia perceber que houve complementação e inovação com a introdução daqueles dois artigos.

A alínea (c) representaria uma novidade ao determinar que ‘as autoridades e a população não cometeriam atos de hostilidade’.

Enquanto que a complementação estaria relacionada com a alínea (b) e (c), pois, dependendo da localização das zonas de proteção, poderiam existir instalações militares fixas, assim, houve a regulamentação do uso não hostil de tais instalações enquanto as zonas estivessem funcionando

O PA I buscou sanar as limitações e dificuldades apresentadas pela CG IV que foi possível através da união de “diversos membros do grupo, incluindo especialistas técnicos e tomadores de decisão do governo” (BLOODGOOD, 2008, p. 10 apud DUNLOP, 2000, tradução nossa).

Um exemplo de desmilitarização com base no art. 60 do PA I foi o estabelecimento de zona de segurança ao redor do Hospital de Jaffna durante o conflito civil entre o governo do Sri Lanka os Tigres de Libertação do Tamil Eelam (LTTE), através de um acordo com o CICV em 1990 (HENCKAERTS; DOSWALD-BECK, 2005).

Embora, o CICV tenha nomeado a zona de proteção criada em Jaffna de ‘zona de segurança’, ela teve mais características de ‘zonas desmilitarizadas’ como pode ser percebida pelas condições contidas no acordo:

A área permanecerá vazia de qualquer instalação militar ou política;

Nenhuma ação militar será realizada a partir de ou contra a área de segurança;

Nenhuma base, a instalação ou a posição militar de qualquer tipo será estabelecida ou mantida dentro da área;

Nenhum militar será estacionado e nenhum equipamento militar será armazenado em qualquer momento dentro da referida área;

Nenhuma arma será ativada a partir de fora da área de segurança contra pessoas ou edifícios dentro da área de segurança (HENCKAERTS;

DOSWALD-BECK, 2005, p. 682, tradução nossa).

As condições da desmilitarização foram regulamentadas de modo expresso e detalhado e teve a concordância de todos os envolvidos no conflito.

O CICV avisou as partes no conflito que, caso houvesse violações reiteradas das condições previstas acima, ele poderia retirar unilateralmente a proteção da área (HENCKAERTS; DOSWALD-BECK, 2005).

Em menos de dois dias após a assinatura do acordo, o exército do Sri Lanka atacou a zona de segurança, sendo que referido ataque foi condenado publicamente pelo CICV (FROHARDT; PAUL; MINEAR, 1999, p 48). Depois do ataque, a zona foi respeitada por ambos os lados até 1995 quando ela foi fechada (FROHARDT; PAUL; MINEAR, 1999).

As localidades não defendidas e as zonas desmilitarizadas inseridas no PA I evidenciaram a possibilidade de criar novas normas através das práticas realizadas pelos agentes.

Tais práticas contribuem para fortalecer o papel da comunidade epistêmica de zonas de proteção, mostrando a importância perante aos agentes estatais, pois desempenharam a função de moldar os interesses dos Estados, de estabelecer novos padrões de comportamento dos Estados em relação às zonas de proteção e ajudar na promoção da formalização das normas de zonas de proteção para a população civil.

2.4 FUNÇÃO DAS ZONAS DE PROTEÇÃO PARA A POPULAÇÃO CIVIL EM CONFLITOS ARMADOS NA DÉCADA 1990

As zonas de proteção para a população civil em conflitos armados tiveram outra função durante a década de 1990 que foi a contenção do fluxo de refugiados.

Durante o período da Guerra Fria, os Estados recém-independentes foram cooptados pelas duas superpotências, EUA e URSS, para que “escolhessem” a qual lado pertenceria na confrontação ideológica.

As duas superpotências não procuraram resolver as contradições internas daqueles Estados quando estes foram cooptados, mas sim as maquiaram por meio de “alinhavo político-militar que

permitia neutralizar tensões e desequilíbrios regionais” (NASCIMENTO, 2012, p. 49).

O papel que os refugiados⁷² representaram nesse contexto político-estratégico e de superioridade na rivalidade geopolítica das superpotências foi muito importante, pois eles eram considerados como ‘aquisição’ (HELTON, 2002).

Para Bill Frelick:

[...] durante esse tempo, no entanto, os refugiados eram muitas vezes tolerados, mesmo encorajados a deixar seus países de origem, porque eles tinham um papel de apoio que representavam no drama da Guerra Fria. [...] Muitas vezes, eles faziam parte dos objetivos da política externa dos países de acolhimento, pois podiam trabalhar para desestabilizar os governos de seu país de origem, que o governo anfitrião e seus patronos consideravam inimigos (1993, p. 5, tradução nossa).

Mas com o fim da Guerra Fria houve a mudança do papel dos refugiados que passaram a ser considerados mais como ‘estorvos’ do que uma aquisição (HYNDMAN, 2003).

Os refugiados foram percebidos pelos Estados receptores como um passivo aos Estados receptores, pois estes deviam cumprir com certas garantias previstas na Convenção de 1951, tais como moradia, segurança, alimentação, saúde, trabalho aos refugiados, direitos que os estrangeiros não têm.

Assim, os Estados passaram a fechar as suas fronteiras estatais⁷³, justificando o fechamento com base na soberania⁷⁴.

⁷² É considerado refugiado o indivíduo que receia “com razão de ele ser perseguido em virtude de sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontra fora do país de que tem nacionalidade e não possa ou, em virtude daquele receio, não queira pedir a proteção daquele país; ou que, se não tiver nacionalidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira voltar” (ACNUR).

⁷³ Exemplos de Estados que fecharam as suas fronteiras: Turquia e Iraque em 1991; Zaire e Ruanda em 1994 e em 1996; Tanzânia e Burundi em 1995; Ruanda e Burundi em 1996; Macedônia e Kosovo em 1996; todas as fronteiras dos Estados que são vizinhos do Afeganistão em 2000-2001; Chade e Sudão em 2006; Jordânia e Iraque em 2006; Síria/Irã e Iraque em 2007; Malaui e Tanzânia em 2007; Quênia e Somália em 2007 que perdura até hoje; Egito e a Faixa de Gaza e Israel em 2007 que também perdura até hoje; República Democrática do Congo e Zâmbia em 2008 e, Arábia Saudita e Iêmen em 2009 (LONG, 2010).

Essa mudança na política internacional coincidiu com o aumento dos conflitos internos, uma vez que foram trazidas à tona aquelas contradições maquiadas pelas duas superpotências.

Os conflitos internos expuseram a real situação de fragilidade dos Estados que ou não tinham condições mínimas de proteger a sua população ou não tinham interesse em fazê-lo diante da violência desmedida e sem controle, provadas pelas aspirações nacionalistas e pelas rivalidades étnicas que tinham como motivo ou a expulsão ou a eliminação de etnias ou grupos rivais (LANDGREN, 1995).

A consequência dos conflitos civis foi à fuga em massa da população civil em busca de refúgio em outros Estados. Para Ann Vibeke Egli, fluxo em massa pode ser descrito como:

[...] a travessia repentina e rápida de fronteiras internacionais por um grande número de estrangeiros indesejados que estão em busca de segurança do grave perigo e de outras ameaças à sua vida e à liberdade. As causas [...] [geralmente] são conflitos armados, violência generalizada e da opressão ou perseguição de segmentos inteiros de uma população em um país que é incapaz ou não consegue proteger seus próprios cidadãos (EGGLI, 2002, p.23, tradução nossa).

Assim, houve o crescimento considerável⁷⁵ de solicitação do reconhecimento do *status* de refugiado que se tornou uma afronta aos

⁷⁴ O Estado é soberano para admitir e ‘barrar a entrada’ de quem ele quiser. Em relação à admissão, o Estado pode aumentar os requisitos mínimos necessários para a entrada em seu território (CHIMNI, 1995; HELTON, 2005; HYNDMAN, 2003; PHUONG, 2005). A Convenção de 1951 também é utilizada como argumento pelos Estados para não conceder o reconhecimento do *status* de refugiados, alegando que estes ou não se enquadram em um dos cinco motivos de perseguição (raça, nacionalidade, religião, grupo social ou opinião política) ou estão fora dos limites temporais e geográficos previstos naquela Convenção (HELTON, 2002). Há também os obstáculos naturais que impõem limitações no cruzamento de fronteiras estatais como as ilhas, no caso do Sri Lanka ou regiões montanhosas como as do norte do Iraque com a Turquia (COHEN; DENG, 1998). Os obstáculos em relação à entrada dos refugiados evitam que o princípio do non-refoulement previsto no art. 33 da Convenção de 1951 sejam violado. Assim, se os refugiados não conseguem cruzar as fronteiras, os Estados anfitriões não estão obrigados a prover aos refugiados os direitos que lhes são inerentes. Assim, referido Estado não está descumprindo o requisito da extraterritorialidade que vincula o refugiado ao Estado anfitrião sob uma base territorial, mantendo a estaticidade do conceito de refugiado (PHUONG, 2005), apesar de que o art. 33 da Convenção de 1951 não menciona o requisito da extraterritorialidade.

⁷⁵ O período escolhido para mostrar o crescimento de solicitação do reconhecimento do *status* de refugiado foi de 1989 com a queda do Muro de Berlim até o ano da criação da última zona

Estados que não queriam recebê-los como os governos ocidentais e os africanos (COHEN; DENG, 1998).

Este fato motivou a comunidade internacional, através das Nações Unidas, a optar por soluções que mantivesse aqueles indivíduos em seus Estados de origem⁷⁶.

Uma dessas soluções foi à criação de zonas de proteção na década de 1990 que permitiu que os Estados pudessem restringir a admissão não prevista de refugiados (HELTON, 2002).

Essa solução, além de dar proteção aos ‘refugiados de fato’⁷⁷, também buscou proteger os repatriados e os deslocados internos.

Assim, o fluxo em massa foi à razão pela qual houve a mudança no objetivo de proteção de caráter humanitário para caráter político.

Tal mudança na função inicial das zonas de proteção terá impacto nas condições dos parâmetros, principalmente nos parâmetros do acordo, das categorias da população civil, da localização, da desmilitarização e do policiamento.

As normas legais de zonas de proteção dispostas no DIH e que foram aprovadas pelos Estados durante as Conferências Diplomáticas poderiam ser utilizadas na criação das zonas de proteção pelas agências das Nações Unidas na década de 1990, mas não foram, como poderá ser percebido na análise dos casos do Sri Lanka, do Iraque, da Bósnia-Herzegovina e de Ruanda irão mostrar nas próximas seções.

de segurança pelo CSNU em 1994. Em 1989 foram 585.739 solicitações; em 1990 foram 3.243,317; em 1991 foram 1.200,793; em 1992 foram 3.258,106; em 1993 foram 2.236,845 e em 1994 foram 1.993,481 (UNHCR, 2012-a).

⁷⁶ Nesse capítulo não será analisada a criação de zona de segurança como sob o prisma de comprometer o direito de asilo, pois não é a proposta da pesquisa. Mas, em breves palavras, há autores que alegam que os governos utilizam as zonas de proteção como pretexto para negar o asilo e, assim, empurrar os refugiados de volta às suas fronteiras. Para uma abordagem detalhada sobre essa questão: LONG, KATY. **No entry!** A review of UNHCR’s response to border closures in situations of mass refugee influx. UNHCR. 2010. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4c207bd59.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2013. COHEN, Roberta; DENG, Francis M. **Masses in Flight: The Global Crisis of Internal Displacement**. Washington: The Brookings Institution, 1998. HASPEL, Sophie. “Safe Havens”. In: BURGESS, Guy; BURGESS, Heidi (Orgs.). **Beyond Intractability**. Boulder: Conflict Information Consortium, University of Colorado, 2003. Disponível em: <<http://www.beyondintractability.org/essay/safe-havens>>. Acesso em: 15 maio 2013.

⁷⁷ Os ‘refugiados de fato’ (*would be refugee*) são indivíduos que tentam cruzar as fronteiras estatais, mas, por algum motivo, não conseguem e têm que permanecer em seu Estado de origem. Os autores que empregam o termo ‘refugiados de fato’ em suas pesquisas são: FRELICK, 1993, p. 6; FRANCO, 1995, p. 872; HYNDMAN, 2000, p. 18; GRIFFITHS; O’CALLAGHAN, 2002, p.282; HELTON, 2002, p. 173; FERRIS, 2011, p.26.

2.5 OS *OPEN RELIEF CENTERS* (CENTROS DE SOCORRO ABERTOS) (ORCS): SRI LANKA (1990)

O ACNUR estava fazendo o repatriamento voluntário dos refugiados do Sri Lanka que estavam abrigados em campos de refugiados na Índia, bem como atendendo os deslocados internos quando o conflito civil⁷⁸ entre o governo do Sri Lanka e os LTTEs⁷⁹ reiniciou em junho de 1990⁸⁰ (CLARENCE, 1993).

Nessa época, a situação dos tâmeis tornou-se dramática, pois, ao mesmo tempo, em que o ACNUR tinha conseguido repatriar 43 mil refugiados (CLARENCE, 1991), mais de 100 mil tâmeis haviam conseguido chegar à Índia em pequenos barcos (CLARENCE, 1993).

Se, de um lado, o número de refugiados diminuiu por causa do fechamento do Estreito de Palk⁸¹, tornando quase impossível chegar à Índia (LANDGREN, 1995). Por outro, o número de deslocados internos foi muito alto, sendo que as estimativas do ACNUR foram mais de 800 mil (CLARENCE, 1991).

⁷⁸ Em 1983, houve a escalada da violência entre as forças do governo e os LTTEs, quando estes mataram treze soldados das forças do governo na península de Jaffna (HYNDMAN, 2003). O governo respondeu aquele ataque, matando milhares de tâmeis (HYNDMAN, 2003) e destruindo suas propriedades (SENEVIRANTE; STAVROPOULOU 1998). Os tâmeis fugiram para o norte, intensificando os sentimentos separatistas (SENEVIRANTE; STAVROPOULOU 1998). O resultado do conflito foi um grande deslocamento em massa de tâmeis, mas também de cingaleses e de refugiados para a Índia, chegando a configurar uma diáspora tâmil (HYNDMAN, 2003). Segundo estimativas do governo indiano, mais de 135 mil pessoas foram abrigadas nos campos⁷⁸ localizados no sul Índia (CLARENCE, 1991). Essa situação fez com que o governo do Sri Lanka solicitasse a ajuda ao ACNUR para assistir os refugiados e os deslocados através de seu programa de repatriamento. Referido órgão abriu cinco escritórios em cinco cidades desse país: Colombo, Jaffna, Trincomalee, Vavuniya, Mannar (CLARENCE, 1991). De todos os cinco escritórios, Mannar foi o que mais investiu em infraestrutura e em serviços, uma vez que a maioria dos refugiados passava por essa região para cruzar a fronteira com a Índia (CLARENCE, 1991).

⁷⁹ Na década de 1970 surgiram grupos separatistas que defendiam o nacionalismo Tamil, entre eles, O grupo separatista militar dos LTTEs em 1976 (HYNDAMN, 2000) que lutavam para reivindicar um Estado Tamil independente, o Eelam Tamil no norte e no leste do Sri Lanka (SENEVIRANTE; STAVROPOULOU, 1998).

⁸⁰ Os motivos que levaram à criação do grupo LTTEs poderiam ser datados após a Independência do Sri Lanka em relação à Grã-Bretanha em 1948. Esse evento fez ascender o nacionalismo budista, maioria da população civil, frente ao dos Tamil. O governo indiano aprovou três políticas que, de certo modo, além de acirrar o conflito étnico entre cingaleses e tâmeis, também prejudicaram os tâmeis que foram: 1) a negação da cidadania para os tâmeis indianos (SENEVIRANTE; STAVROPOULOU, 1998; 2) a abertura de oportunidades agrícolas para os camponeses sem terra da etnia cingalesa no norte e no leste do país como meio de colonizar as terras onde viviam os tâmeis (SENEVIRANTE; STAVROPOULOU, 1998) e, 3) a adoção da língua oficial cingalesa em 1956 (CLARENCE, 1993).

⁸¹ O único meio de chegar à Índia é através de barco no Estreito de Palk que tem a menor distância para a costa indiana (LANDGREN, 1995).

O ACNUR se confrontou com o seguinte dilema quando o conflito se reiniciou: ao mesmo tempo em que tinha que assistir aos deslocados internos que haviam sido repatriados, tinha que ajudar os refugiados, pois, até aquele momento, poder-se-ia inferir que tinha sido a primeira vez que aquele órgão presenciava *in loco* um êxodo em massa de refugiados.

Essa situação foi importante para o ACNUR, uma vez que ele estava em posição estratégica para auxiliar os repatriados, os deslocado internos e os refugiados⁸². Mas como seria executada tal empreitada, uma vez que não fazia parte de suas funções?

A resposta foi à criação dos ORCs⁸³ que foi realizada de modo *ad hoc*, pois não havia precedentes nas diretrizes do ACNUR em estabelecer aqueles centros como meio de conter o fluxo de refugiados em potenciais, pois, até então, o foco principal era o repatriamento voluntário deles (CLARENCE, 1993).

Os ORCs podem ser definidos como um lugar temporário onde os deslocados internos podem entrar ou sair nos momentos mais intensos do conflito, a fim de que obtenham assistência necessária dentro de um ambiente seguro (CLARENCE, 1991; TISO, 1994).

O CICV⁸⁴ auxiliou o ACNUR nesses estabelecimentos e, inclusive, durante as negociações iniciais com o governo do Sri Lanka, pois o CICV tinha experiência em criar zonas de proteção, mas não para milhares de pessoas.

⁸² A presença do ACNUR poderia contribuir para eliminar as causas dos movimentos desse êxodo, conforme a Conclusão do Comitê Executivo nº 40 (XXXVI)⁸² (CLARENCE, 1991). A Conclusão do Comitê Executivo nº 40 (XXXVI) foi elaborado pelo Comitê Executivo do ACNUR que foi utilizado como um guia concernente ao repatriamento voluntário. Tal documento foi endossado pela AGNU em 12 de dezembro de 1985 (UNGA, 1985). Assim, a presença do ACNUR, na visão de Bill Clarence, se tornou um desafio em relação a “extensões não ortodoxas e indesejáveis do tradicional mandato” desse órgão (CLARENCE, 1993, p. 587, tradução nossa), como a intervenção em situações de conflito que poderiam configurar como produtoras de refugiados.

⁸³ O governo do Sri Lanka também estabeleceu os centros ou campos de bem-estar (*welfare or camps Centers*) em suas áreas e nas áreas que eram controladas pelos LTTEs quem fazia o transporte de comida era o CICV (SENEVIRATNE; STAVROPOULOU, 1998). Ademais, aqueles centros enfrentaram graves problemas em relação à questão sanitária e de saúde, mas a educação procurou ser mantida (SENEVIRATNE; STAVROPOULOU, 1998).

⁸⁴ O CICV, para que pudesse manter a sua neutralidade e sua imparcialidade, e para que ele não estivesse vinculado diretamente com as ações do ACNUR, criou suas próprias zonas de proteção em outras áreas nas quais não havia a presença daquela agência (CLARENCE, 1993), como a zona de proteção criada ao redor do Hospital de Jaffna que foi analisado na seção 1.5.2. Mais detalhes sobre a atuação do CICV no Sri Lanka ver em: (SENEVIRANTE; STAVROPOULOU).

Entre julho e agosto de 1990, o CICV e o ACNUR procuraram negociar a criação de zonas de proteção, semelhante às zonas desmilitarizadas do art. 60 do PA I com o governo do Sri Lanka (CLARENCE, 1991), sendo a base para a criação dos ORCs, o DIH (LANDGREN, 1995; SANDOZ, 1995, YAMASHITA, 2004).

Porém, o governo rejeitou tal proposta, considerando-a inviável sob o ponto de vista técnico e político (CHIMNI, 1995). Assim, para Chimni (1995), os ORCs foram um tipo de zona de proteção menos ambicioso que as zonas desmilitarizadas.

Mesmo sem um consentimento formal do governo e ter excluído os LTTEs da negociação, o ACNUR estabeleceu os ORCs. Entretanto, três anos depois, em 1º de fevereiro de 1993, os ORCs foram reconhecidos formalmente pelo governo através de um Memorando de Entendimento (MDE)⁸⁵⁸⁶.

A análise das condições dos parâmetros se focará no ORC criado no Santuário de Madhu que foram: a) **acordo**: intermediação por uma organização internacional, acordo escrito e a concordância de um ou algumas partes envolvidas no conflito; b) **categoria da população civil**: todas as categorias da população civil; c) **localização**: próximo da zona de combate, áreas remotas, delimitação geográfica precisa, área pequena, escassamente povoada, área sem importância militar e afastada ou livre de estabelecimentos militares e ou administrativos; d) **desmilitarização**: uso militar, não intervenção em seu interior, não ser defendida por meios militares; e) **sinalização**: tipo e colocada no perímetro; e, f) **supervisão**: quem e função.

O parâmetro do **acordo** teve como condição a intermediação de uma organização internacional, o ACNUR, com o governo do Sri Lanka. O acordo foi constituído na forma de um Memorando de Entendimento que formalizou a criação e a manutenção dos ORCs e dos Subcentros de Socorros Abertos (*Open Relief Sub-Centers*) (ORSCs). O funcionamento destes últimos estava diretamente vinculado aos ORCs (CLARENCE, 1991).

A vigência do Memorando foi do dia 1º de fevereiro de 1993 até 31 de dezembro de 1994, mas, caso fosse necessário, poderia ser

⁸⁵ Um Memorando de Entendimento é um tipo de instrumento internacional, mas, informal, que não precisa de ratificação (UN). Ele é empregado pelas Nações Unidas como meio de organizar as operações de manutenção de da paz, mas, na pesquisa, ele foi utilizado para criar zonas de proteção, os ORCs E ORSCs, que tiveram a finalidade de administrar e de organizar os centros e lidar com a questão dos deslocados e dos repatriados (UN).

⁸⁶ A íntegra do Memorando de Entendimento se encontra no Anexo N.

renovado até o dia 31 de dezembro do ano subsequente como previsto no quarto parágrafo do MDE.

O MDE não foi acordado com os LTTEs. Poder-se-ia inferir que a ausência da participação dos LTTEs no MDE não forneceu uma segurança absoluta aos ORCs como será percebido pelo parâmetro da desmilitarização.

Entretanto, o ACNUR procurou negociar informalmente com os LTTEs, a fim de que fosse assegurada a cooperação dele na manutenção dos ORCs (CLARENCE, 1993).

De modo geral, todos acabaram consentindo, o governo, os LTTEs e, inclusive, o governo indiano (CHIMNI, 1995), evidenciando a importância da necessidade da negociação política em nível não apenas internacional, mas, também em nível local.

Para Hyndman, “o consentimento não foi somente contratual, no termo legal, mas ele foi politicamente constituído através das estruturas da sociedade civil” (2003, 183, tradução nossa).

Essa solução consensual *ad hoc*, que foi obtida com as partes envolvidas no conflito, estava além da estrutura normativa tradicional das Nações Unidas (BRUDERLEIN; JOHNS, 1999).

Em relação ao parâmetro da **categoria da população civil**, a condição que foi adotada, foi à admissão de todos, sem discriminação, com exceção dos civis que não estivessem participando direta e indiretamente no conflito (CLARENCE, 1993).

Os membros dos LTTEs adentravam nos ORCs, principalmente, o do Santuário de Madhu, para visitar seus familiares (ASIA WATCH, 1993).

Isso levanta uma questão importante sobre permitir ou não esse tipo de visita. Poder-se-ia inferir que, a princípio, não poderia ser permitido, pois o ORC poderia ser percebido pelas forças armadas do governo como não neutra e parcial.

E, também, poder-se-ia deduzir que os LTTEs poderiam cooptar integrantes no interior dos ORCs.

Assim, todos aqueles que adentrariam na zona de proteção deveriam estar conscientes de que não poderia haver contato com membros das partes envolvidas. Caso quisessem manter tal contato, não deveriam sair das zonas.

No parâmetro da **localização**, as áreas escolhidas para estabelecer os ORCs e os ORSCs foram localidades remotas na região

norte do Sri Lanka como o Distrito de Mannar⁸⁷, pois era onde havia o maior número de deslocados internos e de repatriados.

A preferência por áreas remotas foi para que as pessoas pudessem continuar com as suas atividades agrícolas ou socioeconômicas (TISO, 1994). Poder-se-ia inferir que tais localidades tinham espaços para comportar tais atividades.

O ACNUR estabeleceu nove ORSCs: três na ilha de Mannar, três em Vavuniya (número 3 - Figura 6) e três em Trincomalee (número 4 - Figura 6) (ASIA WATCH, 1993). Segue o mapa com a localização dos ORCs e dos ORSCs.

Figura 6 - Mapa da localização dos ORCs e dos ORSCs no Sri Lanka



Fonte: UNHCR, 1998-a.

⁸⁷ A atuação do ACNUR ficou limitada a uma área restrita, uma vez que o CICV e outras ONGs, como a OXFAM (Oxford Committee for Famine Relief), Médicos Sem Fronteiras, *Save the Children*, estavam assistindo as pessoas nas outras partes do território do Sri Lanka. Para Clarence (1993), essas organizações complementaram o mandato do ACNUR. Muitos observadores concordaram com a decisão do ACNUR de não estar presente em todo o território, pois poderia enfraquecer a operação dele com a pulverização dos recursos e de pessoal (SENEVIRATNE; STAVROPOULOU, 1998).

Os ORSCs estavam localizados tanto em áreas controladas pelo governo quanto em áreas controlados pelos rebeldes (ASIA WATCH, 1993). Vavuniya e Trincomalee foram determinados no terceiro parágrafo do MED.

Também criou dois ORCs na região norte do Sri Lanka: Pesalei e Santuário de Madhu (traço roxo na Figura 6) (ASIA WATCH, 1993), previstos no terceiro parágrafo do MED.

Para Tiso (1994), a criação dos ORCs em áreas controladas pelo governo (Pesalei) e pelos LTTEs (Santuário de Madhu) permitiu que eles fossem respeitados e não se tornassem alvos das partes envolvidas no conflito. Poder-se-ia inferir que isso demonstrou o caráter de neutralidade e de imparcialidade do ACNUR perante as partes envolvidas no conflito.

Pesalei estava localizado em uma vila de pescadores, na parte insular do Distrito de Mannar, área controlada pelo governo (CLARENCE, 1991). Ali também foram criados dois ORSCs (CLARENCE, 1991). A função do ORC de Pesalei foi fornecer assistência aos repatriados, aos deslocados internos provenientes tanto do continente quanto da ilha (CLARENCE, 1991).

O santuário de Madhu foi o maior ORC, localizado ao noroeste de Mannar, na parte continental (CLARENCE, 1991) que está localizado na densa floresta do Sri Lanka, numa encruzilhada de trilhas na selva que levava à costa (direção para Pesalei) (GEOHIVE).

O objetivo do ORC no Santuário de Madhu foi prover as pessoas com um local onde elas poderiam se abrigar durante o período mais intenso do conflito, podendo ir e vir como bem entendessem (ASIA WATCH, 1993).

A dimensão espacial de referido santuário é de 400 acres, equivalente a 1.6188 km², que corresponde a 0,002% de do total do território do Sri Lanka que é de 65.610 km² (GEOHIVE).

Para Landgren, o estabelecimento do ORC em uma área pequena em comparação com o território do Sri Lanka contribuiu para a falta de interesse militar e político das partes envolvidas no conflito (1995), além de ser pouco povoada⁸⁸.

Poder-se-ia inferir que, por ser uma área florestal, havia a ausência de edificações, logo, permitiu que a maioria dos civis pudesse

⁸⁸ É possível ter uma base de como a área era pouco povoada, pois pelo censo de 2012, 22 anos após o reinício do conflito, a população era de 7.631 pessoas (GEOHIVE).

levar seu rebanho para os ORCs e ORSCs como meio de proteger seu meio de vida, bem como os seus bens pessoais (TISO, 1994).

Poder-se-ia inferir que houve duas razões para a escolha do Santuário de Madhu como um ORC. A primeira seria que ele trazia uma conotação de paz pelo fato de que é considerado um santuário católico onde há uma igreja construída a mais de 450 anos⁸⁹. E, a segunda estaria relacionada com a questão geográfica, pois é um lugar que facilita o cruzamento para o sul da Índia (CLARENCE, 1991).

O ACNUR também estabeleceu no Distrito de Madhu três ORSCs: um em Palampiddy, que ficava a 10 km de distância de Madhu (ASIA WATCH, 1993) (número 1 - Figura 6), outro em Mullikulam (número 2 - Figura 6) e o terceiro em Chanavayalankadu⁹⁰ (UNHCR, 1998-a).

Em relação ao parâmetro da **desmilitarização**, inicialmente, os LTTEs não respeitaram o Santuário de Madhu como um ORC, mudando o caráter dele de imparcialidade e neutralidade para parcial e integrante do LTTEs, pois, inicialmente, ele foi utilizado militarmente por aquele grupo (SENEVIRANTE; STAVROPOULOU, 1998).

Os LTTEs controlavam os movimentos de todos, inclusive dos funcionários que trabalhavam no Santuário de Madhu, chegando a proibir a saída de pessoas com menos de 25 anos, exceto em caso médico (ASIA WATCH, 1993).

Além de que os LTTEs passavam livremente com os seus comboios, entravam com armas e uniformes, cobravam taxas das pessoas, recrutavam pessoas, faziam compras, abriram uma barraca de bebida e um centro de informações sobre o campo e hastearam sua bandeira no Santuário de Madhu (ASIA WATCH, 1993).

Diante desses fatos, tanto as autoridades católicas quanto o ACNUR procuraram reverter essa situação. Enquanto aquelas procuraram negociar com os LTTEs (HYNDMAN, 2000 apud

⁸⁹ Em 1544, os hindus que haviam se convertido para a religião católica foram perseguidos pelo rei Hindu em Jaffna (HYNDMAN, 2003 apud PERERA, 1998). Apenas um pequeno grupo conseguiu fugir para Madhu, levando consigo uma estátua de madeira da Virgem Maria (HYNDMAN, 2003 apud PERERA, 1998). Quando eles chegaram nessa cidade, construíram uma igreja em homenagem à Virgem que havia salvado a vida deles. (HYNDMAN, 2003 apud PERERA, 1998). Todo mês de agosto, os peregrinadores vão até lá para celebrar o festival anual (HYNDMAN, 2003). E, antes da deflagração do conflito civil, mais de um milhão de pessoas de diferentes religiões participavam do mesmo, contribuindo para a não existência de uma divisão étnica nesse lugar (HYNDMAN, 2003 apud JEYARAJ, 1999). Por exemplo, em 1982, 250 mil católicos cingaleses e 150 mil católicos tamises se reuniram ali, mas, após o início do conflito, o número reduziu para 30 a 50 mil (HYNDMAN, 2003).

⁹⁰ Não foi possível localizar no mapa Chanavayalankadu.

PERERA, 1999). OACNUR suspendeu temporariamente a ajuda em novembro de 1992 (LANDGREN, 1995), pois também estavam pondo em risco a vida da equipe do ACNUR (OGATA, 1994).

O resultado da suspensão foi que os LTTEs concordaram em seguir as regras dispostas pelo ACNUR (CHIMNI, 1995).

Mas, o governo também não estava cumprindo com a sua parte conforme os termos da desmilitarização do MDE, uma vez que ele procurou manipular a assistência de ajuda (FROHARDT; PAUL; MINEAR, 1999). Mas, diante daquela suspensão, o governo também passou a respeitar o que estava previsto no MDE⁹¹ (CHIMNI, 1995).

As disposições sobre a desmilitarização foram previstas no sétimo parágrafo do MDE que previu a não intervenção das forças armadas no interior do ORC (art.7.a). Mas, se referida intervenção fosse necessária, deveria ser efetuada na presença do ACNUR (art.7.b)⁹². E, as regras relativas às prisões efetuadas no interior do ORC foram determinadas nas alíneas (c) e (d) do art. 7 do MDE.

Houve confrontos terrestres e aéreos perto do Santuário de Madhu, como na estrada de leva ao Santuário que fica a 22 km do Santuário (ASIA WATCH, 1993). Mas, não houve confronto no interior dele (ASIA WATCH, 1993).

Em relação ao parâmetro da desmilitarização, os ORCs conseguiram manter o caráter civil, pois se procurou, na medida do possível, evitar armas e a presença militar de ambos os lados.

Assim, não foi preciso que houvesse o uso da força tanto para proteger o seu perímetro (HYNDMAN, 2003) quanto internamente. Desse modo, o parâmetro do **policciamento interno**, que, para Tiso (1994), contribuiu para que o ACNUR fosse visto como uma parte desinteressada no conflito. Poder-se-ia inferir que a ausência de intervenção militar permitiu que o Santuário de Madhu conseguisse funcionar por quase dez anos.

O parâmetro da **sinalização** não indicou claramente que era um ORC, pois foi mantida a placa original que dizia que era uma 'Área Sagrada do Santuário de Madhu' (Figura 7), a qual era de conhecimento da população civil. Além de que a placa estava posta na estrada que conduzia ao Santuário (HYNDMAN; DE ALWIS, 2004).

⁹¹ O rádio foi um instrumento de comunicação muito importante, pois caso os comandantes das forças governamentais não respeitassem o MED, o ACNUR entrava em contato com o seu escritório em Colombo (capital do país) para relatar referido fato às autoridades competentes (FROHARDT; PAUL; MINEAR 1999).

⁹² Houve incidentes no interior dos ORC e, de vez em quando, o exército adentrava nele para interrogar, mas não foi registrada nenhuma morte (FROHARDT; PAUL; MINEAR, 1999).

Figura 7 - Placa de Sinalização do ORC no Santuário de Madhu



Fonte: HYNDMAN; DE ALWIS, 2004, p. 545.

O parâmetro da **supervisão** foi realizado pelo ACNUR (HYNDMAN, 2003, p. 179), previsto no primeiro parágrafo do MED, que teve a função de promover a ajuda a todos àqueles que procurassem os centros e os subcentros, monitorar a situação e assegurar que os padrões internacionais de abrigo fossem observados (CLARENCE, 1991).

Mas, poder-se-ia inferir que em certos momentos, os padrões internacionais não foram respeitados, pois as condições de saúde e sanitária variaram conforme a quantidade de civis que adentrava nos ORCs e ORSCs (CHIMNI, 1995). Por exemplo, em 1992 houve o surto de cólera no ORC de Pesalei que matou duas crianças e outras centenas fizeram tratamento médico (CHIMNI, 1995).

A presença constante do ACNUR conseguiu garantir a segurança dos deslocados internos que ali residiam (PHUONG, 2005). Além de que referida segurança também pôde ser sentida por aqueles que residiam nas proximidades dos ORCs (CLARENCE, 1993).

Durante os quase dez anos de existência do ORC, o Santuário de Madhu foi uma “zona de paz neutra” (HYNDMAN, 2003, p. 179, tradução nossa) segundo o ACNUR. Mas, em 22 de março de 1999, o Santuário foi atacado pelo governo durante a Operação Rana Gosa com o intuito de pôr fim ao conflito.

Para o governo, Madhu seria libertada dos LTTEs, mas ela nunca foi ocupada por estes (HYNDMAN, 2000 apud JEYERAJ, 1999). Assim, o controle territorial que havia sido dos LTTEs passou para as mãos do governo, que declarou que iria ‘esvaziar’ o ORC até o fim de

maio, o que de fato aconteceu, deslocando quatro mil pessoas para Jaffna (HYNDMAN, 2000).

Os ORCs no Sri Lanka foram importantes na atuação do ACNUR, pois ele teve que estender as suas funções para os deslocados internos. As medidas *ad hocs* tomadas na criação dos centros e dos subcentros permitiram prestar ajuda e proteção imediatamente aos deslocados internos, além de que teve que atuar durante um conflito, e não após ele.

Os ORCs e os ORSCs chegaram a abrigar 35 mil em 1990 (HYNDMAN, 2003), 50 mil em fevereiro de 1991 (TISO, 1994). Mas, o número variava conforme o andamento do conflito, como, por exemplo, em 1993 eram cinco mil e, em 1999, eram 10 mil (HYNDMAN, 2003).

Para Bill Clarence (1993), a experiência no Sri Lanka poderia ser aplicada em outras intervenções do ACNUR. Enquanto que para Landgren (1995) seria quase impossível reproduzir os ORCs em outro lugar.

Até o presente momento, tudo leva a crer que a declaração de Landgren ainda não foi refutada. Embora, o início tivesse sido periclitante, as constantes negociações entre todos os envolvidos no conflito contribuíram para que os ORCs e os ORSCs se tornassem relativamente seguros.

Assim, a atuação do ACNUR frente às partes envolvidas no conflito mostrou que é viável estabelecer ORCs desmilitarizados, neutros e sem que emprego o emprego do uso da força.

2.6 *SAFE HAVENS*⁹³(REFÚGIOS SEGUROS): IRAQUE (1991)

Em 1991, após o Iraque perder a Guerra do Golfo, os curdos⁹⁴ aproveitaram o enfraquecimento do governo de Saddam Hussein para se rebelar contra ele em quatro de março⁹⁵. Após nove dias, eles

⁹³ Após os atentados de 11/09 de 2001 nos EUA, a expressão '*safe havens*' passou a ter outra conotação, diferentemente daquela empregada em 1991. Atualmente, ela faz alusão aos indivíduos e grupos, entre eles os grupos terroristas, que praticam a violência e conseguem encontrar ou criar meios de operar sem sofrer as consequências da lei ou sem serem detectados, tais lugares são denominados *de safe havens*. Para um aprofundamento no tema ler '*Ungoverned Areas and Threats from Safe Havens*' de Robert D. Lamb (2008).

⁹⁴ Para uma análise detalhada sobre a situação dos curdos no Iraque, ler YILDIZ, Kerim. **The Kurds in Iraq: The Past, Present and Future**. Londres: Pluto Press. 2004. Disponível em: <https://www.academia.edu/5850967/The_Kurds_in_Iraq>. Acesso em: 20 fev. 2014.

⁹⁵ Os *Shiah Marsh Arabs* no sul do Iraque também se rebelaram contra o governo de Saddam Hussein, mas eles não receberam a mesma proteção e 'atenção' que os curdos iraquianos do norte. Ressalta-se que a Resolução 688 do CSNU condenou a repressão em toda a população civil no Iraque e não apenas uma parte do território iraquiano (COTRAN, 1995).

conseguiram tomar 95% do Curdistão⁹⁶, inclusive à cidade de Kirkuk, onde estava localizada a refinaria de petróleo (MCQUEEN, 2005).

Mas, a vitória durou pouco tempo, uma vez que o governo de Saddam Hussein ordenou uma brutal campanha de repressão à população curda iraquiana (FRANCO, 1995; HELTON, 2002), “massacrando indiscriminadamente quantos curdos fosse possível” (MCQUEEN, 2005, p. 27, tradução nossa).

O resultado dessa ofensiva foi à fuga de 1.5 a 2 milhões de curdos do país, pois temiam que o governo utilizasse gás contra eles como ocorreu em 1988⁹⁷ (MCQUEEN, 2005).

Aproximadamente 1,4 milhão de refugiados curdos iraquianos conseguiram asilo no Irã (LANDGREN, 1995) e 100 mil já haviam conseguido cruzar as fronteiras com a Turquia, quando esta fechou as suas fronteiras⁹⁸, impedindo 450 mil curdos iraquianos de entrarem.

Assim, os curdos iraquianos ficaram encurralados na região montanhosa entre o Iraque e a Turquia. A condição se tornou caótica, conforme descrição de Cotran:

[...] lama, fumaça, multidões, maca. Após dias de caminhada sob condições extremamente duras, os

⁹⁶ No Anexo O encontra-se o mapa da localização onde seria o Estado do Curdistão.

⁹⁷ Em 1988, na Primeira Guerra do Golfo, o Iraque usou gás venenoso para esmagar a aliança entre o Irã e o Partido Democrata dos Curdos, matando cinco mil civis no vilarejo de Halabja como parte de uma campanha intitulada de ‘*Al Anfal*’ que visou à prática de assassinatos em massa, destruição e limpeza étnica (COTRAN, 1995).

⁹⁸ A motivação da Turquia em fechar as suas fronteiras esteve relacionada com diversas questões como a econômica, a política e a jurídica (YAMASHITA, 2004; LANDGREN, 1995; MCQUEEN, 2005). Em relação à questão econômica, a justificativa foi fundamentada com base no custeio dos refugiados curdos iraquianos. Em 1988, ela arcou com a despesa de 150 mil refugiados curdos provenientes da Guerra do Irã-Iraque, sendo que 60 mil ainda permaneciam em seu território em 1991. O governo turco não queria gastar na assistência de 450 mil com a pouca ajuda financeira internacional, pois essa responsabilidade poderia vir a tornar-se de longa duração como já explicado (MCQUEEN, 2005). Em relação à ordem política, foi no sentido de que o fluxo em massa poderia se tornar uma ameaça étnico-nacional, já que poderia “desestabilizar o sudeste turco onde estava ocorrendo uma insurgência de baixo nível por separatistas curdos” (HELTON, 2002, p. 174, tradução nossa). Assim, para o Presidente turco, Turgut Özal, os curdos iraquianos poderiam reforçar o separatismo curdo (CHIMNI, 1995), algo que a Turquia temia que se transformasse em uma ‘Palestinização’ em seu território (SANDOZ, 1995; LONG, 2010). Conforme Kate Long, “a chegada em massa [...] pode representar um desafio significativo. Isto é particularmente verdade no caso dos Estados nacionais multi-étnicos, onde um fluxo tende a desafiar o equilíbrio entre as partes que constitui a sociedade” (2010, p.12, tradução nosa). Assim, a permanência prolongada dos curdos iraquianos na Turquia poderia resultar em um efeito de desestabilização na região. A motivação jurídica foi embasada na legalidade da decisão, uma vez que a Turquia não ratificou o Protocolo de 1967 que suprimiu a delimitação temporal (até 1951) e a delimitação geográfica (Europa) que consta na Convenção de 1951, sendo que esta foi ratificada pela Turquia.

refugiados reuniram-se em locais expostos ao vento e ao frio, sem instalações sanitárias e sem água potável [...] chuva fria que os congelava durante a noite [...] amontoados ao lado de uma montanha íngreme, quase inacessível para comboios de ajuda, porque as estradas de terra que levavam a ela estavam enlameadas por causa das chuvas (1995, p. 856, tradução nossa).

A consequência do fechamento das fronteiras foi que, em apenas três dias, aproximadamente 1.500 curdos iraquianos morreram encurralados, segundo o Ministro das Relações Exteriores da Turquia, Ahmet Samsunlu (LONG, 2010).

Diante das mortes e das condições nas montanhas, o Presidente Turgut Özal propôs a ideia de criar zonas de proteção, alegando que:

[...] nós poderíamos atender aquelas pessoas melhor no Iraque, se nós pudéssemos protegê-las lá. [...] conseguir [ajuda] a essas pessoas [...] [enviá-las] para um local no Iraque controlado pelas Nações Unidas e deixá-las e alimentá-las lá” (YAMASHITA, 2004, p. 46, tradução nossa).

O Presidente turco também se ofereceu para enviar tropas, a fim de proteger as zonas (MCQUEEN, 2005). Assim, para a Turquia, a ajuda consistiria em protegê-los na fronteira do lado do Iraque e não do lado turco.

Diante do exposto, os iraquianos curdos tornaram-se o primeiro grupo de refugiados que se enquadraram na expressão ‘nem aqui, nem lá’ (FRELICK, 1993). Foi necessária a criação de um ‘território limbo’ em seu Estado de origem (FRELICK, 1993), os refúgios seguros⁹⁹ para protegê-los.

A Resolução 688¹⁰⁰ do CSNU foi aprovada em cinco de abril de 1991 por dez votos a favor (Áustria, Bélgica, Costa do Marfim, Equador, EUA, França, Reino Unido, Romênia, URSS e Zaire), três

⁹⁹ Para Chimni (1995), havia alternativas políticas disponíveis para proteger os curdos como a proteção temporária ou persuadir o governo de Saddam Hussein a parar os ataques, pois este estava enfraquecido devido à derrota na guerra.

¹⁰⁰ A Resolução 688 do CSNU está no Anexo P.

contra (Cuba, Iêmen e Zimbábue) e duas abstenções (China e Índia) (UNSC, 1991-a)¹⁰¹.

A ausência de unanimidade entre os membros mostrou que a aprovação da Resolução foi “em um clima ambíguo onde a distinção entre os objetivos políticos, [a contenção do fluxo em massa de refugiados], e humanitários, [a proteção aos curdos iraquianos], tornaram-se turvos” (SANDOZ, 1995, p. 917, tradução nossa).

A referida Resolução não mencionou sobre o estabelecimento de zonas de proteção, podendo inferir que a omissão em mencionar tais zonas, resultou na apresentação da proposta do Presidente turco de criar zonas de proteção no norte do Iraque um encontro da Comunidade Europeia pelo Primeiro-Ministro britânico, John Major em nove de abril (CLARENCE, 1993).

O Primeiro-Ministro justificou a sua apresentação com base no sucesso dos ORCs no Sri Lanka (CLARENCE, 1993). Mas, o CSNU estava relutante em estabelecê-las, uma vez que elas poderiam ser consideradas uma interferência nos assuntos internos de um Estado-membro.

Essa relutância foi diminuindo com a convergência de opiniões sobre o real significado das zonas de proteção que para Frelick mostrou

¹⁰¹ O processo de votação tem como base a fórmula da Yalta que dispõe de dois critérios: a) em votos de procedimentos precisa-se de nove membros favoráveis e, b) para as outras votações, precisa-se de nove votos e os votos concorrentes dos membros permanentes (UZIEL, 2010). A importância da necessidade de nove votos é que mesmo com a concordância dos membros permanentes sobre uma questão, ainda será preciso persuadir mais quatro membros eletivos, a fim de que se possa tomar uma decisão (UZIEL, 2010). O veto faz parte do processo de votação e, somente, os membros permanentes têm o direito a ele (UZIEL, 2010). Quando um destes emprega o veto, é devido a um interesse seu que está ameaçado ou ele sente que o Conselho quer obrigá-lo a ir além de seus limites (UZIEL, 2010 apud STOESSINGER, 1966), conhecido como veto real. Mas também há o ‘veto sugerido’ que ocorre quando um dos membros permanentes ameaça que vai vetar para demonstrar até onde está disposto a discutir um tema, consequentemente, acaba por restringir a discussão (UZIEL, 2010). As zonas de proteção criadas pelo CSNU foram previstas nas resoluções, com exceção do Iraque em 1991. Para a resolução entrar em vigor, nove membros devem votar a favor e não pode haver nenhum veto. A resolução dispõe da seguinte estrutura: um preâmbulo e uma parte operativa em que consta a ação que o CSNU irá tomar que estão reunidos em um documento que resume as discussões (UZIEL, 2010). Cada parágrafo da resolução inicia-se com um verbo que pode ser de três tipos, porém, para que as decisões possam ter caráter obrigatório, os verbos devem ser usados corretamente para estabelecer o tipo de obrigação (UZIEL, 2010). O primeiro tipo são os verbos de admoestação que não têm efeitos na prática são empregados por seu valor simbólico, tais como encorajar, condenar, instar, convocar, reconhecer, tomar nota, acolher (UZIEL, 2010). O segundo tipo são os verbos programáticos ou de esclarecimento sobre a legalidade de uma situação: decidir, determinar, declarar, sublinhar (UZIEL, 2010). E, o último tipo é o verbo solicitar quando CSNU instrui o Secretariado para tomar uma decisão operacional (UZIEL, 2010). Os verbos utilizados nas resoluções não ajudam a torná-las mais claras, o que pode resultar em decisões inviáveis ou incompreensíveis (UZIEL, 2010).

que “o ‘fluxo maciço de refugiados em direção e através das fronteiras internacionais’ causada pela repressão [...] pode ‘ameaçar a paz internacional e a segurança na região’” (1993, p. 8, tradução nossa).

O CSNU conseguiu contornar a questão da ingerência nas questões domésticas iraquianas com base nas expressões contidas na Resolução 688 do CSNU (WEISS, 2007) como a ‘ameaça à paz e à segurança internacional’ (MCQUEEN, 2005) e ‘apela a todos os Estados-Membros e a todas as organizações humanitárias a contribuir para estes esforços de ajuda humanitária’ (YAMASHITA, 2004).

Essas mesmas expressões evitaram que houvesse uma nova resolução que autorizasse expressamente as zonas de proteção, abrindo um precedente que legitimou a operação de intervenção humanitária (DENG *et al.*, 1996) e ganhando contornos de multilateralidade e de cooperação entre as grandes potências (WEISS, 2007).

Em 17 de abril, o presidente norte-americano, George Bush, anunciou um plano de coalizão¹⁰² denominado de ‘Operação Prover Conforto’¹⁰³ que construiria várias zonas de proteção que foram denominadas de refúgios seguros (COTRAN, 1995).

A função delas seria assegurar que a população curda retornasse ao Iraque, para que a comunidade internacional pudesse fornecer assistência *in locu* (LONG, 2010).

O Presidente dos EUA declarou que:

[...] eu ordenei aos militares dos EUA para começar imediatamente a estabelecer vários acampamentos no norte do Iraque, onde suprimentos para esses refugiados serão disponibilizados em grandes quantidades e distribuídos de forma ordenada [...] segurança apropriada será fornecida nesses locais pelas forças de guarda americanas, britânicas e francesas em consonância com a Resolução 688 do CSNU [...]. (COTRAN, 1995, p. 867, tradução nossa).

Poder-se-ia inferir que um dos motivos que poderiam ser citados sobre a liderança dos EUA em estabelecer refúgios seguros no

¹⁰² Os custos de manutenção das zonas foram divididos entre 30 Estados, para que não sobrecarregasse um ou outro Estado (MCQUEEN, 2005).

¹⁰³ Esse foi o nome dado pelos EUA, mas os britânicos intitularam a operação de ‘Operação *Safe Haven*’ (YILDIZ, 2004).

Iraque que poderia estar relacionada com a base aérea turca que é considerada um importante espaço estratégico-militar na região para os EUA (LONG, 2010).

Os refúgios seguros começaram a funcionar em 22 de abril de 1991 e terminaram em 24 de julho de 1991, quando os aliados se retiraram completamente das zonas e as pessoas atendidas pelas zonas retornaram aos seus lares.

As condições dos parâmetros empregadas na criação dos refúgios seguros foram: a) **acordo**: intermediação por uma organização internacional, a concordância de um ou algumas partes envolvidas no conflito e declaração unilateral; b) **categoria da população civil**: todas as categorias da população civil; c) **localização**: na zona de combate, delimitação imprecisa, área grande e potencial área para uma região autônoma étnica; d) **militarização**¹⁰⁴: presença de tropas, milícias, armas e equipamentos móveis militares, atividade vinculada às operações militares, usados para objetivos militares, defendidos por meios militares; e) **policimento interno**: emprego de soldados; f) **supervisão**: quem.

Em relação ao parâmetro do **acordo**, ele foi intermediado pelo CSNU e teve a anuência dos curdos, das Nações Unidas e dos aliados dos EUA em relação à criação dos refúgios seguros (COTRAN, 1995).

Mas, houve a negativa do governo Iraquiano no estabelecimento deles. Poder-se-ia inferir que houve um acordo unilateral, no sentido de uma declaração unilateral, pois, embora Saddam Hussein tenha recebido a notificação, o mesmo se opôs.

Para Saddam Hussein, o consentimento deveria prevalecer, pois os refúgios seguros não seriam percebidos como uma violação clara de sua soberania (YAMASHITA, 2004). Para Sandoz, os refúgios seguros foram claramente impostos (SANDOZ, 1995).

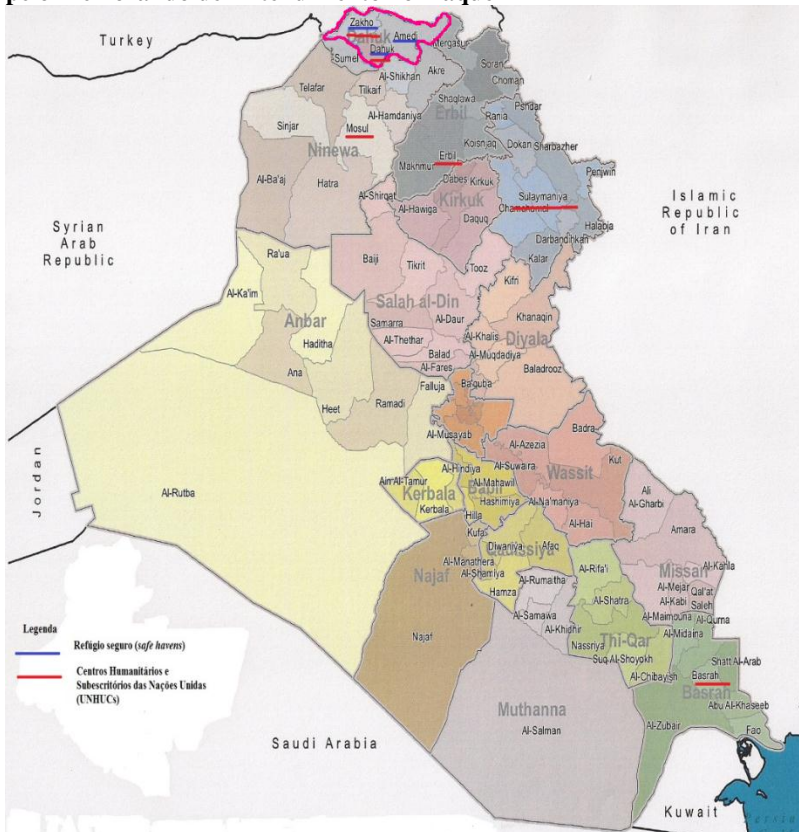
O parâmetro da **categoria da população civil** visava proteger toda a população iraquiana, particularmente a população curda, conforme a Resolução 688 do CSNU.

Em relação ao parâmetro da **localização**, poder-se-ia inferir que os refúgios seguros não foram delimitados de modo preciso, nem durante as ampliações deles que ocorreram duas vezes. Tais ampliações foram necessárias, pois o tamanho inicial dos refúgios seguros mostrou-se ser insuficiente para abrigar os curdos iraquianos.

¹⁰⁴ A militarização das zonas de proteção é a presença militar, seja do agente estatal, seja do agente militar não estatal, bem como de armas e equipamentos móveis, instalações militares, defesa militar das zonas e a execução de atividades vinculadas com objetivos militares.

O primeiro local a serem criados os refúgios seguros foi em Zakho, na Província de Dahuk, pois foi onde o governo iraquiano estava atacando os curdos (YAMASHITA, 2004) (traço azul – Figura 8). Foram criados seis ‘pequenos’ refúgios seguros que podiam abrigar até 60 mil refugiados (YAMASHITA, 2004; YILDIZ, 2004).

Figura 8 - Os Refúgios Seguros Criados pela Operação Prover Conforto e os Centros Humanitários e Subscritórios das Nações Unidas (UNHUCs) pelo Memorando de Entendimento no Iraque



FONTE: EPHOTOPIX, 2012.

A primeira ampliação foi para leste de Amedi (traço azul – Figura 8) em início de maio, que ficava a uma distância de 40 km de

Zakho¹⁰⁵. E, a segunda ampliação incluiu a parte sul de Dahuk (YAMASHITA, 2004; YILDIZ, 2004). Todas as três cidades supracitadas estão localizadas no norte do Iraque e fazem divisa com a Turquia.

A Província de Dahuk, além de abranger as cidades de Zakho, Amedi, Dahuk, também é composta pela cidade de Sumel (CYCLOPEDIA). Referida província possui uma dimensão territorial de 6.553 km² que representa 1.5 % (CYCLOPEDIA) do território total do Iraque de 437.072 km² (NATIONSENCYCLOPEDIA, s.d.-a).

Poder-se-ia deduzir que, em relação ao território total do país, poderia ser uma área pequena, mas não em relação à Província de Dahuk, pois a dimensão espacial dos refúgios seguros perfez o total de 160 km no sentido oeste/ leste e 60 quilômetros no sentido norte/sul (MCQUEEN, 2005).

Poder-se-ia inferir que a área escolhida para o estabelecimento dos refúgios seguros seria um ‘enclave’ dentro do território iraquiano, pois seria de maioria curda, o que poderia ensejar um possível grau de autonomia curda.

Embora a Resolução 688 do CSNU reafirmasse o compromisso com a integridade territorial, isso não impediria um futuro movimento separatista naquela região¹⁰⁶.

Mas, para a comunidade internacional, os refúgios seguros foram neutros e imparciais, pois eles “nunca desafiaram as reivindicações subjacentes de soberania de Saddam Hussein no norte do Iraque” (YAMASHITA, 2004, p. 44, tradução nossa).

Portanto, a alegação de violação da soberania seria infundada segundo a comunidade internacional, já que a localização dos refúgios seguros não incluía cidades como Sulaymaniyah e Kirkuk onde está localizada única refinaria de petróleo em funcionamento após a Guerra do Golfo (YAMASHITA, 2004) (traço roxo - Figura 8).

Para a comunidade internacional, caso fosse incluída a cidade de Kirkuk, aí sim, poderia incitar o imaginário de uma pátria curda, cobrindo grande parte do curdistão iraquiano (YAMASHITA, 2004).

¹⁰⁵ O custo de a Operação Prover Conforto foi dividido entre os Estados participantes dessa Operação. A Comunidade Europeia e a Holanda financiaram o refúgio seguro de Zakho (YILDIZ, 2004).

¹⁰⁶ Para uma análise mais aprofundada sobre a expansão dos refúgios seguros a ponto de que eles poderiam vir a se tornar uma ‘pátria curda’, ler em YAMASHITA, Hikaru. **Humanitarian space and international politics: the creation of safe area**. England: Ashgate. 2004.

Poder-se-ia inferir que a alegação do governo iraquiano não foi infundada, pois, após o estabelecimento dos refúgios seguros, houve a retirada da administração central iraquiana, criando a Região Autônoma Curda no norte do Iraque¹⁰⁷ (YILDIZ, 2005).

Não foi possível verificar os dados populacionais específicos das cidades de Amadi, Dahuk e Zakho no momento da criação dos refúgios seguros. Logo, não é possível analisar se tais cidades eram ou não escassamente povoadas.

Mas, foi possível saber que a Província de Dahuk tinha aproximadamente 293 mil de habitantes (POPULSTAT.INFO) em 1987 quando foi realizado o último censo antes da Guerra do Golfo em 1990.

Se partir do pressuposto de que 450 mil não conseguiram refúgio na Turquia, retornando para o Iraque, houve um aumento populacional em mais 157 mil.

Mas esse número poderia ser maior, com o retorno dos curdos que estavam no Irã e, como citado acima, os refúgios seguros tiveram que ser ampliados, pois foram insuficientes para abrigar todos os que se dirigiam a eles.

Tal crescimento populacional sem o devido planejamento em relação das cidades de receberem milhares de refugiados acarretou na dificuldade em fornecer água potável, uma vez que nas imediações dos mesmos, a água estava poluída em virtude das instalações de latrinas e do descarte inadequado de lixo e de resíduos orgânicos.

Ademais de que houve a falta de cuidados médicos. E, também a complexidade de satisfazer as exigências alimentares de quase meio milhão de refugiados como, por exemplo, aos dos muçulmanos que não comem presunto e carne de porco, mas, mesmo assim, lhes foram fornecidos (RUDD, 2004).

A militarização dos refúgios seguros foi motivada pela “insistência do Conselho de Segurança para que o governo do Iraque desse acesso imediato à assistência aos necessitados que havia sido invocado pelas forças de coalizão¹⁰⁸ liderada pelos EUA no

¹⁰⁷ Em maio de 1992, aconteceram as primeiras eleições nessa região (YILDIZ, 2005). No segundo capítulo será exposta a questão curda na Síria e a explicação dos motivos para a não criação de zonas de proteção no norte síria durante o conflito civil.

¹⁰⁸ A coalizão contou com a ajuda da comunidade internacional, que por meio das agências das Nações Unidas, conseguiu prover assistência e segurança aos curdos em seu Estado de origem através dos refúgios seguros (RUDD, 2004). Também, houve a presença de organizações governamentais como a da Agência Sueca de Serviço de Emergência e várias ONGs como CICV, Cruz Vermelha Italiana, Médicos Sem Fronteiras, OXFAM, entre outras (RUDD, 2004).

estabelecimento dos refúgios seguros no norte do Iraque” (LANDGREN, 1995, p. 442, tradução nossa).

Houve a inversão no parâmetro da desmilitarização que se tornou parâmetro da militarização. A utilização do uso da força não foi prevista na Resolução 688 do CSNU sob o Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, bem como não foi autorizada pelo governo de Saddam Hussein que foi claramente expressa no Memorando de Entendimento do dia 18 de abril de 1991 (COTRAN, 1995).

Inclusive, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Javier Perez de Cuéllar, declarou que na “ausência de uma resolução apropriada sob o Capítulo VII da Carta, os únicos precedentes em que as Nações Unidas poderiam operar seriam aqueles relacionados às operações de manutenção da paz ou de operações de socorro” (FRANCO, 1995, p. 879, tradução nossa).

Assim, para o Secretário-Geral, a Resolução 688 do CSNU violou o art. 2.7¹⁰⁹ da Carta das Nações Unidas, uma vez que não autorizou a presença militar no norte do Iraque. Para Cotran (1995), também foi ilegal o envio de forças militares para criar ou proteger os refúgios seguros pelos aliados.

Poder-se-ia deduzir que o uso da força foi uma característica imprescindível da Operação Prover Conforto, a fim de coibir qualquer tipo de agressão do governo do Saddam Hussein aos refúgios seguros.

Outra questão que não foi discutida foi sobre em relação a desmilitarização, foi a evacuação de todos aqueles que atuavam nas operações militares de todas as partes envolvidas, incluindo as milícias curdas.

Referidas milícias operavam dentro das zonas como os membros do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK)¹¹⁰ (HASPELAGH, 2003). Poder-se-ia inferir que a presença do PKK poderia “criar a impressão de que os aliados foram apoiar militarmente os curdos contra Bagdá” (YAMASHITA, 2004, p. 50, tradução nossa).

O fato de que os refúgios seguros não foram atacados pelo exército iraquiano e foi um sucesso na proteção aos curdos iraquianos

¹⁰⁹ O art. 2.7 da Carta das Nações Unidas diz que “Nenhum dispositivo da presente Carta autorizará as Nações Unidas a intervirem em assuntos que dependam essencialmente da jurisdição de qualquer Estado ou obrigará os Membros a submeterem tais assuntos a uma solução, nos termos da presente Carta; este princípio, porém, não prejudicará a aplicação das medidas coercitivas constantes do Capítulo VII” (BRASIL, 1945).

¹¹⁰ PKK é a sigla de *Kurdistan Workers Part* que significa Partido dos Trabalhadores do Curdistão que é uma guerrilha marxista-leninista que trava batalhas contra a Turquia devido à opressão desta aos curdos (YILDIZ, 2004, p.78).

deveram-se pelas condições militares debilitadas do governo iraquiano que não tinha como resistir à imposição daqueles refúgios em seu território (COTRAN, 1995; GRIFFITHS, O'CALLAGHAN, 2002)¹¹¹.

O sucesso na proteção aos refúgios seguros durou enquanto havia a presença do uso da força, mas após o término do prazo e a retirada da coalizão, o governo de Bagdá autorizou um embargo de comida e fornecimento de combustível na região controlada pelos curdos em outubro de 1991 (COTRAN, 1995).

Assim, poder-se-ia concluir que a presença de tropas, de armas, de equipamentos móveis militares, as atividades e a execução de trabalhos relacionados com as operações militares, o uso para objetivos militares, o uso das estradas para objetivos militares e a defesa dos refúgios seguros através dos meios militares foram inerentes à Operação Prover Conforto.

Poder-se-ia inferir que o parâmetro do **policimento interno** foi militarizado, uma vez que houve a militarização interna nos refúgios seguros com a instalação de bases militares (RUDD, 2004).

O parâmetro referente à **supervisão** foi executado pelos responsáveis pela Operação Prover Confronto (RUDD, 2004).

E, não foi possível averiguar o tipo de sinalização empregado no parâmetro da **sinalização**.

Ao mesmo tempo em que a Operação Prover Conforto conseguiu proteger milhares de pessoas que retornaram para seus lares, inclusive de crianças, que poderiam ter morrido na região montanhosa (MALLAT, 1994).

Ela também criou-se “um precedente indesejável” (CHIMNI, 1995, p. 823, tradução nossa), pois outros Estados também poderiam fechar as suas fronteiras diante de um intenso fluxo de refugiados, pois estes seriam protegidos em seus Estados de origem.

¹¹¹ O embargo teve sérias consequências para a economia dessa região como o aumento do desemprego, da inflação e da ruptura da infraestrutura básica (COTRAN, 1995). Outra consequência foi o ataque aos refúgios seguros pela guerrilha curda turca que se encontrava no norte do Iraque (COTRAN, 1995). Em março de 1995, o governo de Saddam Hussein enviou aproximadamente 35 mil soldados para as regiões onde estavam localizados os refúgios seguros com a finalidade de atacá-los, pois, segundo o governo, havia a presença de membros da PKK (HASPELAGH, 2003).

2.7 MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE AS NAÇÕES UNIDAS E O GOVERNO DO IRAQUE¹¹²: IRAQUE (1991)

Diante da imprescindibilidade de assistir os curdos e da recusa do governo do Iraque em aceitar a Resolução 688 do CSNU, as Nações Unidas negociaram um Memorando de Entendimento para a criação de UNHUCs com o referido governo.

As condições dos parâmetros usados na criação dos UNHUCs foram: a) **acordo**: intermediado por uma organização internacional, concordância de todos os envolvidos e acordo escrito; b) **categoria da população civil**: todas as categorias da população civil; c) **localização**: próximo da zona de combate, área pequena, delimitação precisa, área sem importância militar e afastada e ou livre de estabelecimentos militares e ou administrativos; d) **desmilitarização**: evacuação de armas e equipamentos móveis militares, nenhuma atividade vinculada às operações militares, não ser usados para objetivos militares, não ser defendidos por meios militares e as linhas de comunicações e de transportes não podem ser usados para objetivos militares; e) **policimento interno**: porte de armas leves e guardas; f) **supervisão**: quem e função.

Em relação ao parâmetro do acordo, ele foi elaborado na modalidade de um MDE que foi intermediado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas e anuído pelo Governo do Iraque no dia 18 de abril de 1991, antes do início dos refúgios seguros (COTRAN, 1995).

O MED autorizou a criação de zonas de proteção à população civil, intitulados de UNHUCs que seriam estabelecidos à parte dos refúgios seguros criados pela Operação Prover Conforto (COTRAN, 1995).

O MDE teria a vigência do dia 18 de abril até o dia 31 de dezembro de 1991 (vigésimo primeiro parágrafo do MDE), o qual poderia ser renovado anualmente com a anuência de todos os envolvidos. Essa anuência fortaleceu o consentimento (COTRAN, 1995) que, na pesquisa, fortaleceu o parâmetro do acordo.

Toda a **população civil** no território do Iraque foi assistência (décimo primeiro parágrafo do MED) (COTRAN, 1995).

A **localização** dos UNHUCs foi precisa, uma vez que seriam estabelecidas em áreas selecionadas pelo governo iraquiano (décimo sétimo parágrafo do MDE), tais como a cidade de Basrah ao sul do Iraque (TISO, 1994); em Zakho (segundo parágrafo do Anexo do

¹¹² A íntegra do MED encontra-se no Anexo Q.

MED), em Dahuk, Erbil, Sulaymaniyah e Mosul ao norte do Iraque (TISO, 1994).

Assim, a presença dos UNHUCs foi muito mais ampla do que a dos refúgios seguros, pois não se restringiu apenas ao norte do Iraque, mas, também, ao sul do país.

Poder-se-ia deduzir que os UNHUCs não se tornaram um obstáculo nas atividades cotidianas do governo, pois não foram estabelecidos em lugares de estratégia militar para o governo, já que este escolheu os lugares.

Em relação ao parâmetro da desmilitarização, os UNHUCs não foram criados em áreas com importância militar, já que não havia disposições sobre a militarização dos UNHUCs no MDE (YAMASHITA, 2004).

Poder-se-ia deduzir que os UNHCRs conseguiram evacuar combatentes, armas e equipamentos móveis militares, não foram usados para objetivos militares, não foram defendidos por meios militares e a população civil não exerceu atividades com objetivos militares no interior dos UNHCRs.

O sistema de comunicação via rádio foi permitido, uma vez que era considerado um instrumento indispensável para as atividades dos UNHUCs, previsto no MDE (COTRAN, 1995).

As Rotas Azuis foram um tipo de linha de transporte para os UNHCRs, pois aquelas serviram para ajudar na logística, na assistência, nas instalações e nas estações de retransmissões (Figura 9), sendo estabelecidas em Isikveren (Turquia) para Zakho e de Zakho para Dahuk (YAMASHITA, 2004).

Figura 9 - Rotas Azuis no Memorando de Entendimento



Fonte: WEATHER-FORECAST.

Sobre o parâmetro do policiamento interno, o MED permitiu a presença de 500 **guardas** (quarto parágrafo do Anexo do MED) que só poderiam portar armas leves (sexto parágrafo do Anexo do MDE), bem como não podiam exceder a 150 guardas em uma mesma região (quinto parágrafo do Anexo do MDE).

O governo do Iraque impediu que os guardas das Nações Unidas visitassem as vilas e executassem o patrulhamento (LANDGREN, 1995).

A **supervisão**¹¹³ foi realizada pela equipe das Nações Unidas composta de civis (quinto parágrafo do MED). As autoridades iraquianas ficaram responsáveis pela nomeação de um Chefe Oficial de Ligação (sétimo parágrafo do Anexo do MDE).

As organizações não governamentais, como o CICV, a Liga da Cruz e do Crescente Vermelhos e a Sociedade do Crescente Vermelho também foram autorizados a auxiliar as Nações Unidas (sexto parágrafo do Memorando) (COTRAN, 1995).

O ACNUR¹¹⁴ teve um importante papel durante a vigência do MDE, assistindo mais de 1.5 milhão de refugiados que retornaram da Turquia, Irã e de outras áreas dentro do Iraque para as suas casas (FRANCO, 1995).

A função foi assistir os deslocados internos, ajudar no repatriamento voluntário dos refugiados, para que todos pudessem voltar a suas casas (COTRAN, 1995).

A questão da **sinalização** dos centros não foi prevista no MED e não foi possível averiguar o tipo do emblema, a colocação dela nos perímetros e a sinalização noturna.

Assim, o MDE se aproximou mais dos parâmetros de zonas de proteção baseados no DIH do que os refúgios seguros criados pelo CSNU, principalmente em dois parâmetros de suma importância: o consentimento de todos os envolvidos no conflito e a desmilitarização das zonas de proteção.

¹¹³ Há pouca literatura que analisa a supervisão durante o funcionamento dos centros.

¹¹⁴ O ACNUR não estava presente no momento que ocorreu o fluxo de refugiados do Iraque para a Turquia, como no caso do Sri Lanka, não sendo foi possível uma resposta rápida e eficiente por aquela agência (LOESCHER, 2001). Durante a Operação Prover Conforto, o ACNUR teve papel módico, pois, além de não ter a mesma quantidade de recursos disponíveis como teve Operação Prover Conforto (LOESCHER, 2001).

2.8 SAFES AREAS (ÁREAS SEGURAS): SREBRENICA (1993)

O sucesso da criação dos refúgios seguros no Iraque motivou a comunidade internacional a criá-las também durante a Guerra da Bósnia-Herzegovina (doravante Guerra da Bósnia).

E, sob a mesma alegação que foi a de protegê-los dentro de seu Estado de origem ao invés de buscarem proteção em outros Estados. Todavia, a História mostrou que cada conflito é diferente do outro.

A Guerra da Bósnia se desencadeou após a morte do Marechal Tito, em 1991, quando quatro (Bósnia-Herzegovina, Croácia, Eslovênia e Sérvia) das seis repúblicas que integravam a República Socialista Federativa da Iugoslávia (RSFI)¹¹⁵ declararam independência (YAMASHITA, 2004).

Em 1992, o conflito se espalhou para a Bósnia-Herzegovina que tinha sido o quarto Estado a declarar a independência em março de 1992. Este país tinha com uma população multiétnica de 4.354,911 habitantes, sendo composta por 43,7% muçulmanos, 31,3% sérvios, 17,3% croatas e 7% iugoslavos e outros e (YAMASHITA, 2004).

Tal diversidade étnica tornava “quase impossível para qualquer grupo conseguir o controle do território” (MCQUEEN, 2005, p. 54, tradução nossa), tornando a Bósnia-Herzegovina vulnerável às ambições territoriais.

Os sérvios bósnios foram os primeiros a tentarem conquistar os territórios através da ‘limpeza étnica’¹¹⁶, principalmente em relação aos bósnios muçulmanos. Essa prática “se tornou o termo do dia e os esforços foram feitos para afirmar o controle territorial que seria ou pela expulsão ou pela realocação da população” (MOONEY, 1995, p. 408, tradução nossa).

O procedimento empregado pelos sérvios bósnios para purificar a sua pátria foi através de assassinatos, deslocamentos forçados e abusos aos sobreviventes por onde passavam. Para Frelick, “a intenção da ‘limpeza étnica’ [foi] clara: liquidar a presença dos muçulmanos em toda a Bósnia pela morte ou expulsão” (1993, p. 10, tradução nossa).

Em abril de 1992, os sérvios bósnios, por meio do Exército Popular Iugoslavo (YPA), também conhecido como Exército Iugoslavo

¹¹⁵ As seis repúblicas eram: Bósnia-Herzegovina, Croácia, Eslovênia, Macedônia, Montenegro e Sérvia. O terceiro Estado que declarou a independência foi Macedônia em oito de setembro de 1991. E, no dia 3 de junho de 2006, Montenegro se tornou independente da Sérvia.

¹¹⁶ Erin D. Mooney definiu ‘limpeza étnica’ como “uma estratégia de consolidação e legitimação de controle territorial com base na homogeneidade étnica” (1995, p. 408, tradução nossa).

Nacional (YNA), ocuparam brevemente Srebrenica, de maioria muçulmana (YAMASHITA, 2004).

Eles realizaram uma “matança organizada da população muçulmana que começou primeiro com os jovens e ilustres muçulmanos” (YAMASHITA, 2004, p. 87, tradução nossa). Os bósnios muçulmanos se defenderam e conseguiram retomar o controle de Srebrenica no fim do ano de 1992 (YAMASHITA, 2004).

Entretanto, no fim deste mesmo ano, os sérvios bósnios já haviam ocupado 70% da Bósnia (YAMASHITA, 2004), cercado a maioria dos enclaves de domínio de bósnios muçulmanos e, também, ao redor das principais cidades bósnias, o qual transformou os bósnios muçulmanos em cativos (TISO, 1994).

Para José Mariá Mendiluce, Representante Especial do ACNUR para os Bálcãs, o deslocamento dos bósnios muçulmanos não foi consequência da guerra, mas sim o objetivo dela (LOESCHER, 2001).

Helton também se manifestou nesse sentido, afirmando que “os refugiados não eram o subproduto do conflito, eles se tornaram o objetivo principal dele” (2002, p. 36, tradução nossa), uma vez que os sérvios bósnios almejavam a criação de uma ‘Grande Sérvia’¹¹⁷ à custa do Estado da Bósnia-Herzegovina (YAMASHITA, 2004).

Mas, para o ACNUR, as pessoas tinham o direito de permanecer, no sentido de que a fuga não seria necessária se as condições que forçaram as pessoas a abandonarem seus lares fossem removidas¹¹⁸.

Assim, a atitude dos sérvios bósnios representou a construção de sua identidade que Helton (2002) denominou de ‘imperativo demográfico’ por meio do deslocamento destrutivo de outras etnias que no fim de 1992 já tinha alcançado a casa dos 2,74 milhões em ‘voo’ que

¹¹⁷ A ambição também foi intensificada pela proximidade das duas nações predominantemente sérvias, Croácia e Sérvia (CAREY *et al.*, 2010). Esta ajudou os sérvios bósnios durante o conflito, pois ignorou o embargo relativo ao fornecimento de armas e equipamentos militares que tinha sido imposto pelo CSNU (CAREY *et al.*, 2010). Mais informações sobre o embargo de armas para a Iugoslávia podem ser encontradas na Resolução 757 do CSNU de 1992 (UNSC, 1992-a). Também foi previsto no terceiro parágrafo da Resolução 819 do CSNU (UNSC, 1993-a).

¹¹⁸ Em 1993, a questão sobre o ‘direito de asilo’ e o ‘direito de permanecer’ foi discutida pela Alta Comissária das Nações Unidas para os Refugiados, Sadako Ogata, na 44ª Sessão da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas. Para, Sadako Ogata, o ACNUR não deve estar voltado apenas para as manifestações do refúgio, mas, também, para a causa dele (UNHCR, 1993). Mas, em nenhum momento, o direito de permanecer pode ser visto como um modo de negar o direito de procurar asilo (UNHCR, 1993). Para uma introdução do assunto, ler em: STAVROPOULOU, Maria. **The Right not to be Displaced**. In: American University Journal of International Law and Policy, Vol. 9, Nº 3, 1994, p. 689-749.

procuraram se proteger nos Estados vizinhos que impuseram obstáculos à entrada dos refugiados bósnios.

A Croácia foi um desses Estados que recusou a entrada de refugiados em seu território, pois a comunidade internacional não auxiliou financeiramente o governo croata, resultando na debilidade das condições de provê-los com os direitos e garantias inerentes aos refugiados (FRELICK, 1993).

A Eslovênia foi mais além, ela fechou as suas fronteiras em 10 de agosto de 1992, mas os refugiados que tinham conseguido cruzar as fronteiras conseguiram obter o reconhecimento do *status* legal da proteção temporária (MOONEY, 1995).

Os obstáculos encontrados no cruzamento das fronteiras estatais forçaram a comunidade internacional a buscar meios de protegê-los (FRELICK, 1993; CHIMNI, 1995; GRIFFITHS, O'CALLAGHAN, 2002; MCQUEEN, 2005).

A Conferência Internacional para discutir sobre a ajuda humanitária às vítimas do Conflito na Antiga Iugoslávia foi realizada em Londres nos dias 26 a 27 de agosto de 1992 (YAMASHITA, 2004). Ela discutiu a ideia da criação de zonas de proteção na Bósnia-Herzegovina entre Estados, agências de organizações internacionais como o ACNUR, a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas¹¹⁹ e outros como o CICV (YAMASHITA, 2004).

O proponente da ideia foi o governo da Eslovênia que sugeriu que fossem estabelecidas quatro zonas de proteção (YAMASHITA, 2004). A proposta recebeu resposta entusiástica de vários Estados como a França, a Grã-Bretanha, a Áustria e a Croácia, pois eles já haviam admitidos refugiados bósnios (FRELICK, 1993; CHIMNI, 1995; YAMASHITA, 2004).

O governo da Bósnia-Herzegovina declarou que a criação de zonas de proteção era legítima, uma vez que elas seriam um tipo santuário que protegeria a população civil da matança (YAMASHITA, 2004).

Os Estados propuseram vários conceitos como refúgios seguros (Alemanha), Zonas Protegidas das Nações Unidas (Malásia), Áreas Seguras para Propósitos Humanitários (EUA) e Zonas de Segurança Temporárias (Bósnia) (YAMASHITA, 2004).

Se, por um lado, os Estados compartilhavam o entendimento comum de estabelecer zonas de proteção no Conflito da Bósnia. Por

¹¹⁹ Em 2006, a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas foi substituída pelo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

outro lado, havia divergências sobre a criação das mesmas entre os agentes não estatais.

Para Sadako Ogata, a estratégia seria assistir as vítimas do conflito na Bósnia o mais próximo possível de seus lares, mas as zonas de proteção deveriam ser consideradas como o último recurso, pois elas poderiam vir a ser empregadas como objetivos militares (OGATA, 1992).

Os copresidentes da citada Conferência, Lord Owen e Dr. David Vance, manifestaram opiniões contrárias à criação das zonas de proteção, pois elas poderiam incentivar a intensificação de uma ‘deapuração étnica’ (UNGA, 1999).

Esse mesmo entendimento foi compartilhado pelo Ministro das Relações Exterior da França, Daniel Bernard, que seria “talvez o melhor meio de apoiar a política da limpeza étnica” (CHIMNI, 1995, p. 839, tradução nossa).

Já para o Primeiro-Ministro da Espanha, Felipe González Márques, “havia um risco de que a pior decisão possível seria tomada com a melhor das intenções” (YAMASHITA, 2004, p. 89, tradução nossa).

Já, Tadeusz Mazowiecki, Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas para o Conflito na Antiga Iugoslávia, foi favorável ao estabelecimento das zonas de proteção, recomendando-as em vários relatórios entre 1992 e 1993¹²⁰ (UNGA, 1992), desde que nelas fosse garantida a segurança, a saúde, a alimentação aos bósnios e a extensão do mandato da Força de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR)¹²¹ (ECOSOC, 1992).

Para o Comandante da UNPROFOR, as zonas deveriam ser criadas com o consentimento de todos os envolvidos, para que a proteção às zonas não fosse uma imposição. (UNGA, 1999).

¹²⁰ Em 27 de outubro de 1992, Tadeusz Mazowiecki concluiu, recomendando a criação de zonas de proteção no território da Bósnia-Herzegovina, uma vez que os deslocados não precisam encontrar refúgio além de suas fronteiras, se houver a garantia em relação à segurança, aos cuidados médicos e a comida. Mas, para Tadeusz Mazowiecki, era importante que todas as partes envolvidas no conflito (agentes estatais e agentes não estatais) respeitem a segurança da população civil (A/54/549, parágrafo 25) (ECOSOC, 1992). Em menos de um mês, em 17 de novembro de 1992, Tadeusz Mazowiecki declarou que era indispensável o estabelecimento das zonas e que a expansão do mandato da UNPROFOR deveria ser estendida para que as mesmas fizessem parte do mandato dele (A/47/666, parágrafo 142) (UNGA, 1992). E, reiterou, em 10 de fevereiro de 1993, que as zonas deveriam ser criadas na Bósnia-Herzegovina parágrafo 269, recomendação 1.b (UNCHR, 1993).

¹²¹ A UNPROFOR foi estabelecida através da Resolução 743 do CSNU (UNSC, 1991-b) de 21 de fevereiro de 1992 para atuar no conflito da Bósnia de acordo com o segundo parágrafo, com a finalidade de assegurar a paz e a segurança na região.

O Presidente do CICV, Cornelio Sommaruga, defendeu a criação das zonas de proteção, declarando que “nenhum Estado receptor parece estar pronto, mesmo em caráter provisório, em conceder asilo a centenas de refugiados bósnios [...] um conceito original deve ser concebido para criar zonas protegidas [...]” (FRELICK, 1993, p. 11, tradução nossa).

O CICV listou diversas condições que deveriam estar presentes no estabelecimento de referidas zonas: 1) consentimento de todas as partes envolvidas no conflito, 2) a localização delas, 3) a presença de tropas internacionais para garantir a proteção externa e interna das zonas conforme mandato que especificaria a função das tropas (FRELICK, 1993), 4) a supervisão das zonas não deveria ser executada pela Parte que estivesse no controle do território onde elas seriam estabelecidas e, 5) a presença de uma supervisão internacional no interior das zonas para que se evitassem confrontos entre as etnias em virtude da limpeza étnica (SANDOZ, 1995).

Seria interessante fazer um breve comentário sobre a terceira condição, pois se poderia inferir que esta seria o conceito original que o Presidente do CICV mencionou, visto que o DIH não prevê tal possibilidade.

Referido conceito estaria vinculada com a proteção a um determinado grupo da população que estava sendo ameaçado e daria segurança necessária devido à natureza do conflito (SANDOZ, 1995).

Se não havia um consenso entre os agentes não estatais, também, não havia entre os membros do CSNU sobre a criação de zonas de proteção, por isso que foi aprovada a Resolução 787 do CSNU que convidou o Secretário-Geral, em consulta com o ACNUR e outras agências internacionais humanitárias relevantes, para que estudassem a possibilidade de estabelecer áreas seguras para propósitos humanitários na Guerra da Bósnia (UNSC, 1992-b).

Em cumprimento ao parágrafo dezenove da Resolução 787 do CSNU, o ACNUR levantou quatro questões pertinentes sobre a referida possibilidade (UNSC, 1992-b).

A primeira foi sobre quem seria o responsável em prover a segurança no interior das áreas seguras.

A segunda fez alusão sobre o papel que referidas áreas poderiam desempenhar como facilitadoras da limpeza étnica.

A terceira disse respeito sobre o caráter do conflito que visava o controle territorial, logo, seria difícil encontrar um local que garantisse a segurança dos abrigados.

E, a quarta foi à erosão do direito de procurar asilo e do princípio do *non-refoulement* (FRANCO, 1995).

Mesmo diante das questões levantadas pelo ACNUR, as áreas seguras foram criadas na Bósnia-Herzegovina, diante do deterioramento da situação (YAMASHITA, 2004; MCQUEEN, 2005) em 16 de abril de 1993.

O CSNU aprovou unanimemente¹²² a Resolução 819¹²³ que autorizou o estabelecimento das áreas seguras em Srebrenica (UNSC, 1993-a)¹²⁴. Apesar da preocupação inicial do governo espanhol que as áreas seguras poderiam ajudar na limpeza étnica, ele votou a favor de suas criações.

As condições dos parâmetros usadas na criação das áreas seguras foram: a) **acordo**: intermediação por uma organização internacional e a concordância de um ou algumas partes envolvidas no conflito; b) **categoria da população civil**: todas as categorias da população civil; c) **localização**: na zona de combate, delimitação imprecisa, escassamente povoada, área grande; d) **militarização**: presença de tropas, armas e equipamentos móveis militares, atividade vinculada às operações militares, usados para objetivos militares, defendidos por meios militares; e) **policimento interno**: porte de armas pesadas, emprego de soldados; f) **sinalização**: tipo; g) **supervisão**: quem e função.

Em relação ao parâmetro do **acordo** que ele foi acordado somente com uma das partes envolvidas no conflito, o governo da Bósnia-Herzegovina já que ele foi um dos proponentes para a criação das áreas seguras. (YAMASHITA, 2004). Foram excluídos da negociação daquelas áreas tanto os sérvios bósnios (YAMASHITA, 2004) quanto a população local de Srebrenica (HYNDMAN, 2003).

Para Chimni (1995), a solução política negociada com todas as partes seria importante, uma vez que facilitaria a implementação das áreas seguras e todos respeitariam as obrigações previstas em um acordo.

Poder-se-ia inferir que a Resolução 819 do CSNU foi um acordo intermediário pelo CSNU¹²⁵. E, também houve a fixação do

¹²² Em 1993, os membros do CSNU foram: Brasil, Cabo Verde, China, Djibuti, EUA, Espanha, França, Hungria, Japão, Marrocos, Nova Zelândia, Paquistão, Reino Unido, Rússia e Venezuela (UNSC, 1993-c).

¹²³ No Anexo R consta a íntegra da Resolução 819 do CSNU.

¹²⁴ Além de Srebrenica, mais cinco áreas seguras foram criadas durante o Conflito da Bósnia nas cidades de Bihac, Gorazde, Sarajevo e Tuzla conforme a Resolução 824 do CSNU (UNSC, 1993-b) de seis de maio de 1993.

¹²⁵ Além da atuação das Nações Unidas, várias ONGs também participaram na assistência à população civil como CICV que cooperou com as agências das Nações Unidas, mas procurou

início do reconhecimento da cidade de Srebrenica como uma ‘área segura’ em 21 de abril (YAMASHITA, 2004). Entretanto, não foi fixado o seu término, o qual aconteceu de modo abrupto em 11 de julho de 1995, quando ela foi atacada¹²⁶ (YAMASHITA, 2004).

A princípio, as áreas seguras foram estabelecidas para abrigar todas as **categorias da população civil** (UNSC, 1993-a). Mas, diante da situação *in loco*, houve a concentração de uma determinada etnia, a muçulmana, pois se percebeu que ela era o alvo (CHIMNI, 1995; SANDOZ, 1995; YAHASHITA, 2004; MCQUEEN, 2005).

Para Catherine Phuong (2005), a concentração de membros de um grupo étnico que estaria sendo alvo de limpeza étnica¹²⁷ favoreceria as operações militares da Parte adversa.

Posição semelhante foi a de Jennifer Hyndman (2003), pois para ela a concentração da população vulnerável em cidades específicas criaria ‘involuntariamente’ um alvo para os agressores.

E, para Yamashita (2004), os sérvios bósnios, Srebrenica estaria abrigando os muçulmanos bósnios e o Governo da Bósnia estaria protegendo-os.

Referente ao parâmetro da **localização**, Srebrenica (círculo verde - Figura 10) tem uma dimensão territorial de 16 km² (SREBRENICA) que, se comparada com a do total do território da Bósnia-Herzegovina de 51.129 km²(NATIONSENCYCLOPEDIA, s.d.-b), corresponde a 0,031%, logo, é pequeno.

manter certa distância para que fosse mantido seu caráter de neutralidade e imparcialidade em campo (YAMASHITA, 2004).

¹²⁶ O ataque começou em 11 de julho e terminou em 25 de julho de 1995. No momento da invasão de Srebrenica pelos sérvios bósnios havia entre 38.000 a 42.600 mil pessoas, sendo que 10 a 15 mil pessoas tentaram fugir a pé e o restante permaneceu nas proximidades de Srebrenica em Potocari (YAMASHITA, 2004). Os sérvios separaram os homens em idade militar e mulheres entre 15 a 35 anos que foram postos em 300 ônibus (YAMASHITA, 2004). Os soldados holandeses da UNPROFOR foram proibidos de escoltar os referidos ônibus (YAMASHITA, 2004). Os homens, após sofrerem abusos físicos, foram mortos, estimando o número de mortes entre sete e oito mil homens (YAMASHITA, 2004).

¹²⁷ É interessante citar algumas declarações pertinentes à concentração de uma etnia específica nas áreas seguras. O Embaixador venezuelano Arria afirmou que elas “na realidade se tornaram um campo de refugiados, controlado e supervisionado pelos agressores dos refugiados” (YAMASHITA, 2004, p.100-101, tradução livre). Para Chimni, as áreas representaram um “conluio com o genocídio” (1993, p. 841, tradução livre). E, segundo Sadako Ogata “se você pegar aquelas pessoas [e pô-las nas áreas seguras], você é cúmplice da limpeza étnica. Se você não for [não fizer nada], cúmplice de assassinato” (FRELICK, 1993, p. 11, tradução livre).

Figura 10 - Comunidade local de Srebrenica na Municipalidade de Srebrenica na Bósnia-Herzegovina



Fonte: SREBRENICA.

Mas, poder-se-ia inferir que por Srebrenica ser uma cidade a sua dimensão como uma área segura seria uma área grande, diferentemente da Zona de Segurança de Madri ou da Zona de Jacquinet que foram estabelecidas em uma parte de um bairro de uma cidade e não na cidade toda.

A Resolução 918 do CSNU determinou que a localização das áreas seguras fosse ‘a cidade de Srebrenica e seus arredores’, não especificando o seu perímetro. Assim, poderiam ser levantadas algumas questões sobre o parâmetro da localização.

A primeira diria respeito à escolha da cidade de Srebrenica, uma vez que a mesma já havia sido atacada e tomada pelos sérvios bósnios em abril de 1992.

A segunda seria que o ACNUR havia se preocupado sobre a localização, uma vez que o conflito visava o controle territorial.

A terceira faria alusão à ausência de uma delimitação específica da zona, pois o que significava ‘seus arredores’, qual seria o tamanho deles e da área total?

Poder-se-ia inferir que os ‘arredores’ da cidade de Srebrenica seriam as vilas de: Baratova, 3) Centar, 4) Crvena Rjeka, 5) Grad, 6) Karanfi, 7) Crkviste, 8) Petrica, 9) Skender, 10) Ucina-basca, 11) Mliniste, 12) Klisa, 13) Kiselica, 14) Panaduriste, 15) Kozarica, 16) Kumrici, 17) Pistivod e 18), Hrid (SREBRENICA).

Para a França, o CSNU demonstrou precaução por não ter delimitado de modo preciso a posição geográfica das áreas seguras (UNSC, 1993-a).

Mas, Chimni criticou essa precaução do CSNU, uma vez que “a geografia de uma ‘área segura’ precisava ser claramente delineada em contraste com uma descrição como ‘cidades e arredores’ [...] [essa] ausência criou dificuldades óbvias para um conflito civil” (1995 p. 844, tradução nossa). Mesmo entendimento teve Catherine Phuong (2007).

Poder-se-ia inferir que as dificuldades seriam aquelas relacionadas com a segurança do perímetro pela UNPROFOR e até onde os sérvios bósnios poderiam utilizar a área para as suas operações militares, o que de fato aconteceu (YAMASHITA, 2004).

Poder-se-ia inferir que como Srebrenica estava localizada em uma zona de combate, isto motivou a comunidade internacional a criar zonas de proteção nessa cidade. Os sérvios bósnios mantiveram presença militar constante ao redor das áreas seguras, uma vez que eles podiam ser visto a “uma distância de 900 metros de um posto de observação” (YAMASHITA, 2004, p.100, tradução nossa).

Outra inferência é que a cidade de Srebrenica era escassamente povoada, pois tinha uma população de oito a dez mil habitantes (UNSC, 1993-b). Mas, após a declaração dela como área segura, a mesma passou a abrigar 30 mil (UNSC, 1993-b).

O inchaço populacional resultou na piora da infraestrutura da cidade, uma vez que esta já se encontrava destruída pelos ataques anteriores e não havia sido reconstruída (UNSC, 1993-b).

Houve a falta de alojamento era perceptível, pois muitos dormiam nas ruas e eram onde a população fazia as suas necessidades básicas, as quais poderiam provocar epidemias (UNSC, 1993-b).

Além de que a água e a energia elétrica foram cortadas (UNSC, 1993-b). A situação de assistência médica era dramática, uma vez que os sérvios bósnios proibiam a entrada de cirurgiões em Srebrenica (UNSC, 1993-b).

A geografia física de Srebrenica era acidentada e circundada por montanhas: ao norte pelas colinas Lisina e Jabuco, ao leste pico de mil metros, ao sul o Monte Kak e ao oeste cumes íngremes e selvagens, quase sem vegetação (DUTCHBAT, 2008). Poder-se-ia inferir que esse tipo de relevo dificultou a execução das operações humanitárias.

Outras dificuldades também estiveram relacionadas as estradas, pois algumas eram pavimentadas e outras eram ‘de chão’, sendo que estas dependiam de boas condições climáticas para que pudessem ser utilizadas (DUTCHBAT, 2008) pelos comboios de ajuda humanitária.

As estradas eram alvos das operações militares dos sérvios bósnios que, frequentemente, atacavam os comboios, acarretando no abandono de muitas operações de ajuda (TISO, 1994).

Inclusive as tropas do Canadá, que iriam substituir as tropas holandesas, se tornaram reféns dos sérvios bósnios quando estes bloquearam para que aqueles não entrassem na área segura de Srebrenica (TISO, 1994).

O parâmetro da **militarização** ocorreu com a proteção militar das áreas seguras através da extensão do mandato da UNPROFOR (UNSC, 1993-d), como havia sido proposto por Tadeusz Mazowiecki em 1992.

A Resolução de 819 do CSNU determinou que os ataques perpetrados pelos paramilitares sérvios bósnios a Srebrenica e seus arredores parassem (UNSC, 1993-a). O quinto parágrafo foi percebido pelos sérvios bósnios como um tipo de ajuda militar aos bósnios muçulmanos por parte do governo da Bósnia-Herzegovina e da UNPROFOR (MCQUEEN, 2005).

Mas, na prática, a UNPROFOR encontrou armas de sérvios bósnios dentro das áreas seguras, mas aquela não as apreendeu, deixando que estes as levassem para fora do território desmilitarizado, uma vez que não fazia parte do seu mandato recolher tais armas (TISO, 1994).

A cessação das atividades militares por parte do governo da Bósnia não foi mencionada na Resolução 819 do CSNU. O quinto parágrafo da Resolução 836 do CSNU¹²⁸ autorizou as tropas do governo da Bósnia-Herzegovina a adentrar nas zonas, inclusive as tropas poderiam ocupar pontos terrestres chaves (UNSC, 1993-d).

Houve a tentativa de desmilitarizar Srebrenica através de um Acordo de Desmilitarização de Srebrenica¹²⁹ assinado em 17 de abril entre o General Halilovic (do governo da Bósnia) e o General Mladic (Comandante paramilitar dos sérvios bósnios) (BETHLEHEM; WELLER, 1997).

¹²⁸ Essa Resolução foi elaborada conforme a nota verbal datada de 19 de maio de 1993 que foi dirigida ao Presidente do Conselho de Segurança pelo representante permanente da França nas Nações Unidas, Jean-Bernard Merimee, que apresentou três propostas para as novas funções da UNPROFOR (UNSC, 1993-e). Duas delas seriam opções leves, uma com e outra sem unidades constituídas e a terceira seria a opção pesada que fazia alusão ao se opor às agressões militarmente (UNSC, 1993-e). Dessas três opções, o CSNU preferiu a opção leve com unidades constituídas (UNSC, 1993-d).

¹²⁹ O Acordo de Desmilitarização está no Anexo S.

A ausência de uma delimitação precisa foi percebida em referido acordo, pois, de um lado o General Halilovic e a UNPROFOR entenderam que áreas seguras seriam a zona urbana de Srebrenica (UNGA, 1999) e, de outro, o General Mladic entendeu que era toda a municipalidade de Srebrenica, incluindo a parte rural (UNGA, 1999).

Em 21 de abril, a UNPROFOR emitiu um comunicado declarando que as áreas seguras foram ‘exitosamente’ desmilitarizadas (YAMASHITA, 2004). Poder-se-ia inferir que o cumprimento foi *de jure*, mas, não foi de fato, pois tanto interna quanto externamente houve a presença militar constante de todos os envolvidos no conflito nas áreas seguras (YAMASHITA, 2004).

Houve a presença constante dos sérvios bósnios em torno de Srebrenica que foi motivada pela presença das tropas do governo da Bósnia-Herzegovina no interior das áreas seguras, pois, para Yamashita, “a ausência de desmilitarização sérvia, [...] levou a relutância das forças governamentais à desmilitarização” (2004, p. 100, tradução nossa).

Essa presença foi descrita pelo Relatório da Missão submetido ao Presidente do CSNU em 30 de abril de 1993 como:

18. Srebrenica é hoje o equivalente a uma prisão aberta em que as pessoas podem ir de um lado a outro, mas são controladas e aterrorizadas pela presença crescente dos tanques sérvios e outras armas pesadas em seus arredores imediatos. O representante do ACNUR descreveu a cidade como um ‘mau acampamento de refugiados’.

[...]

27. As perspectivas em curto prazo para Srebrenica são as seguintes:

a) A cidade está praticamente sitiada pelas forças sérvias que controlam o acesso a ela;

[...]

d) Embora a Resolução do Conselho de Segurança 819 (1993) declarou a cidade como área segura, a situação atual claramente não corresponde com o espírito e nem com o objetivo da resolução; [...] (UNSC,1993-f, p. 6-8, tradução nossa).

Poder-se-ia deduzir que a desmilitarização completa de uma zona de segurança seria imprescindível para que a mesma não fosse percebida como parte do conflito. Essa afirmação encontrou respaldo no Relatório do Secretário-Geral enviado ao Conselho de Segurança das

Nações Unidas sobre as zonas de seguranças estabelecidas na Guerra Bósnia, eis que:

Até a desmilitarização **completa** das zonas de segurança ser alcançada, a parte que controla uma zona de segurança deverá ser obrigada a abster-se de ataques e ações hostis ou provocar de dentro de uma zona de segurança contra forças ou alvos de adversários que estão fora dessa zona. Além disso, medidas devem ser tomadas pelas partes para evitar atividades dentro das zonas de segurança que podem ser configuradas como ataques de forças adversárias. [...] Com relação a tais medidas, é útil considerar os princípios de direito humanitário internacional, consagrados nas Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 e seus Protocolos Adicionais de 1977, que tem aceitação geral entre a comunidade internacional. (UNSC, 1994-a, grifo nosso, tradução nossa).

Poder-se-ia inferir que a desmilitarização incompleta possibilitou que as áreas seguras fossem contestadas desde o início. Essa visão é compartilhada pelos estudiosos do tema como Yamashita (2004), McQueen (2005) e por David Owen, representante da Presidência da Comunidade Europeia, pela Rússia e pelo comandante do Exército sérvio bósnio, Ratko Mladic.

Para Landgren (1995), as áreas seguras foram utilizadas como alívio, recuperação e outras formas para operações militares de todas as partes envolvidas no conflito, desrespeitando as normas previstas para zonas desmilitarizadas tuteladas pelo PA I.

Em relação ao parâmetro do **policciamento interno**, entender-se-ia que, da mesma forma que houve a militarização da zona, houve a militarização do policiamento interno.

Desse modo, poder-se-ia deduzir que o policiamento não teve fins pacíficos, mas sim bélicos, uma vez que as áreas seguras foram empregadas estrategicamente para atacar os sérvios bósnios quando permitiu a presença das tropas do governo bósnio no interior delas.

O tipo de **sinalização** escolhido foi à bandeira das Nações Unidas como meio de sinalizar a zona (WEISS; PASIC, 1998).

A **supervisão** foi da competência do Secretário-Geral conforme o quarto parágrafo da Resolução 819 do CSNU, que teria a função de

monitorar a situação humanitária no interior das áreas seguras (UNSC 1993-a).

Portanto, as questões levantadas no relatório do ACNUR¹³⁰, mencionadas acima, foram proféticas em relação ao desfecho final das áreas seguras em Srebrenica, pois mostraram a paradoxalidade da criação daquelas áreas em um conflito que visava o controle territorial por meio da limpeza étnica.

Em 1994, um ano antes do massacre em Srebrenica, o CSNU estabelecia as zonas humanitárias seguras em Ruanda como resposta ao genocídio contra os Tutsis.

2.9 ZONE HUMANITAIRE SÛRE¹³¹ (ZONAS HUMANITÁRIAS SEGURAS): RUANDA (1994)

O contexto da colonização ruandesa explica o conflito étnico entre Hutus e Tutsis. Em breves palavras a Alemanha colonizou Ruanda em 1899 e optou em pôr no governo a etnia Tutsi, embora a maioria da população fosse de Hutus (MINEAR; KENT, 1998).

Em 1916, a colonização belga manteve a etnia Tutsi no poder. Mas, na década de 1950, a Bélgica adotou uma política pró-Hutu, uma vez que o domínio dos Tutsis começou a desmoronar. Em 1959, os Hutus massacraram centenas de Tutsis e dezenas de milhares fugiram para outros Estados (MINEAR; KENT, 1998).

Em 1962, Ruanda se tornou independente da Bélgica, iniciando a perseguição aos Tutsis, uma vez que os Hutus os consideravam seus opressores e invejavam seu *status* sociopolítico durante o período da colonização (MCQUEEN, 2005).

O primeiro presidente eleito foi Grégoire Kayibanda do Partido do Movimento pela Emancipação Hutu (PARMEHUTU) que passou a calar as vozes dissidentes (MINEAR; KENT, 1998). Tal ato que resultou em um golpe de Estado perpetrado pelo Major-General Juvenal Habyarimana, também da etnia Hutu, em 05 de julho de 1973 (MINEAR; KENT, 1998).

¹³⁰ Para Loescher (2001), o ACNUR se transformou na maior agência humanitária do mundo, pois estava assistindo praticamente toda a população da Bósnia, sobrecarregando-o, uma vez que não tinha efetivos suficientes para lidar com essa situação, apesar de que havia recursos financeiros disponíveis.

¹³¹ A Operação Turquesa, responsável pela criação das zonas de proteção em Ruanda, adotou o termo '*zone humanitaire sûre*' (zonas humanitárias seguras) que será utilizado na presente pesquisa. Observa-se que o CSNU empregou o termo *secure humanitarian areas* (áreas humanitárias seguras).

O Presidente Habyarimana introduziu o partido único, se tornou aliado incontestado da França na Região dos Grandes Lagos e continuou com a campanha de marginalização aos Tutsis por meio do acesso exclusivo de privilégios aos Hutus (MINEAR; KENT, 1998).

Os Tutsis que integravam a União Nacional Ruandesa foram banidos das atividades públicas, buscando exílio em Uganda, renomeando-se para Frente Patriótica Ruandesa (RPF) em 1988 (YAMASHITA, 2004).

A França, ao mesmo tempo em que apoiava militarmente o governo de Habyarimana contra as ações da RPF que ameaçavam a integridade territorial do país, incitava o governo para que acomodasse as reivindicações dos Tutsis e resolvesse a questão dos refugiados (MCQUEEN, 2005).

Assim, iniciaram-se as negociações do Acordo de Paz de Arusha (Tanzânia) em 1992, determinando que o governo possibilitasse aos Tutsis o exercício nas atividades públicas, a garantia de seus direitos, a permissão do regresso dos refugiados e a construção de uma Ruanda multiétnica (MINEAR, KENT, 1998; MCQUEEN, 2005). O acordo foi assinado entre o Presidente Major-General Juvenal Habyarimana e a RPF em agosto de 1993 (MCQUEEN, 2005).

Nessa época, a população Ruandesa era de 7.7 milhões de habitantes, constituído pela maioria Hutus (84%) e a minoria de Tutsis (15%) e Twa (1%) (MCQUEEN, 2005).

Tal composição demográfica era importante para os extremistas Hutus, que formavam o núcleo do regime duro, pois eles desejavam manter o *status quo* e queriam continuar a marginalização aos Tutsis, criando uma '*Hutuland*', um território de Hutus 'puros' em Ruanda (YAMASHITA, 2004). Essa atitude os excluiu da confecção e da implementação do Acordo (YAMASHITA, 2004).

Em 1994, o Presidente Habyarimana e o presidente do Burundi, Cyprien Ntaryamira, negociaram a implementação do acordo na Tanzânia. No retorno a Ruanda, em 06 de abril, um acidente aéreo vitimou ambos os presidentes (WINTHER, 1997). Esse acontecimento foi o estopim que desencadeou o genocídio contra os Tutsis em Ruanda (WINTHER, 1997; MINEAR, KENT, 1998; YAMASHITA, 2004; MCQUEEN, 2005).

A Guerra Civil em Ruanda iniciou com o extermínio de Tutsis na cidade de Ramera, localizada perto do aeroporto, espalhando-se pelas cidades ocidentais de Gisenyi e Kibuye (YAMASHITA, 2004).

Os responsáveis pelas mortes foram a Guarda Presidencial (500 homens), Exército da Polícia Nacional de Ruanda (40 mil efetivos), as

forças paramilitares e milícias conhecida como ‘*Interhamwe*’ (entre 15 a 30 mil homens) (MINEAR; KENT, 1998; KUPERMAN, 2001).

Com o falecimento do Presidente, houve a designação de um ‘governo interino’, formado pelos extremistas Hutus (conhecidos como *Power*), que estava motivado a “tentar exterminar fisicamente seus inimigos” (YAMASHITA, 2004, p. 139, tradução nossa). A França permaneceu leal ao governo interino, apesar do evidente extremismo em suas ações (MCQUEEN, 2005).

Para Helton (2002, p.21, tradução nossa), foi o “início de um ataque genocida bem orquestrado por Hutus extremistas sobre a população Tutsi e Hutus moderados”.

Os ataques foram inspirados pelas transmissões da rádio *Mille Collines* que incentivava o extermínio dos Tutsis e ameaçava os Hutus que se recusavam a participar da eliminação daquela etnia (MINEAR; KENT, 1998).

A situação foi se deteriorando hora após hora (WINTHER, 1997), pois, em menos de 24 horas, 250 mil ruandeses haviam cruzado a fronteira com a Tanzânia em 29 de abril (LONG, 2010).

O número de mortos ruandeses já ultrapassava mais de 500 mil, sendo utilizadas não apenas armas de fogo, mas, também, armas brancas como “machetes, machados, clavas, clubes e barras de ferro” para matar (YAMASHITA, 2004, tradução nossa).

No início, os Tutsis fugiram dos massacres perpetrados pelos Hutus, mas, quando os integrantes da RPF voltaram a Ruanda para lutar contra os Hutus, os Tutsis passaram a controlar a maior parte do território ruandês em questão de semanas (HELTON, 2002).

O número de deslocados internos superava quatro vezes o número de refugiados que eram mais de 500 mil (UNSC, 1994-b). Por isso que, em 13 de maio, o Secretário-Geral pediu para a comunidade internacional não fechasse os olhos diante das atrocidades cometidas contra os civis inocentes¹³².

A solução encontrada para proteger os ruandeses foi o estabelecimento de zonas humanitárias seguras autorizadas pelo CSNU que aprovou¹³³, por unanimidade¹³⁴, a Resolução 918 em 17 de maio de

¹³² A comunidade internacional demorou em atuar diretamente em um compromisso humanitário na África após o fracasso na Somália (HELTON, 2002). Em breves palavras, poder-se-ia dizer que, em 1993, 18 soldados americanos que estavam sob o comando das Nações Unidas, foram mortos por somalis e seus corpos foram arrastados pelas ruas de Mogadíscio Somália’ (HELTON, 2002). Esse evento criou uma aversão à imposição de paz que ficou conhecido como ‘síndrome de Mogadíscio’ ou ‘efeito Somália’ (HELTON, 2002).

¹³³ A íntegra da Resolução 918 do CSNU está no Anexo T.

1994, estendendo o mandato da Missão de Assistência das Nações Unidas a Ruanda (UNAMIR)¹³⁵, para a criação e a manutenção daquelas zonas sob o Capítulo VI¹³⁶ (UNSC, 1994-a).

As áreas humanitárias seguras também foram citadas na Resolução 925 do CSNU aprovada por todos os membros do CSNU em 08 de junho de 1994 (UNSC, 1994-d). Além de que, pela primeira vez, a comunidade internacional reconheceu que estava ocorrendo um genocídio em Ruanda¹³⁷ (UNSC, 1994-d).

Mesmo com a aprovação das Resoluções 918 e 925, ambas do CSNU, as mortes continuaram ocorrendo, pois em julho de 1994 já era superior a 800 mil (YAMASHITA, 2004).

Assim, em 21 de junho, o Conselho divulgou o documento intitulado “França: projeto de resolução” (UNSC, 1994-f) aos seus membros que serviu de base para a elaboração da Resolução 929 do CSNU que autorizava o uso da força pelos Estados Ocidentais na criação das zonas humanitárias seguras.

Em linhas gerais, a aprovação da Resolução 929 do CSNU (UNSC, 1994-g) em 22 de junho de 1994 foi apertada, pois apenas dez Estados votaram a favor (Argentina, Djibuti, Espanha, EUA, França,

¹³⁴ Os Estados membros do CSNU em 1994 foram: Argentina, Brasil, China, Djibuti, Espanha, EUA, França, Nigéria, Nova Zelândia, Omã, Paquistão, Reino Unido, República Checa, Ruanda e Rússia (UNSC, 1994-e).

¹³⁵ A UNAMIR I foi estabelecida em 05 de outubro de 1993 por meio da Resolução 872 do CSNU, tendo a finalidade de ajudar no cumprimento do Acordo de Paz de Arusha assinado em agosto (UNAMIR, 1996). Com o advento dos acontecimentos posteriores àquela assinatura, o mandato da UNAMIR foi se modificando, para que fosse se adaptando as situações (UNAMIR, 1996). O término do mandato da UNAMIR foi a 08 de março de 1996 (UNAMIR, 1996).

¹³⁶ Para Winther (1997), a Resolução 918 do CSNU, aprovada sob o Capítulo VI da Carta das Nações Unidas, foi, na verdade, um tipo de Capítulo 6 ½, pois autorizava a agir em autodefesa e contra aqueles que pudessem vir a ameaçar os locais protegidos.

¹³⁷ O crime de genocídio ainda não tinha sido reconhecido pelas Nações Unidas, uma vez que a Resolução 918 do CSNU não o mencionou. Mas, a referência foi no sentido de que condenava as numerosas mortes de um grupo étnico com a intenção de eliminá-lo (UNSC, 1994-c). A primeira menção sobre o crime de genocídio ocorreu em 08 de junho de 1994 na Resolução 925 do CSNU: “Observando com preocupação mais grave os relatórios que indicam que os atos de genocídio ocorrido em Ruanda e recordando, neste contexto, que o genocídio constitui um crime punível nos termos do direito internacional” (UNSC, 1994-d, tradução nossa). Não são objeto de estudo as razões pelas quais a comunidade internacional demorou em reconhecer que a escalada da violência estaria relacionada com a prática do crime de genocídio. Sobre esse tema, ver o quarto capítulo do livro de KUPERMAN, Alan J. **The Limits of Humanitarian Intervention: Genocide in Rwanda**. Washington: Brookings Institution Press, 2001, que diz respeito ao momento em que a comunidade internacional manifestou-se publicamente sobre o genocídio estava sendo cometido em Ruanda. Uma análise mais detalhada sobre o genocídio em Ruanda ver em: DES FORGES, Alison. **Leave none to tell the story: genocide in Rwanda**. New York: Human Rights Watch, 1999.

Omã, Reino Unido, República Checa, Ruanda e Rússia) e cinco se abstiveram (Brasil, China, Nova Zelândia, Nigéria e Paquistão). Diferentemente das Resoluções 688 e 819, ambas do CSNU, que foram unânimes.

Para Cecilie Winther (1997), os cinco Estados que se abstiveram não aceitaram o uso da força dos Estados Ocidentais poderosos por meio das Nações Unidas para legitimar as intervenções no Hemisfério Sul, mostrando o ceticismo concernente à intervenção humanitária¹³⁸ (WINTER, 1997).

O Estado Ocidental em questão foi a França que ficou a cargo da operação multinacional. A França havia sido citada na carta que o Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Boutros-Ghali encaminhou ao Presidente do Conselho de Segurança em 19 de junho de 1994 (UNSC, 1994-h).

A oferta do Governo da França constava no décimo segundo parágrafo:

[...] mediante autorização do Conselho de Segurança, uma operação multinacional francesa comandada em conjunto com outros Estados-Membros, ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, para garantir a segurança e proteção das pessoas deslocadas e civis em risco em Ruanda. [...] Isto implica que a força multinacional deve permanecer implantada por um período mínimo de três meses (UNSC, 1994-h, p. 4, tradução nossa).

Assim, a operação liderada pela França foi denominada de ‘Operação Turquesa’¹³⁹ e tinha por objetivo “intervir militarmente de forma rápida e contundente” (LANDGREN, 1995, p. 451, tradução

¹³⁸ Noam Chomsky (2002) criticou o que ele cunhou de ‘novo humanismo militar’ que tem como um de seus principais defensores os EUA e seus aliados na luta contra os responsáveis pela limpeza étnica.

¹³⁹ O objetivo da França em criar zonas humanitárias seguras em Ruanda foi motivado pelo temor de uma política regional hegemônica por parte dos EUA e a predominância da língua inglesa (WEISS, 1999; HELTON, 2002; MCQUEEN, 2005). Inclusive, no Relatório sobre Ruanda, elaborado em conjunto com a Defesa Nacional, as Forças Armadas e o Ministério das Relações Exteriores franceses, foi afirmado sobre a influência anglo-saxã em Ruanda (FRANÇA, 1998). O Ministro de Cooperação, Robert Galley (1976-1978), declarou que “havia sido solicitado pelo Presidente Kayibnanda, em nome da defesa francófona e dado o seu extremo interesse no ex-Congo Belga e tudo relacionado ao francês, o General de Gaulle tinha lançado as bases para a cooperação com Ruanda” (FRANÇA, 1998, tradução nossa).

nossa) sob a égide do Capítulo VII¹⁴⁰ da Carta das Nações Unidas (terceiro parágrafo da Resolução 929), até que a UNAMIR II¹⁴¹ pudesse entrar em ação (primeiro parágrafo da Resolução 929). Em 02 de julho de 1994, a França estabeleceu as zonas humanitárias seguras (USA, 1994).

O prazo de duração da Operação Turquesa foi limitado em dois meses, do dia 22 de junho a 22 de agosto de 1994, sendo cumprido ‘religiosamente’ pela França. Embora as Nações Unidas tivessem pedido uma extensão de prazo, a França se opôs, temendo que a RPF pudesse tomar à força a zona¹⁴² (MCQUEEN, 2005).

As condições dos parâmetros utilizadas na criação das zonas humanitárias seguras foram: a) **acordo** b) **categoria da população civil**: todas as categorias da população civil e civis que fizeram parte no conflito; c) **localização**: na zona de combate, delimitação geográfica precisa e área grande; d) **militarização**: presença de tropas, de grupos rebeldes, armas e equipamentos móveis militares, atividade vinculada às operações militares, usados para objetivos militares, defendidos por meios militares; e) **policimento interno**: emprego de soldados; f) **supervisão**: quem e função.

Em relação ao parâmetro do **acordo**, o caso de Ruanda se diferenciou dos conflitos do Iraque e da Bósnia-Herzegovina, uma vez que não havia a presença de uma autoridade estatal.

Para Yamashita (2004), a ausência de um poder central foi justificativa suficiente para que a comunidade internacional criasse as

¹⁴⁰ O Capítulo VII da Carta das Nações Unidas autorizou o uso da força pela operação multinacional, não precisando da autorização do governo de Ruanda para que a Operação Turquesa fosse executada. Enquanto que a UNAMIR I e II foram previstas de acordo com o Capítulo VI da Carta, logo, dependia da autorização do governo de Ruanda que aquela atuasse. Na Resolução 925 do CSNU essa mesma disposição foi regulamentada no quinto parágrafo (UNSC, 1994-d). Porém, ambas as Resoluções podiam criar áreas humanitárias de segurança. Sobre o assunto ler em: OSWALD, Bruce M. The Creation and Control of Places of Protection during United Nations Peace Operations. In: **International Review of the Red Cross**, Vol. 83, Nº 844, 2001, p. 1013-1035. Disponível em: <<http://www.icrc.org/eng/assets/files/other/irrc-844-oswald.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

¹⁴¹ A UNAMIR II consistiu no deslocamento de 5500 tropas que foram apoiar e fornecer condições seguras para os deslocados internos e outros grupos em Ruanda e, também, auxiliar na prestação de assistências às organizações humanitárias (UNGA, 1996).

¹⁴² Mesmo antes do término da operação, o êxodo de refugiados Hutus retomou em grande escala, pois cerca de um milhão de refugiados se deslocaram para o Zaire, principalmente para a cidade de Goma (YAMASHITA, 2004). E, aproximadamente 400 mil que estavam abrigados nas zonas humanitárias seguras também fugiram para aquele país (YAMASHITA, 2004). O Zaire ameaçou fechar as suas fronteiras, mas, mesmo assim, o fluxo de refugiados continuou.

zonas de proteção. Entretanto, como havia beligerantes no conflito, eles deveriam ter sido consultados, o governo interno e a RPF¹⁴³.

Assim, poder-se-ia inferir que a criação das áreas humanitárias seguras foi unilateral por parte da comunidade internacional, pois o CSNU já havia reconhecido as partes no conflito nos preâmbulos das Resoluções 918, 925 e 929 do CSNU. E, que referido reconhecimento não foi estendido durante as negociações das áreas humanitárias seguras.

A RPF enviou duas cartas ao Presidente do Conselho de Segurança, declarando que a expansão do mandato da UNAMIR não era vista como perigosa, mas o Conselho não poderia permitir que a França usurpasse o papel das Nações Unidas (WINTHER, 1997).

Para a RPF, a França tinha responsabilidade na situação que se encontrava Ruanda, logo, a atuação dela no conflito seria parcial¹⁴⁴ (WINTHER, 1997). Assim, poder-se-ia deduzir que a RPF deveria ter sido consultada sobre a criação das zonas humanitárias seguras.

Em relação ao parâmetro da **categoria da população civil**, as zonas humanitárias seguras admitiram os refugiados, os deslocados e os civis em risco, conforme Resolução 929 do CSNU.

Mas, entre a população civil abrigada no interior das zonas também estariam os autores do genocídio. Helton criticou a incapacidade das organizações internacionais e dos governos de distinguir quem deveria adentrar ou não nas zonas humanitárias seguras, uma vez que estas também passaram a abrigar, além dos civis, os ‘refugiados’ guerreiros¹⁴⁵ e os culpados pelo genocídio (HELTON, 2002).

Tal admissão levanta uma sobre admitir os ‘refugiados’ guerreiros e os autores do genocídio ou entregá-los para as autoridades

¹⁴³ No momento da criação das áreas humanitárias seguras, a RPF, sob o comando de Paul Kagame, havia realizado uma ofensiva que mudou a configuração do conflito civil, passando a controlar cada vez mais o território ruandês (FREEDMAN, 1995) e, em 04 de julho de 1994, tomou a capital Kigali (WEISS, 1999).

¹⁴⁴ Poder-se-ia alegar que a RPF tinha motivos claros para responsabilizar a França pela situação que Ruanda estava vivenciando, pois o governo francês tinha ajudado a expandir as forças militares do governo de Ruanda de 5.200 para 30 mil combatentes entre 1990 a 1994 que tinha como objetivo formar ‘Ruandanização’ (*Rwandanization*), a fim de combater os rebeldes (KUPERMAN, 2001). E, a França também vendeu armas para que o governo pudesse repelir a invasão (WINTHER, 1997).

¹⁴⁵ O termo ‘refugiados guerreiros’ foi cunhado pela primeira vez pelos autores ZOLBERG, Aristide R.; SUHRKE, Astri; AGUAYO, Sergio. **Escape from Violence: Conflict and the Refugee Crisis in the Developing World**. Oxford: Oxford University Press, 1989. Resumidamente, eles desenvolveriam uma estrutura política e armada nos campos de refugiados e passariam a lutar em conflitos com o fim de alcançar um determinado objetivo político (ZOLBERG; SUHRKE; AGUAYO, 1989).

competentes. Poder-se-ia inferir que somente a população civil que não tivesse participado direta ou indiretamente no conflito poderia adentrar nas zonas.

A população civil ruandesa foi informada sobre as zonas humanitárias seguras através de folhetos lançados pelos aviões franceses que diziam: “Operação Turquesa. Aviso para a população de Ruanda. Você agora está na zona humanitária segura protegida pelo exército francês. Não se mova mais. Fique aí, a ajuda humanitária vai chegar até você. Não se preocupe, o exército francês garante a sua segurança” (UNSC, 1994-i, p. 11, tradução nossa).

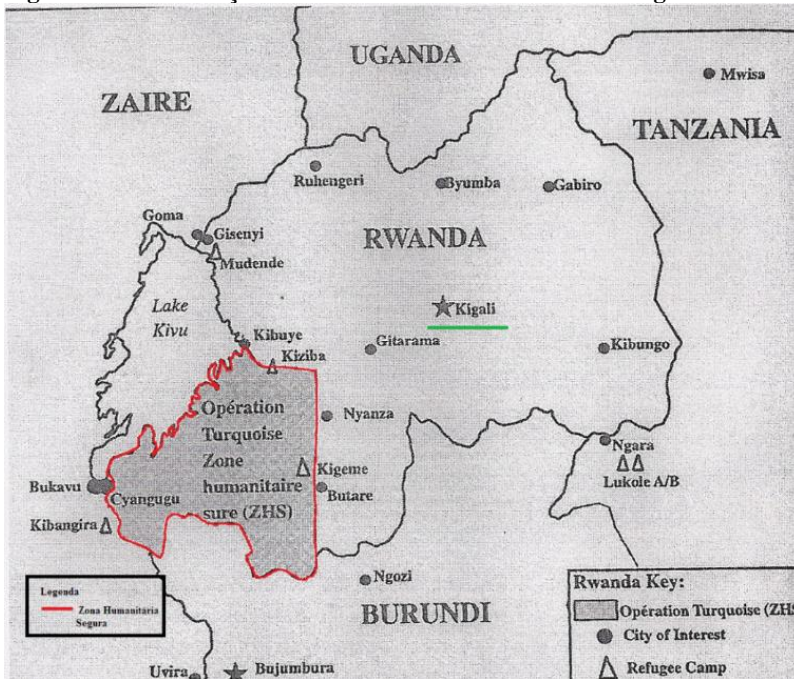
Mas, na prática, a França não teve número suficiente de veículos para recolher e transportar todos aqueles que estavam escondidos (KUPERMAN, 2001; MCQUEEN, 2005). Embora as zonas tenham conseguido salvar entre oito mil e doze mil Tutsis refugiados no campo de Nyarushisi em Cyangugu e em outros grupos pequenos em áreas periféricas (KUPERMAN, 2001).

O parâmetro da **localização** estabeleceu as zonas humanitárias seguras no sudoeste de Ruanda abrangendo a metade Kibuye¹⁴⁶ no sentido sul, Gikongoro e Cyangugu, sendo que este último faz fronteira com o Zaire (atualmente, República Democrática do Congo) (YAMASHITA, 2004).

A dimensão total das zonas foi de aproximadamente 5.226 km² que correspondeu a 20% de um total de 26.338 km² do território de Ruanda, configurando uma grande área (WEISS, 1999). A delimitação geográfica das zonas humanitárias seguras foi precisa conforme a Figura 11 (contorno em vermelho).

¹⁴⁶ Em 1995, o governante Paul Kagame (etnia Tutsi) enviou tropas para que atirassem nos campos de deslocados internos, dentre eles, o campo de Kibuye, pois abrigavam Hutus, alegando que alguns deles haviam participado do genocídio, o qual resultou na morte de milhares de deslocados internos (COHEN; DENG, 1998).

Figura 11 – Delimitação territorial da Zona Humanitária Segura



Fonte: WEISS, 1999, p. 138.

A justificativa da França para cobrir uma área tão vasta, foi que ela tinha sido a mais afetada pelo conflito em termos humanitários (YAMASHITA, 2004).

Entretanto, para vários autores, referida escolha do lugar violou a neutralidade e a imparcialidade da Operação Turquesa, uma vez que muitos Hutus a utilizaram como rota de fuga segura para o Zaire (LANDGREN, 1995; HELTON, 2002; YAMASHITA, 2004).

Ademais de que essa área era de maioria Hutus, podendo-se deduzir que poderia ser criado “uma área ‘Hutuland’” (YAMASHITA, 2004, p. 154, tradução nossa).

E, a escolha não pareceu ajudar muito as pessoas, uma vez que os assassinatos estavam ocorrendo em Kigali (traço verde – Figura 11) (YAMASHITA, 2004), podendo-se inferir que a maioria das pessoas que estavam fugindo teria sido morta antes de chegar às zonas humanitárias seguras.

A dimensão territorial das zonas humanitárias seguras expôs a insuficiência da ajuda humanitária, pois houve falta de água e de comida

e a precariedade dos serviços de saúde, resultando em doenças como disenteria e cólera (UNSC, 1994-i).

Em relação ao parâmetro da **militarização**, este foi autorizado sob a chancela do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas que autorizou o envio de 3.060 tropas, das quais 2.552 eram francesas e 508 eram de seis Estados africanos (Chade, Congo, Guiné-Bissau, Mauritânia, Níger e Senegal) (VACCARO, 1996; WEISS, 1999)¹⁴⁷.

Das 3.060 tropas, 1.850 foram deslocadas para as zonas humanitárias seguras, sendo que 450 tropas foram para Cyangugu, 600 para Gikongoro (inicialmente eram 200) e 800 para Kibuye (KUPERMAN, 2001).

As operações militares continuaram dentro das zonas humanitárias seguras, pois tanto a RPF (YAMASHITA, 2004) quanto a Força Armada Ruandesa (RGA) adentraram nas referidas áreas.

A RGA teve o aval da França para exercer a atividade militar no interior das zonas, obtendo o controle interno delas¹⁴⁸ (HELTON, 2002; YAMASHITA, 2004; MCQUEEN, 2005).

Poder-se-ia inferir que o desarmamento dentro das zonas não foi uma das preocupações da França durante a criação das áreas humanitárias seguras. Ambas as partes envolvidas no conflito utilizaram-se delas para as suas estratégias militares.

Para Kuperman (2001), as tropas francesas não intervieram para impedir que os saques ocorressem ou para prender os extremistas, uma vez que lhes faltava tanto o mandato quanto o interesse em servir como uma força policial de fato.

Chimni (1995) fez críticas contundentes sobre o estabelecimento e proteção das zonas humanitárias seguras pela França devido a sua prévia relação militar com os governos Hutus, fazendo com que a França fosse percebida como suspeita na proteção aos perpetradores do genocídio.

Inclusive as ONGs criticaram a participação da França (CHIMNI, 1995), sendo que várias delas se recusaram a “trabalhar com as tropas francesas por medo de serem consideradas como partidárias” (YAMASHITA, 2004, p. 157, tradução nossa). Mas, mesmo assim, as ONGs estiveram presentes como o CICV, os Médicos Sem Fronteiras e outras organizações internacionais.

¹⁴⁷ Após o término da Operação Turquesa, a França retirou as tropas, permanecendo em Ruanda as tropas africanas (WEISS, 1999).

¹⁴⁸ A solidarização dos militares franceses aos combatentes da RGA era próxima, uma vez que aqueles utilizavam jargão depreciativo de '*Krmers Noirs*'¹⁴⁸ para denominar a RPF (MCQUEEN, 2005). *Krmers* é uma analogia com o Krmer Vermelho do Camboja.

Referente ao parâmetro do **policimento interno** poder-se-ia inferir que foi empregado soldados para tal função, uma vez que as tropas também foram enviadas para as zonas humanitárias seguras.

Entretanto, o número de tropas era insuficiente para fazer o policiamento interno, pois, nessa época, as zonas humanitárias seguras abrigavam 1,2 a 1,5 milhão (KUPERMAN, 2001).

Inicialmente, o policiamento conseguiu cessar com a matança no interior das zonas humanitárias seguras, mas, depois, elas continuaram em menor escala nas semanas seguintes (KUPERMAN, 2001).

Em relação ao parâmetro da **senalização**, foram postas bandeiras do França, mas não foram colocadas pela Operação Turquesa, mas sim por extremistas Hutus que utilizaram desse artifício para atrair e matar os Tutsis (HELTON, 2002).

Contudo, não há relatos sobre o tipo de sinalização empregada pela Operação Turquesa e nem sobre iluminação noturna.

Poder-se-ia inferir que o parâmetro da **supervisão** foi exercido pela Operação Turquesa.

3 A APLICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DOS PARÂMETROS DE ZONAS DE PROTEÇÃO PARA A POPULAÇÃO CIVIL NO CONFLITO CIVIL SÍRIO

Seria possível aplicar as condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados na Síria?

A resposta dessa pergunta é afirmativa, pois não são somente as questões de poder e de interesses que moldam a conduta dos agentes, mas também as normas, tais como a CG IV, o PA I e as Resoluções 688, 819 e 929 do CSNU.

As normas podem contribuir para ajustar a conduta dos Estados, dos agentes internacionais e dos membros da comunidade epistêmica de zonas de proteção.

A socialização dos agentes e a construção de interesses e escolhas destes possibilita a obrigação dos agentes com a norma (BRUNNÉE, TOOPE, 2010).

Esse capítulo versará sobre a análise e a aplicação das condições previstas nos sete parâmetros utilizados para a criação das zonas de proteção para a população civil no conflito civil sírio.

Serão criadas três zonas de proteção hipotéticas na Síria¹⁴⁹, a fim de verificar a viabilidade delas, identificando os prós e os contras das condições dos parâmetros de zonas de proteção. Além de verificar se o cumprimento de tais condições será de modo integral, parcial ou se não há possibilidade de utilizá-las.

Porém, é necessário observar o caráter hipotético delas, pois conforme Robert Jervis:

[...] no contexto de aprender com a história, as proposições sobre as causas e os efeitos de imagens só podem ser probabilísticas. Há muitas variáveis para serem trabalhadas para reivindicar mais nos casos em que estão interessados, os decisores são confrontados com um grande número de valores concorrentes, situações altamente complexas e informações muito ambíguas. As possibilidades e as razões para equívocos e desentendimentos são grandes (1976, p. 31, tradução nossa).

¹⁴⁹ A proposta das zonas de proteção hipotéticas não tem intenção de que as Nações Unidas às adotem, mas que tais zonas sirvam como modelos para prover a essa organização condições de escolher quais são as condições dos parâmetros mais apropriadas para que sejam adotadas.

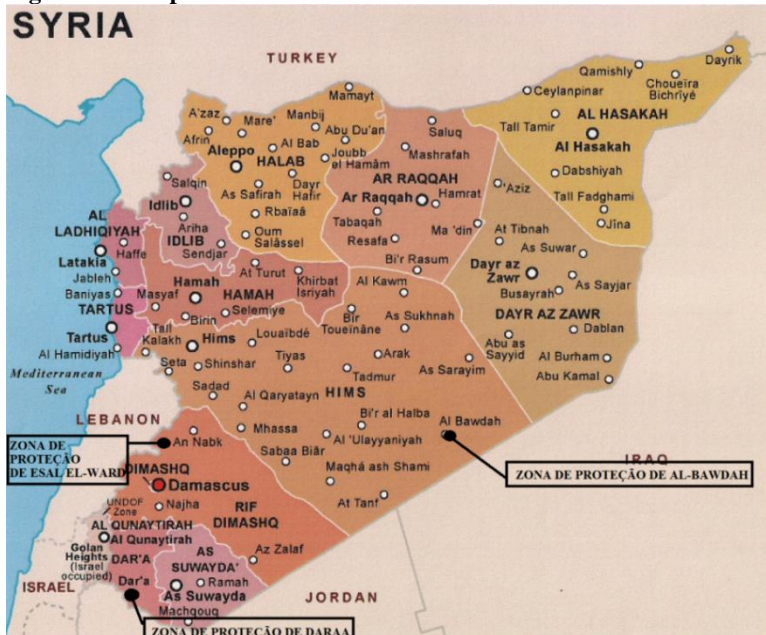
Essa parte da pesquisa é criação de autoria própria com a intenção de reunir análises de estudos teóricos, estudos normativos e nas experiências anteriores ao caso sírio que possam ser empregadas pelos analistas de Relações Internacionais se e quando resolverem criar as zonas de proteção na Síria.

A Síria está dividida em 14 Províncias¹⁵⁰: Damasco (capital do país), *Rif Damasco*, *Quneitra*, *Daraa*, *As Suwayda*, *Homs (Hims)*, *Tartus*, *Latakia*, *Hama*, *Idlib*, *Aleppo*, *Ar Raqqah*, e *Deir ez-Zor e Al Hasakah*¹⁵¹ (Figura 12).

¹⁵⁰ Cada Província é governada por um governador. Este é nomeado pelo Ministro do Interior da Síria (PHILLIPS, 2010). Cada província possui 60 distritos que estão subdivididos em 206 cidades, sendo que todos são governados por funcionários nomeados pelo governador que exercem a função de verificar as questões locais, as necessidades da população e servir como uma ponte para os níveis superiores do governo (PHILLIPS, 2010).

¹⁵¹ Na presente pesquisa serão utilizados os nomes da cidade em inglês com exceção de Damasco, já comumente conhecido na língua portuguesa. A tradução dos nomes das Províncias é (estão na mesma ordem que no texto): Damasco (capital do país), Zona Rural de Damasco (Rif Damasco), Al Qunaitira, Daraa, As Sueida, Homs, Tartus, Latakia, Hama, Idlib, Alepo, Ar Raqqh, e Dair Az-Zour e Al Hasssaqah.

Figura 12 - Mapa das 14 Províncias Sírias ¹⁵²



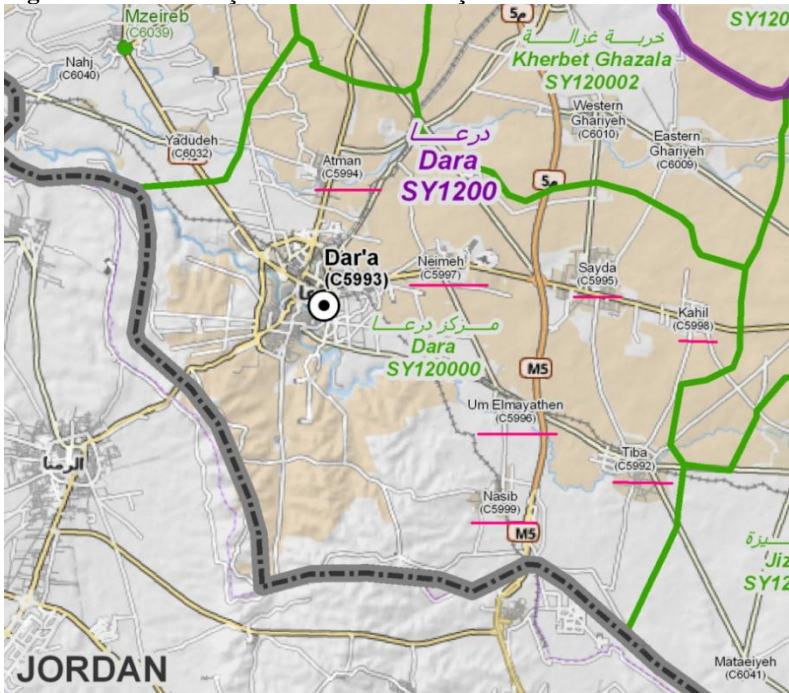
Fonte: EPHOTOPIX, 2012.

Das 14 províncias, foram escolhidas três para criar hipoteticamente as zonas de proteção em *Rif* Damasco, *Daraa* e *Homs*.

A primeira zona de proteção hipotética será chamada de Zona de Proteção de Daraa que estaria localizada na cidade de Daraa, no Distrito de Daraa, na Província Daraa (Figura 13).

¹⁵² Os mapas usados para mostrar a geografia física, humana e econômica da Síria, bem como o conflito civil não conterão escalas, pois não há necessidade de usá-las nessa pesquisa, pois se deve verificar *in loco* a dimensão territorial onde será criada a zona de proteção, pois um milímetro medido errado, como, por exemplo, a 'menos' em um mapa que tem uma escala de 1:250.000, representa no terreno 250 metros a menos (SREBRO; SHOSHANI). Em relação às zonas de proteção, 250 metros a menos fazem a diferença para precisar a proteção dos perímetros delas.

Figura 13 – Localização da Zona de Proteção de Daraa



Fonte: MAPACTION, 2013-a.

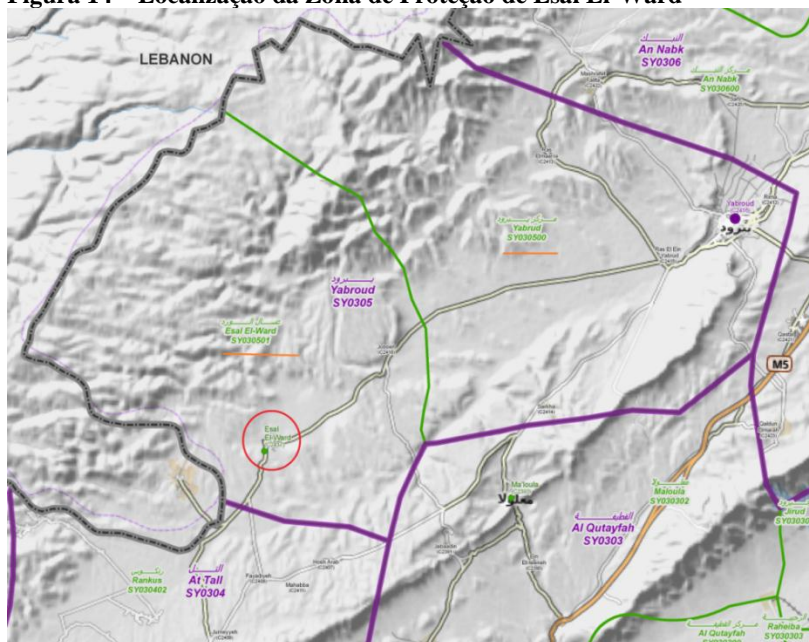
Tal escolha não foi aleatória por dois motivos. Primeiro motivo está relacionado com as reiteradas declarações do governo da Jordânia que manifestou o desejo de que fossem criadas zonas de proteção nessa cidade, pois ela poderia vir a se tornar uma alternativa aos campos de refugiados criados na Jordânia (AL-MONITOR, 2013).

O segundo motivo faz alusão com o estabelecimento de uma zona de proteção na zona de combate, uma vez que tanto na cidade de Daraa quanto em seus subúrbios os confrontos são contínuos desde 2011 (SYRIAUPDATE, 2014).

A segunda zona de proteção hipotética será chamada de Zona de Proteção de Esal El-Ward que estaria localizada na cidade de *Esal El-Ward*¹⁵³, no Distrito de *Yabroud*, na Província de *Rif Damasco* (círculo vermelho- Figura 14).

¹⁵³ Esal El-Ward possui quatro denominações: *Asal al-Ward*, *Assal al-Ward*, *Asal alward* e *Esal al-Ward*.

Figura 14 – Localização da Zona de Proteção de Esal El-Ward



Fonte: MAPACTION, 2013-b.

A escolha da cidade de Esal El-Ward foi motivada por estar localizada perto de zonas de combate, bem como pelo deslocamento da população civil em direção ao Líbano (OCHA, 2012).

E, a terceira zona de proteção hipotética será chamada de Zona de Proteção Al-Bawdah que estaria localizada na cidade de *Al-Bawdh*, no Distrito de *Palmyra*, na Província de *Homs* (Figura 15).

A referida cidade foi escolhida pela ausência de confrontos nessa área, bem como pela proximidade com a fronteira iraquiana onde milhares de sírios se deslocam para esse país (UNHCR, 2013-a).

Figura 15 – Localização Zona de Proteção Al-Bawdah

Fonte: GOOGLMAPS, 2014-a.

As três zonas de proteção hipotéticas foram criadas perto da fronteira com outros países, para permitir a fuga da população civil, caso ocorra um eventual ataque as zonas.

Essa parte da pesquisa é criação de autoria própria com a intenção de reunir análises que possam ser empregadas pelos analistas de Relações Internacionais se e quando resolverem criar as zonas de proteção na Síria.

A análise será embasada, primeiramente, pelo estudo do contexto histórico sírio. Em seguida, se adentrará na análise das condições dos parâmetros que será permeada pela Geografia Física Síria, Geografia Humana Síria e a Geografia Econômica Síria.

3.1 ANÁLISE DO CONTEXTO HISTÓRICO SÍRIO

A história da Síria vem sendo escrita ao longo de milhares de anos, enriquecida pela diversidade cultural e étnica através dos Acadianos, Cananeus, Armênios, Fenícios, Egípcios, Hititas, Babilônicos, Assírios, Persas, Gregos, Selêucidas, Romanos, Bizantinos, Turcos Otomanos e Franceses (MORISSON, 2008; PHILLIPS, 2010).

Referida história tem a finalidade de entender as motivações e crenças que estariam por trás dos acontecimentos e das ações dos agentes (SMITH, 1999) na Síria.

Salientar-se-ia que a história da Síria que será descrita poderia ser realizada através de:

[...] muitas leituras diferentes da mesma realidade. Mesmo que todos os historiadores chegassem a

um acordo sobre os fatos, eles ainda discordariam sobre o respectivo peso de tais factos; no ato de ‘reconstrução imaginativa’ que qualquer análise causal realiza, avaliações de motivação e eficiência causal podem variar consideravelmente (SMITH, 1999, p. 2 apud HOFFMAN, 1987, p. 455, tradução nossa).

Assim, não se busca uma verdade sobre a historiografia da Síria.

A explicação do contexto histórico da Síria se restringirá a um período relativamente curto de 1914 até 24 de março de 2014.

O ano de 1914 marca o início da Primeira Guerra Mundial. Tal evento foi à oportunidade que a Síria encontrou para se tornar independente do Império Otomano¹⁵⁴. Ela se aliou ao Reino Unido e à França com a promessa desses dois países de que ela se tornaria independente (PHILLIPS, 2010).

Todavia, esses dois países e a Rússia assinaram um pacto secreto denominado de Acordo Sykes-Picot, em 1916, que tinha a finalidade de estabelecer esferas de influência para aqueles três países¹⁵⁵ nas terras árabes, após o fim da guerra quando o Império Otomano fosse derrubado (PHILLIPS, 2010).

Os nacionalistas sírios, acreditando que iriam se tornar independentes após a guerra, se sentiram traídos pelo referido Acordo e se rebelaram contra a França sob a liderança do Príncipe Feisal. Os franceses reprimiram violentamente a rebelião e derrotaram o Príncipe (MORRISON, 2009).

A Liga das Nações confirmou o domínio francês conforme o Acordo Sykes-Picot em 1922 (PHILLIPS, 2010). Citado domínio deveria ser temporário, para que pudesse permitir uma possível independência síria (MORRISON, 2009).

¹⁵⁴ A Síria foi incorporada ao Império Turco-Otomano em 1516 e durante quase 400 anos não houve uma forte oposição a esse domínio, uma vez que havia características semelhantes entre eles como o idioma árabe e a religião muçulmana (PHILLIPS, 2010). O Sultão Sulayman I concedeu vários direitos à religião cristã e a outras nacionalidades, como a dos franceses, em 1535, e aos britânicos, em 1580 na Síria (PHILLIPS, 2010). Entretanto, tais semelhanças não foram suficientes para que a Síria permanecesse sob o domínio otomano.

¹⁵⁵ A Rússia não obteve nenhuma ‘esfera de influência’ por causa da Revolução Russa em 1918, assim, tais esferas foram divididas somente entre a França e o Reino Unido (PHILLIPS, 2010).

O domínio da França não foi calmo, pois enfrentou diversas resistências como a do Movimento Nacionalista Árabe, que foi liderado pelos muçulmanos ricos e instruídos (MORRISON, 2009)¹⁵⁶.

O prenúncio da ameaça da Alemanha Nazista contribuiu para que os movimentos nacionalistas ganhassem força em diversos países, como na Síria (PHILLIPS, 2010), uma vez que o ‘olhar’ da França estava voltado mais para Alemanha do que para seus ‘domínios estrangeiros’.

Durante a Segunda Guerra Mundial, a França e a Síria acordaram as bases para a independência síria, mas tal acordo não foi ratificado pela França (PHILLIPS, 2010). Mesmo assim, a Síria lutou ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial.

A Síria declarou a sua independência em 1941 (PHILLIPS, 2010). Em julho de 1944, a União Soviética foi o primeiro país a reconhecer a independência síria, seguida dos EUA, em setembro, e, um ano depois, o Reino Unido (MORRISON, 2009).

A independência não trouxe ‘paz’ para a Síria, uma vez que a mesma esteve envolvida em conflitos internacionais e lutas internas pela tomada do poder.

Em nível internacional, a relação conflituosa entre Síria e Israel iniciou no Primeiro Conflito Árabe-Israelense em 1948¹⁵⁷ quando os Estados árabes, Egito, Iraque, Jordânia, Líbano e Síria¹⁵⁸, não

¹⁵⁶ A resposta francesa para que fosse anulada a atuação do Movimento Nacionalista Árabe foi o emprego da ‘tática’ de dividir e conquistar. O Estado sírio foi dividido em regiões e ficaram no poder os grupos minoritários, como os alauítas e os cristãos, para impedir o aumento do nacionalismo árabe e limitar o poder dos grupos sociais e políticos existentes (YILDIZ, 2005). Mesmo com o enfraquecimento do Movimento Nacional, houve a criação de dois partidos, o Partido Popular, sob o domínio Hashemita que tinha ligações com as monarquias no Iraque e na Jordânia (MORRISON, 2008, p. 36). E, o Bloco Nacional que era formado por grandes proprietários que pareciam desinteressados em resolver as necessidades dos cidadãos comuns (MORRISON, 2008). Esses dois partidos reivindicaram, além do nacionalismo, a promoção das liberdades civis sem que houvesse a necessidade do uso da violência. Em 1936, o governo francês aprovou o primeiro governo nacionalista sírio sob a égide do Bloco Nacional, liderado por Hashim al-Atassi (MORRISON, 2009).

¹⁵⁷ A divisão da Palestina foi explicada nessa pesquisa na seção ‘1.7.2 Criação de Zonas Neutralizadas nas Zonas de Combate: o caso do Conflito Árabe-Israelense’.

¹⁵⁸ Em relação à Síria, a mesma concordou em retirar suas tropas após longas negociações, desde que fosse estabelecida uma zona desmilitarizada, sendo que foi assinado armistício em 20 de julho de 1949 (MORRISON, 2009). A zona desmilitarizada existe até hoje. Informações sobre o Acordo Geral de Armistício Israel-Síria, ler em: UNITED NATIONS SECURITY COUNCIL. **Communication dated 20 July 1949 from the United Nations acting mediator on Palestine to the acting Secretary-General transmitting the text of an Armistice Agreement between Israel and Syria** (S/135). 1949. Disponível em: <<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/E845CA0B92BE4E3485256442007901CC>>. Acesso em: 15 maio 2014.

concordaram a Resolução 181 da AGNU e invadiram o novo Estado judeu (MORRISON, 2009). E, a tensão se exacerbou entre Síria e Israel quando aquela perdeu as Colinas de Golã¹⁵⁹ para Israel na Guerra dos Seis Dias¹⁶⁰ em 1967.

O resultado desses conflitos foi que a Síria se aproximou da URSS, pois esta se tornou forte apoiadora dos interesses árabes. Enquanto que os EUA, o Reino Unido e a França se tornaram os principais aliados de Israel, polarizando o Oriente Médio no contexto da Guerra Fria¹⁶¹ (PHILLIPS, 2010; MORRISON, 2009).

Em relação ao ambiente doméstico, os anos posteriores à independência da Síria foram marcados por vários golpes militares, em virtude da tentativa da preservação do *status quo* da maioria sunita e pela manutenção das relações com França contra as minorias. A Síria foi governada por meio de decretos, dividindo-a politicamente¹⁶² (YILDIZ, 2005).

Os Partidos Baath¹⁶³ e o Partido Comunista da Síria visavam mobilizar a maior quantidade possível de grupos minoritários políticos e sociais que estavam sendo marginalizados pela elite no poder (leiam-se sunitas)¹⁶⁴.

¹⁵⁹ As Colinas de Golã possuem uma dimensão territorial de 1860 km², correspondendo a 15% da área total da Síria. Mas, dos 1.860 km², 1.500 km² ainda permanecem sob a ocupação de Israel. Até hoje, a Síria não mantém relações com Israel (PHILLIPS, 2010), sendo que se recusa a negociar um tratado com Israel, enquanto este mantiver as Colinas de Golã sob o seu controle (MORRISON, 2009).

¹⁶⁰ A Guerra dos Seis Dias foi deflagrada em 05 de junho e terminou em 10 de junho de 1967, quando a Síria, a Jordânia e o Egito, apoiados por outros Estados árabes, lutaram contra Israel. Aqueles Estados sofreram perdas territoriais, pois Israel capturou as Colinas de Golã da Síria, a Península do Sinai do Egito, a Faixa de Gaza entre o Egito e Israel e a Jordânia perdeu a Cisjordânia (*West Bank*) na Palestina e o Leste de Jerusalém (PHILLIPS, 2010).

¹⁶¹ Por exemplo, em 1957, os EUA proclamaram a Doutrina Eisenhower que tinha o objetivo de manter os soviéticos e comunistas fora do Oriente Médio, o que não ocorreu, pois alguns Estados, como a Síria, denunciaram tal prática política (PHILLIPS, 2010). As duas superpotências percebiam cada crise naquela região como uma oportunidade para ganhar poder e influência (MORRISON, 2008).

¹⁶² Por exemplo, entre 1946 a 1956 houve quatro constituições e 20 gabinetes de liderança (PHILLIPS, 2010).

¹⁶³ Em 1940 surgiu o Partido Baath que significa 'ressurreição' em árabe. Ele foi composto por estudantes, professores, profissionais e funcionários públicos. Seus líderes foram Michel Aflaq e Salah ad-Din Bitar (MORRISON, 2008). Mas, durante o período inicial de sua constituição, o Partido Baath tinha pouca proeminência no cenário político (MORRISON, 2009). O Estado para os baathistas tinha como base um sistema secular ao invés do religioso, o qual não estaria em conformidade com o conservadorismo dos religiosos sunitas.

¹⁶⁴ Os conceitos de capitalismo e democracia eram percebidos com desconfiança por pelos Partidos Baath e Comunista, uma vez que tais conceitos foram associados aos benefícios que trouxeram para aquela elite, mas para o restante da população acarretou na instabilidade econômica, no aumento da inflação e no desemprego (YILDIZ, 2005).

Em 1953, o Partido Baath se fortaleceu quando se fundiu ao Partido Socialista Árabe (ASP), pois seria através do socialismo que seria alcançada a justiça econômica e social para todos (MORRISON, 2009), sendo que tal fusão durou apenas quatro anos.

A solução encontrada pelo Partido Baath para se desvencilhar do ASP, foi à elaboração de um projeto de lei que instituiu a República Árabe Unida (RAU)¹⁶⁵ entre Egito e Síria em 1958 (MORRISON, 2009).

Os atos praticados pelo presidente egípcio, Gamal Abdel Nasser, foram percebidos pela Síria como uma tentativa de colonização por parte do Egito (MORRISON, 2009), acarretado na extinção da RAU em 18 de setembro de 1961¹⁶⁶.

Depois da RAU, novamente houve vários confrontos na Síria entre aqueles que queriam manter a RAU e aqueles que não a queriam, como os comunistas e os baathistas (MORRISON, 2009). Este último em conjunto com um grupo de oficiais superiores do exército, tomou o poder em 1963 (MORRISON, 2009).

O Partido Baath se tornou um agente catalisador que ajudou na ascensão de Hafez al-Assad¹⁶⁷ no controle do governo em 1970 (PHILLIPS, 2010). E, um ano depois, ele foi eleito Presidente da Síria para um mandato de sete anos, sendo reeleito até a sua morte em 2000 (MORRISON, 2009).

Hafez al-Assad recorreu aos grupos minoritários, como os cristãos e os alauítas que formou a sua base de apoio (MORRISON, 2009), incorporou as organizações de massa popular como a União Camponesa¹⁶⁸, estabeleceu a autoridade do Partido Baath¹⁶⁹ sobre o

¹⁶⁵ A finalidade da República Árabe Unida seria criar um pan-arabismo entre a Síria e o Egito. O pan-arabismo seria definido pela língua materna, o árabe, e não pela religião ou pela nacionalidade (MARTIN, 2004). A presidência da RAU foi exercida pelo Presidente do Egito, Gamal Abdel Nasser, que tomou as seguintes medidas na Síria: a dissolução dos partidos políticos, a imposição de práticas e políticas egípcias e a execução de reformas agrárias e de programas de redistribuição que já haviam sido realizadas no Egito (YILDIZ, 2005). Para uma melhor compreensão sobre a República Árabe Unida, ler em: PODEH, Elie. **The Decline of Arab Unity: The Rise and Fall of the United Arab Republic**. Eastbourne: Sussex Academic Press, 1999.

¹⁶⁶ A RAU foi extinta por meio de um golpe liderado pelo Tenente-Coronel 'Abd al-Karim Nahalawi, apoiado pelos Estados da Jordânia, da Arábia Saudita e da comunidade empresarial síria (YILDIZ, 2005).

¹⁶⁷ Hafez Al-Assad nasceu em 06 de outubro de 1930, membro da seita Alauíta, viveu em uma comunidade agrícola de Qardaha (MORRISON, 2009). O seu ódio pelos franceses despertou o seu interesse pelo nacionalismo árabe (MORRISON, 2009). Ele foi eleito presidente da União dos Estudantes da Síria e frequentou a Academia Militar síria (MORRISON, 2009).

¹⁶⁸ Além da União Camponesa, existiram também o Sindicato, a União de Mulheres, a União Nacional dos Estudantes e a Organização Revolucionária da Juventude. Todos passaram a ser

aparelho do Estado¹⁷⁰, a ‘Baathização do Exército’¹⁷¹ (LEVERETT, 2005) e defendeu o nacionalismo sírio (MORRISON, 2009).

Leverett identificou três pilares que mantiveram a estabilidade do governo de Hafez Al-Assad e que, também, foram utilizados pelo governo de Bashar Al-Assad.

O primeiro pilar foi à consolidação e o exercício do controle através do Partido Baath e de um aparelho coercitivo policial que tem a finalidade de eliminar qualquer tipo de ameaça ao regime. Isto foi e ainda continua sendo o cerne da família al-Assad para se manter no poder (LEVERETT, 2005).

Patrick Seale resumiu a atuação monopolística do Partido Baath no exército, declarando que foi “o único modo de proteger o exército do fraccionismo que tinha existido desde a independência [...] foi um pré-requisito para estabelecer uma regra durável em um país inerentemente instável” (1988, p. 89, tradução nossa).

Desse modo, houve o predomínio de militares ao invés de civis na composição do Partido Baath, o qual ficou atrelado permanentemente ao militarismo.

O segundo pilar foi à aliança com a sociedade através da economia populista e da reforma agrária, a fim de obter o apoio, principalmente, das minoras (LEVERETT, 2005) como os drusos, os ismaelitas, os alauítas e os sunitas rurais que não faziam parte do ‘*establishment*’ (PHILLIPS, C., 2012), alargando a base social do regime.

Se de u lado, houve a inclusão, de outro, foram excluídos alguns grupos que se opunham às políticas socialistas como os curdos sírios (15% da população), a elite dominante árabe sunita e os proprietários de terra e os grandes comerciantes (PHILLIPS, C., 2012).

controlados pelo Partido Baath desde 1976, ano em que houve uma revolta social geral que pediu democracia (YILDIZ, 2005).

¹⁶⁹ A Constituição de 1973 ressalta a proeminência do Partido Baath em seu art. 8 que afirma: “O partido de liderança na sociedade e do Estado é o Partido Baath Árabe Socialista. Este é uma frente patriótica e progressista buscando unificar os recursos de massas do povo e colocá-los a serviço dos objetivos da nação árabe” (PHILLIPS, 2010).

¹⁷⁰ A autoridade do Partido Baath foi exercida ao controlar os meios de comunicações que acarretou na ausência de debates dos cidadãos sírios sobre a política interna e externa do país, já que eles recebiam informações de fontes controladas pelo governo (PHILLIPS, 2010), tornando difícil a existência de informações contrárias à política do governo (PHILLIPS, 2010). Outro exemplo de controle foi a utilização do exército no monitoramento da população civil síria, com o intuito de proteger os ‘interesses nacionais’ e os interesses internacionais (PHILLIPS, 2010).

¹⁷¹ Para um estudo mais detalhado, ler em: RABINOVICH, Itamar. *Syria under the Ba’th, 1963–66: the Army Party symbiosis*. New Jersey: Transaction Publishers, 1972.

As mudanças econômicas de cunho socialista soviética, ao mesmo tempo em que tiraram da marginalização ex-camponeses, transformando-os na ‘nova classe média’, também manteve a capacidade econômica da elite sunita tradicional como forma de atração e de evitar que ela se rebelasse contra o governo (COLLELO, 1987).

Na área rural houve a reforma agrária com o intuito de que fosse angariado o apoio dos camponeses através de medidas como a entrega de lotes de terras a pequenos produtores e o desenvolvimento de fazendas coletivas estatais no setor agrícola (LEVERETT, 2005).

O terceiro pilar referiu-se ao próprio Hafez Al-Assad que desenvolveu uma presidência¹⁷² centralizada e personalizada. A centralização consistia em exercer o controle em todas as esferas do poder e a autoridade em todos os assuntos de Estado (LEVERETT, 2005), enfraquecendo drasticamente o poder do Legislativo (PHILLIPS, 2010).

A centralização reorganizou o Partido Baath que de coletivo passou a ser individualista cujas decisões políticas eram tomadas pelo presidente e seu núcleo central¹⁷³¹⁷⁴ (YILDIZ, 2005).

Os integrantes desse núcleo central foram escolhidos ou de forma cuidadosa ou através de gratificações pessoais que poderia vir a induzir à criação de um ambiente propício a corrupção (LEVERETT, 2005).

Hafez al-Assad procurou dificultar a formação de uma política de oposição coerente quando criou a Frente Progressista Nacional (FPN) (YILDIZ, 2005). Esta foi composta por uma coalizão de oito partidos políticos¹⁷⁵, tendo como base o programa do Partido Baath (YILDIZ, 2005).

¹⁷² As funções do Presidente são nomear o Vice-Presidente, os juizes da Suprema Corte, o Primeiro-Ministro e outros ministros; vetar leis e decretos; declarar guerra; conduzir a política externa; declarar estado de emergência; ratificar tratados e chamar reuniões de gabinetes (PHILLIPS, 2010). Se, comparado com os poderes dos Presidentes de nações democráticas, os poderes do Presidente da Síria são muito mais amplo (PHILLIPS, 2010).

¹⁷³ A tradução adotada para ‘*inner circle*’ nessa pesquisa foi ‘núcleo central’.

¹⁷⁴ Os funcionários do núcleo central eram denominados de ‘grupo (*jama’a*) ou conhecido pejorativamente como ‘gangue’ (*shilla*). Esse núcleo central foi descrito apropriadamente por um ex-embaixador americano como um sistema de ‘centro e raios’ (*hub and spokes*) onde o presidente era o ‘centro’ e o núcleo central os seus ‘raios’ (LEVERETT, 2005).

¹⁷⁵ Os oito partidos políticos foram: Partido Baath, Partido Comunista Sírio, Partido da União Socialista Árabe, Partido Nacional Socialista Sírio, Partido do Movimento Socialista Árabe, Partido Nacional Al-Ahd, Partido da União Democrática Socialista, Partido Sindicalista Socialista Democrático, Partido Sindicalista Socialista (LEVERETT, 2005).

A FPN tem a finalidade de neutralizar os rivais políticos e de se tornar o único partido político, ao proibir, mediante lei, a existência de outros partidos políticos¹⁷⁶ (YILDIZ, 2005).

Durante os 30 anos que Hafez al-Assad esteve no poder, reinaram, de um lado, práticas ditatoriais e, de outro, a estabilização da Síria depois de décadas de conflitos internos (LEVERETT, 2005).

Hafez al-Assad também investiu na infraestrutura, ao construir a Hidrelétrica Al-Thawra no Rio Eufrates, ampliou a educação para abranger mais segmentos da população e, segundo Leverett (2005), houve o aumento do padrão de vida.

Em 2000, Hafez al-Assad faleceu. Houve um presidente provisório até que o art. 83 da Constituição Síria fosse alterado e, assim, seu filho, Bashar al-Assad, de 34 anos, pudesse concorrer às eleições, uma vez que a idade mínima era de 40 anos. Bashar al-Assad foi eleito com 97%¹⁷⁷ dos votos em julho de 2000 (PHILLIPS, 2010).

Inicialmente, houve certa continuidade do governo do pai para o filho, uma vez que três membros do núcleo central foram mantidos: o Vice-Presidente, Abd al-Halim al-Khaddam¹⁷⁸, o Ministro das Relações Exteriores, Faruq al-Shar e, o Ministro da Defesa, Mustafa Tlas¹⁷⁹ (LEVERETT, 2005).

Poder-se-ia dizer que também houve certas mudanças impulsionadas pela Primavera de Damasco em 2000. Esta foi organizada pela sociedade civil composta por membros do parlamento, jornalistas, advogados, acadêmicos, empresários, artistas e filósofos que pediam reformas políticas, econômicas e sociais através de debates e de protestos (YILDIZ, 2005).

Entre as reformas sociais estavam as dos meios de comunicação que consistiu na abertura de jornais independentes, ‘relaxando’, assim, a censura (PHILLIPS, 2010), a criação de vários partidos políticos, a

¹⁷⁶ Houve a atuação de outros partidos políticos que atuavam de modo ilegal, mas, eles eram tolerados, desde que suas opiniões não divergissem com a ideologia e a política do governo (YILDIZ, 2005).

¹⁷⁷ Um candidato à presidência para que pudesse ganhar as eleições precisaria obter a maioria absoluta dos votos (YILDIZ, 2005, p. 46). Entretanto, como as estatísticas oficiais não foram publicadas, não foi possível saber o número de eleitores que compareceram no dia da eleição (YILDIZ, 2005).

¹⁷⁸ Em 2005, Abdel al-Halim al-Khaddam renunciou ao cargo e, inclusive, saiu do Partido Baath (BBCNEWSNEWS, 2005).

¹⁷⁹ General Manaf Mustafa Tlas também renunciou ao cargo em agosto de 2011, quando se recusou a participar dos ataques perpetrados a áreas civis que eram consideradas redutos da oposição (THEGUARDIAN, 2012), sendo substituído por Dawoud Rajiha (PAN, 2012).

permissão do uso da internet, a formação de grupos de discussões sobre liberdade de expressão e direitos das mulheres (MORRISON, 2009).

As reformas políticas foram à libertação de centenas de presos políticos, o fim da lei marcial e a obrigação da aposentadoria compulsória aos oficiais militares aos 60 anos de idade (MORRISON, 2009).

As reformas no setor econômico foram à liberalização para a constituição de bancos privados, a redução de várias leis fiscais, a redução das taxas de juros que não eram alteradas havia 22 anos e a conclusão de acordos comerciais com a União Europeia (YILDIZ, 2005).

Em março de 2001, diante da intensificação das manifestações, Bashar al-Assad prendeu os pioneiros do movimento e outros ativistas, fechou os fóruns públicos de debates (YILDIZ, 2005) e banii os jornais privados (PHILLIPS, 2010).

Assim, as ditas ‘reformas’ realizadas por Bashar al-Assad foram limitadas e tiveram curta duração. Mesmo com esse retrocesso nas reformas, Bashar al-Assad foi reeleito para a Presidência com 97.6% dos votos em 2007 (PAN, 2012).

A reeleição não trouxe “paz” para o governo de Bashar al-Assad, pois em 2011 houve novas manifestações desencadeadas pela Primavera Árabe. Esta teve início quando o jovem, Muhammad Buazizi, se autoimolou durante as manifestações na cidade tunisiana de Sidi Bouzid em 17 de dezembro de 2010 (DALACOURA, 2012).

Tal gesto de Buazizi repercutiu em diversas cidades da Tunísia onde houve a eclosão de manifestações¹⁸⁰, acarretando na derrubada de Ben Ali na Tunísia (DALACOURA, 2012).

Este evento gerou um efeito dominó em alguns Estados Árabes como o Egito¹⁸¹, a Líbia¹⁸², o Bahrein¹⁸³, o Iêmen¹⁸⁴ e a Síria que, por

¹⁸⁰ Inicialmente, houve uma violenta repressão policial contra os manifestantes, mas que foi diminuindo à medida que o exército não iria mais tomar medidas contra aqueles (DALACOURA, 2012). O resultado foi uma greve geral em 14 de janeiro que culminou com a fuga do Presidente Ben Ali da cidade de Zine el-Abidine para a Arábia Saudita (DALACOURA, 2012).

¹⁸¹ Em 25 de janeiro de 2011, uma manifestação organizada pela sociedade civil e pela oposição reuniu mais de 20 mil participantes no Cairo. Após o ‘dia de fúria e liberdade’, em 28 de janeiro de 2011, as manifestações se espalharam por várias cidades egípcias que resultaram na renúncia do Presidente Mubarak e na transferência do poder às forças armadas em 11 de fevereiro de 2011 (DALACOURA, 2012). Atualmente, há um confronto entre os militares, comandado pelo General Sisi de um lado e, de outro, os partidários do governo do presidente deposto Mohammed Morsi como a Irmandade Muçulmana (CORNELL UNIVERSITY LIBRARY, s.d).

meio de revoltas populares, procuraram derrubar os seus governantes ou gerar grave fratura interna (DALACOURA, 2012).

Na Síria, os protestos contra o governo iniciaram na cidade de Daraa na parte sul do país, considerada o ‘berço da revolução’, em março de 2011 (KNELL, 2014). Inicialmente, os manifestantes pediam reformas e não a renúncia do presidente (DALACOURA, 2012).

O governo buscou fazer concessões, mas, como elas foram poucas e chegaram tarde (DALACOURA, 2012), houve a intensificação das manifestações que foi reprimida violentamente, matando centenas de pessoas em Daraa (PHILLIPS, C., 2012).

O irmão mais novo de Bashar al-Assad, Maher al-Assad, Comandante da 4ª Divisão Blindada de Elite, procurou repetir o ‘sucesso’ de seu pai que venceu rapidamente a Irmandade Muçulmana¹⁸⁵, ao utilizar as mesmas táticas empregadas, para reprimir as manifestações (PHILLIPS, C., 2012).

¹⁸² Em fevereiro de 2011, as revoltas foram organizadas pelo Conselho Nacional de Transição que começou em Benghazi e se espalhou para o leste e o oeste do território líbio (DALACOURA, 2012). Diante da resposta ofensiva do governo de Muammar Kadafi, o Conselho de Segurança das Nações Unidas sancionou uma intervenção militar da OTAN na Líbia (DALACOURA, 2012). Em 20 de outubro do mesmo ano, o regime de Kadafi implodiu e ele foi brutalmente assassinado (DALACOURA, 2012). Desde a queda de Kadafi, a Líbia vem enfrentando confrontos diariamente com as milícias revolucionárias (TEMPELHOF; OMAR, 2012).

¹⁸³ Os protestos em Bahrein iniciaram em 14 de fevereiro de 2011 e, no dia 17 do mesmo mês, a polícia invadiu a Praça Perola em Manama onde os manifestantes estavam reunidos, matando sete deles, inclusive alguns que estavam dormindo nas tendas (CRISIS GROUP TO PREVENT CONFLICT WORLDWIDE, 2011). As manifestações contra o governo recomeçaram em 21 de fevereiro (CRISIS GROUP TO PREVENT CONFLICT WORLDWIDE, 2011). Em 14 de março, o rei Hamad convidou o Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) para que o ajudassem a suprimir as revoltas e declarou estado de emergência (DALACOURA, 2012). Os confrontos ainda ocorrem em Bahrein, uma vez que não se tem avançado no processo de diálogo nacional (CRISIS GROUP TO PREVENT CONFLICT WORLDWIDE, 2011). O Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) foi criado em 1981 e é composto pela Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuaite e Omã, tendo a finalidade de ser uma união aduaneira entre os seus membros (ITAMARATY, 2013).

¹⁸⁴ No Iêmen, enquanto que os manifestantes reivindicavam a renúncia do Presidente Ali Saleh, a Reunião Conjunta de Partes, formada pela oposição, estavam abertos para negociar com o Presidente (BBCNEWSNEWS, 2011). Após sofrer um atentado em 03 de junho de 2011, Ali Saleh foi para a Arábia Saudita e, quando retornou, entregou o poder, mas continuou exercendo influência na política, uma vez que a sua família ainda detém o controle das forças armadas e do aparato de segurança (DALACOURA, 2012). A presidência foi assumida por Hadi que vem enfrentando diversas insurgências como a da Al-Qaeda ao sul e os rebeldes xiitas Zaidi ao norte (BBCNEWSNEWS, 2011).

¹⁸⁵ O governo de Hafez al-Assad empregou o aparelho de Estado policial coercitivo contra a organização islâmica, a Irmandade Muçulmana no fim de 1970 e início de 1980 (YILDIZ, 2005). A referida organização foi um movimento salafista que almejava o retorno aos princípios fundamentais Islâmicos com base no Alcorão, na Suna e nas práticas dos piedosos

As referidas táticas foram: a) a seleção cuidadosa e a implementação de unidades militares mais confiáveis, em parceria com o uso de milícias pró-regime; b) a utilização dessas forças militares para que expulsassem os insurgentes das grandes áreas urbanas e, c) a manutenção de uma guarnição pesada de tropas nestas áreas (HOLLIDAY, 2013).

O resultado alcançado foi ‘oposto ao do pai’ (HOLLIDAY, 2013), pois não obteve uma vitória rápida contra os manifestantes, desencadeando ciclos de repressões e de protestos (DALACOURA, 2012). Em dezembro de 2011, mais de cinco mil pessoas já haviam morrido (DALACOURA, 2012).

Referido ciclo se generalizou para uma guerra civil. Para Dalacoura, “a violência do regime ‘quase’ certamente teria sido a principal razão por trás do crescimento do movimento do protesto e da radicalização” (2012, p. 69, tradução nossa).

A violência praticada por Bashar al-Assad é executada pelas forças armadas, pela milícia *Shabiha* e pelo grupo terrorista libanês, Hezbollah.

As Forças Armadas compreendem o exército, a marinha, a força aérea, a força de defesa aérea e a força policial e de segurança. No total, são, aproximadamente, 400 mil pessoas alistadas, sendo que a metade está nas reservas (PHILLIPS, 2010).

As armas utilizadas por aquelas forças foram importadas¹⁸⁶ com o intuito de modernizar a tecnologia militar síria (WEZEMAN, 2013). O

pais salafistas, a fim de que combatesse a estagnação e a fraqueza do Islamismo mundial (ADAMEC, 2009). A origem da Irmandade Muçulmana é anterior à independência síria e o modelo para a sua criação foi a Irmandade Muçulmana do Egito (LEVERETT, 2005). A Irmandade Muçulmana procurou mobilizar a maioria sunita contra Hafez Al-Assad, motivada pelo secularismo deste que expôs a divisão sectária existente (LEVERETT, 2005). Em 07 de julho de 1980, foi promulgada a Lei n° 49 que determinava que a mera adesão à Irmandade Muçulmana justificasse uma sentença de morte. Em 27 de julho de 1980, centenas de membros dessa Irmandade que estavam detidos na prisão de Tadmou foram mortos pelos militares (YILDIZ, 2005). Dois anos depois, em 02 de fevereiro, as forças armadas sírias atacaram a cidade de Hama, utilizando artilharia, bombas e saques, uma vez que esta cidade era a sede da Irmandade Muçulmana. Milhares de cidadãos foram mortos, incluindo mulheres, crianças e idosos, e outros milhares ficaram desabrigados devido à destruição de um terço da cidade (YILDIZ, 2005). A campanha foi considerada um sucesso, pois a Irmandade Muçulmana foi severamente esmagada pelo governo (YILDIZ, 2005).

¹⁸⁶ Por exemplo, de 2006 a 2010, a Rússia exportou 48% do sistema de defesa aérea e de mísseis antinavios (WEZEMAN, 2013). Outros Estados também exportaram armas convencionais como o Irã (21%), Bielorrússia (20%), Coreia do Norte (9%) e China (2%) (WEZEMAN, 2013). Após o conflito, a União Europeia, a Turquia, a Liga Árabe e os EUA impuseram embargos de armas e equipamentos militares contra o governo da Síria

aumento de importação de armas antes do conflito foi de 330% (WEZEMAN, 2013).

Desde a intensificação dos protestos, a milícia *Shabiha*¹⁸⁷ se tornou força indispensável de Bashar al-Assad para intimidar e reprimir as populações dissidentes (STARR, 2012), principalmente, na parte ocidental do país (TABLER, 2013).

O grupo terrorista libanês Hezbollah, apoiado pelo Irã, também veio lutar ao lado do governo e atua, principalmente, na capital e na periferia de Damasco, como em *Ghouta* (leste da capital) (NAKHOUL, 2014), Qara, Deir Attiya e Nabak (ao norte) e Yabroud (ao leste), uma vez que as estradas dessas cidades ligam Damasco à cidade de Homs (BBCNEWS, 2014-a).

A Parte adversária que enfrenta o governo de Bashar al-Assad são os grupos rebeldes, sendo que há dezenas deles atuando no conflito civil na Síria (CIA, 2014).

Nessa pesquisa, foram elencados 22 principais grupos rebeldes por sua atuação em nível nacional e pelo número de combatentes.

A *Supreme Military Council of the Free Syrian Army* é composta por: 1) *Free Syrian Army*, 2) *Supreme Military Council*, 3)

(WEZEMAN, 2013). Contudo, o Irã e a Rússia continuaram fornecendo armas (WEZEMAN, 2013).

¹⁸⁷ *Shabiha* em árabe significa ‘fantasma’, fazendo alusão aos carros da marca Mercedes-Benz com janelas escuras que eram utilizados pelos contrabandistas alauítas na costa da Síria (STARR, 2012). A atuação dos contrabandistas iniciou na década de 1970 na cidade de Latakia como meio de ganhar dinheiro através do contrabando de bens de consumo, drogas e armas, uma vez que havia poucas oportunidades de trabalho (MANFREDA, s.d.). Entre os líderes estavam familiares do Presidente Hafez al-Assad, seu meio-irmão, Malik al-Assad e, o irmão, Jamil al-Assad, que atuavam livremente, fora do alcance da lei, provavelmente devido à família estar no poder (STARR, 2012). Entretanto, o Presidente Hafez al-Assad passou a prender e a condenar os contrabandistas quando estes começaram a minar a autoridade do Estado (STARR, 2012). Para Stephen Starr, os *shabihis* se diferenciam de outros grupos rebeldes, uma vez que eles percebem o conflito como “uma verdadeira reivindicação histórica e política para a terra, onde os combatentes estrangeiros não teriam nenhuma reivindicação sobre a mesma” (2012, p. 12, tradução livre). Não seria possível identificar os líderes dessa milícia, mas poder-se-ia deduzir que eles pertenciam a famílias alauítas poderosas, como Shalish, Makhlof e Deeb (STARR, 2012). O número de combatentes *Shabiha* é de aproximadamente 10 mil, que estariam participando do conflito e representariam a população civil alauíta e o Estado Baath em si (STARR, 2012). A atuação da milícia é proeminentemente em torno de Damasco, mas também em Homs e em Dera (STARR, 2012). A milícia também é a responsável por instigar a violência étnica com a finalidade de amedrontar as minorias e as pessoas que temem uma guerra civil, para que apoiem o governo (PHILLIPS, C., 2012). Alguns artifícios estão sendo utilizados para provocar o medo como ataques falsos a sunitas e a colocação de sacos de areia em áreas alauítas como forma de se preparar para a guerra (PHILLIPS, C., 2012). Entretanto, com a escalada da violência, os *Shabihis* passaram a utilizar métodos mais letais e brutais como as armas de fogo, facas, torturas, execuções sumárias de civis e estupro (STARR, 2012).

Martyrs of Syria Brigade e 4) *Free Men Storm Brigade* (O'BAGY, 2013).

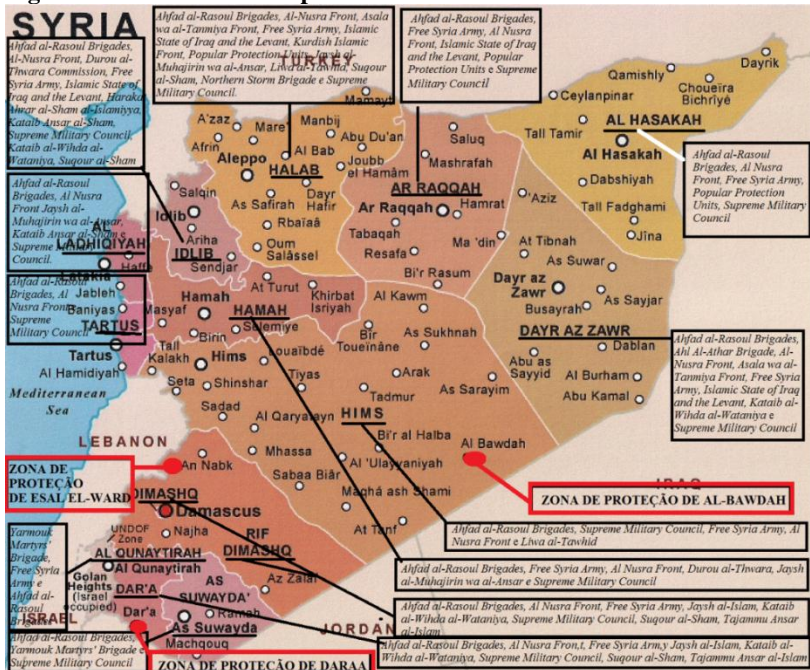
Esses grupos rebeldes são secularistas e se assemelham aos islamistas moderados, pois têm orientações nacionalistas. Os objetivos deles são mais políticos do que religiosos e se restringem à Síria (TABLER, 2013).

O *Islamic Front* é integrado pelo: 1) *Harakat Ahrar al-Sham al-Islamiyya (Islamic Movement of the Free Men of the Levant)*, 2) *Jaysh al-Islam (Army of Islam)*, 3) *Suqour al-Sham (Falcons of Syria)*, 4) *Liwa al-Tawhid (Battalion of Monotheism)*, 5) *Liwa al-Haqq (Battalion of Truth)*, 6) *Kataib Ansar al-Sham (Supporters of the Levant Brigades)*, 7) *Islamic Front* (O'BAGY, 2013).

No *Islamic Front* há fortes elementos islamistas que têm metas mais religiosas do que políticas que se estendem para além das fronteiras sírias (TALBER, 2013).

Os outros grupos rebeldes que também atuam são: 1) *Syrian Islamic Liberation Front*; 2) o grupo curdo, *Unidades de Proteção Popular* (YPG); os grupos independentes, 3) *Ahfad al-Rasoul Brigades*, 4) *Asala wa al-Tanmiya Front (Authenticity and Growth)*, 5) *Durou al-Thwara Commission (Revolution's Shields)*, 6) *Tajammu Ansar al-Islam (Gathering of the Supporters of Islam)*, 7) *Yarmouk Martyrs' Brigade* e 8) *Kataib al-Wihda al-Wataniya (National Unity Brigades)* e os grupos jihadistas 9) *Al-Nusra Front (The Nusra Support Front for the People of the Levant)*, 10) *Islamic State of Iraq and the Levant* e 11) *Jaysh al-Muhajirin wa al-Ansar (Army of the Emigrants and Helpers)* (LUND, 2013; IHS, 2013).

Figura 16 – *Fronts dos Grupos Rebeldes no Conflito Civil na Síria*¹⁸⁸



Fonte: IAU, 2012; CARNEGIE MIDDLE EAST CENTER, 2013; IHS, 2013; LUND, 2013; GEORGETOWN UNIVERSITY, s.d.; O'BAGY, 2013.

Através da Figura 16, pode-se perceber que *Ahfad al-Rasoul Brigades* atua em toda a Síria. Enquanto que o *Supreme Military Council* não está presente apenas em *Al Qunaitira* e o *Al Nusra Front* não atua em apenas três províncias (*Daraa*, *Al Qunaitira* e *As-Suwayda*).

Na região norte-oeste, há a concentração de *Harakat Ahrar al-Sham al-Islamiyya*, *Suqour al-Sham* e *Martyrs of Syria Brigade* e nas Colinas de Golã o grupo rebelde *Yarmouk Martyrs' Brigade* está presente.

Os lugares onde a oposição tem sido mais resistente desde 2011 são as áreas árabes religiosas sunitas mais pobres, como *Daraa*, *Jisr al-Shughour*, *Homs*, *Idlib*, *Hama* e *Douma*, uma vez que os jovens, diante

¹⁸⁸ O Mapa do *front* dos grupos rebeldes foi elaborado em janeiro de 2013.

da falta de expectativa de melhores condições de vida, como emprego, passaram a assumir a liderança da oposição (PHILLIPS, C., 2012).

Há confrontos entre os próprios grupos rebeldes, como o *Northern Storm Brigade* e o *Islamic State of Iraq and the Levant*, em setembro de 2013, quando a cidade de Azaz foi capturada por este (BBCNEWS, 2013).

Para Kathleen Gallagher:

[...] a oposição fragmentada, como o movimento de oposição atual na Síria, enfrenta desafios significantes em assumir compromissos confiáveis sobre o comportamento e as intenções de ‘movimento de oposição’. [...] Na ausência de uma figura universalmente reconhecida da oposição, nenhum grupo ou indivíduo específico pode falar com autoridade sobre os desejos da oposição, nem garantir que certas concessões serão satisfeitas (2013, p. 34, tradução nossa).

Não é possível saber com exatidão os tipos de arma e equipamento militar que os grupos rebeldes estão empregando no conflito, uma vez que os EUA impuseram restrições no envio de armas aqueles (WEZEMAN, 2013).

Há informes de que os Estados estariam fornecendo armamento ou recursos financeiros para que os rebeldes comprassem armas no mercado negro¹⁸⁹. Contudo, nenhum Estado admitiu tal prática (WEZEMAN, 2013).

Além dos grupos rebeldes, houve a formação de três grupos políticos de oposição¹⁹⁰: o Comitê de Coordenação Nacional (NCC)¹⁹¹,

¹⁸⁹ Poder-se-ia inferir que há vários ‘caminhos’ que os armamentos e equipamentos percorrem até chegar aos grupos rebeldes. Um dele seria o envio de equipamentos de comunicação pelos EUA (WEZEMAN, 2013). Outro caminho seria o fornecimento de armas não letais, equipamentos de comunicação e trajes à prova de balas pelo Reino Unido (WEZEMAN, 2013). Além de que haveria armas vindas através da Croácia, que entrariam na Síria pela Jordânia e que seriam financiadas pela Arábia Saudita (WEZEMAN, 2013). E, também haveria mais Estados que estariam fornecendo equipamentos não letais aos grupos rebeldes (WEZEMAN, 2013).

¹⁹⁰ Os ‘grupos’ políticos de oposição são grupos e não ‘partidos’, uma vez que somente o Partido da Frente Nacional tem legitimidade e legalidade para atuar na Síria.

¹⁹¹ O primeiro grupo que se formou foi o NCC em junho de 2011. Ele é composto de 16 partidos políticos de esquerda e três partidos políticos curdos (GEORGETOWN UNIVERSITY, s.d.). O objetivo é uma mudança democrática que pode ser dialogada com o governo desde que este cesse o fogo, retire as forças armadas das cidades e das vilas e liberte os presos políticos (GEORGETOWN UNIVERSITY, s.d.). O NCC, ao mesmo tempo em que percebe o *Free Syrian Army* como parte fundamental na revolução, uma vez que ela protege a

o Conselho Nacional Sírio (SNC)¹⁹² e o Comitê Supremo dos Curdos (KNC)¹⁹³.

Tais grupos buscam angariar o apoio internacional para auxiliá-los na luta contra o Presidente Bashar al-Assad e reconhecê-los como partidos políticos (BBCNEWS, 2013).

Houve a tentativa de congregar esses três grupos em uma Coalizão Nacional da Oposição Síria e das Forças Revolucionárias (CARNEGIE MIDDLE EAST CENTER, 2013), em um encontro em Doha (Catar) em 2012 (UNIC, 2014).

Em 22 de fevereiro de 2014, a Resolução 2139 do CSNU exigiu que todas as partes envolvidas no conflito civil sírio, permitam o acesso humanitário nos lugares onde os confrontos estão sendo travados. E, caso não seja cumprida a referida Resolução, futuras medidas poderão ser tomadas (SECURITYCOUNCILREPORT, 2014).

O Secretário Geral das Nações Unidas divulgou o Relatório S/2014/208 em 24 de março, concernente a implementação da Resolução supracitada. Em breves linhas, o Relatório explica que as organizações humanitárias ainda enfrentam grandes desafios para assistir as pessoas, inclusive, nas necessidades mais básicas como remédios (SECURITYCOUNCILREPORT, 2014).

O resultado da escalada da violência e a dificuldade de obter ajuda humanitária obriga a população civil a buscar proteção em outros Estados, a fim de fugir dos confrontos e das destruições. Uma alternativa para proteger população civil síria sem que ela precise abandonar seus lares é o estabelecimento de zonas de proteção.

sociedade, rejeita a violência praticada por ele e por outras forças internas e, também, rejeita uma possível intervenção militar estrangeira (CARNEGIE MIDDLE EAST CENTER, 2013).

¹⁹² Em outubro de 2011, o SNC foi criado e se tornou o maior bloco entre os três grupos (CARNEGIE MIDDLE EAST CENTER, 2013). Ele visa um Estado civil, democrático, pluralístico, de Direito, parlamentarista com a divisão dos poderes e garantir a proteção dos direitos das minorias. O SNC não visa dialogar com o governo (CARNEGIE MIDDLE EAST CENTER, 2013). Ao contrário do NCC, o SNC instiga a comunidade internacional a apoiar o *Free Syrian Army* (SNC, s.d.).

¹⁹³ O último é o KNC instituído pelo Partido de União Democrática (PYD) que congregou 13 partidos curdos sob o auspício do Presidente da Região Autônoma do Curdistão Iraquiano, Massoud Barzani, em julho de 2012 (GEORGETOWN UNIVERSITY, s.d.). O partido visa à criação de uma região autônoma no noroeste da Síria depois que as forças do governo se retiraram dessa região em julho de 2012 (GEORGETOWN UNIVERSITY, s.d.). Há um acordo entre o KNC e o YPG sobre a responsabilidade de fazer a segurança nas cidades e vilas curdas sírias (COMMISSION OF PEACE AND DEMOCRACY PARTY, 2013). Há relatos de que o YPG está agindo sozinho através das Unidades de Proteção Popular que são as forças armadas oficiais do Comitê Supremo, levando o KNC a um possível rompimento do acordo (BBCNEWS, 2013).

3.2 AS CONDIÇÕES DO PARÂMETRO DE ACORDO PARA A CRIAÇÃO DE ZONAS DE PROTEÇÃO PARA A POPULAÇÃO CIVIL NO CONFLITO CIVIL NA SÍRIA

As condições do parâmetro de acordo identificadas na análise do contexto histórico-normativo são: a) **acordo direto entre as Partes envolvidas no conflito**, b) **acordo intermediado por uma Potência Protetora ou uma organização humanitária internacional**, c) **concordância de todas as partes envolvidas no conflito**; d) **declaração unilateral**, e) **declaração recíproca e concordante**, f) **acordo escrito**. As referidas condições serão analisadas no caso sírio.

O cerne da criação de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados é a concordância de todos os envolvidos no conflito.

O CICV declarou que o consentimento é a “essência da proteção humanitária, derivado do direito internacional humanitário” (BRUDERLEIN; JOHNS, 1999, p. 5, tradução nossa).

Poder-se-ia inferir que a anuência geraria confiança entre as partes envolvidas no conflito, sendo que o cumprimento integral desse parâmetro seria a ‘diferença entre a vida e a morte das pessoas’.

Assim, as zonas de proteção seriam percebidas como imparciais, neutras e humanitárias, uma vez que não seriam vistas como parte do conflito e seria alcançado o objetivo de proteger a população civil dos efeitos da guerra.

Referido entendimento encontra-se pacificado na doutrina (LANDGREN, 1995; SANDEZ, 1995; CHMINI, 1995; HELTON, 2002; HYNDMAN, 2003; LONG, 2003; YAMASHITA, 2004; DINS, 2005; MCQUENEN, 2005).

Para Pictet, não há uma formalização imperativa para a elaboração do acordo, pois o mesmo pode ser firmado por escrito, verbalmente e, inclusive, concluído por telegrama ou por rádio (PICTET, 1958, p. 132). E, também, poder-se-á inferir que atualmente a conclusão poderia ser realizada através de correspondência eletrônica.

A condição que diz respeito ao acordo direto entre as Partes envolvidas no conflito, que seria o modo direto para Pictet que consistiria em que as autoridades militares negociassem *in loco*, pois elas teriam a capacidade de perceber melhor e com maior rapidez onde seriam mais bem estabelecidas as zonas de proteção em área de operações militares (PICTET, 1958).

Poder-se-ia inferir que as zonas de proteção estabelecidas nas zonas de combate poderiam ser negociadas com os comandantes das

partes envolvidas no conflito, uma vez que a finalidade da criação dessas zonas seria proteger os civis no ‘calor do momento’ do conflito, e não que levassem tempo para que fossem negociadas diplomaticamente (modo indireto para Pictet).

Em relação ao conflito civil sírio, poder-se-ia inferir que a condição concernente ao acordo direto entre as Partes envolvidas no conflito apresentaria certas dificuldades em sua concretização.

Uma das dificuldades seria o não reconhecimento por parte do governo da Síria da existência de grupos rebeldes, uma vez que para aquele os rebeldes seriam percebidos como ‘grupo terrorista’ e não como parte adversária legítima no conflito.

Mas, a negociação entre o governo sírio e os grupos rebeldes não mudaria o *status* destes conforme o último parágrafo do artigo terceiro, comum às quatro Convenções de Genebra (1949).

Outra dificuldade diria respeito à falta de distinção entre os rebeldes e os civis, uma vez que aqueles não usam um distintivo fixo e reconhecível à distância, nem sempre estão portando armas abertamente como os soldados fazem.

Em contrapartida, poder-se-ia inferir que os grupos rebeldes poderiam não querer negociar com o governo, uma vez que eles almejavam a derrubada deste.

O único partido político que teria legitimidade e legalidade para atuar na Síria seria o FPN, assim, a existência de outros grupos políticos seria ilegal.

Entretanto, o governo mostrou que estava disposto a negociar pelo menos com os grupos políticos de oposição, representados pela Coalizão Nacional em um encontro organizado em Genebra para realizar a Conferência Internacional de Paz, intitulada de Conferência de Genebra sobre a Síria.

Já foram realizadas duas conferências, uma em junho de 2012 que elaborou o ‘Grupo de Ação para a Síria: Comunicado Final’¹⁹⁴ e, outra em janeiro de 2014 (UNIC, 2014). Mas, ambas não tiveram sucesso nas negociações entre o governo e os grupos políticos de oposição (UNIC, 2014).

A importância da participação dos grupos políticos de oposição na composição do acordo se justificaria caso o governo de Bashar al-

¹⁹⁴ O ‘Grupo de Ação para a Síria: Comunicado Final’ é mais conhecido como ‘*The Geneva Communiqué*’ e visa estabelecer um governo de transição onde os poderes serão exercidos tanto pelo governo atual quanto pela oposição e outros grupos (UNIC, 2014).

Assad não continuasse mais no poder e um dos membros do referido grupo viesse a assumir a Presidência.

Poder-se-ia deduzir que durante o período de transição de um governo para o outro poderiam ocorrer novos confrontos entre aliados de Bashar al-Assad e os dos grupos políticos de oposição.

Tal dedução poderia se confirmar, uma vez que, quando a Síria se retirou da RAU, houve confrontos entre os que queriam permanecer e os que não queriam.

Esses confrontos reiterados poderiam dificultar um acordo direto entre as partes no estabelecimento da Zona de Proteção de Daraa, pois tanto o governo quanto os grupos rebeldes teria o mesmo objetivo, que seria o controle da cidade de Daraa.

E, também, na Zona de Proteção de Esal El-Ward poderia ser difícil obter um acordo direto entre as partes, visto que as partes estariam lutando muito próximos dessa zona.

Entretanto, poderia ser possível um acordo direto entre as partes para a criação da Zona de Proteção de Al-Bawdah, uma vez que nessa área não estaria ocorrendo confrontos (Figura 29).

A condição referente ao acordo intermediado por uma Potência Protetora ou uma organização humanitária internacional, que seria o modo indireto de acordo de Pictet, poderia ser empregada no caso sírio.

Para Pictet, a intermediação consistiria em negociações diplomáticas através do intermédio de uma terceira Parte que poderia ser um Estado neutro, como uma Potência Protetora, ou uma Parte Contratante, ou organizações humanitárias, como o CICV (PICTET, 1958).

Os agentes que poderiam atuar como terceira Parte seria um rol exemplificativo e não taxativo (PICTET, 1958). No passado, várias zonas de proteção foram criadas através da intermediação de agentes ou organização internacionais.

O Padre Jacquinet foi o agente responsável em obter a concordância de todos os integrantes da Guerra Sino-Japonesa para o estabelecimento da Zona Jacquinet. Isso resultou no respeito dos beligerantes em não atacá-la, inclusive quando os confrontos estavam sendo travados ao redor da mesma.

O CICV foi o responsável em pela formalização de um acordo de criação de zonas de proteção para a população civil no conflito entre

o Reino Unido e a Argentina¹⁹⁵ em 1982 durante o conflito nas Ilhas *Falklands*-Malvinas.

Mas, aquelas zonas de proteção para a população civil não chegaram a ser utilizadas, uma vez que as atividades hostis cessaram logo em seguida (SANDOZ, 1995, p. 915).

A pesquisa escolheu três agentes, a fim de verificar quais deles poderiam ser o responsável pelo estabelecimento de zonas de proteção para a população civil na Síria. Eles são: a) o CSNU, b) o CICV e, c) o ACNUR ou uma parceria entre alguns deles ou todos.

O CSNU tem legitimidade e competência para impor as zonas de proteção com base no art. 25, art. 103 e o Capítulo VII¹⁹⁶ todos da Carta das Nações Unidas.

Mas, como já mencionado na parte inicial dessa seção, a espinha dorsal do estabelecimento de zonas de proteção é o acordo de todas as Partes que integram um conflito.

A atuação do Conselho de Segurança na criação de zonas de proteção durante a década de 1990 seria um argumento contra a escolha dele como agente responsável.

Tais criações foram motivadas mais por questões políticas do que por questões humanitárias, pois os Estados que ficaram a cargo da criação das zonas tinham algum interesse em criá-las conforme explicado no Capítulo 2.

E, as resoluções concernentes às zonas de proteção foram pouco claras em relação aos parâmetros que iriam ser utilizados para o estabelecimento das zonas, deixando a cargo do país ou da coalizão responsável à escolha dos referidos parâmetros.

Diante do exposto, será verificado se os membros do Conselho de Segurança com mandato vigente em 2014 poderiam atuar segundo um caráter neutro, imparcial e humanitário perante as Partes envolvidas no conflito.

Nenhum dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança: a China, os EUA, a França, o Reino Unido e a Rússia poderiam ser responsáveis pela criação de zonas de proteção para a população civil na Síria.

¹⁹⁵ O conflito das Ilhas *Falklands*-Malvinas ocorreu entre o Reino Unido, que alegava que as ilhas tinham sido ocupadas por um exército estrangeiro, o da Argentina. E, esta reivindicava que as ilhas eram parte integrante de seu território nacional (SANDOZ, 1995).

¹⁹⁶ Anexo U está às íntegras dos arts. 25, 103 e o Capítulo VII das Nações Unidas.

A França e o Reino Unido em virtude do Pacto Sykes-Picot que ‘entregou’ a Síria para a França, além de que esses dois países são aliados de Israel.

Em relação aos EUA, este não mantém relações diplomáticas com a Síria em virtude de que esta corrobora com grupos terroristas como Hezbollah e Hamas (HUBBARD, 2014)¹⁹⁷. Também há indícios de que os EUA estariam provendo armas aos grupos rebeldes (HUBBARD, 2014).

Já a Rússia¹⁹⁸ e a China¹⁹⁹ estão ao lado do governo de Bashar al-Assad, pois estes países mantêm relações diplomáticas, políticas e econômicas. Eles vêm utilizando o seu poder de veto no Conselho de Segurança para impedir que ocorra uma intervenção militar em solo sírio (PHILLIPS, 2012).

E, os dez membros não permanentes do CSNU cujo mandato está em vigor em 2014 são: Argentina, Austrália, Chade, Chile, Jordânia, Lituânia, Luxemburgo, Nigéria, República da Coreia e Ruanda (UNSC, 2014).

Desses dez Estados, somente a Jordânia manifestou a sua opinião favorável ao estabelecimento de zonas de proteção na cidade de Daraa, a maior no sul da Síria (AL-MONITOR, 2013).

¹⁹⁷ Além do exército, a Síria também estaria utilizando grupos terroristas para promover os seus interesses, a fim de eliminar a oposição (MORRISON, 2009) e objetivos estratégicos e táticos contra Israel (LEVERETT, 2005). Assim, desde 29 de dezembro 1979, a Síria vem figurando na lista dos EUA de países que estão apoiando grupos terroristas (USDS, s.d.). Para Leverett (2005), os grupos terroristas são usados pelo governo sírio por ‘procuração’ para a concretização de ataques terroristas. Para o Departamento de Estado dos EUA, a Síria permite que o grupo terrorista Fatah, liderado por Abu Nidal opere em seu território, inclusive com apoio logístico (MORRISON, 2009). Outros exemplos de grupos terroristas que a Síria vem ajudando são a facção extremista Hezbollah, no Líbano, e o Hamas, na Palestina (PHILLIPS, 2010). Os EUA procuraram uma reaproximação com a Síria quando mudou o Presidente, pois Bashar al-Assad chegou a fornecer informações aos EUA sobre atentados que iriam ser promovidos pela rede terrorista Al Qaeda em 2002 (MORRISON, 2009). Para Morrison (2009), o interesse sírio em ajudar os EUA não esteve vinculado à remoção da Síria na lista dos países que financiam o terrorismo, mas sim, para que contivesse o avanço da Al Qaeda que estaria ameaçando o regime sírio. Em 2003, Bashar al-Assad temia que a presença militar e o apoio norte-americano para o atual regime iraquiano poderiam representar uma ameaça direta ao próprio regime e à segurança da Síria (YILDIZ, 2005). Assim, a Síria se tornou uma das principais ameaças, junto com o Irã e a Coreia do Norte, na ‘Guerra ao Terror’ iniciada pelo Presidente George Bush ainda nesse mesmo ano (YILDIZ, 2005).

¹⁹⁸ A ‘amizade’ com a Rússia perdura desde 1948. O único porto que a Rússia tem no Oriente Médio está localizado em *Tartus* na Síria (YILDIZ, 2005). E, o governo russo perdoou uma dívida síria de vários bilhões de dólares (YILDIZ, 2005).

¹⁹⁹ A relação com a China é mais recente, mas ela acabou se tornando a maior parceira de importação, principalmente nos setores de tecnologia da informação, petroquímica, agricultura, têxtil e energia (MORRISON, 2009). Além da manutenção dos acordos anteriores concernentes a transportes, comunicações e ensino superior (MORRISON, 2009).

Segundo o governo jordaniano, as zonas de proteção se tornariam uma opção para este país que vem lidando com um elevado fluxo de refugiados²⁰⁰ e, conseqüentemente, com a sobrecarga dos custos destinados à assistência aos mesmos.

Poder-se-ia inferir que a Jordânia seria a melhor escolha para que fosse a responsável pela criação por duas razões.

A primeira razão é a que diferencia dos outros nove membros não permanente do CSNU que é proximidade com a fronteira síria, o qual facilitaria o envio de pessoal e de infraestrutura necessários para a criação de zonas de proteção para a população civil e a manutenção das mesmas.

A segunda razão é cultural, isto é, o idioma oficial é o árabe, o mesmo da Síria com algumas variações, o que facilitaria as comunicações entre os civis sírios e as pessoas responsáveis pelo funcionamento das zonas de proteção. Mas, o Chade também tem como língua oficial o árabe, porém, está localizado longe da Síria.

Mesmo sendo uma opção, a Jordânia não poderia ser a responsável pelas negociações, se ficasse comprovado que seu governo estaria apoiando de alguma forma os grupos rebeldes.

Segundo Ben Hubbard^{april}, a inteligência jordaniana estaria ajudando os rebeldes sírios a retornarem para a Síria e estaria fornecendo armamentos aos mesmos quando solicitada (HUBBARD, 2014).

Diante do exposto, o contexto histórico, as relações econômicas, políticas e diplomáticas justificariam a impossibilidade de o Conselho de Segurança, bem como seus respectivos membros permanentes e membros não permanentes de serem os agentes responsáveis pela criação de zonas de proteção na Síria.

Poder-se-ia inferir que a percepção de parcialidade das Partes envolvidas no conflito poderia aumentar as suas hostilidades nas ações, sendo que no conflito civil na Síria poderia resultar no impedimento da

²⁰⁰Na Jordânia, o número de refugiados chega a quase 600 mil, sendo que a maioria está abrigada em quatro campos de refugiados construídos ao norte da Jordânia: o de Zaataria e o de Azraq, que abrigam de 50 a 100 mil pessoas, e dois que abrigam acima de três mil, o de Mrajeeb al-Fhood e o do Parque do Rei Abdullah (King Abdullah Park) (UNHCR, 2014-a). O Campo de Zaataria abriga mais de 180 mil refugiados, o qual veio a se tornar a quarta maior cidade da Jordânia (UNHCR, 2014-b). O governo da Jordânia vem custeando mais de 1.7 bilhão de dólares em despesas relativas aos refugiados, para que estes possam ter água, pão, gás e eletricidade a preços acessíveis (UNHCR, 2013-a). E, dependendo da região jordaniana, como no norte, o governo não está conseguindo fornecer água potável aos seus cidadãos, conseqüentemente, não consegue estender tal serviço aos refugiados (HPN, 2013). No Anexo V há um mapa do número de refugiados abrigados nos Estados próximos à Síria.

chegada da ajuda humanitária e, até mesmo, no ataque às zonas de proteção para a população civil.

Além dos Estados, as organizações internacionais humanitárias, como o CICV, poderiam intermediar o estabelecimento de zonas de proteção para a população civil em solo sírio, eis que ele tem histórico de sucesso em estabelecer as mesmas.

Uma experiência positiva do CICV foi durante o conflito entre a Croácia e a República Socialista Federativa da Iugoslávia (RSFI), após a declaração de independência da primeira em relação à segunda, a qual foi sucedida de um conflito civil em junho de 1991 (HENCKAERTS; DOSWALD-BECK, 2005).

O CICV elaborou um Memorando de Entendimento com a concordância mútua de todos sobre a criação de uma zona de proteção para a população civil no Monastério Franciscano (HENCKAERTS; DOSWALD-BECK, 2005).

Poder-se-ia inferir que a concordância foi obtida por causa de quatro fatores. O primeiro fator foi que as zonas de proteção que o CICV criou tinham duração temporária, quer dizer, que duravam dias e não meses ou até anos como poderia vir a ser no caso sírio, uma vez que esse conflito vem sendo travado há mais de três anos.

O segundo fator foi que as zonas de proteção foram estabelecidas em poucas e específicas edificações ao invés de criá-las em uma grande dimensão territorial que, possivelmente, seria criado no contexto sírio.

O terceiro fator foi que o número de abrigados era centenas de pessoas e não de milhares, diferentemente do que iria acontecer na Síria, visto que o número de deslocados internos supera os quatro milhões (UNHCR, 2014-a).

E, o quarto fator foi que o estabelecimento das zonas de proteção teve baixo custo. Entretanto, na Síria, poder-se-ia inferir que a duração e o estabelecimento das mesmas demandariam um elevado custo de manutenção.

Assim, os quatro fatores apresentados acima seriam argumentos que poderiam impedir o CICV de atuar como agente responsável. Mas, ele poderia participar através de seus conhecimentos, auxiliando o agente responsável escolhido como ocorreu no Sri Lanka na década de 1990.

O ACNUR poderia ser escolhido para atuar como agente responsável na intermediação de acordos de criação de zonas de proteção para a população civil na Síria por três motivos.

O primeiro motivo que corrobora referida escolha é que o ACNUR já vem atuando na Síria desde a década de 1990, anterior à deflagração do conflito civil, provendo assistência aos refugiados de outros Estados como os palestinos.

Desse modo, tanto a população civil quanto o governo tem convivido com a sua presença. Poder-se-ia inferir que essa presença vem sendo percebida como neutra, imparcial e humanitária.

Outro motivo é que tal agência possui escritórios em todas as províncias sírias, os quais vêm permitindo assistir mais de 3.3 milhões de sírios ou 660 mil famílias (UNHCR, 2014-a). E, não teria escritórios em lugares específicos para que houvesse a percepção de parcialidade como ocorreu com as zonas humanitárias seguras em Ruanda.

E, por último, houve a criação de uma rede entre o ACNUR e outras organizações internacionais²⁰¹ que vem assistindo aquele na Síria. O ACNUR está participando em mais de 40 missões transversais com interagências nas zonas de conflito.

Por exemplo, na zona rural de Damasco onde estaria localizada a Zona de Proteção de Esal El-Ward e, também nas Províncias de *Aleppo*, *Hama* e *Idlib* (UNHCR, 2013-c).

Assim, esses três motivos poderiam fazer com as partes envolvidas no conflito que seriam o governo, os grupos rebeldes, os grupos políticos de oposição e a população civil síria, percebendo a atuação do ACNUR como neutra, imparcial e humanitária.

Referida percepção qualificaria essa agência como o agente responsável pela negociação de um acordo para estabelecer zonas de proteção para a população civil com todas as partes envolvidas no conflito.

A Zona de Proteção de Daraa e a Zona de Proteção de Esal El-Ward estariam localizadas em regiões conflituosas, logo, o ACNUR deveria obter a concordância de todos os envolvidos através de um Memorando de Entendimento (MDE). E, apesar da Zona de Proteção de Al-Bawdah não ser uma área onde existem confrontos, também poderia ser intermediado pelo ACNUR.

O MDE já foi empregado duas vezes pelas Nações Unidas para criar zonas de proteção (Sri Lanka e Iraque), os quais contiveram descrição das condições necessárias para o estabelecimento das zonas.

²⁰¹ Exemplos de organizações internacionais que estão atuando no conflito civil na Síria como CICV, Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (UNHCR, 2014-c).

As partes envolvidas no conflito poderiam perceber o MDE como um instrumento a ser melhorado com o tempo e as partes poderiam “tentar definir as relações de uma forma mais cooperativa, em vez de negociar a questão [o Memorando] em uma base mais estreita” (JERVIS, 1976, p. 45, tradução nossa).

Poder-se-ia aludir que as condições dos parâmetros contidas no MDE evidenciarão que todos os envolvidos, inclusive o ACNUR, teriam interesses em comum, que seria a proteção da população civil dos efeitos do conflito, resultando numa relação harmoniosa sem que houvesse a percepção de que alguma parte poderia não cumprir tal Memorando.

A realização das negociações para a elaboração de um acordo seria realizado através de encontros com todos os envolvidos em uma área que não estivesse sob o controle nem do governo, nem dos grupos rebeldes e nem contestada por ambos.

O local do encontro poderia ser uma área neutra, sem a necessidade de se deslocar até Genebra onde já foram realizadas duas conferências, tendo em vista o número de grupos rebeldes.

O sucesso da longevidade do Memorando de Entendimento do Sri Lanka deveu-se à contínua negociação dele durante toda a sua vigência. Poder-se-ia inferir que tais negociações se tornaram um instrumento para ‘recordar’ aos envolvidos no conflito sobre os termos do Memorando.

Assim, o MDE deveria ser constantemente negociado com todas as Partes envolvidas no conflito, uma vez que vem surgindo ‘novos’ grupos rebeldes e, estes também deveriam participar das negociações, a fim de que cumprissem e respeitassem os compromissos previamente acordados.

A condição **da declaração unilateral** poderia ser utilizada para estabelecer zonas de proteção para proteger a população civil durante o ‘calor do conflito’.

Mas, seria imprescindível que todas as Partes envolvidas no conflito fossem avisadas assim que fosse possível sobre referido estabelecimento.

A questão da resposta foi salientada por Sandoz *et al.* que, caso houvesse urgência na criação das zonas de proteção, a outra Parte poderia demonstrar boa-fé e responder de modo rápido se aceitaria ou não o acordo da criação de zonas de proteção (1978, p. 710).

Um exemplo da ocorrência de referida condição foi aplicado pelo CICV quando este não conseguiu obter o acordo de todos os envolvidos antes da criação das zonas de proteção, por causa da

urgência da situação, como ocorreu no estabelecimento das zonas de proteção em Dacar (Bangladesh) e Phnom Penh (Camboja) (SANDOZ, 1995).

Mas, o CICV procurou avisar o mais prontamente possível os envolvidos do estabelecimento daquelas zonas (SANDOZ, 1995).

Poder-se-ia inferir que a segurança das zonas de proteção para a população em conflitos armados estaria relacionada com o poder bélico de quem cria de modo unilateral tais zonas

Se, o agente responsável que cria as zonas de proteção possuísse poder bélico superior que o das outras partes envolvidas no conflito, poder-se-ia inferir que as zonas de proteção estariam seguras. Este foi o caso da Zona de Segurança de Madrid, dos refúgios seguros no norte do Iraque e nas zonas humanitárias seguras em Ruanda.

Se, o agente responsável que estabelece as zonas de proteção não possuísse poder bélico superior que o das outras partes envolvidas no conflito, poder-se-ia deduzir que as zonas de proteção não estariam seguras de ataques. Os exemplos seriam a Zona de Nanquim, e as áreas seguras em Srebrenica.

Das três zonas de proteção, a de Daraa, a de Esal El-Ward e a de Al-Bawdah, esta última teria mais probabilidade de ser declarada unilateralmente e, posteriormente, a busca de um acordo mútuo.

Poder-se-ia inferir que a ausência de conflitos e das forças armadas do governo e as forças dos grupos rebeldes nessa região (Figura 29) permitiria que essa condição fosse aplicada para a Zona de Proteção de Al-Bawdah.

A condição da declaração recíproca e concordante permite que a Parte adversa aceite e concorda com a criação das zonas.

Esse tipo de declaração não poderia ser verbal, a fim de evitar que o descumprimento das condições dos parâmetros negociadas durante o andamento das operações militares.

Tal descumprimento poderia ocorrer na Zona de Proteção de Daraa e a Zona de Proteção, mas não na Zona de Proteção de Al-Bawdah que poderia ser verbal.

Assim, o acordo não poderia ser tácito, mas sim, ele deveria ser claramente expresso ou escrito, pois a “mera notificação, se permanecesse sem resposta, não seria suficiente” (SANDOZ *et al.*, 1987, p. 710, tradução nossa).

3.3 AS CONDIÇÕES DO PARÂMETRO DE CATEGORIAS DA POPULAÇÃO CIVIL PARA O CASO SÍRIO

As condições do parâmetro de categorias da população civil identificadas no contexto histórico-normativo são: a) **todas as categorias a população civil**; b) **algumas categorias da população civil**; c) **determinada etnia**. Tais condições serão verificadas no caso sírio.

Destacar-se-ia que a admissibilidade de civis estaria condicionada a que nenhum deles estivesse participando, seja direta seja indiretamente do conflito.

Segundo Pictet (1958), uma das razões para que se negasse a entrada de pessoas vinculadas com as atividades militares era que estas poderiam ter o intuito de cooptar novos integrantes.

A regra geral seria que todos os civis poderiam ser admitidos dentro das zonas de proteção, “reafirmando a proibição absoluta de discriminação” (PICTET, 1958, p. 132, tradução nossa). A exceção é a restrição das categorias da população civil.

A condição de todas as categorias da população civil seria a admissão de todas as categorias sem discriminação, desde que não fossem combatentes ou civis ligados direta e indiretamente às operações militares.

Tal condição já foi aplicada na Zona Jacquinet, na Zona de Nanquim, nas zonas estabelecidas pelo CICV em Dacar (1971), Nicósia (1974), Phnom Penh (1975), nas zonas de proteção criadas pelas Nações Unidas na década de 1990.

A Zona de Proteção de Al-Bawdah poderia admitir todas as categorias da população civil, uma vez que a probabilidade de cooptar membros para integrar as forças das partes envolvidas no conflito seria menor que na Zona de Proteção de Daraa e na Zona de Proteção de Esal El-Ward, uma vez que não há relatos de violência ou de confrontos daquela região.

A condição referente à admissão de algumas certas categorias da população civil que já foi posta em prática na Zona de Segurança de Madrid que admitiu somente mulheres e crianças.

E, pelo CICV no Conflito Árabe-Israelense quando criou as zonas seguras neutralizadas em 1948 e na Guerra do Vietnã, uma vez que em ambas não havia espaço suficiente para abrigar todas as categorias da população civil.

A restrição é respaldada legalmente pelo art. 14 da CG IV. Mas, para Pictet, essa decisão seria arbitrária, uma vez que deixou de proteger outras categorias vulneráveis (1958, p. 126).

Por exemplo, uma categoria que não foi contemplada pelo art. 14 foi a dos homens e das mulheres entre 15 a 60 anos que possuísse enfermidade física ou mental, como tinha sido determinado no Projeto de Convenção de 1938.

Poder-se-ia inferir que este tipo de enfermidade torna as pessoas vulneráveis durante os conflitos, pois elas não poderiam conseguir se defender sozinhas.

Entretanto, a autora concorda com a ausência de previsão de uma idade mínima para as pessoas idosas no art. 14, diferentemente do Projeto de Convenção de 1938, que regulamentou a partir de 60 anos, pois cada país tem determinado uma idade mínima para as pessoas serem consideradas idosas.

Por exemplo, no Brasil é considerada pessoa idosa acima de 60 anos de acordo com art. 1 do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003). Porém, a gratuidade nos meios de transportes, em relação à idade mínima, para a mulher é de 60 anos e para os homens é de 65 anos, conforme o art. 39.3 do Estatuto do Idoso (BRASIL, 2003).

Assim, a condição de restringir a entrada de algumas certas categorias da população civil poderia ser aplicada concernente às mulheres, as crianças e os idosos, uma vez que essas categorias já tiveram permissão do governo sírio para saírem do país (UNIC, 2014).

Em relação aos idosos, poder-se-ia inferir que ficaria a critério das partes envolvidas no conflito determinarem a idade mínima daqueles.

Se, considerar que o número de pessoas acima de 65 anos na Síria é de 3.9%, 320,946 homens e 387,93 mulheres (CIA, 2014), tal idade poderia ser o critério de admissão de pessoas idosas, em um total de 22 milhões de habitantes na Síria (UNHCR, 2014-a)²⁰².

Tal restrição seria positiva referente aos homens, pois, além, de eles precisam passar passando por uma triagem antes de receberem permissão para deixar a Síria (UNIC, 2014), também, há relatos de que as forças armadas teriam executado mais de 11 mil homens na faixa etária entre 20 a 40 anos desde o início dos conflitos que estavam presos (BBCNEWS, 2014-b).

²⁰² O número de habitantes diminuiu em mais de dois milhões devido à fuga da população civil para outros Estados, por causa da violência do conflito civil que assola o país (UNHCR, 2014-a).

E, se levar em consideração que idade média da população síria é de 23.3 anos (CIA, 2014), logo, referida idade poderia vir a se tornar um problema em relação aos homens, uma vez que eles poderiam ser cooptados a aderirem ao conflito, seja ao lado do governo, seja ao lado dos rebeldes.

Não somente aquela idade média, mas outras faixas etárias também poderiam ser aliciadas, uma vez que o número estimado de homens entre 15 a 24 anos é em torno de 1.833,802 e de homens entre 25 a 54 anos é em torno de 3.406,744 (CIA, 2014).

Assim, a condição de admissão de algumas categorias da população civil, poderia ser empregada na Zona de Proteção de Daraa e na Zona de Proteção de Esal El-Ward.

A terceira condição faria alusão a abrigar determinada etnia que pelas experiências anteriores essa ‘discriminação’ poderia resultar em um ataque na zona de proteção como ocorreu em Srebrenica. Mas, a finalidade do conflito bósnio foi a limpeza étnica, o que não ocorre na Síria.

Na Síria, a diversidade étnica é composta por 85,5% de árabes²⁰³, 9,3% de Levantines²⁰⁴, 8,9% de curdos²⁰⁵ e 5,6% de outros como os drusos²⁰⁶ e os ismaelitas²⁰⁷ (THE GULF/2000 PROJECT, s.d.).

A composição religiosa da Síria se relaciona com a etnia, uma vez que há árabes da religião sunita e da religião xiita ou os ‘nãosunitas’. E, há aqueles que pertencem a outras religiões como os 200

²⁰³ A predominância da etnia árabe reflete no idioma oficial da Síria que é o árabe, bem como é a língua mais falada. Contudo, há outros idiomas em todo o país como o curdo, inglês, francês, turco, armênio e aramaico (PHILLIPS, 2010).

²⁰⁴ Levantines é o nome de uma etnia ligada à religião cristã e seu nome está associado à região onde está localizada (LEVANTINE HERITAGE).

²⁰⁵ Para um estudo detalhado sobre os curdos na Síria, ler em: YILDIZ, Kerim. **The Kurds in Syria: The Forgotten People**. London: Pluto Press, 2005.

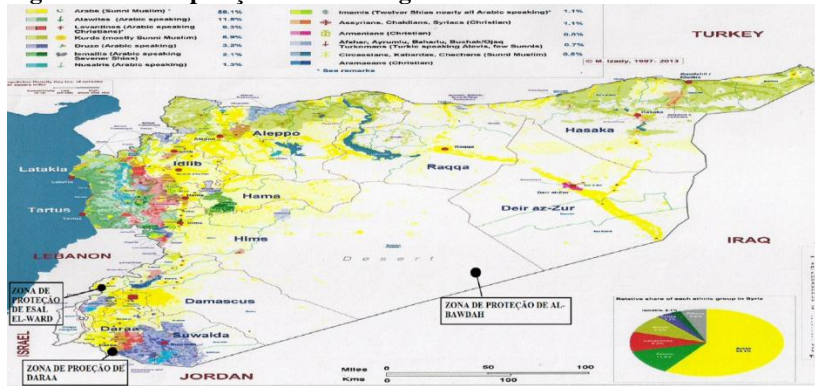
²⁰⁶ A seita religiosa dos drusos é uma ramificação do Islamismo xiita que surgiu da seita ismaelita no século XI (GORDON, 2009). Muitos muçulmanos consideram que as ideias defendidas pelos drusos violam os princípios básicos do islamismo e, por isso, não podem ser considerados como parte do Islamismo (GORDON, 2009). Os drusos desempenharam um papel importante na história política da Síria quando lutaram contra os franceses (PHILLIPS, 2010). A população drusa corresponde a meio milhão e está concentrada na região Montanhosa de *Jabal al-Druze* e nas Colinas de Golã no sudoeste da Síria, bem como no noroeste de *Rif Damasco* e de *Homs* e no norte de *Idlib* (cor roxa - Figura 17).

²⁰⁷ A seita religiosa ismaelita também é uma ramificação do Islamismo Xiita que surgiu após o falecimento de Ismael ibn Jafar, neto de Hussein, vindo se tornar o imã dos ismaelitas (Imã refere-se a Ali, seus filhos e o homem que sucede a eles na liderança da comunidade xiita) (GORDON, 2009). Assim, a lealdade foi transferida ao seu filho, Muhammad ib Ismail, e seus descendentes (GORDON, 2009). Os ismaelitas estão presentes a oeste da Província de *Homs* e no centro e oeste da Província de *Hama* (cor verde-bandeira - Figura 17).

judeus remanescentes (CIA, 2014) que residem em Damasco e Aleppo (PHILLIPS, 2010).

Os sunitas²⁰⁸ (cor amarela – Figura 17) estão presentes em todas as províncias sírias, inclusive nas cidades onde seriam estabelecidas a Zona de Proteção de Daraa e a Zona de Proteção de Esal El-Ward.

Figura 17 – Composição Étnico-Religiosa Síria



Fonte: THE GULF/2000 PROJECT, s.d.

A maioria árabe possui diversas clivagens sectárias, o que resulta na ausência de uma coesão étnica árabe, dificultando a promoção de uma união estatal estável na Síria (LEVERETT, 2005).

Os antagonismos entre a maioria sunita e os não sunitas:

[...] foram reforçados pela dominação econômica tradicional dos sunitas nas principais cidades da Síria. Eles também foram reforçados pelas percepções sunitas de que os não muçulmanos sunitas [são vistos] como heréticos e os cristãos como colaboradores dispostos com os não-muçulmanos que pretendem governar a Síria (LEVERETT, 2005, p. 2, tradução nossa).

²⁰⁸ A palavra 'sunita' significa aquele que segue as tradições do Profeta (Maomé) (PHILLIPS, 2010). Para os sunitas, a liderança descende dos califas da Tribo dos Coraixitas (*Quraysh*) (MORRISON, 2008). Os muçulmanos se aproximam de Deus de modo direto e os líderes religiosos devem ser escolhidos com base no seu conhecimento, quer dizer, que deve ter capacidade para exercer tal função (PHILLIPS, 2010). Mas há uma seita conservada do islamismo sunita, o Wahhabi, que professa o retorno do fundamentalismo islâmico e percebe os não-muçulmanos como hereges, mas, felizmente, a Síria tem rejeitado essa seita (PHILLIPS, 2010). Um exemplo de muçulmano sunita Wahhabi foi Osama Bin Laden (PHILLIPS, 2010).

Essa divisão étnica e a percepção da maioria sunita em relação às outras etnias deveriam ser levadas em consideração quando for optar em abrigar certas categorias da população civil.

Assim, não se repetiria os erros cometidos pelas zonas de proteção criadas pelo Conselho de Segurança que, no fim, acabou protegendo uma determinada etnia, como os curdos no norte do Iraque (1991), os bósnios muçulmanos em Srebrenica (1993) e os Hutus em Ruanda (1994).

Para Phillips, o governo de Bashar al-Assad assegurou, de modo sutil, que as diferenças sectárias entre as diversas etnias na Síria não fossem esquecidas, manipulando essas diferenças quando precisava do apoio de determinadas etnias. (PHILLIPS, 2012).

No início do conflito civil, a violência não teve um alvo específico étnico e ou religioso, já que os manifestantes gritavam “todos os sírios são um” (PHILLIPS, C. 2012, p. 40, tradução nossa).

Mas, poderia haver indícios de que a violência generalizada poderia vir a se transformar em uma violência sectária religiosa e ou étnica, pois houve manifestações gritando *slogans* como “nós não costumávamos odiar os alauítas, agora fazemos” (PHILLIPS, C. 2012, p. 40, tradução nossa).

Tais indícios poderiam ser o reflexo da mudança de direção do conflito civil, aumentando e agravando o sectarismo. Mas, ainda não está claro se a configuração do conflito civil na Síria poderá ter como alvo determinadas etnias.

Assim, dever-se-ia observar com extrema cautela uma perseguição sectária religiosa e/ou étnica.

Por exemplo, em relação à população civil Alauíta²⁰⁹ que se concentra nas províncias de *Tartus* e *Latakia* e no noroeste da Província de *Homs* (cor verde – Figura 17).

Poder-se-ia inferir que os alauítas poderiam ser percebidos como responsável pelos excessos de violência cometida por Bashar al-Assad, uma vez que muitos funcionários dos altos escalões das forças militares e de segurança da Síria são dessa etnia.

Os alauítas poderiam sofrer represálias nos lugares onde as forças de Bashar al-Assad estariam mais enfraquecidas (TABLER,

²⁰⁹ A comunidade Alauíta é uma subdivisão do Islamismo xiita que significa ‘seguidores de Ali’ e foi fundada no período medieval (GORDON, 2009). A palavra ‘xiita’ significa ‘partidários de Ali (MORRISON, 2008). Para os xiitas, a liderança descende de Ali, genro de Maomé (MORRISON, 2008). Os muçulmanos xiitas se aproximam de Deus através dos imãs (líderes religiosos) que são escolhidos com base na genealogia/herança religiosa (PHILLIPS, 2010).

2013). Há relatos de que o grupo rebelde *Islamic State of Iraq and the Levant* estaria atacando alvos da etnia Alauíta (AL-TAMIMI, 2013).

Também há informes de que no campo de refugiados de Zaatari as crianças de outras etnias não estariam brincando no mesmo ‘parquinho’ ou estudando nas mesmas escolas frequentadas por crianças da etnia Alauíta, pois estas seriam associadas com o Presidente Bashar al-Assad (KIRKPATRICK, 2012).

Outra etnia que poderia se tornar um alvo em potencial seriam os Levantines (cristãos) que têm apoiado a família al-Assad no poder. Essa etnia se encontra na parte leste da Província de *Daraa*, ao norte das Províncias de *Rif Damasco*, *Homs*, *Latakia*, *Hama*, *Idlib* e noroeste de *Aleppo* (cor vermelha - Figura 17).

Já, os curdos se concentram nas Províncias que fazem fronteira com a Turquia e com o noroeste do Iraque, no norte de *Latakia*, noroeste de *Idlib*, *Aleppo*, *Ar Raqqah*, e *Al Hasakah* (cor verde-musgo – Figura 17).

Ao contrário da etnia alauíta e da levantine que poderiam sofrer represálias, os curdos poderiam atacar as etnias vinculadas à família al-Assad como aquelas duas supracitadas, pois os curdos foram e ainda continuariam sendo discriminados pelo atual governo (PHILLIPS, C. 2012).

Um exemplo disso é que em março de 2004, o governo de Bashar al-Assad enfrentou vários protestos em favor dos curdos após a ofensiva das forças de segurança síria contra os torcedores de um jogo de futebol que foi realizado na cidade de Al-Qamishli (YILDIZ, 2005).

Durante esse jogo, torcedores curdos passaram a agitar bandeiras curdas que acirrou os ânimos dos torcedores árabes que se confrontaram (YILDIZ, 2005).

A agitação, que inicialmente estaria localizada naquela cidade, se espalhou para outras cidades na Síria, como Damasco e Aleppo e, também, ao longo da fronteira norte da Síria com a Turquia, mas foram contidas pelo governo (YILDIZ, 2005).

Durante o mês de março e de abril de 2004, o governo sírio prendeu dezenas de curdos que viviam em Al-Qamishli, inclusive crianças que depois foram libertados com lesões de supostas torturas (YILDIZ, 2005).

Outro motivo que poderia levar a um possível ataque dos curdos sírios foi o envio de um relatório ao Comitê das Nações Unidas sobre Eliminação da Discriminação pela Síria em 1998, informando que não havia nenhum problema curdo na Síria e que os curdos não são

considerados um grupo específico, uma vez que eles se encontram em todo o país, fazendo parte da sociedade síria (UN, 2000).

A composição étnico-religiosa predominante onde seriam estabelecidas a Zona de Proteção de Daraa e a Zona de Proteção de *Esal El-Ward* seria da etnia árabe e da religião sunita (Figura 17), bem como em suas proximidades.

Caso houvesse a concentração de não sunitas, particularmente dos alauítas e de cristãos, estes poderiam ser separados dos sunitas. Essa separação já foi praticada pelo CICV durante o Primeiro Conflito Árabe-Israelense que separou os judeus dos árabes.

Enquanto que a Zona de Proteção de Al-Bawdah está localizada em uma região que não há etnias e grupos religiosos juntos (Figura 17).

Assim, não haveria predominância de uma determinada etnia e não haveria a necessidade de separar as etnias no interior das zonas em um primeiro momento.

É importante observar duas questões pertinentes. A primeira questão é que todos os civis deveriam ser revistados com o intuito de verificar se eles estariam desarmados, inclusive, as crianças²¹⁰, para evitar que as zonas de proteção fossem percebidas como uma extensão do conflito.

A segunda questão diria respeito aos ex-combatentes que não seriam incluídos nas condições do parâmetro da população civil, a fim de o que ocorreu em 1979 durante o conflito liderado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional que derrubou o Presidente Anastasio Somoza Debayle (SANDOZ, 1995).

Durante esse conflito, o CICV transformou várias edificações em zonas de proteção para abrigar não apenas a população civil, mas também a pedido do Presidente Somoza ao CICV, os membros das forças armadas do governo que tinham deposto as suas armas (SANDOZ, 1995). Essa foi uma condição imprescindível para que eles fossem admitidos nas zonas (SANDOZ, 1995).

Assim, os ex-combatentes passaram a procurar refúgio nas zonas de proteção na promessa de que seriam poupados (SANDOZ, 1995). Tal crença foi reforçada pelo fato de que os sandinistas começaram a divulgar via rádio que os ex-combatentes seriam anistiados, se eles adentrassem nas zonas, promessa que foi ‘cruelmente’ acreditada (SANDOZ, 1995).

²¹⁰ O conflito na Síria ainda não recruta crianças, mas os conflitos que ocorrem na Somália, República Democrática do Congo, Sudão, Sudão do Sul e Iêmen recrutam-nas e ensinam-nas a se tornarem soldados, inclusive há relatos de uso militar de escolas (UNHCHR, 2014-a).

Se partir do princípio que civis seriam todos aqueles que não estivessem vinculados com o conflito, os ex-combatentes que depuseram as suas armas durante um conflito poderiam ser considerados civis?

A resposta seria não, pois, a partir do momento que eles fossem admitidos nas zonas de proteção, poder-se-ia deduzir que tais zonas poderiam ser percebidas como parciais, pois estariam protegendo ex-combatentes que poderiam ter cometido algum crime durante o tempo em que estiveram combatendo. E, não haveria garantias de que os ex-combatentes não voltariam a lutar no conflito.

Assim, eles deveriam ter uma zona própria até que fossem averiguadas as acusações sobre o cometimento ou não de algum tipo de violação como os genocidas Hutus que foram abrigados pelas Zonas Humanitárias Seguras, pois o abrigo de ex-combatentes “poderia resultar no enfraquecimento e na imunidade concedida aos civis e à população civil” (SANDOZ *et al.*, 1987, p. 612, tradução nossa).

3.4 AS CONDIÇÕES DO PARÂMETRO DE LOCALIZAÇÃO PARA O CASO SÍRIO

As condições do parâmetro de localização identificadas ao longo do contexto histórico-normativo são: a) **longe do conflito**, b) **próximo da zona de combate**, c) **na zona de combate**, d) **delimitação geográfica precisa**, e) **área pequena**, f) **área remota**; g) **escassamente povoada**, h) **área sem importância militar** e, i) **afastada ou livre de estabelecimentos militares e ou administrativos**. Referidas condições serão verificadas no conflito civil sírio.

Primeiramente, poder-se-ia inferir que, independentemente de onde fossem criadas as zonas de proteção, seria importante, se não dizer, necessária, a concessão de salvo-conduto para garantir a segurança durante o trânsito da população civil em direção às zonas de proteção.

A necessidade é justificada, pois há relatos de que o governo sírio pôs minas terrestres nas rotas de fuga que a população civil síria utiliza para alcançar a fronteira turca (RAZAQ, 2012).

Referido salvo-conduto também deveria ser negociado com todas as partes envolvidas no conflito, uma vez que há áreas controladas pelos grupos rebeldes e outras pelo governo e, ainda, há aquelas que são contestadas por ambos (Figura 29).

Um caso recente de concessão de salvo-conduto ocorreu em janeiro de 2014 na Colômbia, quando o governo deste país concedeu um

salvo-conduto com validade de cinco dias para seis cubanos que procuravam ser reconhecidos como refugiados (UNHCR, 2014-d).

A condição de longe do conflito faria alusão ao estabelecimento de zonas de proteção afastadas dos confrontos como foi o caso daquelas negociadas pelo CICV na Argentina e na Croácia e pelas Nações Unidas no Iraque em 1991.

Inicialmente, a Zona Jacquinet e a Zona de Nanquim foram estabelecidas longe das zonas de combate, as mesmas acabaram fazendo parte dessas zonas, por causa do andamento das operações militares.

A medida recomendada pela *Norwegian Refugee Council* (NRC) sobre a criação de campos de refugiados longe dos confrontos seria de 50 km (2008, p. 193). Tal medida será utilizada como base para o estabelecimento de zonas de proteção para a população civil no conflito civil na Síria.

A Zona de Proteção de Al-Bawdah estaria localizada a 82 km da cidade de *At Tanf*, na Província de *Homs*, e a 168 km da cidade de *Abu Kamal*, na Província de *Deir ez-Zor* (GOOGLEMAPS, 2014-a), lugares onde ocorrem confrontos (AL-MONITOR, 2014). Tais distâncias seriam superiores a 50 km, logo, a referida zona de proteção cumpriria a medida usada pelo NRC.

A condição de próximo da zona de combate foi implementada pelo CICV em Bangladesh, Chipre, Vietnã, Camboja, Nicarágua e, pelo ACNUR no Sri Lanka.

Em relação ao conflito civil na Síria, a Zona de Proteção de Esal El-Ward estaria localizada próxima dos confrontos, pois desde o verão de 2013, o Distrito de *Yabroud* se tornou palco dos confrontos entre os grupos rebeldes e as forças armadas do governo (NASSIEF, 2013).

Principalmente, na região da ‘Área *Qalamoun*²¹¹ onde está localizada a Montanha *Qalamoun* ao noroeste da capital Damasco. Referida área estaria sendo um polo de atração para os grupos rebeldes islâmicos e filiados da *Al-Qaeda*, como *Jabhat al-Nusra*, *Ahrar al-Sham*, *Liwa al-Islam*, *Liwa al-Tawheed*, *Qawat al-Maghaweer*, *Shuhada al-Qalamoun*, *Katibat al-Khadraa* (Figura 16), uma vez que a presença de grupos rebeldes aumentou de 5 mil para 40 mil (NASSIEF, 2013).

A presença desses grupos rebeldes poderia incentivar ataques das forças armadas do governo, o qual poderia pôr em perigo a vida de todos aqueles que se encontrassem próximos ou na zona de proteção.

²¹¹ Também, denominada de *Qalamoun*.

A condição de na zona de combate diria respeito ao estabelecimento de zonas de proteção no meio dos confrontos.

A zona de proteção criada no meio do conflito foi a Zona de Proteção de Daraa, assim, a base de 50 km usada pelo NRC não seria respeitada.

A localização desta mostra a complexidade da situação na cidade de Daraa, onde, até nos subúrbios, estão ocorrendo confrontos como em: *Atman*, Al-Yadoda, Enkhil, Kharab Al-Shahm, Nasib, Sheikh Miskeen (SYRIAN DOCUMENTS, 2014)

A condição de delimitação geográfica precisa pode ser definida, usando como analogia as demarcações territoriais de um Estado.

Ambas apresentam semelhança com a identificação dos limites, a qual contribui para gerar confiança das partes envolvidas no conflito de que aquela determinada área será usada única e exclusivamente para a criação de zonas de proteção da população civil.

Também, as partes envolvidas no conflito sírio saberiam até onde poderiam realizar ações militares sem ultrapassar os limites das zonas de proteção.

A delimitação geográfica deve coincidir com os limites naturais do Estado (Sandoz *et al.*, 1978). Um meio de ajudar na definição de linha fronteira entre os Estados são os mapas, pois mostram os “dados geográficos sobre a paisagem da região, seja natural ou feita pelo homem” (SREBRO; SHOSHANI, 2007, p. 7, tradução nossa).

Poder-se-ia inferir que a preocupação em delimitar as zonas de proteção com o uso de mapas é importante, pois contribui para identificar onde estariam concentradas as etnias, as religiões, as estradas, os rios, o clima e os meios de subsistência.

Pode ser citado o exemplo da importância do mapa como meio de preservar a cultura dos nômades e seminômades no caso da demarcação de fronteiras entre a Burkina Faso e o Níger julgado pela Corte Internacional de Justiça (CIJ) em 16 de abril de 2013²¹² (ICJ, 2013).

²¹² Em 20 de julho de 2010, a República do Níger e Burkina Faso concordaram em submeter à CIJ a disputa de fronteiras entre os dois Estados (ICJ, 2013). Para o jurista Cançado Trindade que integrou o julgamento, a questão da população local deveria ser levada em consideração na demarcação fronteira (ICJ, 2013). Segundo este jurista: “qualquer fronteira a ser determinada, não parece provável que vai ter impacto sobre a população, desde que ambos os membros continuam garantindo a livre circulação para os nômades e os seminômades e suas condições de vida não mudem como consequência da fixação da fronteira (pela Corte) (parágrafo 47)” (ICJ, 2013, p. 2, tradução nossa). A opinião do excelentíssimo jurista foi fundamentada com base no trabalho sobre o ‘preceito natural’ de solidariedade elaborada por Francisco Suárez e nos estudos de historiadores e de antropólogos que explicaram o vínculo

Assim, como os mapas auxiliaram na decisão daquela corte, a delimitação geográfica precisa das zonas de proteção será acompanhada de mapas que informam sobre a geografia física, a geografia humana, a geografia econômica e o andamento das operações militares das partes envolvidas no conflito na Síria.

A Geografia Humana na Síria será analisada através da geografia política, da geografia populacional e da geografia do transporte.

Em relação à geografia política, já foi mencionado acima sobre as 14 províncias sírias. A delimitação territorial da Síria com é de 185.180 km (CIA²)²¹³ e possui uma costa mediterrânea de 193 km (PHILLIPS, 2010). A Síria faz fronteira com o Iraque (605 km), com o Líbano (375 km), com a Turquia (822 km) e com a Jordânia (375 km) (CIA, 2014).

Os 22 milhões de habitantes na Síria (UNHCR, 2014-a)²¹⁴ que se encontram nas 14 províncias mostram a diversidade étnica e religiosa que já foi analisado nas condições do parâmetro de categorias da população civil (Figura 17).

Mas, dependendo aonde que as zonas de proteção fossem criadas na Síria, elas poderiam ensejar futuras desintegrações territoriais ou regiões autônomas como a Região Autônoma Curda no norte do Iraque.

Para Yamashita, as zonas de proteção podem ser percebidas como uma ‘pátria’ para uma determinada etnia, pois tais áreas estão “imbuídas de um papel crucial na construção de um Estado-nação, muitas vezes, simbolizada por lugares específicos associados a eventos históricos e mitos nacionais” (2004, p. 17, tradução nossa).

Pode-se citar o exemplo do norte da Síria onde há o predomínio da etnia curda que poderia induzir um processo de independência territorial ou o estabelecimento de uma Região Autônoma, visto que tal

intrínseco entre o território com a cultura, os costumes, a tradição e o modo de vida da população local (ICJ, 2013). A decisão da CIJ foi que as Partes tivessem o devido respeito com as necessidades da população local, em particular das populações nômades e seminômades (ICJ, 2013). As Partes responderam à Corte que elas reconheciam seu dever de cooperação em relação às populações locais através de acordos bilaterais, conforme o ‘regime de transumância’, que permite a liberdade de movimento daquelas populações locais através de suas fronteiras (ICJ, 2013).

²¹³ Para efeito de comparação, o território Sírio é menor que o Estado do Paraná, sendo que esta Unidade Federativa Brasileira tem a dimensão de 199.554 km² (PARANÁ, 2014).

²¹⁴ O número de habitantes diminuiu em mais de dois milhões devido à fuga da população civil para outros Estados, por causa da violência do conflito civil que assola o país (UNHCR, 2014-a).

região faria parte do que hoje seria o Estado do Curdistão (ver Anexo O).

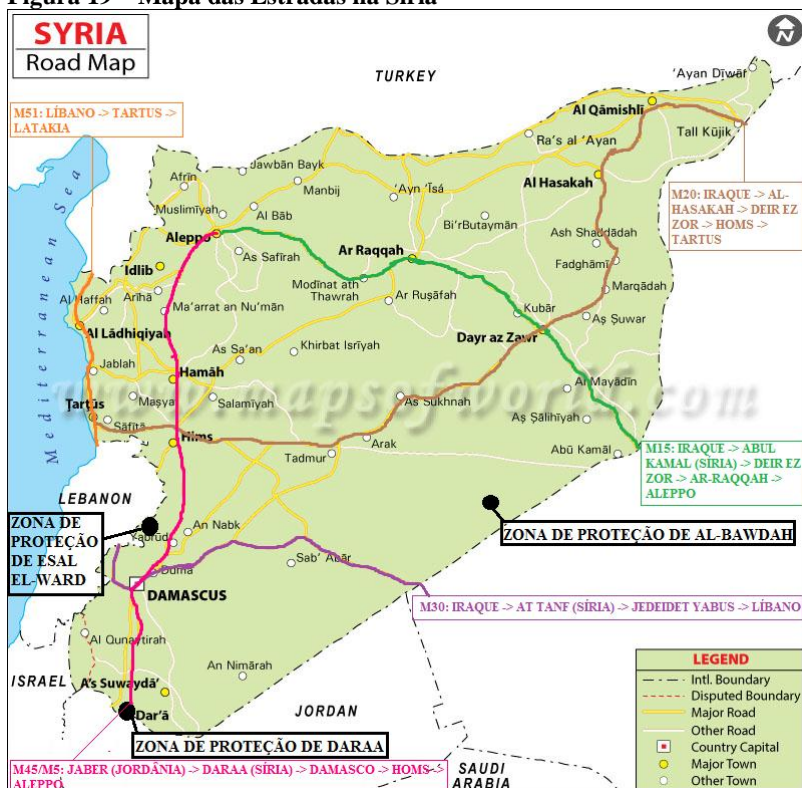
Assim, não seria possível criar zonas de proteção em certos lugares ao norte da Síria, como em *Kurd-Dag* e em *Âfrin*, na Província de *Aleppo*, e a região montanhosa de *Tartus*, ao noroeste da Síria, onde se concentram os curdos sírios (YILDIZ, 2005).

Em relação às linhas de transportes, a Figura 19 mostra que há cinco estradas internacionais que percorrem internamente a Síria, conforme o Acordo de Estradas Internacionais no Magrebe Árabe (UN, 2001)²¹⁵:

- a) M15: Iraque -> *Abu Kamal* -> *Deir Ez Zor* – *Aleppo* (traço verde – Figura 19),
- b) M20: Iraque -> *Al- Hasakah* -> *Deir Ez Zor* -> *Homs* -> *Tartus* (traço marrom – Figura 19),
- c) M30: Iraque -> *At Tanf* (Homs) -> *Damasco* - *Jedeidet Yabus* -> Líbano (traço roxo – Figura 19),
- d) M45/M5: *Jaber* (Jordânia) -> *Damasco* -> *Homs* -> *Aleppo* (traço pink – Figura 19) e,
- e) M51: Líbano -> *Latakia* -> *Tartus* -> Líbano (traço laranja – Figura 19).

²¹⁵ Acordo de Estradas Internacionais no Magrebe Árabe é uma rede composta de 16 diferentes estradas que interliga o Oriente Médio (UN, 2001).

Figura 19 – Mapa das Estradas na Síria



Fonte: MAPSOFWORLD, 2014-a.

As principais rodovias (ou rotas) no interior da Síria são a: a) Rota 1 que percorre a parte costeira da Síria; b) Rota 2, 3 e 4 são estradas que vão do sentido leste/oeste para o norte; c) Rotas 5, 6 e 7 parte do norte/sul para o leste.

A Rota 5 corre paralelamente à estrada internacional ‘M45’ e a Rota 7 cruza com a Rota 2 e Rota 5 em Damasco e percorre diagonalmente até *At Tanf* (sublinhado na cor lilás) na fronteira com o Iraque.

Das cinco estradas internacionais citadas, a mais importante para a Síria é a M45 que, dentro da Síria, ela é nomeada de M5 ou Rota 5, pois une o sul, desde a cidade de Daraa, até a cidade de Aleppo, no norte da Síria.

A distância Zona de Proteção de Daraa até a Rodovia M5 seria de aproximadamente de 13,4 km (GOOGLEMAPS, 2014-d). E, a distância da Zona de Proteção de Esal El-Ward até referida rodovia seria de aproximadamente de 24,9 km (GOOGLEMAPS, 2014-e). Mas, haveria uma estrada secundária a 7,4 km (GOOGLEMAPS, 2014-f) (Figura 19) da citada zona e, assim, poder-se-ia inferir que essa estrada poderia ser utilizada exclusivamente para ajuda humanitária.

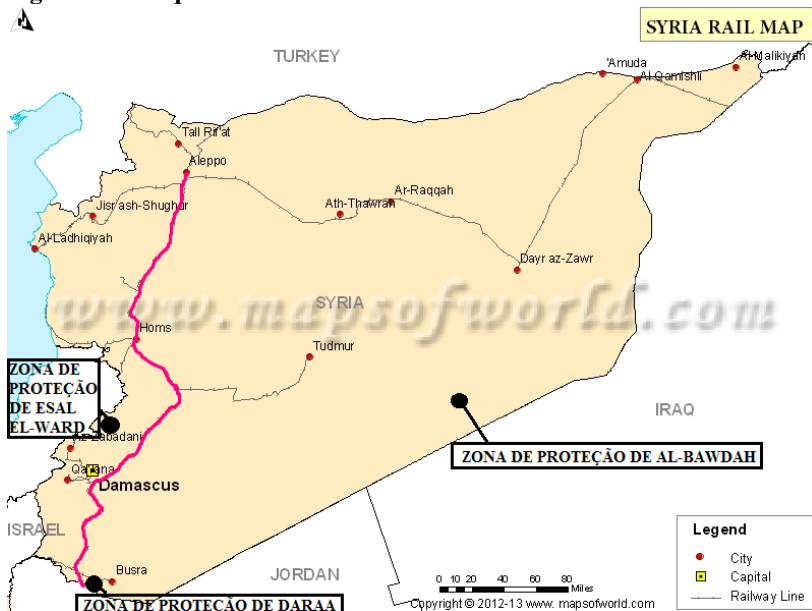
Referida estrada é a razão do contínuo confronto entre governo e os grupos rebeldes na cidade de Daraa desde 2011 (SYRIA: DIRECT, 2013), uma vez que é de suma importância estratégico-militar por dois motivos.

O primeiro motivo diz respeito ao começo da rodovia que é na Província de Daraa, fronteira com a Jordânia, assim, os grupos rebeldes que viriam deste país estariam utilizando-a como um ‘corredor seguro’ para chegar até a capital Damasco (SYRIA: DIRECT, 2013).

O segundo motivo é porque a Rodovia M5 é considerada rota crucial de Damasco para a Província de Homs que permite o abastecimento tanto das tropas do governo quanto dos grupos rebeldes (NASSIEF, 2013).

Dentre as várias linhas férreas, destaca-se aquela que segue o mesmo trajeto da Rodovia M5 ou Rota 5 no sentido vertical (traço pink – Figura 20), uma vez que passaria próximo da Zona de Proteção de Daraa, enquanto que da Zona de Proteção de Esal El- Ward estaria distante cerca de 53 km (GOOGLEMAPS, 2014-g).

Figura 20 – Mapa das Linhas Férreas na Síria



Fonte: MAPSOFWORLD, 2012-13.

Não haveria linhas de transportes, seja de estradas, seja de ferrovias, na localidade onde seria criada a Zona de Proteção de Al-Bawdah. Poder-se-ia inferir que a ausência de tais linhas, pode fazer alusão à baixa densidade demográfica dessa região.

Poder-se-ia deduzir que a questão das estradas e ferrovia seria ao, mesmo tempo, favorável e negativa para a criação de zonas de proteção.

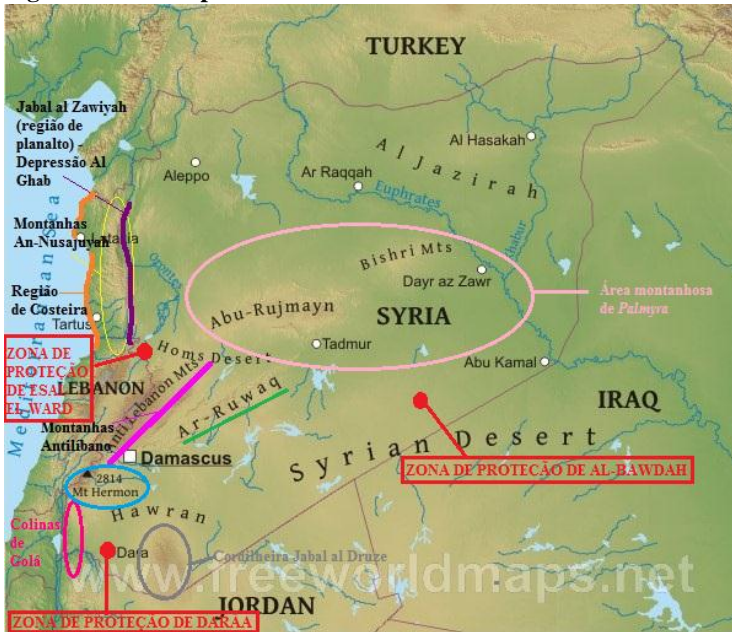
Favorável, pois há estradas principais e secundárias para a entrega de assistência humanitária e facilita a locomoção dos civis até as zonas. E, as linhas seriam importantes para a fuga dos sírios da violência dos confrontos entre as partes envolvidas no conflito.

Negativa, pois os referidos meios também podem representar perigo à vida à população civil síria, pois poderiam ser usadas para estratégias militares como a Rodovia M5.

A delimitação precisa também está relacionada com a Geográfica Física da síria, a fim de verificar se haveria facilidade ou dificuldade na assistência às zonas de proteção para a população civil.

A Figura 21 indica mostra o tipo de relevo que compõem a geografia física das zonas de proteção na Síria.

Figura 21²¹⁶ – Mapa do Relevo Sírio



Fonte: FREE WORLD MAPS, s.d.

²¹⁶ Há outros tipos de relevo que estão presentes na Síria, mas não fazem parte da geografia física das zonas de proteção na Síria. Ao noroeste da parte ocidental estão as Montanhas *An-Nusayriyah* (círculo amarelo) que são formadas por colinas e montanhas baixas que correm paralelamente na parte costeira das Províncias de *Lakatia* e *Tartus* (COLLELO, 1987), tendo uma altura média de 1.212 metros e o pico mais alto é o *Nabi Yunis* com 1575 metros (WASKEY, 2014). Na região costeira também há uma faixa estreita de terra (traço laranja) que corre paralelamente à planície costeira ao longo do Mar Mediterrâneo (COLLELO, 1987). Essa área é uma região agrícola muito importante, pois, além de não precisar ser irrigada, já que é provida pelo Mar Mediterrâneo, também é muito fértil, consequentemente, é densamente povoada (WASKEY, 2014). Ao leste das Montanhas *An-Nusayriyah* encontra-se *Jabal al Zawiyah* que é uma região de planalto (WASKEY, 2014). A Depressão Al Ghab (traço roxo) que é atravessada pelo Rio Orontes, tornando essa área também muito fértil (WASKEY, 2014). O Monte Hermon (círculo azul-claro) está localizado abaixo das Montanhas Antilibano. Ele possui o ponto mais alto da Síria com 2.814 metros de altura, geralmente é coberto de neve na época do inverno (WASKEY, 2014). O Monte Hermon não pertence totalmente à Síria, somente a encosta ao sul é controlada pela Síria desde a Guerra dos Seis Dias em 1967 (PHILLIPS, 2010). A área montanhosa de *Palmyra* possui uma altura de cerca de 910 m, abrangendo as Montanhas *Abu-Rujmayn* e as Montanhas *Jabal Bishri* (círculo rosa-claro) onde está localizada entre três Províncias: *Homs*, *Ar Raqqah*, e *Deir ez-Zor* (WASKEY, 2014). No centro-leste de Homs estariam as Montanhas *Jabal ar Ruwaq* (traço verde- limão) que estão localizadas em uma região inteira de planalto (COLLELO, 1987). Na região sudoeste, há a Planície de *Akkar* que se estende ao longo da fronteira com o Líbano (WASKEY, 2014). E no interior da parte ocidental há o predomínio de estepes (WASKEY, 2014).

As zonas de proteção de Daraa e de Esal El-Ward estão localizadas na parte ocidental onde se concentram as cadeias montanhosas (PHILLIPS, 2010).

A Zona de Proteção de Daraa está localizada entre as Colinas de Golã (círculo marrom) que, apesar de estarem em território sírio, Israel ocupa essa área (WASKEY, 2014) e a Cordilheira de *Jabal al Druze* (círculo cinza). Esta é uma área vulcânica que possui mais de 2000m de altura e está no extremo sul da Síria na Província de *As Suwayda* (WASKEY, 2014).

A Zona de Proteção de Esal El-Ward seria criada perto das Montanhas Antilíbano (traço lilás – Figura 20) que faz divisa com o Líbano e, tem uma altura média de 2000m, podendo ter picos de até 2700m (COLLELO, 1987). As encostas orientais têm pouca chuva e a vegetação se funde eventualmente com o deserto (COLLELO, 1987).

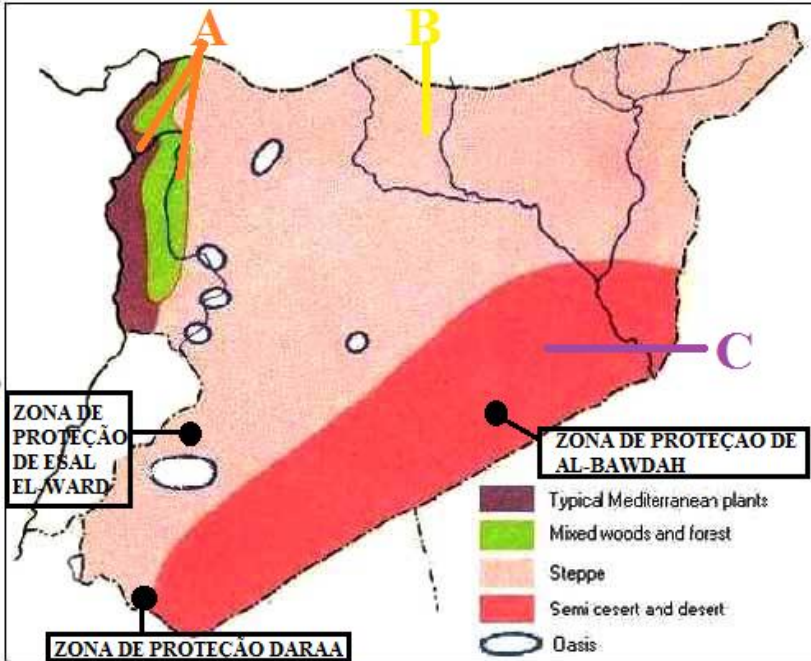
A Zona de Proteção de Al-Bawdah estaria localizada na parte oriental onde há o predomínio do Deserto Sírio que também é conhecido como Deserto Árabe-Sírio. Ele possui uma combinação de estepes e ‘puro deserto’, cobrindo uma área de 200.000 mil milhas quadradas, que equivale a 517.998 km² (WASKEY, 2014).

O deserto consiste das Províncias *Ar-Raqqa*, *Deir ez-Zor* e de *Al Hasakah* e partes dos Distritos de *Muḥāfazat* em Homs, *Muḥāfazat*, em *Hama*, e *Rif* Damasco (WASKEY, 2014).

Ao sul das Montanhas de *Abu-Rujmayn* e *Jabal Bishri* está a região desértica de *Hamad*, conhecida como Deserto de *Homs*. Ela está localizada ao norte da Cordilheira *Jabal ar Ruqwad* e ao leste da cidade de *Homs*, compondo uma região de planalto árido, de terra dura que desce gradualmente para a planície do deserto de areia plana, se unindo com a fronteira iraquiana (WASKEY, 2014).

Além do relevo, a análise da Geografia Física também versa sobre o clima e a vegetação, sendo que ambas serão analisadas em conjunto (Figura 22).

Figura 22 – Mapa da Vegetação Síria



Fonte: MASRI, 2001.

A Zona de Proteção de Daraa e a Zona de Proteção de Esal El-Ward estariam localizadas em uma zona intermediária (traço amarelo – letra ‘B’) que se estende ao longo de 75% do país²¹⁷.

A zona intermediária está delimitada ao oeste pelas Montanhas do Antilíbano e pelas Montanhas de *An-Nusayriyah*. Referidas montanhas são as responsáveis pela média anual de precipitação em 20 centímetros, caracterizando o clima semiárido e a vegetação de estepes (COLLELO, 1987).

²¹⁷ A letra ‘A’ (traço laranja) corresponde à região costeira, tendo um verão seco e períodos sem chuva, por causa dos altos cumes das Montanhas de *An-Nusayriyah*. Enquanto que no inverno o clima é úmido e ameno, podendo ocorrer, ocasionalmente, neve nas altitudes mais baixas, mas, ocorrendo frequentemente nas áreas montanhosas de *An-Nusayriyah* (PHILLIPS, 2010). A depressão de *Al Ghab* apresenta um clima relativamente árido com chuvas escassas e ventos quentes (COLLELO, 1987) devido às Montanhas de *An-Nusayriyah* (COLLELO, 1987). O clima na costa é propício para a agricultura, já que há bastante precipitação, em torno de 75 a 100 centímetros durante os meses de novembro a maio (COLLELO, 1987). E a temperatura média anual varia entre 7,2°C em janeiro (inverno) a 26,6° em agosto (verão) (COLLELO, 1987).

As duas montanhas também são responsáveis pela temperatura que no inverno pode chegar a uma mínima de 4,4° C em janeiro, e no verão, a máxima pode chegar a 37.7°C (COLLELO, 1987).

A topografia do território da Zona de Proteção de Daraa seria ideal para a criação de zonas de proteção, uma vez que é plana e não há montanhas (Figura 21) que pudessem dificultar a assistência humanitária. Ademais de que a média climática é de 18.5°, sendo o máximo de 30° e o mínimo de 4° (WORLD WEATHER ONLINE, 2012-a).

A Zona de Proteção de Esal El-Ward também seria uma região plana, composta de estepes (Figura 22), pois a precipitação é cerca de 150 a 200 (SERRA; WILLIAMSON; BATELLO, 2003).

A temperatura mínima no verão seria de 13° e a máxima seria de 31° (WORLD WEATHER ONLINE, 2012-b). Enquanto que no inverno, a mínima seria de -1° e a máxima de 7° (WORLD WEATHER ONLINE, 2012-b).

A Zona de Proteção de Al-Bawdah (traço lilás – letra ‘C’) seria uma região semidesértica e desértica, caracterizando pelas chuvas esparsas e uma média anual de precipitação abaixo de 10 centímetros, podendo ocasionar secas periódicas (COLLELO, 1987).

Ao sul das Montanhas *Jabal ar Ruwaq*, *Jabal Abu Rujmayn*, e *Jabal Bishri* as temperaturas em julho podem chegar a 43,3°C (COLLELO, 1987).

Além de haver a ocorrência de tempestades de areais entre os meses de fevereiro a maio, provocando danos à vegetação e à pecuária (COLLELO, 1987).

Os rios também compõem a Geografia Física, sendo importante meio de subsistência para as zonas de proteção para a população civil na Síria.

Há vários rios, sendo que alguns deles são internacionais como: o Eufrates²¹⁸, o Rio *Orontes*²¹⁹, o Rio *Yarmouk* e o Rio *Nahr el Kabir* (ou *Nahr el Kabur*)²²⁰ (ESCWA; BGR, 2013), conforme a Figura 23.

²¹⁸ O principal rio dessa região é o Rio Eufrates (traço lilás) que flui diagonalmente da Turquia para o Iraque (COLLELO, 1987). Esse rio possui mais de 80% dos recursos aquíferos da Síria, sendo que suas duas principais jusantes são o *Balikh* e o *Khabur*, que desaguam no Rio Eufrates (COLLELO, 1987). A construção da Represa de *Tabaqah* (traço laranja) na cidade de *Ar-Raqqa*, no Rio Eufrates, acabou criando um Reservatório, nomeado de Lago Assad ou *Buhayrat al Assad* (círculo cinza) que tem 80 km de extensão e cerca de 8 km de largura (COLLELO, 1987).

²¹⁹ No lado oriental das Montanhas de *An-Nusayriyah* (Figura 21), o Rio *Orontes* (traço rosa-claro) flui para o norte através das cidades de *Homs*, *Hama* e *Apamea* (WASKEY, 2014). Nessa região, há a depressão de *Al Ghab* que contém vários rios subterrâneos (COLLELO,

Figura 23 – Mapa dos Rios na Síria



Fonte: MAPSOFOWORLD, 2014-b.

A Zona de Proteção de Daraa poderia ser abastecida pelo Rio *Yarmouk* que está localizado ao sul das Colinas de Golã, sendo empregado para a irrigação em *Hawran* (região ao sudoeste da Síria). E,

1987). O Rio *Orontes* alimenta o Lago *Qattinah* (círculo marrom) ou Lago *Homs* na Província de *Homs*, que se estende a 60 km² e possui a maior população de peixes de todos os rios, além de fornecer água para o consumo para toda a cidade de *Homs* (COLLELO, 1987). Entre o Rio *Orontes* e o Lago *Assad* há o Lago *Sabkat al Jabbul* (círculo verde) que está localizado na Província de *Aleppo*.

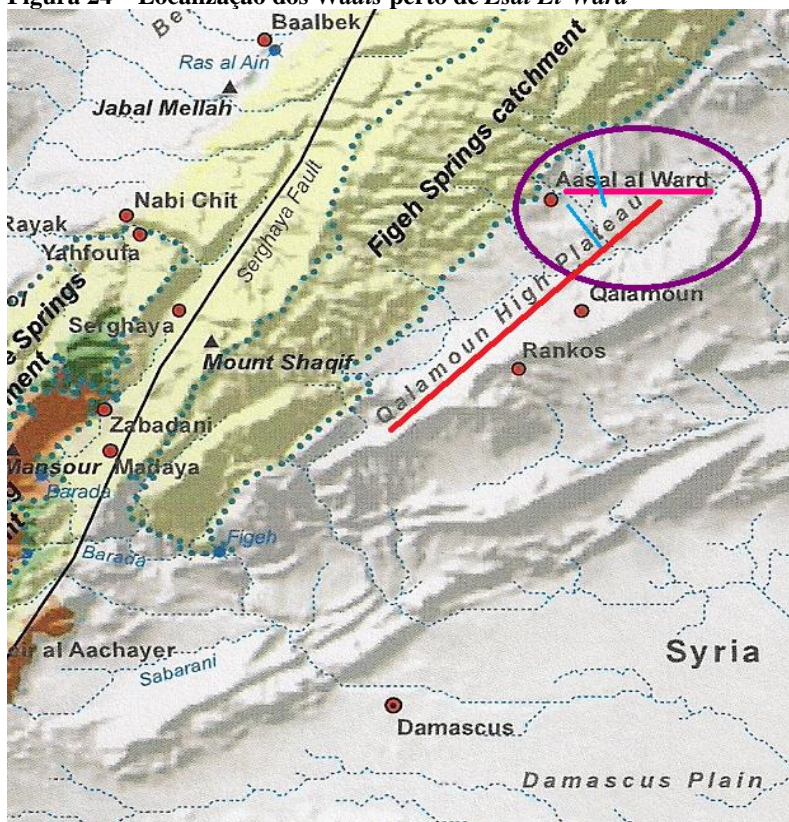
²²⁰ O rio que se destaca na região de *Al-Jazirah* é o Rio *Nahar al Khabir* (traço amarelo) (COLLELO, 1987) que abrange as Províncias de *Deir ez-Zor* e de *Al Hasakah* na parte oriental da Síria. Esse rio é o responsável pela fertilidade do solo e pela irrigação (COLLELO, 1987). Ao leste do Rio *Nahar al Khabir*, próximo à fronteira com o Iraque, na Província de *Deir ez-Zor*, há o Rio *Rawdah* (círculo roxo) que é um *wadi* que permanecem secos até a temporada de chuva, quando eles ficam cheios, fornecendo água para irrigação local (COLLELO, 1987). Há *wadis* em todo o território sírio (COLLELO, 1987).

as suas reservas de água subterrânea são as principais fontes para o consumo e também para a irrigação (COLLELO, 1987).

A Zona de Proteção de Esal El-Ward poderia ser abastecida pelo Rio *Nahr el Kabir* (traço marrom-escuro) que faz uma fronteira natural entre a Síria e o norte do Líbano, mas, há riscos de inundações (ESCWA; BGR, 2013).

Nessa região também há recursos aquíferos por causa da precipitação da Cordilheira do Antilíbano (Figura 21) que contribui para formar dois *wadis* (traço azul – Figura 24) (ESCWA; BGR, 2013).

Figura 24 – Localização dos Wadis perto de Esal El-Ward



Fonte: ESCWA; BGR, 2013.

Na Zona de Proteção de Al-Bawdah não há rios, o qual poderia dificultar o fornecimento de água para o consumo e para a agricultura.

Neste caso, a referida zona poderia ficar dependente de ajuda internacional até o fim da duração da zona de proteção.

Segundo a recomendação do NRC, “a construção de novos campos em lugares remotos, longe do trabalho e dos meios de vida, pode forçar os ocupantes a se tornarem dependentes e fazer a relação de mercado com as comunidades locais inviáveis” (2008, p. 563-564, tradução nossa).

Importante também identificar se há represas próximas da Zona de Proteção de Daraa, da Zona de Proteção de Esal El-Ward e da Zona de Proteção de Al-Bawdah, pois elas poderiam vir a se tornar um objetivo estratégico-militar tanto para o governo, no sentido de protegê-las, quanto para os grupos rebeldes, no sentido de capturá-las.

Por exemplo, o grupo rebelde *Al-Nusra Front* teria se apoderado da maior barragem Síria, a *Tabaqah*, em 2013 (TABLER, 2013).

Na Província de Daraa há uma represa de pequeno porte (SERRA; WILLIAMSON; BATELLO, 2003), logo, o estabelecimento da Zona de Proteção de Daraa deveria ser longe dessa represa, no mínimo de 50 km, mesma distância empregada para a localização ‘longe do conflito’.

E, na Zona de Proteção de Esal El-Ward e da Zona de Proteção de Al-Bawdah não há represas²²¹ e, assim, poder-se-ia inferir que a ausência destas, poderia representar ausência de confrontos.

Em relação à Geografia Econômica da Síria, deve-se levar em consideração a localização dos oleodutos e das plantações agrícolas (Figura 25).

O Petróleo é vital para a economia síria, uma vez que os oleodutos que atravessam a Síria transportam petróleo para o Oriente Médio, para a Europa e outros países (PHILLIPS, 2010, p. 11).

Na Figura 25 é possível visualizar que há duas rotas de oleodutos, sendo que ambas terminam no Iraque.

As duas começam na costa de *Tartus*, seguem para *Homs* onde se ramificam uma para *Hama*, *Ar Raqqh* e *Al Hasakah* e a outra

²²¹ Há 141 represas na Síria, sendo que a maioria delas se concentra no norte do país na região de Al-Jazirah. (SERRA; WILLIAMSON; BATELLO, 2003). Das 141 represas foi possível encontrar informações apenas de algumas delas, como a maior, que é a *Tabaqah*, no rio Eufrates. As de porte médio são a *Al-Rastan*, que criou o Lago Homs, a *Mouhardeh*, em *Hama*, e o *Taldo*, ao norte de *Homs* (SERRA; WILLIAMSON; BATELLO, 2003). Não é coincidência que a maior represa da Síria está localizada no Rio Eufrates, pois ele também é responsável pelo sistema de distribuição de irrigação, já em outros rios a eficiência do sistema de irrigação é baixa (SALMAN, MUALLA, 2003).

atravessa todo *Homs* até *Deir ez-Zor* (traço verde). O terceiro oleoduto cruza *As-Suwayda*, *Daraa*, *Al Qunaitira*, indo até o Líbano.

Em relação ao gás, ele também faria o trajeto de *Homs* até *Deir ez-Zor* (traço vermelho). Além de cruzar *Homs*, *Deir ez-Zor* até *Al Hasakah* (traço vermelho).

Figura 25 – Mapa das Rotas dos Oleodutos e de Gás na Síria



Fonte: FANACK, s.d.

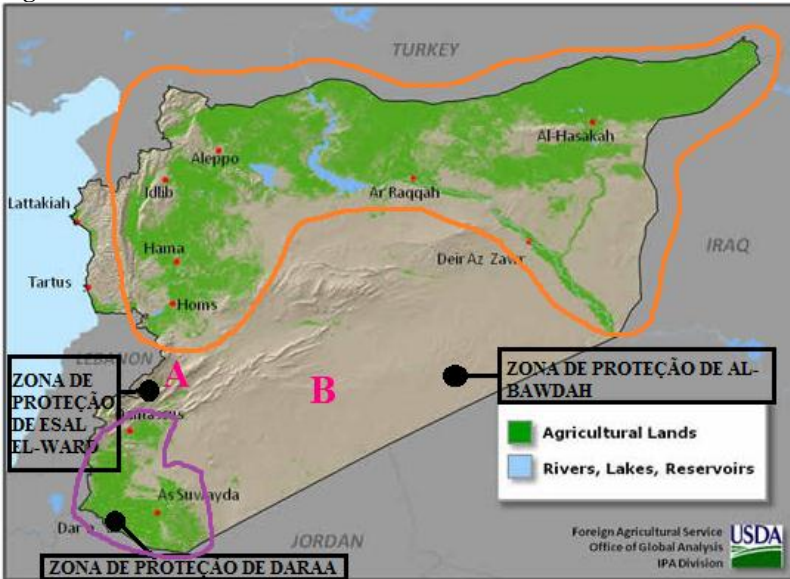
Há informes da ocorrência de ataques a oleodutos e gasodutos pelos grupos rebeldes como estratégia para enfraquecer a infraestrutura econômica do governo (USATODAY, 2012).

Por exemplo, houve um ataque ao norte da Província de *Deir ez-Zor* que danificou o gasoduto, perdendo mais de 15 milhões de metros cúbicos de gás (USATODAY, 2012).

Há um oleoduto que passa na Província de Darra onde estaria localizada a Zona de Proteção de Daraa (Figura 25). Mas, não há nenhum oleoduto que passaria pelas zonas de proteção de Daraa, de Esal El-Ward e de Al-Bawdah.

A agricultura é a principal fonte de renda da Síria. Os cereais e o algodão são os produtos que o governo sírio vem incentivando, a fim de garantir autossuficiência neles (SALMAN; MUALLA, 2003).

Figura 26 – Terras Férteis na Síria



Fonte: USDA, 2012.

A Zona de Proteção de Daraa estaria localizada em uma importante região agrícola²²² (círculo roxo – Figura 26), por causa da presença dos Rios *Nahr El-Kabir (Nahr El-Kabur)*, o Rio *Yamourk* e Lago *al Utaybah* (Figura 23).

A Zona de Proteção de Esal El-Ward apresente escassa terra fértil (Letra A – Figura 26), diferente da zona de proteção supracitada. Mas, poderia ocorrer o cultivo para o próprio fornecimento de alimentos a esta zona.

Poder-se-ia inferir que não seria possível que a Zona de Proteção de Al-Bawdah conseguisse prover alimentos para a sua própria manutenção, uma vez que na região onde está localizada a zona, não

²²² Outra região agrícola importante, mas que não foram criadas zonas de proteção hipotéticas é o Crescente Fértil (círculo laranja) que se estende ao longo da costa do Mar Mediterrâneo, chega ao sudeste pelo Vale do Rio Eufrates, alcançando o norte e o leste da Síria onde as áreas *Al Jazira* e *Hawran* são as mais importantes áreas agrícolas na Síria (PHILLIPS, 2010).

possui terras férteis (círculo amarelo), pois se encontra o Deserto Sírio (letra B – Figura 26) que tem um solo duro (SERRA; WILLIAMSON; BATELLO, 2003).

Assim, reiterar-se-ia, a necessidade de constante ajuda internacional no fornecimento de alimentos, uma vez que dificilmente, poder-se-ia plantar nessa área.

A condição de criação de zonas de proteção em área pequena mostra que tais zonas não visam ser um obstáculo para o conflito, pois espaços grandes podem dificultar as operações militares (PICTET, 1958).

Se de um lado, as zonas de proteção estabelecidas pelo CICV e pelo ACNUR no Sri Lanka tiveram tamanho pequeno, contribuindo para o não comprometimento das operações militares das partes envolvidas no conflito, além de que continham instalações militares.

Por outro lado, as zonas de proteção estabelecidas pelo CSNU abrangeram áreas grandes como cidades e ‘seus arredores’, podendo deduzir que possuíam grande extensão territorial e tinham instalações, no mínimo, administrativas.

De todas as zonas criadas no século XX, a de Ruanda foi a maior delas, pois correspondeu a 20% do território total do país.

A medida de uma área pequena poderia ter como base a dimensão territorial do campo de refugiados de Zaatari que mede aproximadamente 5,31 km², o equivalente a 531,8 hectares (UNOSAT, 2013) que corresponde a 0,002 % de um total de 185,180 km (CIA, 2014) do território sírio.

Poder-se-ia inferir que esse tamanho poderia ser considerado apropriado, pois equivaleria ao tamanho de um bairro. Ressalta-se que a Zona Jacquinet foi estabelecida em um bairro durante a Guerra Sino-Japonesa.

Essa medida deveria ser averiguada em relação às operações militares, caso as zonas de proteção fossem criadas na ou perto das zonas de combates, pois a medida poderia ser menor.

Em relação à medida de 5,31 km² a Zona de Proteção de Daraa e de Esal El-Ward deveriam ser verificada *in locu*, uma vez que o andamento das operações militares poderia reduzir referida medida.

Enquanto que a Zona de Proteção de Al-Bawdah poderia ser ainda maior que citada medida, uma vez que não há confrontos e não iria prejudicar as atividades cotidianas naquela região.

A condição de escassamente povoada contribui para que não ocorra nem à sobrecarga da infraestrutura local, nem a inchaço populacional.

Para Pictet (1958), as áreas escassamente povoadas seriam preferíveis, uma vez que haveria oportunidade de alojamento, pois as zonas de proteção poderiam vir a receber um número considerável de pessoas como a de Ruanda que chegou a receber mais de dois milhões de refugiados.

Assim, procurar-se-ia não estabelecer zonas de proteção em áreas densamente povoadas.

A semelhança de todas as zonas de proteção criadas pelas Nações Unidas durante a década de 1990 foi à condição de infraestrutura que, embora tenha variado de uma zona para outra, apresentou, em maior ou menor grau, falta de água, falta de comida e aparecimento de doenças.

Para explicar a relação entre áreas escassamente povoadas e a sobrecarga da infraestrutura local, será feita uma analogia com o estudo de caso de uma comunidade pequena de *Schuyler*, em Nebraska (EUA).

Esta cidade possuía 4.000 habitantes quando recebeu um fluxo em massa de mais 800 pessoas na segunda metade da década de 1990 (POTTER *et al.*, 2004).

O impacto imediato e significativo foi nos serviços públicos como escolas, transportes públicos e hospitais que precisaram ser expandidos, bem como a construção de habitações para acomodar o repentino crescimento populacional (POTTER *et al.*, 2004).

Outra analogia será realizada com os Territórios Ocupados da Palestina (OPT), para evitar o estabelecimento de zonas de proteção em áreas que já possuem alta densidade demográfica, pois a tendência seria o aumento da densidade populacional nessas áreas com a vinda de civis em busca de proteção.

O OPT foi criado para abrigar civis dos conflitos entre árabes e israelenses, o qual é composto pela Cisjordânia, por Jerusalém Oriental e pela Faixa de Gaza, ocupando uma área de 6.020 (seis mil e vinte) km² (UNRWA, 2010).

Em 1997, a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) realizou um censo e constatou que 481 pessoas viviam a cada um km² (UNRWA, 2010).

Dez anos depois, esse número aumentou para 625,8 a cada um km² (UNRWA, 2010), aumentando, consideravelmente, a densidade demográfica em 30%.

Se o mínimo recomendado de área de superfície por pessoa é de 30m² segundo o *Norwegian Refugee Council*, incluindo espaço público como estradas, calçadas, área comercial, instalações médicas, escolas e prédios administrativos (2008, p. 198).

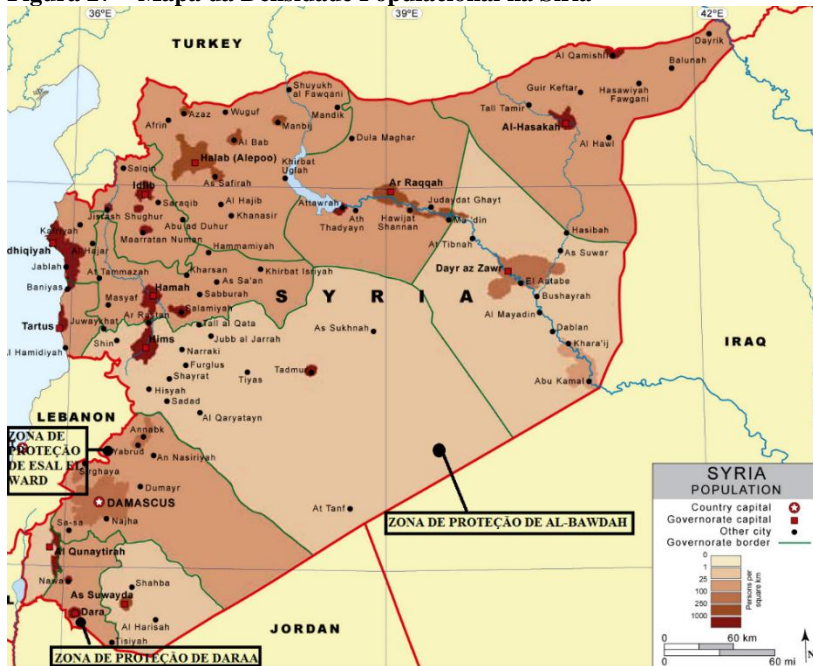
Assim, a medida de 30m² deveria ser calculada em relação a 5,31km² que resultaria no abrigo de 177 mil pessoas.

A criação das zonas de proteção deveria ser em um espaço suficiente para abrigar a população civil, coincidindo com lugares escassamente povoados.

A identificação desses lugares se baseia na relação entre densidade populacional em uma determinada divisão administrativa, sendo que há várias densidades demográficas, das mais povoadas até as mais escassas (DUBOIS; ROTO, 2012).

O estudo para saber onde estabelecer as zonas de proteção para a população civil na Síria estaria relacionada com a densidade demográfica nas províncias sírias.

Figura 27 – Mapa da Densidade Populacional na Síria



Fonte: BEST COUNTRY REPORTS, 2007.

A Zona de Proteção de Daraa não poderia ser criada na cidade de Daraa, pois esta possui alta densidade populacional, cerca de 1.000

habitantes por km². Enquanto que o restante da Província possui densidade de 250 por km² (Figura 27)²²³.

A cidade de Darra vem enfrentando falta de fornecimento de água desde o início dos conflitos, inclusive, os abrigos criados em escolas pela UNICEF (KANAWATI, 2013).

Além da água, também haveria a falta de combustível para os veículos, o acúmulo de lixo, o fechamento de lojas, o corte de energia elétrica, a falta de trigo para fazer pão e clínicas e hospitais trabalhando no seu limite (KANAWATI, 2013).

A densidade populacional na cidade de *Esal El-Ward* é de 100 habitantes por km² (Figura 27), o que não seria um obstáculo para a criação da Zona de Proteção de Esal El-Ward como já seria para a Zona de Proteção de Daraa. Não há relatos sobre a situação da infraestrutura dessa região após a deflagração do conflito civil.

Enquanto que a cidade de Al-Bawdah possui baixa densidade demográfica, 25 habitantes por km² (Figura 27), a qual a tornaria mais propensa ao estabelecimento da Zona de Proteção de Al-Bawdah.

Esta zona poderia receber um contingente maior de civis, sem que acarretassem prejuízos para aqueles que já se encontrassem naquela cidade no aumento territorial da mesma.

Poder-se-ia inferir que ao mesmo tempo em que em a Zona de Proteção de Al-Bawdah não iria agravar as condições economias, políticas e sociais destinados para a população local. A população civil síria poderia não conseguir viver nessa região, uma vez que os beduínos árabes muçulmanos são as poucas pessoas que conseguem viver nas condições do deserto sírio (ABDUL-KARIM, 2004).

A condição de área sem importância militar que, para Pictet (1958), os Estados teriam como saber quais seriam as áreas que teriam

²²³ Em relação a outras regiões da Síria, a Figura 27 mostra que a densidade populacional com mais de 1.000 pessoas por km² está na divisa com as Colinas de Golã e nas cidades de Daraa e Nawa, na Província de *Quneitra* (*Al Qunaytirah*), na cidade de *Tadmu* e na capital da Província de *Homs* (*Hims*), uma parte da costa das Províncias de *Tartus* e de *Latakia* (*Al Ladhiqiyah*), na cidade de *Salamiyah* e na capital da Província de *Hama*, na região onde estaria localizada a Represa *Al-Tabkha* na Província de *Ar Raqqah* e na cidade de *Al Qamishli* (norte) e na capital da Província de *Al-Hasakah*. A capital de Damasco e seus arredores, as cidades de *As Safirah*, *Al Bab* e *Manbij*, e a capital da Província em *Aleppo*, as cidades na Província de *Ar Raqqah*, como a capital, *Hawijat Shannan*, *Judaydat Ghayt* e *Ma'din*, na região ao redor da capital da Província de *Deir ez-Zor*, a densidade demográfica seria de 250 habitantes por km². A densidade populacional de 100 habitantes por km² abrange o maior número de Províncias que são *Quneitra*, Damasco (capital do país), *Rif Damasco*, *Tartus*, *Latakia*, *Hama*, *Idlib*, *Aleppo*, *Ar Raqqah*, *Al Hasakah*.

maiores ou menores probabilidades de que fossem atacadas ou utilizadas para objetivos militares.

Outras áreas de um Estado podem ser mais difíceis de identificar em um primeiro momento, uma vez que não é possível prever as estratégias militares que os beligerantes vão usar durante o conflito (PICTET, 1958).

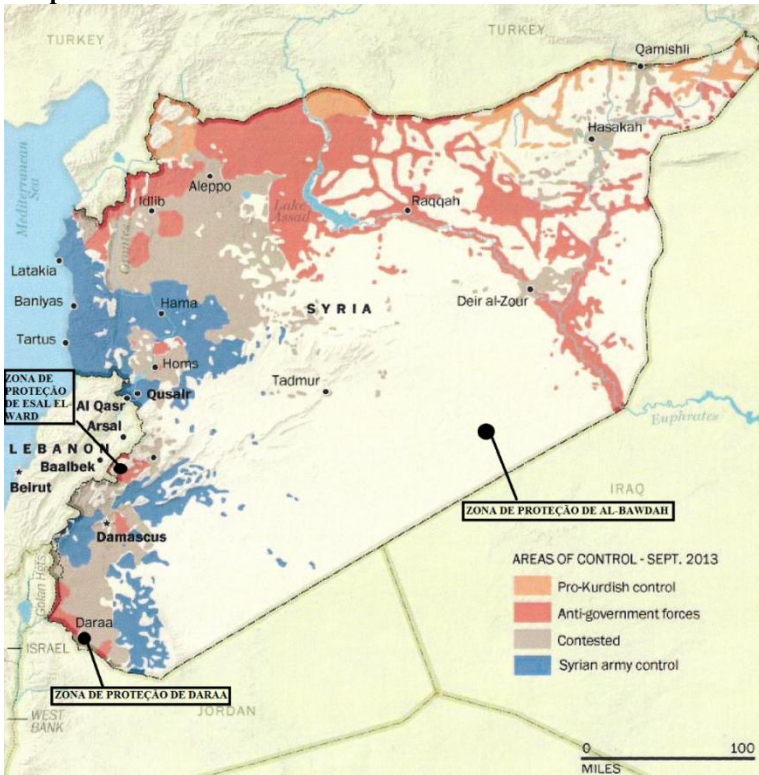
Para SANDOZ *et al.*, “as circunstâncias da guerra podem mudar muito rapidamente e um edifício ou instalação que, inicialmente, não tem qualquer interesse militar pode, rapidamente, se tornar um dos principais objetivos militares” (1987, p. 693, tradução nossa).

As zonas de proteção criadas pelo CICV, os ORCs (Sri Lanka-1990) e UNHUCs (Iraque-1991) estiveram localizadas em locais ‘neutros e imparciais’ para o estabelecimento das zonas de proteção, tendo em vista os aspectos políticos, culturais, geopolíticos e históricos dos Estados em questão, contribuindo para que não fossem atacadas.

Em relação ao conflito civil na Síria, a Figura 28 mostra onde estão localizadas as áreas de domínio das forças armadas e dos grupos rebeldes, sendo que a concentração dos confrontos está na parte ocidental da Síria²²⁴.

²²⁴ O mapa da Figura 28 é de setembro de 2013, mas as mudanças das áreas dominadas e contestadas modificaram desde então.

Figura 28 - Áreas de Domínio das Forças Armadas Sírias e das Forças dos Grupos Rebeldes



Fonte: YALIBNAM, 2013.

Poder-se-ia inferir que tais áreas de domínios seriam consideradas importantes militarmente.

As forças governamentais (cor azul) estão concentradas na Província *As Suwayda*, na parte oeste de *Rif Damasco*, toda a Província de *Tartus* e quase toda a Província de *Latakia* e parte das Províncias de *Homs* e *Hama*.

As áreas de domínio dos grupos dos rebeldes (cor vermelha) estão localizadas nas Províncias de *Idlib*, *Aleppo* na parte noroeste da Síria, na Província de *Ar-Raqqah*, na parte central-norte e ao sudoeste da Província de *Al Hasakah* e ao sudeste da Província de *Deir ez-Zor*.

As áreas contestadas (cor marrom) pelas partes envolvidas no conflito estão concentradas na Província de *Daraa*, na capital de *Damasco* e seus arredores, Províncias de *Idlib*, *Aleppo* e algumas áreas

como nas cidades de *Deir ez-Zor* e *Al Hasakah*, respectivamente nas províncias de mesmo nome.

Já, as áreas controladas pelos grupos pró-curdos (cor laranja) estão localizadas ao norte da Síria, ao longo de quase toda a fronteira com a Turquia, concentradas na Província de *Aleppo* e de *Al Hasakah*, e a noroeste na fronteira com o Iraque, na Província de *Al Hasakah*.

Assim, poder-se-ia dizer que a Síria foi dividida em três áreas de combate: a Síria ocidental, proeminência do governo Bashar al-Assad, a região centro-norte árabe e o norte curdo, predomínio dos rebeldes.

Importante destacar que a Zona de Proteção de Daraa é palco permanente dos confrontos entre as partes envolvidas no conflito, pois ela é uma área de grande importância militar para os grupos rebeldes, diferentemente das outras duas zonas de proteção, a de Esal El-Ward e a de Al-Bawdah.

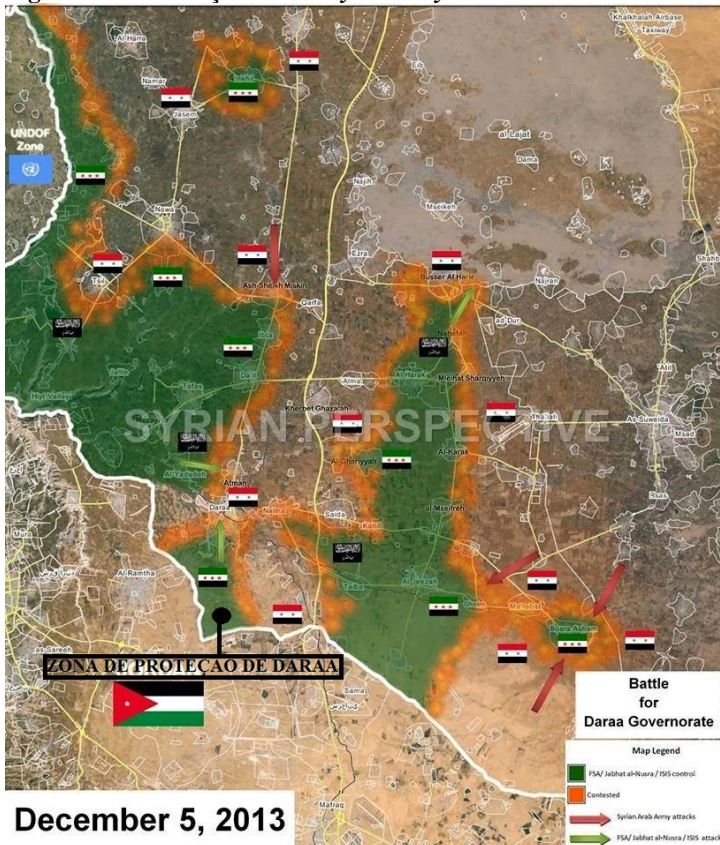
Além da cidade de Daraa ser considerada um ‘corredor seguro’ (SYRIA: DIRECT, 2013), ela também está próxima da fronteira jordaniana, o qual poderia ‘facilitar’ o fornecimento de armas aos rebeldes (HUBBARD, 2014).

Os grupos rebeldes que atuam nessa província são: *Al Nusra Front*, *Ahfad al-Rasoul Brigade*, *Free Syria Army*, *Islamic Front*, *Supreme Military Council* e *Yarmouk Martyrs’ Brigade* (Figura 16).

O grupo rebelde que está mais presente na da cidade de Daraa é o *Free Syria Army* como em outras partes da Província de *Daraa* (cor verde – Figura 29). Logo, referido grupo rebelde estaria localizado perto da Zona de Proteção de Daraa.

E, as partes na cor laranja representam as áreas contestadas pelo governo e pelos grupos rebeldes.

Figura 29 – Presença do Free Syria Army na Província de Daraa



Fonte: SYRIAN PERSPECTIVE, 2013.

No mesmo mês que houve a II Conferência de Genebra sobre a Síria, em fevereiro de 2014, o *Free Syria Army* anunciou a Batalha ‘Genebra de Houran’²²⁵, em 1º de fevereiro de, como resposta à recusa do governo sírio em negociar seriamente com a oposição (LABROUSSE, 2014).

Referida Batalha foi uma operação em conjunto entre aquele grupo rebelde e os grupos islâmicos, como *Islamic Front* e a *Al Nusra Front* (LABROUSSE, 2014).

²²⁵ O nome da batalha seria em homenagem a uma região ao sul da Síria que em árabe seria chamada de Maarakat Genev Houran (LABROUSSE, 2014).

Outra área estratégica perto da área onde seria criada a Zona de Proteção de Daraa são as Colinas de Golã. A distância da cidade de Daraa até as Colinas de Golã é em torno de 41,8 km (GOOGLEMAPS, 2014-g).

Desde que a família al-Assad chegou ao poder, ela procurou conter ataques na região das Colinas de Golã (OPALL-ROME, 2014). Mas, após 2011, as forças governamentais estariam deixando desprovida essa área, acarretando em incursões de centenas de civis (OPALL-ROME, 2014).

Logo, poder-se-ia citar que um dos efeitos diretos dos confrontos na Província de Daraa significou a intensificação da mobilização militar de Israel nas Colinas de Golã, com a colocação de mais minas terrestres, postos de observações adicionais e cercas mais altas (OPALL-ROME, 2014).

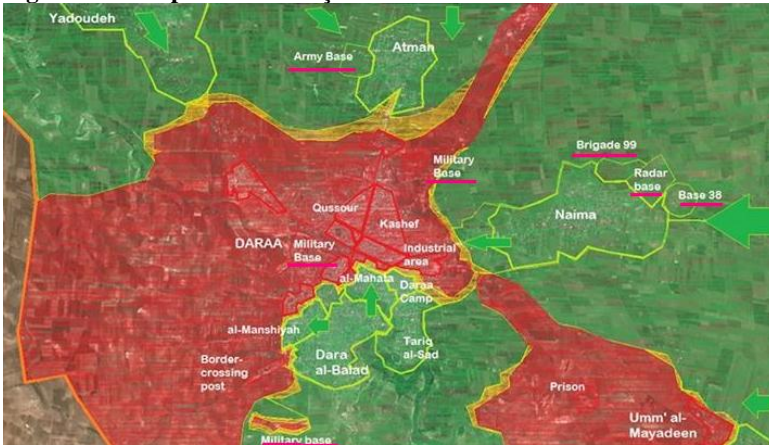
Em relação à condição de afastada ou livre de estabelecimentos militares e ou administrativos, não há uma norma que defina qual seria a distância das zonas de proteção para a população civil dos referidos estabelecimentos e instalações (PICTET, 1958).

Todavia, poder-se-ia usar como base o Projeto de 1938 que determinou a distante de um raio de 5 km das estações de transmissões.

As forças aéreas do governo estão concentradas principalmente nas Províncias de *Daraa, Damasco, Homs, Tartus, Latakia, Hama e Aleppo* (O'BAGY; HARMER; DUPREE; DURFEE, 2013).

A região onde seria estabelecida a Zona de Proteção de Daraa conteria instalações militares do governo. Inclusive, tais instalações estão presentes dentro da cidade de Daraa e seus arredores (traço *pink* – Figura 31).

Figura 30 – Mapa das Instalações Militares do Governo Sírio

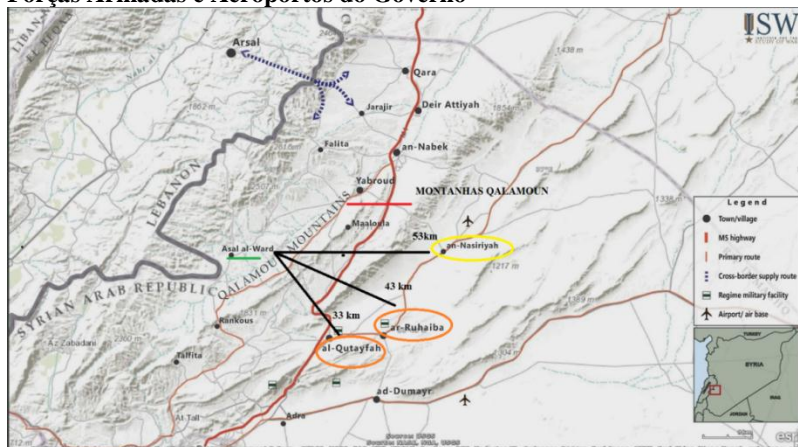


Fonte: LABROUSSE, 2013.

Por exemplo, desde o verão de 2013, *Atman*, subúrbio de Daraa, vem sendo atacado. Uma base militar do governo que se encontrava ali estaria nas mãos dos rebeldes (circulado vermelho) (LABROUSSE, 2014).

A Zona de Proteção de Esal El-Ward estaria localizada em uma área que possui quatro instalações militares do governo ao sul da Área de *Qalamoun*. Uma em *al-Qutaytah*, outra em *ar-Ruhaiba* (círculo laranja – Figura 32) e duas ao sul dessas duas cidades.

Figura 31 - Localização de Áreas Próximas as Instalações Militares das Forças Armadas e Aeroportos do Governo



Fonte: NASSIEF, 2012.

A distância da Zona de Proteção de Esal El-Ward para *al-Qutayfah* seria de 32,3 km (GOOGLEMAPS, 2014-i), para *ar-Ruhaiba* seria de 42,5 km (GOOGLEMAPS, 2014-j) e para *an-Nasiriyah* seria de 53 km (GOOGLEMAPS, 2014-k). Com exceção desta última, as duas primeiras estariam a menos de 50 km.

A Zona de Proteção de Esal El-Ward também estaria próxima de um aeroporto ao leste em *an-Nasiriyah* (círculo amarelo). Essa área havia sido tomada pelos rebeldes. Mas, em março de 2014, ela foi retomada pelas forças armadas do governo e o Hezzbollah (DANIELS, 2014).

A Zona de Proteção de Al-Bawdah cumpriria integralmente a condição, pois a zona está afastada ou livre de estabelecimentos militares e ou administrativos (Figura 30).

3.5 AS CONDIÇÕES DO PARÂMETRO DE DESMILITARIZAÇÃO PARA O CASO SÍRIO

As condições do parâmetro de desmilitarização identificadas no contexto histórico-normativo são: a) **evacuação de armas e equipamentos móveis militares**, b) **nenhuma atividade vinculada às operações militares**, c) **não ser usadas para objetivos militares**, d) **a população civil não poder executar atividades com objetivos militares dentro ou fora das zonas**, e) **não ser defendidas por meios**

militares e, f) as linhas de comunicações e de transportes não podem ser usadas para objetivos militares. Tais condições serão verificadas no caso sírio.

Algumas das condições do parâmetro de desmilitarização citadas acima foram empregadas pela primeira vez na Zona Jacquinot como a remoção de objetos militares, a não utilização das linhas de comunicação e de transporte que passavam pela referida Zona, a proibição da entrada de tropas, a proibição da execução de atividades relacionadas a objetivos militares e não defendê-la militarmente.

Situação oposta foi o caráter militar da Zona de Nanquim, pois nela havia instalações militares e administrativas e a presença de tropas chinesas e, assim, foi atacada pelo Japão, por não apresentar caráter exclusivamente civil.

O CICV também buscou aplicar aquelas condições na zona neutra de segurança em Jerusalém (1948), ao desmilitarizar os edifícios e ao proibir a entrada de armas e munições no interior dela.

E, também, as zonas de proteção criadas pelo CICV no período entre 1971 a 1992 que buscaram primar pela desmilitarização das mesmas.

A condição de evacuação de armas e equipamentos móveis militares demonstraria que a zona de proteção não estaria fazendo parte do conflito, mas que a sua função seria a proteção de civis.

A Zona Jacquinot em 1937, na Zona de Segurança de Jerusalém em 1948 e nas zonas de proteção estabelecidas pelo CICV entre as décadas de 1970 a 1990 obtiveram sucesso na evacuação de armas e equipamentos móveis militares.

Diferentemente, das zonas de proteção criadas pelo CSNU que não conseguiram remover objetivos militares e, inclusive, permitiram o acesso de armas e equipamentos móveis militares no interior das zonas.

Poder-se-ia inferir que poderia haver dificuldades no cumprimento total dessa condição na Zona de Proteção de Daraa, uma vez que a localização de tal zona está em uma área altamente contestada, existindo instalações militares tanto por parte do governo quanto por parte dos grupos rebeldes.

Em relação à Zona de Proteção de Esal El-Ward, poder-se-ia deduzir que ela teria mais facilidade no cumprimento dessa condição se comparado com a Zona de Proteção de Daraa, uma vez que não há instalações militares do governo e de grupos rebeldes nas proximidades.

Embora, os grupos rebeldes estejam presentes na cidade de *Esal El-Ward*, o estabelecimento da Zona de Proteção de Esal El-Ward poderia ser em alguma área que não houvesse a necessidade de

evacuação de armas e equipamentos móveis militares, já que estes não estariam presentes ali.

A Zona de Proteção de Al-Bawdah conseguiria cumprir na íntegra a condição de evacuação de armas e equipamentos móveis militares, pois não há a presença de instalações militares pertencentes ao governo e nem dos grupos rebeldes na região.

A condição de nenhuma atividade vinculada às operações militares está diretamente relacionada com a condição anterior.

Assim, haveria dificuldade em restringir atividades vinculadas às operações militares na Zona de Proteção de Daraa e na Zona de Proteção de Esal El-Ward por causa dos confrontos que estão ocorrendo. Mas não na Zona de Proteção de Al-Bawdah quando há ausência de confrontos.

Se a Zona de Proteção de Daraa, a Zona de Proteção de Esal El-Ward e a Zona de Proteção de Al-Bawdah conseguissem evacuar as armas e equipamentos móveis militares e não realizassem nenhuma atividade vinculada às operações militares, as três zonas não seriam usadas para objetivos militares.

Em relação à condição das zonas não poderem ser defendidas por meios militares, contribuiria para não fomentar a percepção errônea de que tais zonas poderiam vir a ser utilizadas como parte das operações militares, resultando na transformação delas em potenciais alvos perante as Partes adversas.

Se, as partes envolvidas no conflito consentiram na criação das zonas de proteção, estas não precisariam ser defendidas por meios militares para fazer a segurança delas como o uso de armas para defesa antiaérea. Mas, para Pictet (1958), poderiam ser construídos abrigos antiaéreos.

As zonas de proteção criadas pelo CSNU foram defendidas por meios militares, assim, poder-se-ia inferir que referida ‘militarização’ das mesmas foi percebida como uma ameaça militar às Partes adversas no conflito.

É importante destacar que devido à natureza do conflito na Guerra da Bósnia, o CICV defendeu a possibilidade de que houvesse um destacamento militar, no sentido de que as zonas fossem defendidas militarmente (SANDOZ, 1995), sendo que citado destacamento não estaria previsto no DIH.

Essa ‘nova’ condição do parâmetro de desmilitarização para proteger o perímetro das zonas poderia ser considerada original e adaptada a um conflito que tinha como finalidade a limpeza étnica.

Essa atitude do CICV foi respaldada nas declarações do seu Presidente, Cornelio Sommaruga, que, de certa forma, tornou a participação da Cruz Vermelha politizada, ao clamar para as Nações Unidas que intervissem militarmente nesse conflito (MOONEY, 1995).

Uma alternativa ao envio de um destacamento militar para a defesa das zonas de proteção seria a utilização dos Recursos Militares e Defesa Civil das Nações Unidas (UNMCDA) como opção para executar a defesa militar das zonas de proteção. A presença do UNMCDA aconteceria mediante o consentimento de todos os envolvidos no conflito.

Se as zonas de proteção fossem estabelecidas nas zonas de combate, o controle delas poderia ficar sob a responsabilidade de um comandante da defesa civil, assim, a “UNMCDA deve sempre permanecer sob controle civil” (IASC, 2003, p. 12, tradução nossa). Mas a escolha do comandante também deveria ser acordada com todas as partes envolvidas no conflito.

A preferência pelo emprego de pessoal civil ao invés de militar na defesa das zonas de proteção na Síria poderia evitar a controvérsia sobre o cumprimente fiel do parâmetro de desmilitarização que prevê o caráter civil das zonas.

E, casos os militares fossem destacados para defender as zonas, não poderiam ser aqueles que de alguma forma já teriam atuado contra uma ou todas as partes em confrontos anteriores (CHIMNI, 1995).

Levando em consideração que a Zona de Proteção de Daraa e a Zona de Proteção de Esal El-Ward estão ocorrendo confrontos, poder-se-ia inferir que seria mais difícil com que as partes concordassem com um comandante militar. Diferente, da Zona de Proteção de Al-Bawdah que estaria localizada longe do conflito sírio.

Assim, a segurança não seria exercida pelo Estado como previsto nas regras da UNMCDA, mas sim por um comandante alheio às partes no conflito civil na Síria, para que as zonas de proteção não fossem utilizadas pelo governo sírio como um artifício militar.

A condição da população civil de não poder executar atividades com objetivos militares dentro ou fora das zonas, contribuiria para manter o caráter civil tanto das zonas quanto da própria população civil protegidas no interior delas.

Entretanto, para Pictet (1958), o caráter da produção de alguns produtos como, por exemplo, a produção de carros, que poderia ser utilizada tanto para fins civis quanto para objetivos militares.

Assim, certas atividades poderiam gerar dúvida quanto à execução delas como objetivos exclusivamente civis ou como objetivos militares.

Utilizando outro exemplo, mais próximo da realidade síria, que seria a agricultura. A Zona de Proteção de Daraa e a Zona de Proteção de Esal El-Ward estão localizadas em áreas agrícolas, mas que estão em constantes confrontos.

Caso, as duas zonas de proteção plantassem alimentos, estes poderiam ser utilizados para a autossuficiência das zonas, mas também para fornecer alimentos para as forças governamentais e para os grupos rebeldes.

Enquanto que o cultivo agrícola na Zona de Proteção de Al-Bawdah poderia ser percebido mais para a autossuficiência, já que não haveria confrontos nessa região.

Assim, o tipo de atividade que seria executada no interior das zonas de proteção deveria ser supervisionado, para eu não gerassem dúvida quanto ao caráter civil das zonas.

A condição concernente às linhas de comunicações e de transportes não poderem ser usadas para objetivos militares como as estradas que poderiam ser utilizadas tanto para a passagem de veículos militares quanto para a entrega de equipamento militar ou envio de tropas (PICTET, 1958).

Assim, as citadas linhas deveriam continuar sendo utilizadas para a inter-relação entre as atividades referentes ao trabalho, ao estudo, ao lazer, a residência e etc.

Como já explicado na parte da geografia do transporte que integra a condição de delimitação geográfica precisa, tanto a Zona de Proteção de Daraa e a Zona de Proteção de Esal El-Ward estão próximas da rodovia M5 que vem sendo utilizada pelas partes envolvidas no conflito (Figura 19).

Assim, dever-se-ia buscar outras linhas de transportes que seriam utilizadas para a ajuda humanitária, no sentido de prover as zonas com os produtos que estas necessitassem, bem como o deslocamento da população civil até as zonas.

Em relação à Zona de Proteção de Al-Bawdah, não há linhas de comunicação e de transportes importantes que passam pela cidade de Al-Bawdah (Figura 19), havendo baixa probabilidade de desvirtuar o caráter das linhas de civil para militar.

Diante do exposto, para que as zonas de proteção tenham caráter exclusivamente civil às condições do parâmetro de desmilitarização deverão ser integralmente respeitadas.

Referido caráter já está pacificada na literatura conforme Landgren (1995), Sandoz (1995), Chimni (1995), Helton (2002), Hyndman (2003), Long (2003), Yamashita (2004), McQueen (2005). Caso contrário a:

[...] perda de neutralidade pode resultar em trabalhadores humanitários se tornariam alvos diretos dos beligerantes e é negado o acesso à população afetada, não só na emergência atual, mas também em futuras crises humanitárias. Além disso, a perda da neutralidade pode tornar a população afetada um alvo direto dos beligerantes (IASC, 2003, p. 12, tradução nossa).

Desse modo, evitar-se-ia a repetir os eventos ocorridos em Srebrenica e em Ruanda, utilizando de modo análogo o título de Fiona Terry, *‘Condenados a repetir: o paradoxo da ação humanitária’* (2002), uma vez que a partir de uma ação positiva, a ajuda humanitária, poderia gerar consequências negativas, como ataque às zonas de proteção.

3.6 AS CONDIÇÕES DO PARÂMETRO DE POLICIAMENTO INTERNO PARA O CASO SÍRIO

As condições do parâmetro do policiamento interno que foram identificados ao longo do contexto histórico-normativo são: a) **porte de armas leves** e b) **emprego de policiais civis que não integram nenhuma das partes envolvidas no conflito**. Estas duas condições serão analisadas no caso sírio.

A condição referente ao porte de armas leves deveria constar no acordo de criação de zonas de proteção como ocorreu na Guerra Sino-Japonesa, em que o governo japonês autorizou o uso de armas leves pelos policiais chineses na Zona Jacquinet. E, também no MDE acordado entre o governo do Iraque e o Secretário-Geral das Nações Unidas em 1991.

No caso sírio, a utilização de armas leves seria um indicativo de que os policiais não estariam integrando o conflito, uma vez elas seriam usadas somente para a legítima defesa dos policiais e para a segurança dos civis, bem como das pessoas que trabalhariam no funcionamento das zonas de proteção na Síria.

A condição relacionada ao emprego de policiais civis que não integram nenhuma das partes envolvidas no conflito permitiria manter o caráter de neutralidade, de imparcialidade e de humanitariedade.

Se, de um lado houve a aplicação efetiva dessa condição pelas autoridades japonesas na Zona Jacquinot, concordando com o emprego de refugiados russos²²⁶ no aumento da segurança dessa zona de proteção.

Por outro lado, as partes envolvidas na Guerra Civil Espanhola não chegaram a um consenso sobre quem executaria a função do policiamento na Zona de Segurança de Madrid.

Assim, para que houvesse a concordância de todos os integrantes no conflito sírio, a função de policiamento seria executada por policiais civis ²²⁷ estrangeiros, pois os policiais sírios também compõem as forças armadas do governo sírio (PHILLIPS, 2010).

A preferência por policiais civis ao invés de policiais militares é que o emprego destes poderia gerar controvérsias.

Uma dessas controvérsias estaria relacionada com o status dos policiais militares caso a localidade onde eles se encontrassem fosse ocupada por tropas inimigas.

Eles seriam considerados prisioneiros de guerra (SANDOZ *et al.*, 1987), enquadrando-se nas normas da CG III Ou, se enquadrariam no art. 3 comum às Quatro Convenções de Genebra de 1949.

A solução para esse impasse seria o emprego de policiais civis, pois eles seriam considerados civis e poderiam ser tutelados de acordo com a III Parte referente ao Status e Tratamento de Pessoas Protegidas na CG IV.

Outra controvérsia diria respeito às zonas de proteção estabelecidas pelo CSNU que foram criadas mediante intervenções militares.

Poder-se-ia inferir que, a militarização na execução das operações se estendeu para o policiamento interno, indo além das funções deste de manter a lei e a ordem. E, se poderia deduzir que tal

²²⁶ Poder-se-ia inferir que a concordância do Japão em relação aos russos era que estes não estavam participando direta e/ou indiretamente na guerra. Além de que os russos seriam percebidos como civis e não como militares.

²²⁷ Observa-se que as forças policiais de muitos Estados se diferenciam entre civis e militares, como no Brasil há a Polícia Civil e a Polícia Militar, em Portugal existem a Polícia de Segurança Pública e a Guarda Nacional Republicana e na França a *Police Nationale* e a *Gendarmerie Nationale*. Em outros, há somente polícia composta por militares, como na Coreia do Norte e em Cuba.

policciamento acabou se tornou parte no conflito, transformando seu caráter de imparcial para parcial.

Para evitar esta controvérsia, os referidos policiais não poderiam atuar ostensivamente no interior das zonas de proteção contra as partes envolvidas no conflito. Sua atuação ficaria restrita a legítima defesa e a segurança das zonas.

A execução da condição do policiamento interno poderia ocorrer de duas formas. A primeira poderia ter como base o MDE entre o governo do Iraque e o Secretário-Geral das Nações Unidas em 1991.

Os guardas das Nações Unidas destacados para aquele país não representaram uma ameaça militar ao governo iraquiano, uma vez que foi um contingente pequeno, de 500 guardas (COTRAN, 1995), portando armas leves (HELTON, 2002). Mas, não há referência sobre as nacionalidades dos guardas destacados para referida missão.

Observar-se-ia que o Iraque teria mais a perder com a presença de força policial externa, já que esta poderia vir a tentar alguma ação contra o governo em questão. Mas, mesmo assim, este autorizou o deslocamento de policiais, podendo inferir que o governo iraquiano entendeu que referidos policiais agiram de modo neutro, imparcial e humanitário.

O número de policiais deveria ser compatível com a quantidade de pessoas que seriam abrigadas nas zonas, a fim de que aqueles pudessem realizar a sua tarefa de modo satisfatório.

A quantidade de policiais que poderia ser destacada seria de 300 para cada 100.000 pessoas, com base numa média mundial das Nações Unidas (UNODC, 2010).

Se a estimativa populacional de um campo de refugiados é de 20 mil pessoas (NRC, 2008). E, se tiver como padrão essa quantidade populacional para as zonas de proteção estabelecidas na Síria seriam, então, necessários 60 policiais.

O número de policiais foi insuficiente em Ruanda, pois 1850 tropas foram deslocadas para as Zonas Humanitárias Seguras que estavam abrigando 1,2 a 1,5 milhão civis (KUPERMAN, 2001). Segundo a estimativa acima deveriam ser 3600 e 4200 tropas respectivamente.

De acordo com Kuperman (2001), a insuficiência de tropas no interior das Zonas Humanitárias Seguras não permitiu que elas exercessem de modo apropriado à função de manter a lei e a ordem.

A contribuição de policiais poderia vir dos Estados-membros das Nações Unidas. Entretanto, os países-membros permanentes do Conselho de Segurança não poderiam contribuir com efetivos, pelas

mesmas razões elencadas na seção supracitada referente “As condições do parâmetro de acordo”.

Assim, outros Estados poderiam contribuir com policiais, desde que não tivessem qualquer envolvimento ou com o governo sírio ou com os grupos rebeldes ou com ambos.

Um exemplo é o Brasil que já vem contribuindo com polícias para as Nações Unidas através da ‘Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti’ (MINUSTAH)²²⁸ que desde 2004 já enviou mais de 13 mil militares brasileiros (ITAMARATY, s.d.).

Em relação ao custeio dos encargos financeiros, também poderia inferir que ficaria a cargo tanto do Estado ou dos Estados que contribuíssem com as tropas em parceria com as Nações Unidas.

Ainda citando o exemplo da MINUSTAH, desde o início da missão, o Brasil investiu mais de R\$ 2 bilhões reais e recebeu das Nações Unidas um pouco menos de R\$ 800 milhões reais (GOMBATA, 2014).

A segunda alternativa poderia ser a formação de uma ‘patrulha de segurança da comunidade’ que seria composta por civis, mas, também, haveria a possibilidade de cooperação com a polícia (NRC, 2008).

Os civis receberiam treinamento adequado relativo aos princípios básicos de aplicação da lei e seriam supervisionados, monitorados e devidamente equipados (NRC, 2008, p. 369).

Para o *Norwegian Refugee Council* (2008) deveria ser incentivada a criação de patrulhas de segurança da comunidade.

Compartilhar-se-ia dessa mesma opinião, uma vez que a execução da função de policiamento através de civis solidificaria o caráter civil das zonas de proteção e não seria percebida como parte no conflito como a Zona de Proteção de Daraa e a Zona de Proteção de Esal El-Ward onde há intensos confrontos.

As condições do parâmetro do policiamento interno no contexto sírio poderiam apresentar algumas dificuldades na sua efetividade durante o conflito.

A primeira dificuldade seria a dificuldade na distinção entre os civis dos grupos rebeldes, pois estes não usam uniformes, mas usam roupas de civis.

²²⁸ No dia 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a Resolução nº 1542 que autorizou a criação da MINUSTAH (ITAMARATY, s.d.). Esta tem o objetivo de dar assistência ao governo do Haiti, principalmente com a formação de uma Polícia Nacional Haitiana, já que o país não tem Forças Armadas (ITAMARATY, s.d.). Desde 2004, o número de policiais aumentou de cinco mil para 11 mil (ITAMARATY, s.d.).

A não utilização de um uniforme que caracterizasse os rebeldes foi mencionada no Capítulo 1 sobre a diferença entre soldados e combatentes, em que os grupos rebeldes se enquadrariam neste último.

A segunda dificuldade estaria relacionada diretamente com a primeira, pois, também como já analisado no parâmetro da desmilitarização, os grupos rebeldes estariam portando armas ‘pesadas’, sendo que estas poderiam adentrar nas zonas de proteção.

Referido fato foi possível verificar pelas fotos tiradas durante os confrontos que mostram que os rebeldes têm granadas de mãos e lança-granadas (WEZEMAN, 2013). Além de que eles estão capturando os armamentos das forças armadas sírias (WEZEMAN, 2013).

Assim, a probabilidade dos grupos rebeldes adentrarem na Zona de Proteção de Daraa e na Zona de Proteção de Esal El-Ward, portando armamento pesado seria grande. Mas, seria pequena concernente a Zona de Proteção de Al-Bawdah.

A terceira dificuldade estaria relacionada com uma situação hipotética formulada por Pictet em 1958 que estaria além daquela função do policiamento interno.

A situação seria a necessidade de um grande contingente de força policial para que pudesse conter um fluxo intenso de pessoas que não tivessem permissão para adentrar nas zonas de proteção (PICTET, 1958).

A possibilidade da ocorrência de um fluxo em massa de civis em busca de proteção nas zonas de proteção seria muito grande, uma vez que os confrontos já provocaram o deslocamento interno de 4.25 milhões sírios (UNHCR, 2014-a).

Atualmente, a Síria é o primeiro país no mundo em deslocados internos²²⁹ (IDMC, 2014). Os deslocamentos seriam agravados pelo uso de bombas de barris²³⁰ pelo governo sírio (FAKIH, 2014).

Assim, a Síria poderia ser o primeiro conflito onde seria aplicada uma nova condição à função do policiamento interno que seria a verificação de quem poderia ser admitido nas zonas de proteção para a população civil.

²²⁹ Em seguida viriam: República Democrática do Congo com um milhão, República Centro Africana com 935 mil, Nigéria com 470.500, Sudão com 470.000, Sudão do Sul com 383.000, Filipinas com 327.000, Etiópia com 178.000, Colômbia com 157.000, Paquistão com 140.000, Afeganistão com 124.000 e Mali com 123.000 (IDMC, 2014).

²³⁰ O CSNU, por meio da Resolução 2139 do CSNU, de 22 de fevereiro de 2014, condenou pela primeira vez os ataques indiscriminados contra civis, inclusive aqueles que utilizam bombas de barril, exigindo que os ataques cessassem (UNSC, 2014). Das 14 províncias, a que mais foi alvo das bombas de barris foi a Província de *Aleppo* nas cidades de *Aleppo*, de *Heitan*, de *Marea* e de *Tal Rifaat* (FAKIH, 2014).

3.7 AS CONDIÇÕES DO PARÂMETRO DE SINALIZAÇÃO PARA O CASO SÍRIO

As condições do parâmetro de sinalização identificadas no contexto histórico-normativo são: a) **combinada entre as Partes**; b) **tipo**, c) **claramente visível**; d) **colocação nos perímetros e limites das zonas**; e) **iluminação diurna e noturna**. Referidas condições serão analisadas no conflito civil sírio.

A importância da sinalização permite diferenciar as zonas de proteção e as localidades para a população civil das dos militares.

No caso sírio, a condição de da sinalização combinada entre as Partes poderia ser acordada durante as negociações.

Para Michael Bothe (1982), a partir do momento que a escolha do tipo de sinalização recaísse para as partes envolvidas no conflito, poderia facilitar a improvisação da mesma no ‘calor do conflito’.

Importante destacar que deveria ser o uso do emblema da Cruz Vermelha que está mais relacionada com a ajuda e assistência médica do que com a zona de proteção para a população civil. Embora, tal emblema, já tenha sido utilizado na Zona Jacquinet, na Zona de Nanquim e na zona neutra de segurança em Jerusalém (1948).

O tipo de sinalização que poderia ser empregada poderia ser aquela prevista no Projeto de Acordo na CG IV que são ‘faixas vermelhas oblíquas sobre um fundo branco’.

A quantidade de faixas não foi especificada por esse artigo, mas, de acordo com Pictet, poderia ser usada a mesma quantidade de faixa que o emblema da Associação Internacional de Zonas de Genebra que são duas (1958, p. 634, nota de rodapé nº 1).

Outro tipo de sinalização que poderia ser utilizada poderia ser aquela proposta pelo Relatório das Nações Unidas (UNGA, 1970) que tem como base o art. 16 da Convenção de Haia de 1954 que é “um escudo em ponta para baixo, partido em aspa, azul e branco” (BRASIL, 1956).

Ou, poderia ser empregado o emblema do ACNUR, já que ele seria o responsável pelas negociações e supervisão das zonas de proteção. O ACNUR já usou o seu emblema no Santuário de Madhu no Sri Lanka em 1990.

Referida escolha estaria respaldada nas ‘Diretrizes sobre a utilização de recursos militares e da proteção civil para apoiar as atividades humanitárias das Nações Unidas em emergências complexas’ que declarou que “os meios aceitáveis para distinguir UNMCDA de segurança e das forças envolvidas em operações militares [seriam] os

emblemas da agência humanitária das Nações Unidas ou o uso de emblemas de defesa civil acordados nas Convenções de Genebra” (IASC, 2003, p. 12, tradução nossa).

No conflito civil na Síria, o emblema escolhida poderia ser um tipo de sinalização que ambas as Partes conseguiriam identificar como neutra e que não remeteria a um algo importante para uma das Partes.

Recomendar-se-ia que não fossem utilizadas bandeiras nacionais, como a bandeira síria, ou emblemas de grupos rebeldes que estivessem atuando na Síria.

Também, recomendar-se-ia que não fosse empregada a bandeira do Crescente Vermelho Árabe Sírio, pois como há etnias não árabes na Síria, como os curdos, se poderia inferir que tal emblema não representaria a totalidade das etnias.

O emblema do ACNUR poderia seria utilizado nas três zonas de proteção a de Daraa, a de Esal El-Ward e a de Al-Bawdah, se as partes envolvidas no conflito concordassem.

A condição de sinalização claramente visível permitiria que as Partes integrantes no conflito visualizassem em quais áreas das cidades sírias estariam localizadas a Zona de Proteção de Daraa, a Zona de Proteção de Esal El-Ward e a Zona de Proteção de Al-Bawdah.

Na zona de segurança criada pelo CICV ao redor do Hospital de Jaffna no Sri Lanka, não foi possível identificar se houve o emprego de algum tipo de sinalização pelo CICV, mas foi acordado entre o governo e os LTTEs de que a “área fosse claramente marcada, de tal forma que ela pudesse ser facilmente identificada, tanto a partir do solo quanto do ar” (HENCKAERTS; DOSWALD-BECK, 2005, p. 682, tradução nossa).

Esta condição está intrinsecamente relacionada com a condição da colocação da sinalização nos perímetros e limites das zonas. Considerando que a partir do momento que a sinalização estivesse claramente visível, as Partes envolvidas no conflito evitariam confrontar-se nas proximidades das zonas de proteção.

A Zona de Proteção de Daraa e a Zona de Proteção de Esal El-Ward poderiam apresentar dificuldades em relação ao respeito da sinalização nos perímetros e nos limites das zonas, mesmo com o emblema, pois as operações militares nessas áreas seriam intensas. Enquanto que na Zona de Proteção Al-Bawdah, o respeito seria alcançado devido à ausência de confrontos.

A condição concernente à sinalização noturna iria depender de onde e como seriam construídas as zonas de proteção, para que tal

iluminação não fosse confundida com objetivos militares e não pudessem sofrer ataques aéreos durante a noite.

Em relação à demarcação noturna, é importante observar que tanto “a ausência ou inadequação de marcas distintivas podem pôr as zonas ou localidades em risco” (PICTET, 1958, tradução nossa).

Um exemplo de inadequação seria iluminá-la a ponto que ela parecesse uma ‘ilha de luz’ no meio da escuridão (SANDOZ *et al.*, 1987), se tornando alvos como poderia ocorrer na Zona de Proteção de Daraa e a Zona de Proteção de Esal El-Ward.

A Zona de Proteção de Al-Bawdah poderia apresentar dificuldade no que diria respeito à iluminação noturna, pois poderia não haver eletricidade suficiente nessa área ser dispendida nessa condição, acarretando um alto custo na instalação e na manutenção da referida zona.

3.8 AS CONDIÇÕES DO PARÂMETRO DE SUPERVISÃO PARA O CASO SÍRIO

As condições do parâmetro da supervisão são: a) **quem**, b) **função**.

O parâmetro da supervisão poderia ser facultativo durante a negociação de criação de zonas de proteção.

Para Sandoz *et al.* (1987), a ausência de obrigatoriedade deste parâmetro seria positivo quando as zonas de proteção tivessem curta duração como aquelas estabelecidas pelo CICV entre 1971 a 1992.

Caso as Partes verificassem que não houvesse a necessidade de ter supervisão nas zonas de proteção, poder-se-ia inferir que permitiria que as mesmas fossem estabelecidas mais rapidamente.

Mas, também seria célere, se o acordo para o estabelecimento de zonas de proteção fosse intermediado por uma agente ou uma organização, esta poderia ficar automaticamente responsável pela supervisão.

O ACNUR possui antecedentes históricos como responsável pela supervisão nos ORCs no Sri Lanka, bem como pela função que exerceu dentro deles como o monitoramento da situação no interior dos centros e a observância dos padrões internacionais nos abrigos.

Assim, a condição de quem poderia ser o responsável pela supervisão da Zona de Proteção de Daraa, da Zona de Proteção de Esal el-Ward e da Zona de Proteção de Al-Bawdah seria o ACNUR, pelos motivos explanados na seção concernente “As condições do parâmetro de acordo”.

O ACNUR poderia ser indicado como o responsável pela supervisão, uma vez que ainda não há uma norma que regulamente a supervisão de uma agência para assistir e proteger os deslocados internos (NRC, 2008), como existe em relação aos refugiados que é o ACNUR.

O ACNUR poderia interagir com outras agências para a criação de um comitê que ficaria responsável pela supervisão. Na Guerra Sino-Japonesa, tanto a Zona Jacquinot quanto a Zona de Nanquim criaram um Comitê Internacional que ficou responsável pela inspeção e investigação do cumprimento das disposições do acordo.

Assim, as agências das Nações Unidas, de organizações internacionais e de ONGs nacionais e internacionais poderiam integrar um comitê que executaria a condição de funções. Claro que cada agência e organização internacional/nacional atuariam em suas respectivas áreas, esclarecendo seus papéis, suas responsabilidades e suas expectativas (NRC, 2008).

Poder-se-ia inferir que a divisão de trabalho poderia ser análoga ao que estaria sendo executado nos campos de refugiados, caso fossem construídas zonas de proteção similares àqueles campos.

Por exemplo, a FAO ficaria encarregada da agricultura, a UNICEF e o *Save the Children* da educação e a OMS da saúde (NRC, 2008).

Pictet (1958) recomendou que os oficiais militares e os médicos pudessem integrar as Comissões Especiais como peritos para que verificassem o cumprimento das disposições.

Inclusive, os refugiados e os deslocados internos que tivessem habilidades, especialidades ou conhecimento em um determinado assunto poderiam ser ‘aproveitados’ nas funções diárias das zonas, uma vez que, após a saída do ACNUR, as zonas poderiam se tornar funcionais, no sentido de que elas poderiam ser consideradas como parte da reestruturação da Síria após o conflito.

Nos campos de refugiados em Dadaab, no Quênia, o ACNUR incluiu comunidades de refugiados no gerenciamento diário dos referidos campos, expandindo o papel dos refugiados através de curso de aprimoramento como o da violência baseada no gênero (UNHCR, 2012).

CONCLUSÕES

A motivação em estudar as condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados teve como objetivo reduzir o número de mortes de civis durante os conflitos, pois, como afirmado na introdução, mais de 90% dessas mortes são de civis, passando a ser vítima direta.

A redução poderia ocorrer através do estabelecimento daquelas zonas, mas, durante as análises pretéritas sobre a criação das zonas de proteção, a autora se deparou com diversos ataques as zona de proteção.

Assim, a autora buscou identificar quais condições com seus respectivos parâmetros poderiam ser empregados para estabelecer zonas de proteção que fossem seguras à população civil durante os confrontos.

A identificação das condições dos parâmetros de zonas de proteção foi possível através da comunidade epistêmica de zonas de proteção que desenvolveu um entendimento comum da necessidade de estender a proteção, que antes era conferida aos combatentes, para a população civil que também se encontrava e ainda se encontra em extrema vulnerabilidade durante os confrontos.

Esse entendimento comum resultou na elaboração de lugares que pudessem ser empregados como refúgio durante os confrontos, que nessa pesquisa, referidos lugares foram designados de zonas de proteção.

A comunidade epistêmica de zonas de proteção exerceu um papel relevante na construção de um entendimento comum sobre as condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados. Referida comunidade ajudou na elaboração e na difusão das normas de zonas de proteção.

A História também teve um papel importante, pois para Morgenthau, embora a história seja singular, ela é repetitiva, proporcionando um registro ordenado do conhecimento prático para que os tomadores de decisão da política utilizem os ensinamentos da História de modo prudente (SMITH, 1999).

Tal declaração explica o contexto normativo utilizado para a construção das condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados que contribuiu para evidenciar a evolução cognitiva (ADLER, 2005, p. 68).

Desse modo, o contexto normativo representou um conjunto descritivo e normativo de entendimentos sobre o que seria preciso para avançar em relação às normas de zonas de proteção, principalmente, na

elaboração das condições dos parâmetros de modo claro e preciso para diminuir a exposição de zonas de proteção a eventuais perigos.

A identificação das condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados pode ser comparada com a construção de um ‘mosaico’, pois as informações vieram de diversas fontes, como Política Internacional, Direito Internacional Humanitário, Economia Política Internacional, Ciências Sociais, Geografia e História, que foram utilizadas como peças para formar cada um das condições elencadas nos sete parâmetros.

A finalidade dessa construção foi humanizar a guerra, pois, dificilmente, a guerra se extinguirá em um futuro próximo, mas, pelo menos, procurar-se-á lutá-la de forma mais humana.

Assim, os dois primeiros capítulos visaram à explicação do contexto normativo através da análise da emergência, da evolução e da consolidação das condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados.

A emergência foi iniciada com George Saint-Paul através das Zonas de Genebra. Seguida da aplicação das condições dos parâmetros de zonas de proteção com o estabelecimento da Zona de Segurança de Madrid, da Zona Jacquinet e da Zona de Nanquim.

A Zona de Segurança de Madrid e Zona Jacquinet contribuíram para ampliar as condições dos parâmetros de zonas de proteção, pois inovaram quando a primeira foi criada na zona de combate e a segunda introduziu o policiamento interno.

O Projeto de Convenção de 1938 deu continuidade ao processo de emergência daquelas condições, bem como o Projeto de 1938 elaborado pelo CICV, sendo que este passou a ser membro da comunidade epistêmica de zonas de proteção, mesmo que não previa zonas de proteção à população civil, mas, somente, aos combatentes.

Entretanto, os eventos posteriores a essa proposta mostraram a essa organização, a imprescindibilidade de estender as normas humanitárias à população civil, dentre elas, as zonas de proteção, pois os civis foram os mais afetados durante a Segunda Guerra Mundial.

As organizações internacionais e os agentes privados se esforçaram em criar zonas de proteção para a população civil, mas referidos esforços foram infrutíferos.

Outro conflito que mudou a percepção do CICV foi o Conflito Árabe-Israelense em 1948 que estabeleceu zonas de proteção nas zonas de combate.

Esses dois eventos, que para Adler podem ser considerados como “crises”, foram determinantes para mudar a percepção dos agentes

e para codificar normas de proteção à população civil em conflitos armados na CG IV em 1949.

A introdução das zonas de segurança (art. 14 do CG IV) e das zonas neutralizadas (art. 15 do CV IV) marca a evolução das condições dos parâmetros de zonas de proteção, no sentido de que as normas deixaram de serem meramente propostas, para que entrassem em vigor com a ratificação da referida Convenção durante a Conferência Diplomática de 1949.

Essa conferência reuniu os representantes dos agentes estatais que debateram sobre as normas de zonas de proteção, dando respaldo e fortalecendo a comunidade epistêmica de zonas de proteção.

A consolidação das condições dos parâmetros de zonas de proteção iniciou-se com as Nações Unidas passaram a integrar a comunidade epistêmica de zonas de proteção quando incluíram no Relatório de 1970 sugestões sobre o aprimoramento das normas de zonas de proteção diante da dificuldade de aplicar as existentes no DIH.

Tal aprimoramento também foi percebido como necessário quando o CICV tentou aplicar as normas de zonas de proteção da CG IV entre 1971 e 1975, mas não foi possível à observância *ipsis litteris* delas.

Assim, foram levantadas várias sugestões como a não necessidade de obter a concordância de todos os envolvidos na criação de zonas estabelecidas no ‘calor do conflito’ e todas as categorias da população civil poderiam ser admitidas.

Assim, a comunidade epistêmica teve papel preponderante na busca de soluções para tornar eficazes as normas de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados com a elaboração de mais dois artigos, as localidades não defendidas (art. 59) e as zonas desmilitarizadas (art. 60) introduzidas no PA I.

A finalidade desses dois artigos foi preencher as lacunas deixadas pelas normas da CG IV como a proteção de toda a categoria da população civil, desde que não estivesse participando nos confrontos. E, a possibilidade de estabelecer localidades não defendidas sem o acordo inicial de todos os envolvidos, desde que fossem notificados assim que possível.

O ápice da consolidação das condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados foi à criação delas pelas Nações Unidas na década de 1990 que passaram de ações humanitárias para ações políticas.

O discurso geopolítico emergencial da comunidade internacional foi justificado com base ameaça à paz e à segurança internacional, encobrindo a verdadeira razão que era conter os fluxos em

massa de refugiados para que estes encontrassem abrigo em seus Estados de origem, pois os Estados estavam menos receptivos em aceitar um fluxo em massa de refugiados.

Embora, o DIH tenha previsto quatro normas de zonas de proteção e o CSNU tenha se inspirado nelas para estabelecer zonas de proteção nos conflitos armados na década de 1990, a sua aplicação foi oposta (CHIMNI, 1995; PHUONG, 2005), pois foram implementadas sem a clara anuência dos beligerantes responsáveis pelas graves violações de direito humanitário (MCQUEEN, 2005).

Inclusive o Memorando de Entendimento entre o ACNUR e o governo do Sri Lanka excluiu a participação dos LTTEs do acordo, enquanto que o estabelecimento de uma zona de proteção ao redor do Hospital em Jaffna pelo CICV foi acordado com o governo do Sri Lanka e os LTTEs (HENCKAERTS; DOSWALD-BECK, 2005).

Poder-se-ia inferir que as partes envolvidas no conflito perceberam as zonas de proteção estabelecidas pelas Nações Unidas como integrantes no conflito, algo indesejável, pois, além de proteger os civis, também, admitiram e permitiram o uso militar no interior das referidas zonas.

O que o conflito civil na Síria poderia representar para a aplicação das condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população civil em conflitos armados?

A representação estaria relacionada com a percepção das partes envolvidas no conflito sobre o caráter civil e desmilitarizada das zonas de proteção, pois elas não seriam vistas como ‘beneficiando’ uma ou outra parte no conflito como aquelas criadas pelas Nações Unidas. Mas, sim, como uma alternativa para que a população civil não sofresse diretamente os efeitos dos confrontos.

A imprescindibilidade da concordância de todos os envolvidos fortaleceria a segurança das zonas de proteção, conseqüentemente, não colocaria em perigo a vida daqueles que estivessem abrigados, bem como facilitaria a negociações das condições dos outros parâmetros.

A Zona Jaquinet, além de ser um exemplo de caso de concordância, também comprovou que, mesmo quando os confrontos estavam ocorrendo muito próximos dela, a zona de proteção pode vir a ser tornar uma ‘ilha segura’.

Assim, o terceiro capítulo analisou as condições elencadas nos sete parâmetros no conflito civil na Síria, propondo a criação *ad hoc* de três zonas de proteção para a população civil: Zona de Segurança de Daraa, a Zona de Segurança de Esal El-Ward e a Zona de Segurança de Al-Bawdah.

Antes da referida análise, seria preciso indicar o responsável pelas negociações das zonas de proteção para a população civil com todos os envolvidos.

Das condições elencadas no parâmetro do acordo, foi escolhida a intermediação e, na pesquisa, optou-se pelo ACNUR, ao invés do CSNU, pois, além de que aquele já estava presente na Síria, assistindo os refugiados de outros Estados, também não há uma ligação entre o ACNUR com o governo sírio e/ou com os grupos rebeldes, sendo percebido imparcial ao conflito.

Mas, nada impede que outras organizações humanitárias internacionais possam ser o agente responsável, ou outras agências das Nações Unidas, como o Conselho de Direitos Humanos, desde que sejam imparciais, neutros, mantenha o caráter humanitário das zonas e tenham condições financeiras para a manutenção das mesmas, pois ainda não há uma previsão de término do conflito, podendo durar por anos como as OPTs.

A proposta foi explicada concomitante com as análises da Geografia Física, da Humana e da Econômica, bem como da história síria.

A análise geográfica mostrou os lugares onde seriam mais e menos favoráveis para o estabelecimento de zonas de proteção, pois poderia haver a dificuldade no acesso delas tanto da ajuda humanitária quanto no trânsito de civis em direção a elas.

Além de que contribuiu para evitar lugares que poderiam vir a ganhar conotação de importância estratégico-militar, como as rodovias, ferrovias e represas.

Referida importância estaria diretamente vinculada com a questão temporal em relação ao planejamento e execução das zonas de proteção, pois, como as operações militares estão constantemente mudando, poderia ser tarde demais para o estabelecimento delas em um determinado lugar.

O cumprimento integral ou parcial das condições dos parâmetros de zonas de proteção dependeu da localização específica das mesmas.

Por exemplo, a Síria é um país pequeno, logo, os lugares que poderiam abrigar a população civil acabam ficando próximos das zonas de combate, com exceção do deserto sírio.

Outro exemplo, é que a localização poderia impactar de modo significativo as oportunidades dos meios de vida da comunidade local onde seriam criadas as zonas de proteção (NRC, 2008).

A Zona de Proteção de Daraa poderia ter dificuldades em cumprir as condições dos parâmetros da desmilitarização, uma vez que toda a província é uma zona de combate, pois poderia não ser possível evacuar as armas e os equipamentos móveis do governo e dos grupos rebeldes, poderia haver a execução de atividades militares e usar as linhas de comunicação e de transportes bélicos, resultando no emprego da citada zona como um objetivo militar.

Mesmo se houvesse um acordo com todos os envolvidos no conflito, seria temerário criar a Zona de Proteção de Daraa, pois ela é considerada uma área que possui relevante importância estratégico-militar.

Assim, a recomendação seria o não estabelecimento da Zona de Proteção de Daraa.

Em relação à Zona de Proteção de Esal El-Ward, esta estaria a menos de 50 km dos eventos bélicos que vêm ocorrendo, tornando tal proximidade um aspecto negativo em relação à criação de zonas de proteção nessa área.

Entretanto, há aspectos positivos como o abastecimento de água para o consumo próprio e para a agricultura.

Recomendar-se-ia o estabelecimento da Zona de Proteção de Esal El-Ward, caso as partes envolvidas nos confrontos anuissem com a criação dela.

A Zona de Proteção de Daraa e a Zona de Proteção de Esal El-Ward se assemelhariam às zonas neutralizadas da CG IV pela sua localização e pela duração permanente, porém a categoria da população civil que seriam abrigadas diria respeito às zonas de segurança da referida Convenção.

A Zona de Proteção de Al-Bawdah seria considerada 'ideal' por dois motivos. Primeiro, porque ela poderia comportar um grande contingente populacional, incluindo todas as categorias da população civil e poderia aumentar a área total dela sem prejudicar a comunidade local.

Segundo, porque ela estaria longe dos confrontos, facilitando o cumprimento das condições do parâmetro de desmilitarização.

Esses dois motivos permitiriam enquadrar a Zona de Proteção de Al-Bawdah como uma localidade não defendida do art. 59 do PA I.

Mas, poder-se-ia inferir que o aspecto negativo da Zona de Proteção de Al-Bawdah seria a distância dessa zona com o 'resto do mundo', pois poderia tornar tal zona dependente da ajuda internacional para mantê-la funcionando até o seu funcionamento e a sua localização poder-se-ia considerar como inapropriada para habitação humana.

Durante a pesquisa sobre a Síria, a autora encontrou três obstáculos. O primeiro foi que as análises sobre Zona de Proteção de Daraa, a Zona de Proteção de Esal El-Ward e a Zona de Proteção de Al-Bawdah poderiam ter sido mais aprofundadas e detalhadas, se a pesquisadora soubesse o idioma árabe. A falta de conhecimento de tal idioma dificultou a busca por mais informações.

O segundo foi que uma mesma palavra poderia ser escrita de diversas maneiras, resultando na demora de encontrar as informações necessárias sobre as condições pertinentes a cada uma das zonas de proteção *ad hoc*, uma vez que a pesquisa tinha que ser realizada nas diferentes formas de escritas de cada palavra.

E, o terceiro foi que a autora encontrou três tipos diferentes de mapa relativo ao traçado interno das províncias sírias. A solução encontrada foi à utilização de um mapa sírio que as Nações Unidas usam.

Entretanto, a pesquisadora acredita que conseguiu atingir o objetivo de verificar as informações obtidas e relacioná-las com as condições dos parâmetros na Zona de Proteção de Daraa, a Zona de Proteção de Esal El-Ward e a Zona de Proteção de Al-Bawdah, para que fosse possível chegar à conclusão sobre a viabilidade ou não da criação de cada um delas no conflito civil sírio.

A aplicação das condições dos parâmetros de zonas de proteção para a população civil no contexto sírio mostra que a comunidade epistêmica das zonas de proteção deve continuar seu trabalho no aprofundamento das normas concernentes às zonas de proteção, pois as normas são um organismo vivo que devem acompanhar a realidade dos conflitos como vem fazendo o DIH a mais de 150 anos.

REFERÊNCIAS

AUTORES:

ABDUL-KARIM, Rafeq. Syrian Desert. In: **Encyclopedia of the Modern Middle East and North Africa**. 2004. Disponível em: <http://www.encyclopedia.com/topic/Syrian_Desert.aspx>. Acesso em: 30 maio 2014.

ADAMEC, Ludwig W. **Historical Dictionary of Islam**. Inglaterra: Scarecrow Press Inc, 2009.

ADLER, Emanuel. **Communitarian International Relations: the epistemic foundations of International Relations**. London and New York: Routledge, 2005.

ADLER, Emanuel. The Emergence of Cooperation National Epistemic Communities and the International Evolution of the Idea of Nuclear Arms Control. In: **International Organization**. Vol. 46, Nº 1, 1992, p. 101-145.

ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. **Security Communities**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

AL-TAMIMI, Aymenn Jawad. The Syrian rebel groups pulling in foreign fighters. In: **BBCNEWS**. 24 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-25460397>>. Acesso em: 15 maio 2014.

ALTMAN, Breno. **Judeus e palestinos confrontam narrativas sobre independência**. 2013. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/28860/judeus+e+palestinos+confrontam+narrativas+sobre+independencia.shtml>>. Acesso em: 16 dez. 2013.

ANNONI, Danielle; VALDES, Lysian Carolina. **O Direito Internacional dos Refugiados e o Brasil**. Curitiba: Juruá Editora, 2013.

ARAUJO, Ruy Magalhães. **Expressões Jurídicas Latinas Aplicadas ao Cotidiano Forense**: pequeno dicionário comentado. Disponível em: <www.filologia.org.br/revista/36/suplemento-36.do>. Acesso em: 21 dez. 2013.

BETHLEHEM, Daniel L.; WELLER, Marc. **The 'Yugoslav' crisis in International Law: General Issues**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

BICCHIERI, C.; MULDOON, R. Social Norms. In: ZALTA, Edward N. (Org.). **Stanford Encyclopedia of Philosophy**. Mar. 2011.

- Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/entries/social-norms/>>. Acesso em: 15 dez 2013.
- BIERRENBACH, Ana Maria. **O Conceito de responsabilidade de proteger e o Direito Internacional Humanitário**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.
- BLOODGOOD, Elizabeth. **Epistemic Communities, Norms and Knowledge**. 2008. Disponível em: <<http://alcor.concordia.ca/~eabloodg/ISA2008ECNormsInfo.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2014.
- BOND, James E. Protection of Non-Combatants in Guerrilla Wars. In: **William and Mary Law Review** 787, Vol. 12, Issue 4, 1971, p. 786-804. Disponível em: <<http://scholarship.law.wm.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2757&context=wmlr>>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- BOTHE, Michel. Localities and Zones under Special Protection. In: BOTHE, Michel *et al* (Orgs). **New Rules for Victims of Armed Conflicts: Commentary on the Two 1977 Protocols Additional to the Geneva Conventions of 1949**. EUA e Canadá: Kluwer Boston, 1982, p.375-389.
- BOUVIER, Antoine A. **Direito Internacional Humanitário e Direito dos Conflitos Armados**. 2000. Disponível: <http://cdn.peaceopstraining.org/course_promos/international_humanitarian_law/international_humanitarian_law_portuguese.pdf>. Acesso em: 19 set. 2013.
- BROOKS, Peter. **Zeppelin: Rigid Airships 1893-1940**. Londres: Putnam Aeronautical Books, 1992.
- BRUDERLEIN, Claude; JOHNS, Fleur. Review of Literature. In: **Inter-Agency Expert Consultation on Protected Areas**. Harvard University, 23-24 February, 1999, p. 2-23. Disponível em: <<http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/4E9F82F4ACB14D31C1256C4D003C6824-harvard-protected-feb99.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2012.
- BRUNNÉE, Jutta; TOOPE, Stephen. **Legitimacy and Legality in International Law: an Interactional Account**. Vancouver: University of British Columbia, 2010.
- BUKHARI, Kamran. Constructivism & Epistemic Community: Theoretical Tools for Understanding the Crafting of Foreign Policy toward Non-State Actors. In: **The McMaster Journal of Communication**. USA, Washington. Vol. 1, Issue 1, article 4, 2004, p. 34-46.

- CAHOON, Ben. **Foreign Concessions and Colonies**. Disponível em: <http://www.worldstatesmen.org/China_Foreign_colonies.html>. Acesso em: 05 jan. 2014.
- CAREY, Sabine C.; GIBNEY, Mark; POE, Steven C. **The Politics of Human Rights**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), 2012.
- CHANG, Iris. **The Rape of Nanking**. USA: Penguin Books, 1997.
- CHIMINI, B.S. The Incarceration of Victimims: Deconstructing Safety Zones. In: AL-NAUIMI; MESSE (Orgs.). **International Legal Issues Arising under the United Nations Decade of International Law**. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 1995, p. 823-854.
- CHOMSKY, Noam. **The New Military Humanism: Lessons from Kosovo**. Monroe, ME: Common Courage Press, 1999.
- CLARENCE, Bill. Protective Structure, Strategy and Tactics: International Protection in Ethnic Conflicts. In: **International Journal of Refugee Law**, Vol. 5, Nº 4, 1993, p.585-596.
- CLARENCE, W.D. Open Relief Centres: A Pragmatic Approach to Emergency Relief and Monitoring during Conflict in a Country of Origin. In: **International Journal of Refugee Law**, Vol. 3, Nº 2, 1991, p.320-328.
- COHEN, Roberta; DENG, Francis M. Exodus within Borders: The Uprooted Who Never Left Home. In: **Foreign Affairs**, Jul/Ago, 1998, Vol. 77, Issue, 4, p.12-16.
- COHEN, Roberta; DENG, Francis M. **Masses in Flight: The Global Crisis of Internal Displacement**. Washington: The Brooking Institution, 1998.
- COLLELO, Thomas. **A Country Study**. Washigton: GPO for the Library of Congress, 1987.
- COOPER, Tom; ALI, Khan Syed Shaiz. **India- Pakistan War, 1971**. Disponível em: <http://www.acig.org/artman/publish/article_326.shtml>. Acesso em: 14 set. 2013.
- COTRAN, Eugene. The Establishment of a Safe Haven For the Kurds In Iraq. In: AL-NAUIMI; MESSE (Orgs.). **International Legal Issues Arising under the United Nations Decade of International Law**. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 1995, p. 885-869.
- DALACOURA, Katerine. **The 2011 uprisings in the Arab Middle East: political change and geopolitical implications**. 2012. Disponível em: <<http://www.chathamhouse.org/sites/files/chathamhouse/public/Internat>

ional%20Affairs/2012/88_1/88_1dalacoura.pdf>. Acesso em: 20 maio 2014.

DANIELS, Geofrey. **Fallout in Lebanon: The Impact of Yabroud**. 2014. Disponível em:

<<http://www.understandingwar.org/backgrounder/fallout-lebanon-impact-yabroud>>. Acesso em: 23 maio 2014

DENG, Francis M. *et al.* **Sovereignty as Responsibility: Conflict Management in Africa**. Washington: The Brookings Institution, 1996.

DES FORGES, Alison. **Leave none to tell the story: genocide in Rwanda**. New York: Human Rights Watch, 1999.

DIN, Najam U. **Safe Havens: Compromising Human Rights Protection for the displaced?** 88f. Dissertação (Mestrado em Direito Internacional dos Direitos Humanos) – Faculty of Law – University of Lund, Lundun, Suécia, 2005. Disponível em: <<http://lup.lub.lu.se/luur/download?func=downloadFile&recordId=1555022&fileId=1563521>>. Acesso em: 10 jun. 2012.

DOWTY, Alan. **Closed Borders: The Contemporary Assault on Freedom of Movement**. Yale University: Yale University Press, 1987.

DUBOIS, Alexandre; ROTO, Johanna. Making the best of Europe's Sparsely Populated Areas: On making geographic specificity a driver for territorial development in Europe. In: **Nordregio Working Paper**, Nº 15, 2012. Disponível em:

<<http://www.nordregio.se/en/Publications/Publications-2012/Making-the-best-of-Europes-Sparsely-Populated-Areas/>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

DUFFY, Michael. Primary Documents - German Request for Free Passage through Belgium, and the Belgian Response, 2-3 August 1914. 2009. Disponível em:

<http://www.firstworldwar.com/source/belgium_germanrequest.htm>. Acesso em: 21 out. 2013.

DUNANT, Henry. **Memory of Solferino**. Genebra: International Committee of the Red Cross, 1939, 1959.

EGGLI, Ann Vibeke. **Mass Refugee Influx and the Limits of Public International Law**. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 2002.

EVANS, Gareth; SAHNOUN, Mohamed (Orgs.). **The Responsibility to Protect: Report of the International Commission on Intervention and State Sovereignty**. Canada: International Development Research Centre, 2001. Disponível em:

<<http://responsibilitytoprotect.org/ICISS%20Report.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

FAKIK, Lama. Under a Barrel. Why the world must stop Bashar al-Assad from indiscriminately raining crude barrel bombs down on Syrian civilians. In: **Foreign Affairs**, 25 mar. 2014. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2014/03/25/under_barrel_bomb_syria_civilians>. Acesso em: 03 jun. 2014.

FERRIS, Elizabeth G. **The Politics of Protection: The Limits of Humanitarian Action**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2011.

FINNEMORE, Martha. Constructing Norms of Humanitarian Intervention. In: KATZENSTEIN, Peter J. **The Culture of National Security: Norms and Identity in World Politics**. Nova York: Columbia University Press, 1996, p. 153-185.

FINNEMORE, Martha; SIKKINK, Kathryn. International Norm Dynamics and Political Change. In: **International Organization**, Vol. 52, N° 4, 1998, p.887-917. Disponível em: <<http://www.ou.edu/uschina/gries/articles/IntPol/Finnemore.Sikkink.98.IO.Int.Norms.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

FRANCO, Leonardo. An examination of safety zones for internally displaced persons as a contribution toward prevention and solution of refugee problems. In: AL-NAUIMI; MESSE (Orgs.). **International Legal Issues Arising under the United Nations Decade of International Law**. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, p. 871-897, 1995.

FREEDMAN, Paul. International Intervention to Combat the Explosion of Refugees and Internally Displaced People. In: **Georgetown Immigration Law Journal**, Vol. 9, N° 3, 1995, p.580-594.

FRELICK, Jill. Preventing Refugee Flows: Protection or Peril. In: **World Refugee Survey**, US Committee for Refugees, Washington DC, 1993, p. 5-13. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/134966248/Preventing-Refugee-Flows-Protection-or-Peril>>. Acesso em: 09 abr. 2013.

FROHARDT, Mark; PAUL, Diane; MINEAU, Larry. **Protecting Human Rights: The Challenge to Humanitarian Organization**. Occasional Paper N° 35, Providence: Watson Institute, 1999. Disponível em: <[file:///C:/Users/elisa/Downloads/op35%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/elisa/Downloads/op35%20(1).pdf)>. Acesso em: 10 set. 2013.

GALLAGHER, Kathleen. Actor Fragmentation and Conflict Processes. In: THE PROJECT ON MIDDLE EAST POLITICAL SCIENCE. **The Political Science of Syria's War**, N° 22, 18 dez. 2013. Disponível em: <

- content/uploads/2013/12/POMEPS_BriefBooklet22_PoliSciSyria_Web.pdf>. Acesso em: 19 maio 2014.
- GOMBATA, Marsflea. Missão brasileira no Haiti completa 10 anos em meio a incertezas. In: **Carta Capital**, 1º de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/minustah-completa-10-anos-em-meio-a-incertezas-7340.html>>. Acesso em: 10 maio 2014.
- GONDRAND, Pascal. **Le Médecin-général Georges Saint-Paul**. Genebra, 2008. Disponível em: <<http://pcpt.ch/pdf/le-medecin-general-georges-saint-paul.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2013.
- GORDON, Mattheus S. **Islam: World Religions**. Nova York: Chelsea House Publisher, 2009.
- GRIFFITHS, Martin; O'CALLAGHAN, Terry. **International Relations: The Key Concepts**. Londres: Routledge, 2002.
- HAAS, Peter M. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. In: **International Organization**, Vol. 46, Nº 1, 1992. p. 1-35.
- HANS, Asha. Sri Lankan Tamil Refugees in India. In: **Refuge**, Jun, Vol. 13, Nº 3, 1993. Disponível em: <<http://pi.library.yorku.ca/ojs/index.php/refuge/article/viewFile/21731/20401>>. Acesso em: 7 mar. 2014.
- HAROUËL-BURELOUP, Véronique. **Le CICR Face à la Guerre de Palestine**. 2011. Disponível em: <<http://www.grotius.fr/le-cicr-face-a-la-guerre-de-palestine/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- HASPESLAGH, Sophie. “Safe Havens”. In: BURGESS, Guy; BURGESS, Heidi (Orgs.). **Beyond Intractability**. Boulder: Conflict Information Consortium, University of Colorado, 2003. Disponível em: <<http://www.beyondintractability.org/essay/safe-havens>>. Acesso em: 15 maio 2013.
- HELTON, Arthur C. **The price of indifference: Refugees and Humanitarian Action in the New Century**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- HENCKAERTS, Jean-Marie; DOSWALD-BECK, Louise. **Customary International Humanitarian Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- HERNANDEZ, Matheus de Carvalho. **Os Direitos Humanos como Temática Global e a Soberania no Sistema Internacional Pós-Guerra Fria: a Conferência de Viena**. 379f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP, Brasil, 2010. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos->

- Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/hernandez_mc_me_mar.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2014.
- HOLLIDAY, Joseph. The Assad Regime: From Counterinsurgency to Civil War. In: **Institute for the Study of War**. Middle East Security Report 8, Washington, 2013. Disponível em: <<http://www.understandingwar.org/report/assad-regime>>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- HUBBARD, Ben. Warily, Jordan Assists Rebels in Syrian War. In: **The New York Times**. Middle East, 10 abr. 2014. 2014. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2014/04/11/world/middleeast/syria.html>>. Acesso em: 04 jun. 2014.
- HYNDMAN, Jennifer. **Blurring Borders: the Significance of Humanitarian Safe Spaces**. 2000. Disponível em: <<http://www.queensu.ca/snid/Archives.htm>>. Acesso em: 15 maio 2013.
- HYNDMAN, Jennifer. **Managing Displacement: Refugees and Politics of Humanitarianism**. Minnesota: University of Minnesota Press, 2000.
- HYNDMAN, Jennifer. Preventive, Palliative, or Putative?: Safe Spaces in Bosnia-Herzegovina, Somalia, and Sri Lanka. In: **Journal of Refugees**, Vol. 16, Issue 2, 2003, p. 167–85. Disponível em: <<http://yorkspace.library.yorku.ca/xmlui/bitstream/handle/10315/6357/Preventative%20Palliative%20or%20Punitive.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 maio 2014.
- HYNDMAN, Jennifer; DE ALWIS, Malathi, Bodies, Shrines, and Roads: Violence, (Im)mobility, and Displacement in Sri Lanka. In: **Gender, Place and Culture: A Journal of Feminist Geography**, Vol. 11, Issue 4, 2004, p. 535-57. Disponível em: <<http://yorkspace.library.yorku.ca/xmlui/handle/10315/6358>>. Acesso em: 15 jul. 2013.
- JERVIS, Robert. **Perception and Misperception in International Politics**. Nova Jersey: Princeton University Press, 1976.
- KANAWATI, Mohamed. **Much-needed support in face of huge needs in Dara'a, Syrian Arab Republic**. 2013. Disponível em: <http://www.unicef.org/infobycountry/syria_70410.html>. Acesso em: 10 maio 2014.
- KENT, Randolph; MINEAR, Larry. Rwanda's Internally Displaced: a Conundrum within a Conundrum. In: COHEN, Roberta; DENG, Francis M. **The Forsaken People. Case Studies of the Internally Displaced**. Washington: Brookings Institution Press, 1998, p.57-96.
- KIRKPATRICK, David D. Syrian Children Offer Glimpse of a Future of Reprisals. In: **The New York Times**, 3 set. 2012. Disponível em:

- <http://www.nytimes.com/2012/09/04/world/middleeast/in-syrian-conflict-children-speak-of-revenge-against-alawites.html?pagewanted=all&_r=0>. Acesso em: 05 jun. 2014.
- KNELL, Yolanda. Camp for Syrian refugees starts to look more like home. **In:** BBC, Middle East, 14 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-26565060>>. Acesso em: 22 maio 2014.
- KUPERMAN, Alan J. **The Limits of Humanitarian Intervention: Genocide in Rwanda**. Washington: Brookings Institution Press, 2001.
- LABROUSSE, Cedric. Rebels advance in Daraa province, capturing Atman army base. 11 de setembro de 2013. 2013. **In: The Arab Chronicle**, Disponível em: <<http://syrianfreedomls.tumblr.com/post/60927922476/map-september-11-2013-rebels-advance-in-daraa>>. Acesso em: 06 jun. 2014.
- LABROUSSE, Cedric. With West, the FSA is advancing in Daraa governate (Syria). 2014. **In: The Arab Chronicle**, 2 fev. 2014. Disponível em: <<http://the-arab-chronicle.com/west-supplies-fsa-daraa-armes-occidentales-asl-avance-daraa/#>>. Acesso em: 06 jun. 2014.
- LAMB, Robert D. **Ungoverned Areas and Threats from Safe Havens!**: Final Report of the Ungoverned Areas Project Prepared for the Office of the Under Secretary of Defense for Policy. 2008. Disponível em: <http://cisssm.umd.edu/papers/files/ugash_report_final.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- LANDGREN, Karin. Safety Zones and International Protection: a Dark Grey Area. **In: International Journal of Refugee Law**, Vol. 7, Nº 3, 1995, p. 436-458.
- LEMA, Luis. **Le Temps**. Disponível em: <<http://www.icrc.org/fre/resources/documents/misc/5qklfw.htm>>. Acesso em: 10 out. 2013.
- LEVRETT, Flyun, **Inheriting Syria: Bashar's trial by fire**. Washington: The Brookings Institute, 2005.
- LIGHTFOOT, Dale R. **Syrian Qanat Romani**. s.d. Disponível em: <<http://www.waterhistory.org/histories/syria/syrian.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- LOESCHER, Gil. **The UNHCR and World Politics: a Perilous Path**. Oxford: Oxford University Press, 2001.
- LONG, Katy. In Search of Sanctuary: Border Closures, 'Safe' Zones and Refugee Protection. **In: Journal of Refugee Studies**, Vol. 26, Issue 3, 2012, p. 458-476. Disponível em:

- <<http://jrs.oxfordjournals.org/content/early/2012/12/13/jrs.fes050.full>>. Acesso em: 10 jun. 2013.
- LONG, KATY. **No entry!** A review of UNHCR's response to border closures in situations of mass refugee influx. UNHCR. 2010. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4c207bd59.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2013.
- LUND, Aron. The Non-State Militant Landscape in Syria. In: **CTC Sentinel**, Vol. 6, Nº 8, August, 2013. Disponível em: <<https://www.ctc.usma.edu/posts/the-non-state-militant-landscape-in-syria>>. Acesso em: 01 jun. 2014.
- MADDARENA, Guilherme Lopes. **Curso De Extensão Em Equipamentos Não Letais II (CENL-II)**. 2009. Disponível em:< http://www.dpf.gov.br/servicos/seguranca-privada/legislacao-normas-e-orientacoes/manual-do-vigilante/Caderno%20Didatico%20CENL%20II.pdf/at_download/file>. Acesso em: 15 maio 2014.
- MAIER, Charles S. Targeting the city: Debates and silences about the aerial bombing of World War II. In: **International Review of the Red Cross**, Vol. 87, Nº 859, September, 2005. Disponível em: <http://www.icrc.org/eng/assets/files/other/irrc_859_maier.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2014.
- MALLA, Hussein. The Harrowing Journey Syrians Make To Escape War. In: **The World Post**, 23 abr 2014. Disponível em: <http://www.huffingtonpost.com/2014/04/23/syria-border-photos_n_5198606.html>. Acesso em: 03 jun. 2014.
- MALLAT, Chibli. International Law and Iraq: The Safe Haven Imperative. In: **The Brown Journal of World Affairs**, Vol. 1, Nº 2, 1994, p. 261-70.
- MANFREDA, Primoz. **Who Are the Shabiha Militias?** Pro-government militias in Syria. s.d Disponível em: <<http://middleeast.about.com/od/syria/a/Who-Are-The-Shabiha-Militias.htm>>. Acesso em: 03 jun. 2014.
- MARTIN, Richardt. **Encyclopedia of Islam and the Muslim World**. New York: The Gale Group, 2004.
- MASRI, Abdalla. **Country Pasture/Forage Resource Profiles: Syria**. 2001. Disponível em: <<http://www.fao.org/ag/AGP/AGPC/doc/counprof/syria.htm>>. Acesso em: 14 maio 2014.
- MASTERS, Jonathan. Hamas. In: **Council on Foreign Relations**. 2012. Disponível em:<<http://www.cfr.org/israel/hamas/p8968>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

- MCCOOL, R.W. **Encyclopedia of World Geography**. Nova York: Golson Books Ltda, 2005.
- MCQUEEN, Carol. **Humanitarian Intervention and Safety Zones: Iraq, Bosnia and Rwanda**. Hampshire: Palgrave MacMillan, 2005.
- METZ, G. Espé de. **J'en Appelle au Monde Civilisé**: Lettre ouverte aux Membres de la S.D.N. Paris : R. Brumaauld, 1929.
- MOONEY, Erin D. Presence, ergo protection? UNPROFOR, UNHCR and the ICRC in Croatia and Bosnia and Herzegovina. In: **International Journal of Refugee Law**, Vol. 7, Nº 3, 1995, p. 407-435.
- MORRISON, Jack. **Syria**. Nova York: Chelsea House Publisher, 2009.
- MUSALO, Karen; MOORE, Jenifer; BOSWELL, Richard A. **Refugee Law and Policy**. A Comparative and International Approach. Carolina do Norte: Carolina Academic Press, 2002.
- NAKHOUL, Samia. Hezbollah confident in Assad, West resigned to Syria stalemate. In: **Reuters**, 9 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2014/04/09/us-syria-crisis-hezbollah-insight-idUSBREA3815C20140409>>. Acesso em: 01 jun. 2014.
- NASCIMENTO, Marcio Fagundes de. **Uma perspectiva sobre a privatização do emprego da força por atores não estatais no âmbito multilateral**. Brasília: FUNAG, 2010.
- NASSIEF, Isabel. Hezbollah and the Fight for Control in Qalamoun. 2013. Disponível em: <<http://www.understandingwar.org/backgrounder/hezbollah-and-qalamoun>>. Acesso em: 06 jun. 2014.
- NEUMAN, Scott. **U.N. Suspends Counting Deaths In Syria's Civil War**. 2014. Disponível em: <<http://www.npr.org/blogs/thetwo-way/2014/01/07/260450746/u-n-suspends-counting-deaths-in-syrias-civil-war>>. Acesso em: 1 jun. 2014.
- NORDLAND, Rod; MAWAD, Dalal. Palestinians in Syria Are Reluctantly Drawn Into Vortex of Uprising. In: **UNHCR Refugees Daily**, 1º set. 2012. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/refdaily?pass=463ef21123&id=4ff13afb5>>. Acesso em: 02 jun. 2014.
- NUNES, Pedro Henrique; SILVA, Alain Tramont. **A Comuna de Paris**. 2009. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/nec/materia/grandes-processos/comuna-de-paris>>. Acesso em: 30 nov. 2013.
- O'BAGY, Elizabeth. The free Syrian Army. In: **Institute for the Study of War**. Middle East Security Report 9, Washington, 2013. Disponível em: <<http://www.understandingwar.org/report/free-syrian-army>>. Acesso em: 30 maio 2014.

- O'BAGY, Elizabeth; HARMER, Christopher; DUPREE, Jonathan; DURFEE, Liam. **Syrian Air Force and Air Defense Capabilities May 2013**. 2013. Disponível em: <http://www.understandingwar.org/sites/default/files/Updated%20Syrian%20Air%20Force%20and%20Air%20Defense%20Capabilities%20Brief_8May.pdf>. Acesso em: 11 maio 2014.
- OETER, Stefan. Civil War, Humanitarian Law and the United Nations. In: **Max Planck Yearbook of United Nations Law**, Vol. 01, 1997, p. 195-229. Disponível em: <<http://www.mpil.de/ww/en/pub/research/details/publications/institute/mpyuml.cfm>>. Acesso em: 20 ago. 2013.
- OGATA, Sadako. **Opening Statement by Mrs. Sadako Ogata, United Nations High Commissioner for Refugees, to the Informal Meeting of the Executive Committee of the High Commissioner's Programme**. 1994. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3ae68fab1c.html>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- OGATA, Sadako. **Opening Statement by Mrs. Sadako Ogata, United Nations High Commissioner for Refugees, at the Forty-fourth Session of the Executive Committee of the High Commissioner's Programme (ExCom)**, Geneva, 4 October 1993. 1993. Disponível em: <<http://unhcr.org/3ae68fad0.html>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- OGATA, Sadako. **Statement by Mrs. Sadako Ogata**, United Nations High Commissioner for Refugees, at the Sixth Extraordinary Session of the Islamic Conference of Foreign Ministers on Bosnia and Herzegovina, Jeddah 1-2 December 1992. 1992. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3ae68fcd10.html>>. Acesso em: 12 fev. 2014.
- OPALL-ROME, Barbara. New Israeli Unit Targets Syrian Border Threats. In: **Defense News**, 16 fev. 2014. Disponível em: <<http://www.defensenews.com/article/20140216/DEFREG04/302160013/New-Israeli-Unit-Targets-Syrian-Border-Threats>>. Acesso em: 05 jun. 2014.
- OSWALD, Bruce M. The Creation and Control of Places of Protection during United Nations Peace Operations. In: **International Review of the Red Cross**, Vol. 83, Nº 844, 2001, p. 1013-1035. Disponível em: <<http://www.icrc.org/eng/assets/files/other/irrc-844-oswald.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- PAN, Esther. **Council on Foreign Relation: Syria's Leaders**. 2012. Disponível em: <<http://www.cfr.org/syria/syrias-leaders/p9085>>. Acesso em: 25 maio 2014.
- PHILLIPS, Christopher. **Syria's Bloody Arab Spring**. 2012. Disponível em:

- <http://www.lse.ac.uk/ideas/publications/reports/pdf/sr011/final_lse_ideas_syriasbloodyarabspring_phillips.pdf>. Acesso em: 28 maio 2014.
- PHILLIPS, Douglas A. **Syria: Mordern World Nations**. Nova York: Chelsea House Publisher, 2010.
- PHUONG, Catherine. **The international protection of internally displaced persons**. Cambridge: Cambridge University Press. 2005.
- PICTEC, Jean S. *et all* (Org.). **IV Convention Relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War**. Genebra: International Committee of the Red Cross, 1958.
- PODEH, Elie. **The Decline of Arab Unity: The Rise and Fall of the United Arab Republic**. Eastbourne: Sussex Academic Press, 1999.
- POTTER, James; CANTARERO, Rodrigo; YAN, X. Winson; LARRICK, Steve; RAMIREZ-SALAZER, Blanca. A Case Study pf the Impact of Population Influx on a Small Community in Nebraska. In: **Great Plains Research: A Journal of Natural and Social Sciences**, Vol. 14, N° 2, 2004, p. 219-30. Disponível em: <<http://digitalcommons.unl.edu/greatplainsresearch/716>>. Acesso em: 08 jun. 2014.
- PRICE, Richard; TANNENWALD, Nina. **Norms and Deterrence: The Nuclear and Chemical Weapons Taboos**. Disponível em: <http://people.reed.edu/~ahm/Courses/Reed-POL-359-2011-S3_WTW/Syllabus/EReadings/02.1/02.1.Katzenstein1996The-Culture114-152.pdf> Acesso em: 05 mar. 2014.
- PROCTOR, Tammy M. **Civilians in a World at War, 1914-1918**. Estados Unidos: New York University Press, 2010.
- RABINOVICH, Itamar. **Syria under the Ba'ath, 1963-66: the Army Party symbiosis**. New Jersey: Transaction Publishers, 1972.
- RAZAQ, Rashid. Mines planted on escape routes of Syria refugees. In: **Evening Standard**, 13 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.standard.co.uk/news/world/mines-planted-on-escape-routes-of-syria-refugees-7564970.html>>. Acesso em: 05 jun. 2014.
- REY-SCHYRR, Catherine. Les Conventions de Genève de 1949: un perece décisive. In : **Revue Internationale de la Croix-Rouge**, N° 833, 1999. Disponível em: <<http://www.icrc.org/fre/resources/documents/misc/5fzfxx.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2013.
- RISTAINO, Marcia R. **The Jacquinet Safe Zone: Wartime Refugees in Shanghai**. California: Stanford University Press, 2008.
- RUDD, Gordon W. **Humanitarian Intervention: Assisting the Iraqi Kurds in Operation Provide Comfort 1991**. Washington: Department of the Army, 2004. Disponível em:

- <http://www.history.army.mil/html/books/humanitarian_intervention/CMH_70-78.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2014.
- SABATINELLI, Guido. **The Scarabs of the Levant Syria, Lebanon, Jordan, Palestine, Israel, Sinai**. 2011. Disponível em: <<http://www.glaphyridae.com/Biogeografia/img/sar/vedge.jpg>>. Acesso em: 29 maio 2014.
- SALMAN, M.; MUALLA, W. **The Utilization of Water Resources for Agriculture in Syria: Analysis of Current Situation and Future Challenges**. 2003. Disponível em: <ftp://ftp.fao.org/agl/iptrid/conf_italy_03.pdf>. Acesso em: 20 maio 2013.
- SALVADÓ, Francisco J. Romero. **A Guerra Civil Espanhola**. São Paulo: Zahar, 2009.
- SANDLER, Santlye. **A guerra da Coréia: Nem vencedores, nem vencidos**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2009.
- SANDOZ, Yves *et al* (Org.). **Commentary on the Additional Protocols**. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 1987.
- SANDOZ, Yvez. The establishment of the safety zones for displaced persons within their country of origin. In: AL-NAUIMI, N.; MEESE, R. **International Legal Issues Arising under the United Nations Decade of International Law**. Holanda: Martinus Nijhoff Publishers, 1995, p. 899-927.
- SCHILLING, Voltaire. **A República chinesa de 1911: o fim da Dinastia Manchu dos Qing**. 2014. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/educacao/historia/a-republica-chinesa-de-1911-o-fim-da-dinastia-manchu-dos-qing,2008d2c5286da310VgnCLD200000bbccceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- SCHINDLER, D.; TOMAN, J. **The Laws of Armed Conflicts**. Holanda: Martinus Nijhoff Publisher, 1988.
- SENEVIRANTNE, H. L.; STAVROPOULOU, Maria. Sri Lanka's Vicious Circle of Displacement. In: COHEN, Roberta; DENG, Francis M. **The Forsaken People. Case Studies of the Internally Displaced**. Washington: Brookings Institution Press, 1998, p 359-398.
- SIMEON, James C. **The UNHCR and the Supervision of International Refugee Law**. Cambridge: Cambridge University Press. 2013. Disponível em: <http://books.google.com.br/books/about/The_UNHCR_and_the_Supervision_of_Interna.html?id=EaDqAAAAQBAJ&redir_esc=y>. Acesso em: 20 abr. 2014.

- SOPF, Davor. Temporary Protection in Europe After 1990: The “Right to Remain” of Genuine Convention Refugees. In: **Washington University Journal of Law & Policy**, Vol. 6, Nº 109, 2001, p. 109-159. Disponível em: <<http://digitalcommons.law.wustl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1444&context=wujlp>>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- SOUSA, Mônica Teresa Costa. **Direito Internacional Humanitário**. Curitiba: Juruá Editora, 2011.
- SREBRO, Haim; SHOSHANI, Maxim. **The Order of Precedence of Boundary Delimitations**. 2007. Disponível em: <https://www.fig.net/pub/fig2007/papers/ts_1g/ts01g_01_srebro_shoshani_1295.pdf>. Acesso em: 03 jun. 2014.
- STARR, Stephen. Shabiha Militias and the Destruction of Syria. In: **CTC Sentinel**, Vol. 5, Nº 11-12, 2012. Disponível em: <<https://www.ctc.usma.edu/posts/shabiha-militias-and-the-destruction-of-syria>>. Acesso em: 02 junho de 2014.
- STAVROPOULOU, Maria. The Right not to be Displaced. In: **American University Journal of International Law and Policy**, Vol. 9, Nº 3, 1994, p. 689-749.
- SUMMERFIELD, Derek. **The Impact of War and Atrocity on Civilian Populations**. 1996. Disponível em: <<http://freedomfromtorture.org/sites/default/files/documents/Summerfield-ImpactOfWar%20.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2014.
- SZYBALA, Valerie. **Why Rebel Groups Fighting Each Other Are Still Fighting Together Near Qamishli**. 2014. Disponível em: <<http://www.understandingwar.org/news/why-rebel-groups-fighting-each-other-are-still-fighting-together-near-qamishli>>. Acesso em: 15 maio 2014.
- TABLER, Andrew. Syria's Collapse and How Washington Can Stop It. In: **Foreign Affairs**, July/August, Vol. 92, Nº 4, 2013. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/139457/andrew-j-tabler/syrias-collapse>>. Acesso em: 01 jun. 2014.
- TAN, Jessinta. **Hezbollah: Staying Motivated, Aetting Ahead**. 2007. Disponível em: <http://www.academia.edu/891768/Hezbollah_-_Staying_Motivated_Getting_Ahead>. Acesso em: 12 mar. 2013.
- TEMPELHOF, Susanne Tarkowski; OMAR, Manal. Stakeholders of Libya’s February 17 Revolution. In: United States Institute of Peace. **Special Report**. 2012. Disponível em: <<http://www.usip.org/sites/default/files/resources/SR%20300.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2014.

TERRY, Fiona. **Condemned to Repeat?** New York: Cornell University Press, 2002.

TISO, Christopher M. Safe Haven Refugee Programs: A Method of Combatting International Refugee Crises. In: **International Journal of Refugee Law**, Vol. 8, Nº 4, 1994, p.575-600.

UZIEL, Eduardo. **O Conselho de Segurança, as Operações de Manutenção da Paz e a Inserção do Brasil no Mecanismo de Segurança Coletiva das Nações Unidas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/678-Conselho_de_Seguranca_e_a_insercao_do_brasil.pdf>. Acesso em: 20 maio 2012.

VACARRO, Matthew J. *The Politics of Genocide: Peacekeeping and Disaster Relief in Rwanda*. In: William J. Durch (Ed.). **UN Peacekeeping, American Policy, and the Uncivil Wars of the 1990s**. New York: St. Martin's Press, 1996.

VERRI, Pietro. **Dictionary of the International Law of Armed Conflict**. Genebra: ICRC, 1992. Disponível em: <<http://www.icrc.org/eng/resources/documents/publication/p0453.htm>>. Acesso em: 04 mar. 2013.

WARNER, Geoffrey. The United States and the Cyprus Crisis. In: **International Affairs**, Vol. 85, Nº 1, Janeiro de 2009, p. 129-143.

WASKEY, Andrew J. **Topographic Map of Syria**. 2014. Disponível em:<<http://www.nationsonline.org/oneworld/map/syria-topographic-map.htm>>. Acesso em: 15 maio 2014.

WEISS, Thomas G. **Humanitarian Intervention: Ideas in Action**. Inglaterra: Polity Press, 2007.

WEISS, Thomas G.; PASIC, Amir. Dealing with the Displacement and Suffering Caused by Yugoslavia's War. In: COHEN, Roberta; DENG, Francis M. **The Forsaken People**. Case Studies of the Internally Displaced. Washington: Brookings Institution Press, 1998, p. 175-232.

WENGER, Etienne. **Communities of practice: a brief introduction**. 2012. Disponível em: <<http://wenger-trayner.com/wp-content/uploads/2012/01/06-Brief-introduction-to-communities-of-practice.pdf>>. Acesso em: 04 jan. 2014.

WENGER, Etienne. **Communities of Practice: Learning, Meaning and Identity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998

WENGER, Etienne; MCDERMOTT, Richard A.; SNYDER, William. **Cultivating Communities of Practice: A Guide to Managing Knowledge**. Massachusetts: Harvard Business School Press, 2002

WEZEMAN, Pieter D. Arms transfers to Syria. In: **Sipri Yearbook 2013**. Armaments, Disarmament and International Security. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 269-273. Disponível em: <www.sipri.org/yearbook/2013>. Acesso em: 20 maio 2014.

WINTHER, Cecilie. The International Response to the Conflict and Genocide in Rwanda. In: JØRGENSEN, Knud Erik (Org.). **European Approaches to Crisis Management**. The Hague: Kluwer Law International, 1997, p. 83-106.

YAMASHITA, Hikaru. **Humanitarian space and international politics: the creation of safe area**. England: Ashgate. 2004

YILDIZ, Kerim. **The Kurds in Iraq: The Past, Present and Future**. Londres: Pluto Press. 2004. Disponível em: <https://www.academia.edu/5850967/The_Kurds_in_Iraq>. Acesso em: 20 fev. 2014.

YILDIZ, Kerim. **The Kurds in Syria: The Forgotten People**. Londres: Pluto Press. 2005.

ZOLBERG, Aristide R.; SUHRKE, Astri; AGUAYO, Sergio. **Escape from Violence: Conflict and the Refugee Crisis in the Developing World**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

BRASIL:

BRASIL. **Decreto Legislativo Nº 19.841, de 22 de Outubro de 1945:** Carta das Nações Unidas. 1945. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/d19841.htm>. Acesso em: 25 ago. 2012.

BRASIL. **Decreto Legislativo Nº 32, de 1956:** Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em Caso de Conflito Armado. 1956. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=84623&norma=111096>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

BRASIL. **Decreto Nº 849, de 25 de Junho de 1993:** Promulga os Protocolos I e II de 1977 adicionais às Convenções de Genebra de 1949, adotados em 10 de junho de 1977 pela Conferência Diplomática sobre a Reafirmação e o Desenvolvimento do Direito Internacional Humanitário aplicável aos Conflitos Armados. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0849.htm>. Acesso em: 30 abr. 2014.

BRASIL. **Lei Nº 10.741, de 1º de Outubro de 2003:** Estatuto do Idoso. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>. Acesso em: 30 abr. 2014.

BRASIL, Ministério Público Federal. **Tratado de Renúncia à Guerra** (Pacto de Paris ou Briand-Kellog). Disponível em: <http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/atuacao-e-conteudos-de-apoio/legislacao/segurancapublica/Tratado_renuncia_guerra_paris.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2014.

ICRC:

ICRC. **How is the Term "Armed Conflict" Defined in International Humanitarian Law?** 2008-a. Disponível em: <<http://www.icrc.org/eng/assets/files/other/opinion-paper-armed-conflict.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

ICRC. **Rule 3.** Definition of Combatants. s.d.-a. Disponível em: <http://www.icrc.org/customary-ihl/eng/print/v1_rul_rule3>. Acesso em: 10 fev. 2014.

ICRC. **Rule 1.** The Principle of Distinction between Civilians and Combatants. s.d.-b. Disponível em: <http://www.icrc.org/customary-ihl/eng/print/v1_rul_rule1>. Acesso em: 20 fev. 2014.

ICRC. **Henry Dunant (1828-1910).** 1998-a. Disponível em: <<http://www.icrc.org/eng/resources/documents/misc/57jnvq.htm>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

ICRC. **Report on the Work of the Preliminary Conference of National Red Cross Societies for the study of the Conventions and of various Problems relative to the Red Cross.** 1946. Disponível em: <http://www.loc.gov/rr/frd/Military_Law/pdf/RC_report-1946.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.

ICRC. **Conference of Government Experts on the Reaffirmation and Development of International Humanitarian Law Applicable in Armed Conflicts: Introduction.** Geneva. 1971. Disponível em: <http://www.loc.gov/rr/frd/Military_Law/pdf/RC-Report-conf-of-gov-experts-1971.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

ICRC. **Report on the Work of the Conference of Government Experts for the Study of the Conventions for the Protection of War Victims.** Geneva. 1947. Disponível em: <http://www.loc.gov/rr/frd/Military_Law/pdf/RC_report-1947.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

ICRC. **Twentieth First International Red Cross Conference** Geneva. 1969. Disponível em: <http://www.loc.gov/rr/frd/Military_Law/pdf/RC_Mar-1969.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2014.

ICRC. Les Zones de Sécurité constituées en Palestine sous le drapeau du Comité International de la Croix-Rouge. In: **Revue Internationale de la**

Croix-Rouge et Bulletin International des Sociétés de la Croix-Rouge, Vol. 30, Issue, 354, June 1948-a, p. 409-412. Acesso em: 19 abr. 2014.

ICRC. Draft Revised or New Conventions for the Protection of War Victims Geneva. 1948-b. Disponível em: <http://www.loc.gov/rr/frd/Military_Law/Geneva-Conventions_materials.html>. Acesso em: 15 jan.2014.

ICRC. Draft Revised and New Conventions for the Protection of War Victims Geneva. 1948-c. Disponível em: <http://www.loc.gov/rr/frd/Military_Law/Geneva-Conventions_materials.html>. Acesso em: 15 jan. 2014.

ICRC. First draft Convention adopted in Monaco (Sanitary cities and localities), 27 July. 1934. s.d.-c. Disponível em: <<file:///C:/Users/Balcao/Downloads/ATTKMY85.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

NAÇÕES UNIDAS:

1) UNGA:

UNGA. Resolution adopted on the Report of the ad hoc Committee on the Palestinian Question. 1948. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/038/88/IMG/NR003888.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

UNGA. Respect for Human Rights in Armed Conflicts: Report of the Secretary-General (A/8052). 17 de janeiro 1970, p.45-87. Disponível em: <<http://www.icrc.org/applic/ihl/ihl.nsf/Article.xsp?action=openDocument&documentId=7F99C549B16DF20BC12563CD0051D3BC>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

UNGA. Resolutions adapted on the First Committee (RES 40/118). 1985. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/40/18&Lang=E&Area=RESOLUTION>. Acesso em: 11 mar. 2014.

UNGA. Human Rights Questions: Human Rights Situations and Reports of the Special Rapporteur and Representatives. Situation of Human Rights in the territory of the former Yugoslavia (A/47/666). 1992. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/47/666>. Acesso em: 11 mar. 2014

UNGA. Report of the Secretary General Pursuant to General Assembly Resolution 53/55: The fall of Srebrenica (A/54/549). 15 de

Novembro de 1999. 1999. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/54/549>. Acesso em: 20 mar. 2014.

2) UNHCHR:

UNHCHR. **Council concludes interactive dialogue on Violence against Children and Children in Conflict.** 2014-a. Disponível em: <<http://www.ohchr.org/SP/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=14368&LangID=E>>. Acesso em: 5 jun. 2014.

3) UNHCR:

UNHCR. **Convention and Protocol:** Relating to the States of Refugees. 1951. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/3b66c2aa10.html>>. Acesso em: 20 maio 2013.

UNHCR. **UNHCR Historic Refugees Date.** 2012-a. Disponível em: <http://data.unhcr.org/dataviz/?_ga=1.248116103.1619569495.1374590273>. Acesso em: 20 maio 2014.

UNHCR. **Open Relief Centers in Sri Lanka.** 1998-a. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/42d648fb4.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2013.

UNHCR. Executive Committee of the High Commissioner's Programme. **Note on International Protection (A/AC.96/815).** 1993-a. Disponível em: <<http://www.refworld.org/pdfid/3ae68d5d10.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

UNHCR. **Memorandum of Understanding among the Government of the Socialist Republic of Sri Lanka and the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees Relating to the Repatriation of Sri Lankan Refugees and Displaced Persons.** 1º fev. 1993. 1993-b. Disponível em: <<http://www.refworld.org/pdfid/3f4deef44.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2014.

UNHCR. **Countries Hosting Syrian Refugees Solidarity and Burden-Sharing.** 2013-a. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/525fe3e59.pdf>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

UNHCR. **UNHCR country operations profile - Syrian Arab Republic.** 2014-a. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/pages/49e486a76.html>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

UNHCR. **Syria Regional Refugee Response.** 2014-b. Disponível em: <<http://data.unhcr.org/syrianrefugees/regional.php>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

UNHCR. **UNHCR Syria A year in review - 2013.** 2014-c. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/52eb7a7a9.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

UNHCR. **Colombia gives safe-conduct to 6 Cubans seeking asylum.** 2014-d. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/refdaily?pass=463ef21123&id=52d38c785>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

UNHCR. **Syrian refugees in the Region.** 30 April 2014. 2014-e. Disponível em: <[file:///C:/Users/Balcao/Downloads/SyrianRefugeesintheRegionApr302014%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Balcao/Downloads/SyrianRefugeesintheRegionApr302014%20(1).pdf)>. Acesso em: 12 maio 2014.

UNHCR. **UNHCR employs alternative strategies in managing the Dadaab camps.** 2012. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4f22a26c6.html>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

4) UNSC:

UNSC. **Resolution 688** (1991) (S/RES/688). 1991-a. Disponível em: <<http://www.un.org/docs/scres/1991/scres91.htm>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

UNSC. **Resolution 743** (1991) (S/RES/743). 1991-b. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/723\(1991\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/723(1991))>. Acesso em: 12 fev. 2014.

UNSC. **Resolution 757 (1992) (S/RES/757)**. 1992-a. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/784\(1992\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/784(1992))>. Acesso em: 12 fev. 2014.

UNSC. **Resolution 787** (1992) (S/RES/787). 1992-b. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/787\(1992\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/787(1992))>. Acesso em: 12 fev. 2014.

UNSC. **Resolution 819** (1993) (S/RES/819). 1993-a. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/1993.shtml>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

UNSC. **Resolution 824** (1993) (S/RES/824). 1993-b. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/1993.shtml>>. Acesso em: 12 fev. 2014.

UNSC. **Countries Elected Members of the Security Council:** 1993. 1993-c. Disponível em: <http://www.un.org/en/sc/inc/searchres_sc_year_english.asp?year=1993>. Acesso em: 12 fev. 2014.

UNSC. **Resolution 836** (1993) (S/RES/836). 1993-d. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/836\(1993\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/836(1993))>. Acesso em: 15 mar. 2014.

UNSC. **Memorando del gobierno de Francia sobre las zonas seguras:** Concepto de Zonas de Seguridad (S/25800). 19 de maio de 1993. 1993-e. Disponível em:

<<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/25800>>. Acesso em: 18 mar. 2014.

UNSC. Informe de la Misión del Consejo de Seguridad Establecida en Cumplimiento de la Resolución 819 (S/25700). 30 de abril de 1993. 1993-f. Disponível em:

<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/s_25700.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2014.

UNSC. Report of the Secretary-General Pursuant to Security Council Resolution 959 (1994) (S/1994/1389). 1º de Dezembro de 1994. 1994-a. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N94/482/33/PDF/N9448233.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

UNSC. Report of the Secretary-General on the situation in Rwanda (1994) (S/1994/565). 1994-b. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sc/documents/sgreports/1994.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

UNSC. Resolution 918 (S/RES/918). 1994-c. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/918\(1994\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/918(1994))>. Acesso em: 12 fev. 2014.

UNSC. Resolution 925 (S/RES/925). 1994-d. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/925\(1994\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/925(1994))>. Acesso em: 15 mar. 2014.

UNSC. Countries Elected Members of the Security Council. 1994-e. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sc/members/elected.asp>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

UNSC. Francia: Proyecto de Resolución (S/1994/737). 1994-f. Disponível em: <<http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=s/1994/737>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

UNSC. Resolution 929 (S/RES/929). 1994-g. Disponível em: <[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/929\(1994\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/929(1994))>. Acesso em: 30 mar. 2014.

UNSC. Letter dated 19 June 1994 from the Secretary-General addressed to the President of the Security Council (S/1994/728). 1994-h. Disponível em: <<http://www.un.org/en/sc/documents/sgreports/1994.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2014.

UNSC. Lettre datée du 4 août 1994, adressée au Secrétaire Général par le Chargé d’Affaires par interim de la mission permanente de la France après de l’Organization des Nations Unies (S/1994/933).

1994-i. Disponível em:
<<http://www.francerwandagenocide.org/documents/S1994-933.pdf>>.

Acesso em: 20 mar. 2014.

UNSC. **Communication dated 20 July 1949 from the United Nations acting mediator on Palestine to the acting Secretary-General transmitting the text of an Armistice Agreement between Israel and Syria** (S/135). 1949. Disponível em:

<<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/E845CA0B92BE4E3485256442007901CC>>. Acesso em: 15 maio 2014.

UNSC. **Resolution 2139** (S/RES/2139). 2014. Disponível em:
<<http://www.un.org/en/sc/documents/resolutions/2014.shtml>>. Acesso em: 30 maio 2014.

OUTROS:

ACNUR. **Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951)**. Disponível em:

<http://www.acnur.org/t3/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Convencao_relativa_ao_Estatuto_dos_Refugiados.pdf?view=1>. Acesso em: 25 ago. 2012.

AGENZIA FIDES. **Africa/Congo DR: The UN establishes a safety zone around Goma**. 2013. Disponível em:

<http://www.fides.org/en/news/34086-AFRICA_CONGO_DR_The_UN_establishes_a_safety_zone_around_Goma#.U80-aRi5fMw>. Acesso em: 8 mar. 2014.

AL-MONITOR. **Jordan Considers Creating Buffer Zone in Daraa**. 2013. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/security/2013/04/jordan-syria-buffer-zone-us-troops.html##ixzz325VYM2Zj>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

AL-MONITOR. **Who controls Syria's oil?** 11 de maio de 2014. 2014. Disponível em: <<http://www.al-monitor.com/pulse/security/2014/07/syria-conflict-control-oil-fields-ambiguity.html#>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

ASIA WATCH. Halt Repatriation of Sri Lankan Tamils. In: **Human Rights Watch/Asia**, Vol. 5, Issue 11, Agosto de 1993, p.1-19.

BBCNEWS. **Profile: Abd Halim Khaddam**. 31 de dezembro de 2005. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/4572362.stm>. Acesso em: 15 maio 2014.

BBCNEWS. **Profile: Yemen's Ali Abdullah Saleh**. 19 de setembro de 2011. Disponível em: <<http://www.bbc.co.uk/news/world-middle-east-13179385>>. Acesso em: 22 maio 2014.

BBCNEWS. **Syria crisis:** Guide to armed and political opposition. 13 de dezembro de 2013. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-24403003>>. Acesso em: 15 maio 2014.

BBCNEWS. **Syria 'recaptures rebel border town Yabroud'**. 14 de março de 2014. 2014-a. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-26603207>>. Acesso em: 22 maio 2014.

BBCNEWS. **Syria accused of torture and 11,000 executions**. 21 de janeiro de 2014. 2014-b. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-25822571>>. Acesso em: 22 maio 2014.

BEST COUNTRY REPORTS. **Population Density Map of Syria**. 2007. Disponível em: <http://www.bestcountryreports.com/Population_Map_Syria.php>. Acesso em: 13 maio 2014.

BRITISHPATHE. **War in Palestine**. Arab Side AKA War in Palestine 1948. Disponível em: <<http://www.britishpathe.com/video/war-in-palestine-arab-side-aka-war-in-palestine/query/245109>>. Acesso em: 27 abr. 2014.

CAC. Combinate Army Center. Appendix B: National and Provincial Data for Iraq. In: **Iraq Provincial Reconstruction Team Handbook**. 2010. Disponível em: <<http://usacac.army.mil/cac2/call/docs/11-03/index.asp>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

CANADA ALPHA. **Nanking Safety Zone & Rescuers**. Disponível em: <<http://www.alpha-canada.org/education/asian-holocaust/the-rape-of-nanking/nanking-safety-zone-and-rescuers>>. Acesso em: 08 jan. 2014.

CARNEGIE MIDDLE EAST CENTER. **National Coalition for Syrian Revolutionary and Opposition Forces**. 25 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://carnegie-mec.org/publications/?fa=48334>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

CENTER-ROBERT-SCHUMAN. **World War I casualties**. 2011. Disponível em: <<http://www.centre-robert-schuman.org/userfiles/files/REPERES%20E2%80%93%20module%201-1-1%20-%20explanatory%20notes%20E2%80%93%20World%20War%20I%20casualties%20E2%80%93%20EN.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2013.

CIA. **The World Factbook**. Middle East: Syria. 2014. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/sy.html>>. Acesso em: 05 maio 2014.

CORNELL UNIVERSITY LIBRARY **Arab Spring: A Research & Study Guide**: The January 25 Revolution s.d. Disponível em: <<http://guides.library.cornell.edu/content.php?pid=259276&sid=2159613>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

CRISIS GROUP TO PREVENT CONFLICT WORLDWIDE. Popular Protests in North Africa and the Middle East (III): The Bahrain Revolt. In: **Middle East/North Africa Report**, N° 105, 6 April 2011. Disponível em: <<http://www.crisisgroup.org/~media/Files/105-%20Popular%20Protests%20in%20North%20Africa%20and%20the%20Middle%20East%20-III-The%20Bahrain%20Revolt.ashx>>. Acesso em: 21 maio 2014

CYCLOPEDIA. **Capital Governorate**. Disponível em: <http://www.cyclopaedia.es/wiki/Capital_Governorate>. Acesso em: 19 mar. 2014.

DUCTHBAT. **Sbrenica Genocide Blog**. Disponível em: <<http://srebrenica-genocide.blogspot.com.br/2008/10/dutchbat-3-veterans-condemn-marco-van.html>>. 2008. Acesso em: 25 mar. 2014.

EPHOTOPIX. **Syria Political Map**. 2012. Disponível em: <http://www.ephotoPIX.com/image/asia/syria_political_map.gif>. Acesso em: 10 abr. 2014.

ESCWA; BGR. **Inventory of Shared Water Resources in Western Asia**. United Nations Publication, 2013. Disponível em: <<http://waterinventory.org/sites/waterinventory.org/files/00-inventory-of-shared-water-resources-in-western-asia-web.pdf>>. Acesso: 15 maio 2014.

FANACK. **Syria: Natural Resources**. s.d. Disponível em: <<http://fanack.com/en/countries/syria/basic-facts/geography-and-climate/natural-resources/>>. Acesso em: 15 maio 2014.

FRANÇA. Assemblée Nationale. **Rapport d'information par la Mission D'information de la Commission de la Défense Nationale et des Forces Armées et de la Commission des Affaires Étrangères, sur les opérations militaires menées par la France, d'autres pays et l'ONU au Rwanda entre 1990 et 1994**. 1998. Disponível em: <<http://www.assemblee-nationale.fr/dossiers/rwanda/r1271.asp>>. Acesso em: 20 mar. 2014.

FREE WORLD MAPS. **Physical map of Syria**. s.d. Disponível em: <<http://www.freeworldmaps.net/asia/syria/map.html>>. Acesso em: 15 de maio de 2014.

GEOHIVE. **Sri Lanka**. Disponível em: <<http://www.geohive.com/cntry/srilanka.aspx>>. Acesso em: 11 mar. 2014.

GEORGETOWN UNIVERSITY. National Coordination Committee. In: **Berkley Center for Religion, Peace & World Affairs**. s.d. Disponível em:

<<http://berkeleycenter.georgetown.edu/resources/organizations/national-coordination-committee>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

GOOGLEMAPS. **Al-Bawdah**. 2014-a. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Al+Bawdah,+Syria/@33.997937,39.283333,9z/data=!3m1!4b1!4m2!3m1!1s0x153ed8fcb3f45965:0xb a36b72fc5e57abb>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

GOOGLEMAPS. **Asal Alward - Yabrud**. 2014-b. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/dir/Asal+Alward,+Syria/Yabrud,+Syria/@33.9164,36.3923559,11z/data=!3m1!4b1!4m13!4m12!1m5!1m1!1s0x15189a986292cbab:0x87b7499c6915e4ce!2m2!1d36.413333!2d33.865833!1m5!1m1!1s0x1522810905e15c4b:0x34360693a132b4ea!2m2!1d36.666667!2d33.966667>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

GOOGLEMAPS. **Asal Alward – Ras Maara**. 2014-c. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/dir/Asal+Alward,+Syria/Ras+Maara,+Syria/@33.9308169,36.4458084,12z/data=!3m1!4b1!4m13!4m12!1m5!1m1!1s0x15189a986292cbab:0x87b7499c6915e4ce!2m2!1d36.413333!2d33.865833!1m5!1m1!1s0x15227f0291eea8d9:0x2f86a35cda1d3bd5!2m2!1d36.5634898!2d33.9970561>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

GOOGLEMAPS. **Daraa – Rodovia M5**. 2014-d. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/dir/Daraa,+Syria/Saida,+Syria/@32.6281724,36.0917771,12z/data=!4m9!4m8!1m10!1m1!1s0x151beddb e3fad6e5:0x627d4c644d6a0576!2m2!1d36.106111!2d32.625278!3m4!1m2!1d36.2022693!2d32.6292023!3s0x151be916dbfcdcfb:0x68e72197973ced38!1m5!1m1!1s0x151be83502f33f9f:0x315379e50563f539!2m2!1d36.2251116!2d32.6293057!3e0>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

GOOGLEMAPS. **Esal El-Ward – Rodovia M5**. 2014-e. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/dir/Asal+Alward,+Syria/33.7932444,36.5797027/@33.8645311,36.3738165,11z/data=!4m9!4m8!1m5!1m1!1s0x15189a986292cbab:0x87b7499c6915e4ce!2m2!1d36.413333!2d33.865833!1m0!3e0>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

GOOGLEMAPS. **Esal El-Ward – Estrada secundária**. 2014-f. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/dir/Asal+Alward,+Syria/33.8134356,36.4464785/@33.8645311,36.3738165,11z/data=!4m9!4m8!1m5!1m1!1s0x15189a986292cbab:0x87b7499c6915e4ce!2m2!1d36.413333!2d33.865833!1m0!3e0>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

GOOGLEMAPS. **Esal El-Ward – Linha Férrea**. 2014-g. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/dir/Asal+Alward,+Syria/An+Nasriyah,+Syria/@33.851684,36.4671004,11z/data=!3m1!4b1!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x15189a986292cbab:0x87b7499c6915e4ce!2m2!1d36.413333!2d33.865833!1m5!1m1!1s0x151877d407ec9331:0xf344753bd882e236!2m2!1d36.8156065!2d33.8702293!3e0>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

GOOGLEMAPS. **Daraa city – Golan Heights**. 2014-h. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/dir/Daraa,+Syria/32.7802068,35.824008/@32.8160508,35.7295528,10z/data=!4m9!4m8!1m5!1m1!1s0x151beddb3fad6e5:0x627d4c644d6a0576!2m2!1d36.106111!2d32.625278!1m0!3e0>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

GOOGLEMAPS. **Asal Alward – Al Qutayfah**. 2014-i. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/dir/Asal+Alward,+Syria/Al+Qutayfah,+Syria/@33.8007674,36.4332014,12z/data=!3m1!4b1!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x15189a986292cbab:0x87b7499c6915e4ce!2m2!1d36.413333!2d33.865833!1m5!1m1!1s0x151889c3425c6fef:0x2e697a6897e4875f!2m2!1d36.5958947!2d33.7393667!3e0>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

GOOGLEMAPS. **Asal Alward – Ar Ruhaybah**. 2014-j. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/dir/Asal+Alward,+Syria/Ar+Ruhaybah,+Syria/@33.8007014,36.4095812,11z/data=!3m1!4b1!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x15189a986292cbab:0x87b7499c6915e4ce!2m2!1d36.413333!2d33.865833!1m5!1m1!1s0x151864a45fcefa1:0x31277dd8ccccc12f!2m2!1d36.7011138!2d33.7443314!3e0>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

GOOGLEMAPS. **Asal Alward – An Nasriyah**. 2014-k. Disponível em:

<<https://www.google.com.br/maps/dir/Asal+Alward,+Syria/An+Nasriyah,+Syria/@33.8513988,36.4671023,11z/data=!3m1!4b1!4m14!4m13!1m5!1m1!1s0x15189a986292cbab:0x87b7499c6915e4ce!2m2!1d36.413333!2d33.865833!1m5!1m1!1s0x151877d407ec9331:0xf344753bd882e236!2m2!1d36.8156065!2d33.8702293!3e0>>. Acesso em: 30 abr. 2014.

IASC. **Guidelines on the Use of Military and Civil Defence Assets to Support United Nations Humanitarian Activities in Complex Emergencies**. 2003. Disponível em:

<http://www.humanitarianinfo.org/iasc/pageloader.aspx?page=content-products-products&productcatid=8>>. Acesso em: 05 jun. 2014

IAU. **IRAQ – Neighboring countries and border crossing Map**. Dezembro de 2012. Disponível em: <<http://reliefweb.int/map/iraq/iraq-neighbouring-countries-and-border-crossing-map-december-2012>>.

Acesso em: 10 abr. 2014.

ICJ. Frontier Dispute (Burkina Faso/Niger): Summary of the Judgment of 16 April 2013. 2013. Disponível em: <<http://www.icj-cij.org/docket/files/149/17318.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2014.

IDMC. Global Overview 2014 People internally displaced by conflict and violence. 2014. Disponível em: <<http://www.internal-displacement.org/assets/library/Media/201405-globalOverview-2014/7.-201405-global-overview-2014-en-embargoed.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

INTERNATIONAL CRIMINAL COURT. Rome Statute of the International Criminal Court. 1998 Disponível em: <http://www.icc-cpi.int/nr/rdonlyres/ea9aeff7-5752-4f84-be94-0a655eb30e16/0/rome_statute_english.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2013.

ISLAMIC SOCIETIES REVIEW. Polls: Americans strongly oppose U.S. intervention in Syria's civil war and believe Washington should stay out of the conflict even if reports that Syria's government used deadly chemicals to attack civilians are confirmed. 2013. Disponível em : <<http://rcweekly.reasonedcomments.org/2013/08/082401-syria.html#.VEUo4PnF8Ux>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

ITAMARATY. Negociações Comerciais Mercosul – CCG. 2013. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/o-ministerio/conheca-o-ministerio/america-do-sul/dnc-i-2013-divisao-de-negociacoes-extra-regionais-do-mercosul-i/negociacoes-comerciais-mercosul-2013-ccg>>. Acesso em: 02 jun. 2014.

ITAMARATY. O Brasil e os dez anos da Minustah. s.d. Disponível em: <<http://diplomaciapublica.itamaraty.gov.br/82-o-brasil-e-os-dez-anos-da-minustah>>. Acesso em: 06 jun. 2014.

JOURNAL OFFICIEL. Bibliothèque Nationale de France. Adoption d'une Proposition de Resolution Relative a la Protection des Non-Combatants en cas de Guerre. In: **Débats Parlementaires N° 57**, France, 8 jun. 1935, p. 1832. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k6465956v/f2.image>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

LE LIEU DE GENÈVE. Question de Paternité – Documents Officiels.Cinquième Année, Nouvelle Série N° 18, Octobre-December, 1936. Disponível em: <<http://pcpt.ch/pdf/lieu-de-geneve.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2013.

MAPACTION. Syria - District Maps: Dara District in Dar'a Governorate. 2013-a. Disponível em: <http://www.mapaction.org/?option=com_mapcat&view=mapdetail&id=2805>. Acesso em: 22 abr. 2014.

- MAPACTION. **Syria - District Maps:** Yabroud District in Rural Damascus Governorate. 2013-b. Disponível em: <http://www.mapaction.org/?option=com_mapcat&view=mapdetail&id=2816>. Acesso em: 22 abr. 2014.
- MAPLANDIA. **Asal Alward – Falita.** 2014. Disponível em: <<http://www.maplandia.com/syria/dimashq/falita/>>. Acesso em: 30 abr. 2014.
- MAPSOFWORLD. **Syria rail map.** 2012-13. Disponível em: <<http://www.mapsofworld.com/syria/rail-map.html>>. Acesso em: 15 maio 2014.
- MAPSOFWORLD. **Syria road map.** 2014-a. Disponível em: <<http://www.mapsofworld.com/syria/road-map.html>>. Acesso em: 15 maio 2014.
- MAPSOFWORLD. **Physical map of Syria.** 2014-b. Disponível em: <<http://www.mapsofworld.com/physical-map/syria.html>>. Acesso em: 15 maio 2014.
- MICHAELIS. **Condição.** Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=condi%E7%E3o>>. Acesso em: 20 ago. 2014.
- NANKING-MASSACRE. **Home of Nanking Massacre.** Disponível em: <<http://www.nanking-massacre.com/>>. Acesso em 10 fev. 2014.
- NATIONSENCYCLOPEDIA. **Iraq.** s.d.-a. Disponível em: <<http://www.nationsencyclopedia.com/economies/Asia-and-the-Pacific/Iraq.html>>. Acesso em: 19 mar. 2014.
- NATIONSENCYCLOPEDIA. **Bosnia and Herzegovina.** s.d.-b. Disponível em: <<http://www.nationsencyclopedia.com/geography/Afghanistan-to-Comoros/Bosnia-and-Herzegovina.html>>. Acesso em: 19 mar. 2014.
- NRC. **Camp Management Toolkit.** Oslo, 2008. Disponível em: <http://www.nrc.no/arch/_img/9295458.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- PARANÁ. **Paraná.** Disponível em: <<http://www.cidadao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=73>>. Acesso em: 18 maio 2014.
- POPULSAT.INFO. **Iraq:** historical demographical data of the administrative division. Disponível em: <<http://www.populstat.info/Asia/iraqp.htm>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- PRINCETON. **Norm** (sociology). Disponível em: <[https://www.princeton.edu/~achaney/tmve/wiki100k/docs/Norm_\(sociology\).html](https://www.princeton.edu/~achaney/tmve/wiki100k/docs/Norm_(sociology).html)>. Acesso em: 15 set. 2013.
- SECURITY COUNCIL REPORT. **April 2014 Monthly Forecast:** Middle East – Syria. 2014. Disponível em:

- <http://www.securitycouncilreport.org/monthly-forecast/2014-04/syria_6.php?print=true>. Acesso em: 27 ago. 2014.
- SERRA, Gianluca; WILLIAMSON, Douglas; BATELLO, Caterina. **From Indifference to Awareness: Encountering Biodiversity in the Semi - Arid Rangelands of the Syrian Arab Republic.** Roma: FAO, 2003. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/006/y5097e/y5097e04.htm>>. Acesso em: 15 maio 2014.
- SREBRENICA. **Servis Info:** mape. Disponível em: <<http://www.esrebrenica.ba/poljoprivredno-zemljiste#>>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- SWISS. Federal Department of Foreign Affairs. **Switzerland as depositary state and state party of the Geneva Conventions.** Disponível em: <<https://www.eda.admin.ch/eda/en/home/foreign-policy/international-law/international-humanitarian-law/geneva-conventions/depositary-state-geneva-conventions.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.
- SYRIA: DIRECT. **The road to Damascus runs through Daraa.** 1º de abril de 2013. Disponível em: <<http://syriadirect.org/main/31-op-ed/292-the-road-to-damascus-runs-through-daraa>>. Acesso em: 9 maio 2014.
- SYRIAN DOCUMENTS. **Latest Events.** Disponível em: <<http://www.documents.sy/news.php?lang=en>>. Acesso em: 05 de junho de 2014.
- SYRIAN PERSPECTIVE. **Battle for Daraa Governorate.** 5 de dezembro de 2013. 2013. Disponível em: <http://3.bp.blogspot.com/-ttfJ2o2csvM/UqE7Xom9k1I/AAAAAAAAAFK4/RvwO06juBLA/s1600/1422341_10200948416213773_25904177_n.jpg>. Acesso em: 8 maio 2014.
- SYRIAUPDATE. **Liwa Ghurba Hooran (FSA) Targets aRegime Force's Tank in Daraa.** 21 de março de 2014. Disponível em: <<http://syriaupdate.wordpress.com/?s=daraa>>. Acesso em: 22 maio 2014.
- THE DAILYSTAR. **Turkey, Jordan to set up safe zones in Syria: diplomats.** 18/11/2011. Disponível em: <<http://www.dailystar.com.lb/News/Middle-East/2011/Nov-18/154477-turkey-jordan-to-set-up-safe-zones-in-syria-diplomats.ashx#axzz387Xx7Wqz>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- THE GEORGE WASHINGTON UNIVERSITY. **Spanish Civil War.** s.d. Disponível em:

<<http://www.gwu.edu/~erpapers/teachingerglossary/spanish-civil-war.cfm>>. Acesso em: 17 jan. 2014.

THE GUARDIAN. Top Syrian general 'defects to Turkey' Reported escape of Manaf Tlass, leading member of Bashar al-Assad's inner circle, does not mean anything, official says. 5 de julho de 2012. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2012/jul/05/top-syrian-general-defects-turkey>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

THE GULF/2000 PROJECT. Syria: Ethnic Composition (summary). s.d. Disponível em: <http://gulf2000.columbia.edu/images/maps/Syria_Ethnic_summary_lg.png>. Acesso em: 25 maio 2014.

THE UNIVERSITY OF TEXAS AT AUSTIN. Plan of Shanghai (Sheet 1). s.d.-a. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/ams/china_city_plans/txu-oclc-6567312-1.jpg>. Acesso em: 13 jan. 2014.

THE UNIVERSITY OF TEXAS AT AUSTIN. Nanking 1945. s.d.-b. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/ams/china_city_plans/txu-oclc-6566120.jpg>. Acesso em: 13 jan. 2014.

UN. Report of the Committee on the Elimination of Racial Discrimination. 2000. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/docs/55/a5518.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

UNIC. Action Group for Syria Final Communiqué. 2012. Disponível em: <<http://www.un.org/News/dh/infocus/Syria/FinalCommuniqueActionGroupforSyria.pdf>>. Acesso em: 14 abr. 2014.

UNIC. Geneva Conference on Syria. 2014. Disponível em: <<http://un.org.au/2014/01/28/geneva-conference-on-syria/>>. Acesso em: 03 jun. 2014.

UNITED NATIONS ASSISTANCE MISSION FOR RWANDA. Background. 1996. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/DPKO/Missions/unamir_b.htm>. Acesso em: 11 mar. 2014.

UNITED NATIONS ECONOMIC AND SOCIAL CONCIL (ECOSOC). Report on the situation of human rights in the territory of the former Yugoslavia submitted by Mr, Tadeusz Mazowiecki, Special Rapporteur of the Commission on Human Rights,pursuant to paragraph 15 of Commission resolution 1992/S-1/10 of 14 August 1992. 1992. Disponível em:

<<http://www1.umn.edu/humanrts/commission/country52/9-yug.htm>>.

Acesso em: 14 mar. 2014.

UNITED NATIONS. **Agreement on International Roads in the Arab Mashreq**. 2001. Disponível em:

<https://treaties.un.org/doc/source/RecentTexts/11_B_33E.pdf>. Acesso em: 7 maio 2014.

USA. Department of State. **Chronology of U.S. Government Humanitarian Assistance to Rwanda** (as of April 6, 1994). 1994.

Disponível em:

<<http://www.state.gov/documents/organization/165106.pdf>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

UNODC. **Twelfth United Nations Congress on Crime Prevention and Criminal Justice**. 2010. Disponível em:

<http://www.unodc.org/documents/crime-congress/12th-Crime-Congress/Documents/A_CONF.213_3/V1050608e.pdf>. Acesso em: 8 maio 2014.

UNOSAT. **Evolution of Al Zaatari Refugee Camp Mafraq Governorate, Jordan (as of 14 May 2013)**. 2013. Disponível em:

<<http://reliefweb.int/map/jordan/evolution-al-zaatari-refugee-camp-mafraq-governorate-jordan-14-may-2013>>. Acesso em: 20 maio 2014.

UNRWA. West Bank & Gaza Trip : Population Census of 2007. In: **Briefing Paper January 2010**. 2010. Disponível em:

<<http://www.unrwa.org/userfiles/2010091595334.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2014.

USATODAY. **Syria says rebels destroyed gas pipeline**. 2012. Disponível em:

<<http://www.usatoday.com/story/news/world/2012/12/31/syria-rebels-attack-pipeline/1800477/>>. Acesso em: 11 maio 2014.

USDA. **Global Crop Production Analysis**. 2012. Disponível em:

<<http://www.pecad.fas.usda.gov/highlights/2012/06/Syria/>>. Acesso em: 28 maio 2014.

USDS. **State Sponsors of Terrorism**. s.d. Disponível em

<<http://www.state.gov/j/ct/list/c14151.htm>>. Acesso em: 30 maio 2014.

WAR-MEMORIAL. **Wars since 1900**. Disponível em:

<http://www.war-memorial.net/wars_all.asp>. Acesso em: 20 mar. 2014.

WEATHER-FORECAST. **Zakho**. Disponível em:

<<http://www.weather-forecast.com/locations/Zakho>>. Acesso em: 19 mar. 2014.

WORLD WEATHER ONLINE. **Al Bawá, Syria**. 2012-c. Disponível em:

<<http://www.worldweatheronline.com/v2/weather.aspx?q=34.0055,39.2935>>. Acesso em: 16 maio 2014.

WORLD WEATHER ONLINE. **Assal El Ward Monthly Climate Average, Syria.** 2012-b. Disponível em:

<<http://www.worldweatheronline.com/Assal-El-Ward-weather-averages/Rif-Dimashq/SY.aspx>>. Acesso em: 16 maio 2014.

WORLD WEATHER ONLINE. **Dar`A Monthly Climate Average, Syria.** 2012-a. Disponível em:

<<http://www.worldweatheronline.com/DarA-weather-averages/Dar/SY.aspx>>. Acesso em: 16 maio 2014.

YALIBNAM. Syrian war reshaping the Mideast map. 2013. Disponível em: <<http://yalibnan.com/2013/12/27/syrian-war-reshaping-the-mideast-map/>>. Acesso em: 7 maio 2014.

SWISS:

SWISS. Federal Political Department. **Final Record of the Diplomatic Conference of Geneva of 1949** Vol. II. Section A. 1950?-a. Disponível em:

<http://www.loc.gov/rr/frd/Military_Law/Geneva-Conventions_materials.html>. Acesso em: 15 jan. 2014.

SWISS. Federal Political Department. **Final Record of the Diplomatic Conference of Geneva of 1949** Vol. I. 1950?-b. Disponível em:

<http://www.loc.gov/rr/frd/Military_Law/pdf/Dipl-Conf-1949-Final_Vol-1.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.

SWISS. Federal Political Department. **Official Records of the Diplomatic Conference on the Reaffirmation and Development of International Humanitarian Law Applicable in Armed Conflicts Geneva (1974-1977).** Vol. I. 1978-a. Disponível em:

<http://www.loc.gov/rr/frd/Military_Law/pdf/RC-records_Vol-17.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.

SWISS. Federal Political Department. **Official Records of the Diplomatic Conference on the Reaffirmation and Development of International Humanitarian Law Applicable in Armed Conflicts Geneva (1974-1977).** Vol. IV. 1978-b. Disponível em:

<http://www.loc.gov/rr/frd/Military_Law/pdf/RC-records_Vol-4.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2014.

SWISS. Federal Political Department. **Official Records of the Diplomatic Conference on the Reaffirmation and Development of International Humanitarian Law Applicable in Armed Conflicts Geneva (1974-1977).** Vol. XIV. 1978-c. Disponível em:

<http://www.loc.gov/rr/frd/Military_Law/pdf/RC-records_Vol-14.pdf>.
Acesso em: 15 jan. 2014.

SWISS. Federal Political Department. **Official Records of the Diplomatic Conference on the Reaffirmation and Development of International Humanitarian Law Applicable in Armed Conflicts Geneva (1974-1977)**. Vol. III. 1978-d. Disponível em: <http://www.loc.gov/rr/frd/Military_Law/pdf/RC-records_Vol-3.pdf>.

Acesso em: 15 jan. 2014.

SWISS. Federal Political Department. **Official Records of the Diplomatic Conference on the Reaffirmation and Development of International Humanitarian Law Applicable in Armed Conflicts Geneva (1974-1977)**. Vol. XV. 1978-e. Disponível em: <http://www.loc.gov/rr/frd/Military_Law/pdf/RC-records_Vol-15.pdf>.

Acesso em: 15 jan. 2014.

ANEXO A – Journal Le “Lieu de Genève”

CINQUIÈME ANNÉE — NOUVELLE SÉRIE N° 18 OCTOBRE-DÉCEMBRE 1936

LE „ LIEU DE GENÈVE ”

(La Gazette d'Espé)

JOURNAL PARRAISANT MOINS UN FOIS PAR TRIMESTRE

<p>COMITÉ DE RÉDACTION</p> <p>Colonel ROFFIDAL, Nelly DELAIN, HENRI DE ROFFIGNAC, POL HENRI ALEXANDRE BRISLE, Vice-Président, HENRI DE LOUIS, CONSTANCE GUYOT, Secrétaire.</p>	<p>DIRECTION-ADMINISTRATION</p> <p>G. ESPÉ DE METZ Président, Rédacteur en Chef 6, rue de la Préfecture, TOURS (Indre-et-Loire) C. Chèques Postaux : Saint-Paul 457-04 Paris</p>	<p>ABONNEMENTS D'UN AN</p> <p>France 10 fr. Etranger 12 fr.</p>
---	--	--

LE COMITÉ SUISSE

Sous la présidence de l'un des hommes les plus éminents de la Suisse, Léopold Boissier, Secrétaire Général de l'Union Interparlementaire, Vice-Président de l'Association Suisse pour la S. D. N. le Comité définitif pour le Lieu de Genève s'est constitué le 8 octobre à Genève.

Inutile de dire que nous reviendrons sur cette création d'importance essentielle et que nous saurons exprimer à nos amis suisses notre profonde reconnaissance.

Disons simplement aujourd'hui que le Comité Suisse pour le Lieu de Genève agira en pleine indépendance, avec une complète autonomie et ne se trouvera engagé en rien par les actions et polémiques auxquelles j'ai et aurai à faire face.

Mais qu'il sache bien que s'il lui advient de recourir à nous, il trouvera dévoués, prêts à la plus affectueuse collaboration, l'Association parisienne et son président.

Signalons que — alors même que le Comité définitif n'était pas encore constitué — le Comité Genevois provisoire présidé par notre infatigable ami Henry George est intervenu dans les événements d'Espagne.

Si les difficultés présentes des relations avec ce pays ne nous permettent pas de donner des précisions sur les résultats de cette tentative, lo moins avons-nous des raisons de penser qu'elle contribue à certains adoucissements.

Mais — et nous le répétons pour la millième fois — c'est avant que les conflits armés soient déchaînés qu'il faut penser aux Lieux de Genève et les préparer.

Général G. SAINT-PAUL (G. Espé de Metz),
Médecin Général.

QUESTION DE PATERNITÉ - DOCUMENTS OFFICIELS

La recherche de la paternité n'étant pas interdite, les circonstances me contraignent à publier de nouveau les textes officiels suivants (1) :

JOURNAL OFFICIEL. *Chambre des Députés, séance du 12 juin 1930, p. 2473 n° 9297. Question posée par M. Etienne Rogion au Ministre de la guerre* : Quelle est la position du Gouvernement quant à la proposition formulée dans l'ouvrage : « J'en appelle au monde civilisé » d'un officier général qui signe G. Espé de Metz de nouer des accords internationaux permettant de créer dans chaque nation des zones neutres dites *Lieux de Genève* où, pendant les hostilités, seraient neutralisés sous la protection de la Convention de Genève, un nombre appréciable de non combattants, tels que femmes gravides, mères avec leurs nourrissons, infirmes, etc.

JOURNAL OFFICIEL du 4 juin 1931. *Annexe n° 4203 : documents parlementaires, feuilles 10 et 11, page 337. Proposition de M. Maurice Robert, député de l'Aube* : La volonté pacifique de la France ne peut faire le moindre doute aux yeux de tout observateur impartial. Tout ce qui est fait et doit être fait pour assurer définitivement la paix entre les hommes recueille et ne cessera pas de recueillir l'approbation résolue de notre peuple si cruellement éprouvé. Il pourrait donc paraître superflu d'envisager quoi que ce soit en prévision d'une guerre qui, nous l'espérons et nous y tendrons de toutes nos forces et de tous nos espoirs, ne se produira plus et d'autre part, une obligation élémentaire de nudence ne nous contraindrait d'envisager qu'une défaite, ne fût-elle que momentanée;

Fonte: LE LIEU DE GENÈVE, 1936.

Resolução Sobre Zonas de Genebra aprovada pelo Parlamento Francês

1832

CHAMBRE DES DEPUTES — SEANCE DU 8 JUN 1935

Le rapport a été inséré à la suite du compte rendu in extenso de la séance du 30 mai 1935.

Votre 8^e bureau conclut à la validation. Personne ne demande la parole?... Je mets aux voix les conclusions du 8^e bureau.

(Les conclusions du 8^e bureau, mises aux voix, sont adoptées.)

M. le président. En conséquence, M. Laurens est admis. (Applaudissements à gauche.)

— 4 —

ADOPTION D'UNE PROPOSITION DE LOI RELATIVE A L'ORGANISATION MUNICIPALE

M. le président. L'ordre du jour appelle la discussion de la proposition de loi de M. Pie et plusieurs de ses collègues tendant à modifier des articles 42 et 77 de la loi du 5 avril 1884 sur l'organisation municipale (élections complémentaires).

Cette affaire a été inscrite à l'ordre du jour, sous réserve qu'il n'y ait pas débat, en exécution des articles 97 à 99 du règlement.

Je consulte la Chambre sur le passage à l'article unique.

(La Chambre, consultée, décide de passer à l'article unique.)

M. le président. « Article unique. — Les articles 42 et 77 de la loi du 5 avril 1884 sont modifiés comme suit :

« Art. 42. — Lorsque le conseil municipal a perdu, par l'effet des vacances survenues, le tiers de ses membres, il est, dans le délai de deux mois à dater de la dernière vacance, procédé à des élections complémentaires.

« Toutefois, dans l'année qui précède le renouvellement intégral, les élections complémentaires ne sont obligatoires qu'au cas où le conseil municipal a perdu plus de la moitié de ses membres.

« Dans les communes divisées en sections, il y a toujours lieu à élections partielles quand la section a perdu la moitié de ses conseillers.

« Art. 77. — La séance dans laquelle il est procédé à l'élection du maire est présidée par le plus âgé des membres du conseil municipal.

« L'our toute élection du maire ou des adjoints, les membres du conseil municipal sont convoqués dans les formes et délais prévus par l'article 48; la convocation contiendra la mention spéciale de l'élection à laquelle il devra être procédé.

« Avant cette convocation, il sera procédé aux élections qui pourraient être nécessaires pour compléter le conseil municipal. Si, après les élections complémentaires, de nouvelles vacances se produisent, le conseil municipal procédera néan-

— 5 —

ADOPTION D'UNE PROPOSITION DE RESOLUTION RELATIVE A LA PROTECTION DES NON-COMBATTANTS EN CAS DE GUERRE

M. le président. L'ordre du jour appelle la discussion de la proposition de résolution de M. Maurice Robert tendant, en cas de guerre, à placer sous la protection de la Croix-Rouge un nombre relativement élevé de non-combattants.

Cette affaire a été inscrite à l'ordre du jour, sous réserve qu'il n'y ait pas débat, en exécution des articles 97 à 99 du règlement.

Je consulte la Chambre sur le passage à la proposition de résolution.

(La Chambre, consultée, décide de passer à la proposition de résolution.)

M. le président. Je donne lecture de la proposition de résolution :

« La Chambre invite le Gouvernement à saisir la Société des nations des propositions suivantes :

« Etudier les moyens d'assurer pratiquement le bénéfice de la neutralité (tel qu'il est reconnu présentement aux blessés du fait de la convention de Genève de 1864 (et des adjonctions faites à ladite convention) aux différentes catégories de personnes que l'usage et la pratique hospitalière ont accoutumés d'assimiler aux blessés ou aux malades : parturientes, mères avec leurs nourrissons, vieillards impotents, infirmes, mutilés, etc. ;

« Etudier les moyens d'assurer aux établissements ou formations abritant, au cours des conflits armés, de quelque nature que soient ces conflits, les susdites catégories de personnes assimilées aux blessés et malades, la neutralité qu'il est de rigueur, du fait de la convention de Genève, de reconnaître aux formations sanitaires ;

« Etudier les moyens de constituer dans chaque nation, grâce à des accords entendus par la Société des nations, des endroits, lieux ou zones devant être soustraits, en cas de conflits armés, à toute action comme à toutes fins militaires, ennemis, lieux ou zones, du territoire national, dénommés, jusqu'à plus ample informé, lieux de Genève, placés au cours des hostilités sous le contrôle de commissaires neutres après par les deux parties, et où pourraient être rassemblées les personnes précitées susceptibles d'être assimilées aux blessés ou aux malades, où pourraient être groupées, à l'occasion, des formations ayant recueilli ces personnes. »

Je mets aux voix la proposition de résolution.

(La proposition de résolution, mise aux voix, est adoptée.)

Je consulte la Chambre sur le passage à l'article unique.

(La Chambre, consultée, décide de passer à l'article unique.)

M. le président. « Article unique. — Le Président de la République française est autorisé à ratifier et, s'il y a lieu, à faire exécuter la convention internationale pour la protection de la faune et de la flore en Afrique, adoptée par la conférence internationale de Londres, le 8 novembre 1933, et dont une copie conforme est annexée à la présente loi.

Je mets aux voix l'article unique du projet de loi.

(L'article unique du projet de loi, mis aux voix, est adopté.)

— 7 —

RETRAIT PROVISOIRE DE L'ORDRE DU JOUR D'UN PROJET DE LOI

M. le président. L'ordre du jour appellerait la discussion du projet de loi relatif au recrutement des sous-officiants d'administration des services de l'Intendance et de santé et des officiers du cadre spécial du service d'état-major.

Cette affaire avait été inscrite à l'ordre du jour, sous réserve qu'il n'y aurait pas débat. Mais une opposition a été formulée et sera insérée à la suite du compte rendu in extenso de la présente séance.

En conséquence, le projet de loi est provisoirement retiré de l'ordre du jour et un rapport supplémentaire sera présenté par la commission, conformément à l'article 92 du règlement.

— 8 —

ADOPTION D'UNE PROPOSITION DE RESOLUTION RELATIVE A L'ATTRIBUTION AU MINISTRE DU TRAVAIL D'UN CONTINGENT EXCEPTIONNEL DANS L'ORDRE NATIONAL DE LA LEGION D'HONNEUR A L'OCCASION DU CONGRES INTERNATIONAL DES CAISSES D'EPARGNE

M. le président. L'ordre du jour appelle la discussion de la proposition de résolution de MM. Le Poullin et Join-Lambert tendant à inviter le Gouvernement à déposer un projet de loi ayant pour objet d'attribuer au ministre du travail un contingent exceptionnel dans l'ordre national de la Légion d'honneur à l'occasion du congrès international des caisses d'épargne et des fêtes du centenaire d'un grand nombre de ces établissements.

Cette affaire a été inscrite à l'ordre du jour, sous réserve qu'il n'y ait pas débat, en exécution des articles 97 à 99 du règlement.

Je consulte la Chambre sur le passage à

**ANEXO B - First Draft Convention adopted in Monaco: Sanitary
Cities and Localities, July 27, 1934.**

I. - SANITARY CITIES AND LOCALITIES

Art. 1. A particular protection is guaranteed to sanitary towns by belligerents on the following conditions:

Art.2. The town must be reserved for the particular requirements of the medical service to the exclusion of any military utilization.

This exclusion does not comprise:

- a) The utilization in transit of the roads of communication and transportation by military convoys; b) The presence of soldiers on furlough originating from the town;
- c) The cases referred to in Article 8 of the Geneva Convention;
- d) The activity of industrial plants other than important and well-known centres utilized for the manufacture of arms, ammunition or characterized military supplies.

Art.3. The town must be notified either in time of peace or at the opening of or during the hostilities. Such notification shall be made:

- a) In time of peace, through the diplomatic channel, to all Governments;
- b) At the opening of or during the hostilities, between belligerents, through the medium of the Protecting Power.

'Variant or better':

... as well in time of peace as in time of war through the medium of an international organ (to be defined).

Art.4. The choice of the town can be made the subject of a protestation duly notified within a reasonable period. The examination of the motives of such protestation shall be made at the request of the notifier, in time of peace within a reasonable period and, in time of war with all possible speed, by:

- a) In time of peace: the Permanent Court of International Justice;
- b) In time of war: the special Committee appointed at the outbreak of hostilities by the non-belligerent Powers which are signers of the Convention;

'Or better':

... in both cases, by the aforesaid international organisation.

Art.5. The town has obligatorily to admit, in time of war, a commission of control whose members, appointed by one of the aforesaid authorities, must be approved by the interested Government.

They shall act under the control of the protecting Power.

'Or better':

... in both cases, by the aforesaid international organisation.

Art.6. The Commission of control of the non-belligerents has not to interfere with the exercise of the territorial sovereignty. On the other hand, the local authorities must give the Commission all the necessary facilities for the fulfillment of its task.

Art.7. The proceeding required to give a town the character of a sanitary town shall also be followed for the withdrawal of this character.

In case of occupation by the enemy, such character shall be maintained, unless he makes a notification to the contrary.

Art.8. The guarantees granted to sanitary towns can be extended to localities wherein mobile or fixed medical units, operating in close contact with the battle front, are gathered, on the following conditions:

1. They may receive at the interior and in a surrounding zone of 500 metres, no other military units than those properly belonging to the medical service, taking into account the case referred of Art.8 of the Geneva Convention:

2. They must place the emblems of the Red Cross at the exits of the locality; placing such emblems replaces the notification, which the adversary must ipso facto consider as having been made, unless he contests the legitimacy thereof in accordance with the proceedings of common law (parlementaires, wireless communication, ballasted message);

3. If no other decision has been made, the control will be carried out under the terms of Article 30 of the Geneva Convention.

It is however recommended to the interested parties to utilize, as far as ever possible, the good offices of the controlling organs composed of non-belligerents.

Art.9. None of the preceding rules may be interpreted in a sense that would restrict the rights which humanity has acquired by virtue of any other convention.

II. - SANITARY ASSISTANCE BY NON-BELLIGERENTS

Art.1. Sanitary assistance lent by a Government to any of the belligerents does not break the neutrality.

Art.2. Such assistance consists in the intervention:

- a) Of a recognised aid society with previous consent of its own Government and the authorization of the belligerent himself;
- b) Of the military medical service.

Art.3. Each belligerent determines the employment of the sanitary assistance thus put at his disposal.

Art.4. Every belligerent who has accepted the assistance is bound, before making use thereof, to notify the enemy accordingly.

Art.5. The sanitary assistance may include: personnel, material and complete medical units.

Art.6. The personnel, material and medical units thus placed at the disposal of the belligerents, are governed by the stipulations of the Geneva Convention, completed, if necessary, by the particular conventions to be made between the interested countries.

Art.7. Nevertheless, the belligerent may, at any time, renounce the benefit of the assistance.

No country may withdraw the benefit of its assistance. from a belligerent unless it be for strong reasons which might be brought before the Permanent Court of International Justice.

Art.8. In that case, all necessary measures should be taken in order that the withdrawal of the assistance may not be prejudicial to the treatment of the sick and wounded.

Art.9. The vow is expressed that it may be examined whether at a later stage of international relations it would not be possible to form, for the purpose of acting, if necessary, in time of war, an interstate organ of non-belligerents at whose direct disposal would be placed the contingents of military medicine and voluntary assistance, freely supplied by the different countries and which the said organ would then distribute.

III. - PROTECTION OF PRISONERS OF WAR

Medical assistance shall be afforded to prisoners of war under all circumstances.

It will be given by means of a medical personnel chosen, by preference, among the prisoners of the same nationality or, in default of this, by a medical personnel belonging to non-belligerent States and approved by the interested protecting Power or Powers.

It is recommended to belligerents to authorize each other by particular agreements to employ, in the camps, medical personnel belonging to the adversary.

By virtue of the provisions of Article 9 of the Geneva Convention, the medical personnel thus employed shall not be treated as prisoners of war.

The physicians designated for the treatment of prisoners of war shall compulsorily take part in the controlling of the hygienic measures referred to in Articles 13, 14 and 15 of the Geneva Convention.

IV. - PROTECTION OF THE CIVIL POPULATION

Art. 1. The civil population shall be left out of any form of hostilities. Should the form of war used be prohibited between combatants, such use would call for a reinforcement of sanctions as it becomes more serious.

Art.2. The civil population includes all persons who are not enlisted in the army.

Art.3. In case of invasion or occupation, the civil population should be respected as regards freedom of worship, loyalty of patriotic sentiment, the physical integrity and moral dignity of the individual. Subject to the exercise - against payment or a fair indemnity - of requisitions necessary for the maintenance of the army, the civil population should also be respected in the integrity of its property. It should be loyal towards the local authorities, i.e. comply with the prescriptions required by public order.

The occupant may arrest every person who, as a member of the civil population, fails in his duties.

A special division of the Permanent Court of International Justice has been set up to deal with all disputes arising in this connection, as well as with all other disputes, between the occupant and the occupied.

Proceedings will be taken through the medium of the respective Powers which are protecting the interests of the belligerent enemies.

Art.4. The following can be the subject of an act of war:

1. All military units other than those belonging to the medical service;
2. Every fighting organ and every organ of direct revictualling of the armies;
3. Every industrial establishment used for the manufacture of arms, ammunition or characterized military supplies;
4. All lines of communication or transportation used for military purposes, except the case of sanitary towns and security towns.

The civil population is in no case a military objective. If there are any military objectives in large cities the means of attacking such military objectives as are situated in immediate contact with the population must be chosen and employed in such a manner as not to extend their effects beyond a radius of 500 metres, reckoned from the exterior limit of such objectives.

Art.5. Defended towns may be attacked with all licit means of war.

Belligerent should do their utmost to hit in such towns none of the buildings dedicated to public worship, charity, and science or having a historic or artistic character. Such buildings must be indicated by conspicuous signs and, every way, be rendered notorious by suitable

means. Belligerents must respect the provisions of the Geneva Convention of July 27, 1929, for the amelioration of the condition of the wounded and sick in armies in the field: these provisions are, by the present agreement, extended to the civil population.

Art.6. Undefended towns containing no military objectives, may be transformed into security towns. Security towns enjoy the status of sanitary towns, on condition that they submit to the same formalities of notification and control as sanitary towns.

Art.7. The foregoing provisions also apply to seaports.

Art.8. The preparation and the execution of defensive measures on the part of the civil population against risks of war are not violations of the present Convention.

Art.9. The observation of the Convention is placed under the protection of an international organ (e.g. the Council of the League of Nations or, within a wider scope and at a later stage of international relations, the Committee of non-belligerents with, if necessary, the right to appeal to the Permanent Court of International Justice).

Art.10. The forgoing rules are the expression of human conscience.

V. – SANCTIONS

Art. 1. In case of violation, by one party, of the rules concerning the protection of the rights of humanity in time of war by one of the belligerents, the other party may demand that such violation should be ascertained by a non-belligerent organization.

Art.2. Every belligerent State must facilitate the investigations of this organization on the territory of the countries where it exercises its authority itself.

Art.3. This organization is constituted of:

- a) In the battle area, a field Commission of Control composed, at least, of three members, of whom two are representatives of the Powers protecting the interests of the belligerents, whereas the third member is elected, by common agreement, by the other two;
- b) In sanitary towns and security towns, a fixed Commission of Control, composed in the same manner;
- c) In all other cases, a Central Commission residing in the capital of each belligerent State and composed on the same lines.

Under all circumstances, one of the members of the Commission must compulsorily be a medical officer whenever it is a question of violations concerning the sick and wounded.

Art.4. The Commission of control thus constituted has the duty to proceed immediately to a thorough inquiry and to draw up, with the

utmost speed, a report in consequence. The Commission of control transmits the report to the registry of the Permanent Court of International Justice. The registrar of the Court communicates it to all governments without exception.

The case occurring, the appreciation of the juridical consequences of such act appertains, in such occurrence, to the Permanent Court of International Justice.

Art.5 When it has been ascertained a first time that the rights of humanity have been violated, especially against sanitary towns and security towns, and a second and, much more, a third violation is committed, the belligerent, victim of such repeated violations, is disengaged from his obligations in the same measure in which the adversary has disengaged himself from his own obligations.

In such case, the non-belligerents may withdraw their medical assistance from the author of such violations.

Art.6. The responsibility of the State and of the particulars shall be judged, after appreciation, in the first instance by the internal justice, and in the last instance by the Permanent Court of International Justice.

Art.7. In the event of such violation being directed against the right to life of the wounded, the sick and the civil population, it appertains to every State to bring the matter ex officio before the Permanent Court of International Justice.

ADDITIONAL ARTICLE

The assembly expresses the wish that the resolution of the Committee charged with the preparation of the draft of the statutes of the Permanent Court of International Justice (1920) aiming at the organization of an international Jurisdiction with competency for the punishment of war crimes, may be complied with.

Fonte: ICRC, s.d.-c.

ANEXO C - Draft Convention for the Protection of Civilian Populations against New Engines of War. Amsterdam, 1938.

Draft Convention for the Protection of Civilian Populations Against New Engines of War. Amsterdam, 1938.

All the High Contracting Parties,

Affirming their fidelity to their obligations under the Pact of Paris of 27 August 1928, Declaring that in any war which they may wage they would necessarily be the victims of aggression, or such war would on their part be a war of legitimate assistance to a victim of aggression,

Undertaking to observe the following rules, which they acknowledge to embody principles of humanity demanded by the conscience of civilization, Have decided to conclude a Treaty and for that purpose have appointed as their respective Plenipotentiaries.....

Who, having communicated to one another their full powers, found in good and due form, have agreed upon the following articles:

Article 1. The civilian population of a State shall not form the object of an act of war. The phrase "civilian population" within the meaning of this Convention shall include all those not enlisted in any branch of the combatant services nor for the time being employed or occupied in any belligerent establishment as defined in Article 2.

ATTACK OR BOMBARDMENT OF UNDEFENDED TOWNS

Art. 2. The bombardment by whatever means of towns, ports, villages or buildings which are undefended is prohibited in all circumstances. A town, port, village or isolated building shall be considered undefended provided that not only (a) no combatant troops, but also (b) no military, naval or air establishment, or barracks, arsenal, munition stores or factories, aerodromes or aeroplane workshops or ships of war, naval dockyards, forts, or fortifications for defensive or offensive purposes, or entrenchments (in this Convention referred to as "belligerent establishments") exist within its boundaries or within a radius of "x" kilometres from such boundaries.

BOMBARDMENT OF DEFENDED TOWNS

Art. 3. The bombardment by whatever means of towns, ports, villages or buildings which are defended is prohibited at any time (whether at night or day) when objects of military character cannot be clearly recognized.

Art. 4. Aerial bombardment for the purpose of terrorising the civilian population is expressly prohibited.

Art. 5. 1. Aerial bombardment is prohibited unless directed at combatant forces or belligerent establishments or lines of communication or transportation used for military purposes.

2. In cases where the objectives above specified are so situated that they cannot be bombarded without the indiscriminate bombardment of the civilian population, the aircraft must abstain from bombardment.

CHEMICAL, INCENDIARY OR BACTERIAL WEAPONS

Art. 6. The use of chemical, incendiary or bacterial weapons as against any State, whether or not a party to the present Convention, and in any war, whatever its character, is prohibited.

The application of this rule shall be regulated by the following three articles.

Art. 7. (a) The prohibition of the use of chemical weapons shall apply to the use, by any method whatsoever, for the purpose of injuring an adversary, of any natural or synthetic substance (whether solid, liquid or gaseous) which is harmful to the human or animal organism by reason of its being a toxic, asphyxiating, irritant or vesicant substance.

(b) The said prohibition shall not apply:

I. to explosives that are not in the last-mentioned category;

II. to the noxious substances arising from the combustion or detonation of such explosives, provided that such explosives have not been designed or used with the object of producing such noxious substances;

III. to smoke or fog used to screen objectives or for other military purpose, provided that such smoke or fog is not liable to produce harmful effects under normal conditions of use;

IV. to gas that is merely lachrymatory.

Art. 8. The prohibition of the use of incendiary weapons shall apply to projectiles specifically intended to cause fires except when used for defence against aircraft. The prohibition shall not apply:

I. to projectiles specially constructed to give light or to be luminous;

II. to pyrotechnics not normally likely to cause fires;

III. to projectiles of all kinds which, though capable of producing incendiary effects accidentally, are not normally likely to produce such effects;

IV. to incendiary projectiles designed specifically for defence against aircraft when used exclusively for that purpose;

V. to appliances, such as flame-projectors, used to attack individual combatants by fire.

Art. 9. The prohibition of the use of bacterial weapons shall apply to the use for the purpose of injuring an adversary of all methods for the dissemination of pathogenic microbes or of filter-passing viruses, or of infected substances, whether for the purpose of bringing them into immediate contact with human beings, animals or plants, or for the purpose of affecting any of the latter in any manner whatsoever, as, for example, by polluting the atmosphere, water, foodstuffs or any other objects of human use or consumption.

SAFETY ZONES

Art. 10. For the purpose of better enabling a State to obtain protection for the non-belligerent part of its civil population, a State may, if it thinks fit, declare a specified part or parts of its territory to be a "safety zone" or "safety zones" and, subject to the conditions following, such safety zones shall enjoy immunity from attack or bombardment by whatsoever means, and shall not form the legitimate object of any act of war.

Art. 11. A safety zone shall consist of either:

(a) a camp specially erected for that purpose and so situated as to ensure that there is no defended town, port, village or building within "x" kilometres of any part of such camp, or

(b) an undefended town, port, village or building as defined in Article 2.

Art. 12. The inhabitants of a safety zone shall consist of persons who form part of the non-combatant civil population of the State concerned, and shall comprise only the following classes of persons:

(a) persons over the age of 60 years,

(b) persons under the age of 15 years,

(c) persons between 15 and 60 years of age who, by reason of physical or mental infirmity, or by reason of their being expectant mothers or mothers who are suckling infants, are unfit or unable to take part in any work that would enable the State concerned to carry on the war.

The question whether any person is or is not within this category is one for the decision of the Controlling Authority hereafter referred to, and (d) such other persons (not exceeding in the aggregate five percent of the number of such non-combatants) as shall be necessary for the purpose of tending such non-combatants and maintaining law and order within the safety zone, as well as the Controlling Authority hereafter referred to.

Art. 13. The situation of any such safety zone and the road, permanent way, river or canal whereby supplies will be brought to such safety zone shall be notified to other Powers in time of peace through diplomatic channels by means of a map and written description, and such notification shall indicate the precise site and limits of the zone.

In time of war such notification shall be given through the agency of one of the States signatory to this Convention and not participating in the war. It shall be the duty of such State forthwith to inform directly the Governments of all States actively concerned in any such war of the contents of such notification, and as soon as may be to acquaint therewith the representatives of all States accredited to its Government and not actively participating in such war. A safety zone notified in time of war shall not be deemed to be such until the expiration of 48 hours after such State as aforesaid has informed the Governments of all States actively concerned in any such war as aforesaid.

Art. 14. Such safety zones must be circular in shape and clearly indicated by marks visible by day to aircraft, and the nature of such marks shall be set out in the notification to other Powers as provided in the last-mentioned Article. The marks used for its safety zones by a State must all be of the same size, colour and pattern. The distinctive flag of the Geneva Convention shall not be used as a mark for such safety zones, nor shall the national flag of any State be so used.

Art. 15. It shall be unlawful during time of war to export any article whatsoever from any such safety zone.

Art. 16. No person other than those specified in Article 12 shall during time of war be permitted to enter any such safety zone. It shall be lawful for the purposes of providing food, clothing and other necessaries of life to those within the zones for transport services (whether by land, sea or air) to proceed as far as the limits of the safety zone as indicated in the notification to other Powers, but not to enter within or fly over such limits, and to remain there for such period only as shall enable the articles transported to be unloaded. For such period as it is engaged upon or returning from such service, and provided it bears the same distinctive marks as those by which such safety zone is indicated, any railway, motor, steam or electric vehicle, ship or aircraft shall whilst within "x" kilometres of any part of the safety zone enjoy the same immunity as such safety zone, and such immunity shall extend to the road, permanent way, river or canal (so far as the same is within the said "x" kilometres of any part of the safety zone) along which such railway, vehicle or ship must necessarily travel in bringing supplies to or returning from the safety zone. No road, permanent way,

river or canal which shall have been used for military purposes at any time whilst the safety zone existed as such shall be entitled to the immunity aforesaid.

Art. 17. Every safety zone shall in time of war be subject to the supervision of a Controlling Authority composed of one or more nationals of a non-belligerent State, and it shall be the duty of such Controlling Authority to satisfy itself that the rules herein contained relating to the establishment of safety zones are in all respects complied with. The Controlling Authority shall be accorded every facility for the carrying out of its duties by the Government of the State concerned, and shall enjoy diplomatic privileges.

Art. 18. The Controlling Authority shall be chosen by and be responsible to a Commission of Control appointed to any State which desires to avail itself of the protection hereby afforded to safety zones by the President of the Permanent Court of International Justice, and may be so appointed in time of peace as well as in time of war. Such Commission of Control shall consist of not less than three nationals of non-belligerent States, and shall be accorded every facility for the carrying out of its duties by the Government of the State to which it is appointed, and shall enjoy diplomatic privileges, but shall not interfere with the territorial sovereignty of such State.

Art. 19. The Controlling Authority of a safety zone shall also satisfy itself that the provisions of Article 16 are complied with by any transport service proceeding to or from such safety zone, and that the permanent way, road, river or canal used by such transport service had not been used for military purposes whilst such safety zone existed as such.

Art. 20. It shall be the duty of a Controlling Authority which becomes aware of any breach of any of the provisions of this Convention by any belligerent forthwith to notify the Commission of Control to which it is responsible, and the Commission of Control, if satisfied that such breach has occurred shall forthwith notify the President of the Permanent Court of International Justice, specifying the breach and naming the State by which such breach is committed, and shall also forthwith notify the Governments of all belligerents.

Art. 21. If any State seeking to avail itself of the protection hereby afforded to safety zones commits a breach of any of the provisions relating to safety zones contained in this Convention in respect of one or more of its own safety zones, and such breach is notified as provided in the preceding article, and the safety zone or safety zones affected by such breach are specified in such notice, it shall be lawful for any other

belligerent to give notice to such State that the safety zone or safety zones concerned will after the receipt of such notice no longer be recognized as such, but it shall not be lawful to cause any injury to civilian populations by way of reprisals for such breach.

SANCTIONS

Art. 22. Any party claiming that a breach of any of the provisions of this Convention (other than a breach of the provisions relating to the establishment of safety zones committed by a State seeking to obtain the protection hereby afforded to such safety zones, for which breach the provisions of the last preceding Article shall be the sole remedy) has occurred shall notify the President of the Permanent Court of International Justice with a view to the immediate constitution of a Commission of Investigation.

Art. 23. The Commission of Investigation shall proceed with all possible speed to make such inquiries as are necessary to determine whether any such breach has occurred.

It shall report to the Permanent Court of International Justice.

Art. 24. The Permanent Court of International Justice shall invite the party (1) against which the complaint has been made to furnish explanations.

It may send commissioners to the territory under the control of that party or of the party making such complaint for the purpose of proceeding to an inquiry, to determine whether any such breach has occurred.

(1) Signatory States not already adhering to the Statute of the Permanent Court would have to undertake to do so. ' (Note in the original). ' ‘

Art. 25. The Permanent Court of International Justice may also carry out any other inquiry with the same object, and may determine any question which may arise requiring determination by a judicial tribunal, such decision to be given with all possible speed.

Art. 26. The parties involved in the above-mentioned operations, and, in general, all the parties to the present Convention, shall take the necessary measures to facilitate these operations, particularly as regards the rapid transport of persons and correspondence.

Art. 27. According to the result of the above-mentioned operations, the Permanent Court of International Justice, acting with all possible speed, shall establish whether any such breach has occurred.

Art. 28. In the event of any such breach being established to its satisfaction the Permanent Court of International Justice shall publish its findings, specifying the State or States which has or have committed such breach, and thereupon it shall be lawful for any Signatory State not being a party to such breach without thereby committing any breach of its treaty obligations or of International Law to do all or any of the following

things:

(a) assist with armed forces the State against which such breach shall have been committed,

(b) supply such last-mentioned State with financial or material assistance, including munitions of war,

(c) refuse to admit the exercise by the State or States committing such breach of belligerent rights,

(d) decline to observe towards the State or States committing such breach the duties prescribed by International Law for a neutral in relation to a belligerent.

Art. 29. Any State committing a breach of this Convention is liable to pay compensation for all damage caused by such breach to a State injured thereby or any of its nationals.

Art. 30. Each of the High Contracting Parties agrees that it will without delay enact such domestic legislation as may be required to carry into effect the obligations entered into by it hereunder.

Art. 31. This Convention is in addition to, and not in substitution for, the humanitarian obligation imposed upon any Signatory State by any general treaty such as the Hague Conventions of 1899 and 1907 and the International Convention relating to the Treatment of Prisoners of War, 1929.

Art. 32. Non-Signatory Powers may adhere to this Convention. To do so they must make known their adhesion to the High Contracting Parties by means of a written notification addressed to all the High Contracting Parties.

Fonte: SCHINDLER; TOMAN, 1988, p. 223-229.

ANEXO D- Projet de Convention sur les Localités et Zones Sanitaires (1938)

ARTICLE PREMIER- CHAMP D'APPLICATION

1. Les localités ou zones sanitaires, telles qu'elles sont spécifiées ci-après, sont destinées à recevoir les blessés et malades visés par l'article Premier de la convention de Genève, du juillet 1929, pour l'amélioration du sort des blessés et des malades dans les armées en campagne.

2. Comme telles elles devront, sous les conditions spécifiées ci-après, être respectées et protégées conformément à l'article 6 de la Convention de Genève du 27 juillet 1929.

3. Le bénéfice de la présente Convention s'étendra non seulement au territoire mais encore à l'atmosphère des localités et zones sanitaires.

ARTICLE 2 – DEFINITION

1. Les localités ou zones sanitaires seront réservées aux besoins du Service de santé des armées à l'exclusion de toute utilisation militaire.

2. Elles rempliront en outre les conditions suivantes :

- a) Être situées et maintenues en dehors de la zone des opérations (front de mer compris) et assez éloignés d'objectifs militaires pour ne pas être mises en péril par le bombardement de ceux-ci ;
 - b) Exclure tous éléments de défense contre avions dans une zone environnante d'une largeur au moins égale à la portée pratique de ceux-ci ;
 - c) Exclure dans une zone environnante d'une largeur de **5 km toutes formations** militaires et tous établissements intéressant la défense nationale, y compris toutes stations émettrices de T.S.F. ;
 - d) Ne pas servir de refuge à des personnes qui n'y résidaient pas avant les hostilités ;
 - e) Présenter un faible coefficient démographique par rapport aux possibilités d'hospitalisation.
 - f) Ne sont pas compris dans l'exclusion visée à l'alinéa I du présent article :
 - g) L'utilisation en transit des voies de communication et de transport par des convois militaires ;
 - h) La présence de permissionnaires originaires de la localité ou zone ;
- a) La présence du personnel nécessaire à la défense aérienne passive ;
 - b) Les cas prévus par l'article 8 de la Convention de Genève, pourvu que l'application de cet article ne soit pas contraire à l'alinéa I du présent article.

ARTICLE 3 – SIGNALISATION

Les localités ou zones sanitaires seront visiblement désignées, de jour, à leur périphérie, par l'emblème de la Convention de Genève du juillet 1929.

ARTICLE 4 – NOTIFICATION

1. Dès temps de paix, chaque Haute Partie contractante pourra communiquer au CICV la liste des localités ou zones sanitaires qu'elle se proposerait d'instituer en temps de guerre. Cette liste sera tenue à tout moment à la disposition de Hautes Parties contractantes.

2. Au début ou au cours des hostilités, chacune des Hautes Parties contractantes belligérantes notifiera aux autres Parties contractantes belligérantes, par l'entremise du CICV, les localités ou zones sanitaires qu'elles se propose d'instituer, en spécifiant de façon exacte leur emplacement et leur délimitation. Le CICV en informera en même temps les Hautes Parties contractantes non belligérantes.

ARTICLE 5 – OPPOSITION

1. Chaque Haute Partie contractante belligérante qui recevra la notification prévue à l'alinéa 2 de l'article précédent aura la faculté d'y faire opposition :

- a) Si les localités ou zones sanitaires désignées conformément à l'article 4, alinéa I, figurent sur la liste communiqué au CICV trois mois ou moins avant l'ouverture des hostilités, la Haute Partie contractante intéressée notifiera son opposition, par l'entremise du CICV, dans un délai de trois jours à compter de la réception de la notification ;
- b) Si les localités ou zones sanitaires ainsi désignées ne figuraient pas sur la liste précitée, le délai d'opposition sera porté à 20 jours.

2. L'opposition sera motivée : elle fera obstacle à la constitution de la localité ou zone sanitaire.

ARTICLE 6 – RETRAIT D'AGRÈMENT

Chaque Haute Partie contractante pourra retirer, à tout moment au cours des hostilités, l'agrément donné pour la constitution d'une localité ou zone sanitaire. Le retrait d'agrément sera motivé et notifié à l'Etat intéressé. Il entraînera de plein droit, dans un délai de cinq jours à compter de la réception de la notification, la perte pour la localité ou zone sanitaire du bénéfice de la présente convention.

ARTICLE 7 – CONCILIATION

Si la Haute Partie contractante dont relève la localité ou zone sanitaire est d'avis que l'opposition ou le retrait d'agrément visés aux articles 5 et 6 ne sont pas fondés en droit ou en fait, il lui sera loisible de soumettre la contestation à une procédure d'enquête ou de conciliation instituée conformément à l'article 30 de la Convention de Genève, du 27 juillet

1929, pour l'amélioration du sort des blessés et des malades dans les armées en campagne.

ARTICLE 8 – OCCUPATION

1. En cas d'occupation par l'ennemi, la localité ou zone sanitaire pourra continuer à être utilisée comme telle par l'occupant, sauf notification contraire de sa part ou opposition de la part de l'adversaire dépossédé.

2. L'occupant accordera aux personnes se trouvant au bénéfice de la Convention de Genève le traitement auquel ladite convention leur donne droit.

3. La situation de la population civile de la localité ou zone sanitaire sera régie par les règles générales du droit des gens.

ARTICLE 9 – CONTRÔLE

1. Les localités et zones sanitaires seront soumises au contrôle d'une commission d'au moins trois ressortissants neutres désignés d'urgence par le CICV et agréés par l'Etat sur le territoire duquel elle aurait à exercer son activité.
2. Il sera constitué une commission de contrôle par pays belligérant possédant des localités ou zones sanitaires.
3. La commission sera itinérante au gré de son présidente ; chacun de ses membres pourra recevoir une mission de contrôle déterminée.
4. Les frais de la commission seront supportés par l'Etat dont relève la localité ou zone sanitaire ; les comptes seront établis par le CICV.

ARTICLE 10 – MISSION DES COMMISSIONS DE CONTRÔLE

1. Les commissions de contrôle auront pour mission de veiller à l'observation des dispositions de la présente convention.
2. Elles attireront l'attention du belligérant dont relèvent les localités ou zones sanitaires sur tout fait que leur paraîtrait contraire aux stipulations de la présente convention.
3. Au cas où il ne serait pas tenu compte de ses observations, la commission pourra résigner sa mission de contrôle pour la localité ou zone sanitaire ayant fait l'objet de ses plaintes. Elle en informera les Etats belligérants par l'entremise du CICV.
4. Les belligérants devront faciliter, dans la plus large mesure possible, la tâche des commissaires. Ceux-ci jouiront, en particulier, des privilèges et immunités nécessaires à l'exercice de leur fonction.

ARTICLE 11 – VIOLATION ALLÉGUÉE DE LA CONVENTION

En cas de violation alléguée de la présente convention, chacune des Hautes Parties contractantes pourra demander l'ouverture d'une enquête conformément à l'article 30 de la Convention de Genève, du 27 de juillet 1929, pour l'amélioration du sort des blessés et des malades dans les armées en campagne. (Fonte: ICRC, 1946, p. 406-410).

ANEXO E – Artigo 12 do Projeto de Convenção aos Civis (1948)**ARTICLE 12**

In time of peace already, the Contracting Parties and, in case of conflict, the Parties thereto, shall endeavour to set up in their territory, and, if the case arises, in occupied territories, hospital and safety zones and localities, so organized as to shield from the effects of war the wounded and sick, children under fifteen, expectant mothers, mothers of children under seven, persons over sixty-five and the personnel entrusted with the organization and management of such zones and localities, and with the care of the persons therein assembled.

As from the outbreak of the conflict and throughout its duration, the Parties concerned shall agree upon the mutual recognition of the zones and localities they have set up, and may, to this end, implement the provisions foreseen in the Draft Agreement annexed to the present Convention, introducing ultimately such amendments as they may consider necessary.

The Protecting Powers and the International Committee of the Red Cross shall lend their good offices to facilitate the setting up and recognition of hospital and security zones and localities.

Fonte: CICV, 1948-b, p. 158.

ANEXO F – Draft Agreement relating to Hospital and Safety Zones and Localities

ARTICLE I

Hospital and safety zones shall be strictly reserved for the persons mentioned in Article 23 of the Geneva Convention for the Amelioration of the Condition of the Wounded and Sick in Armed Forces in the Field of August 12, 1949, and in Article 14 of the Geneva Convention relative to the Protection of Civilian Persons in Time of War of August 12, 1949, and for the personnel entrusted with the organization and administration of these zones and localities and with the care of the persons therein assembled. Nevertheless, persons whose permanent residence is within such zones shall have the right to stay there.

ARTICLE 2

No persons residing, in whatever capacity, in a hospital and safety zone shall perform any work, either within or without the zone, directly connected with military operations or the production of war material.

ARTICLE 3

The Power establishing a hospital and safety zone shall take all necessary measures to prohibit access to all persons who have no right of residence or entry therein.

ARTICLE 4

Hospital and safety zones shall fulfil the following conditions:

- (a) They shall comprise only a small part of the territory governed by the Power which has established them.
- (b) They shall be thinly populated in relation to the possibilities of accommodation.
- (c) They shall be far removed and free from all military objectives, or large industrial or administrative establishments.
- (d) They shall not be situated in areas which, according to every probability, may become important for the conduct of the war.

ARTICLE 5

Hospital and safety zones shall be subject to the following obligations:

- (a) The lines of communication and means of transport which they possess shall not be used for the transport of military personnel or material, even in transit.
- (b) They shall in no case be defended by military means.

ARTICLE 6

Hospital and safety zones shall be marked by means of oblique red bands on a white ground, placed on the buildings and outer precincts.

Zones reserved exclusively for the wounded and sick may be marked by means of the Red Cross (Red Crescent, Red Lion and Sun) emblem on a white ground.

They may be similarly marked at night by means of appropriate illumination.

ARTICLE 7

The Powers shall communicate to all the High Contracting Parties in peacetime or on the outbreak of hostilities, a list of the hospital and safety zones in the territories governed by them. They shall also give notice of any new zones set up during hostilities.

As soon as the adverse Party has received the above-mentioned notification, the zone shall be regularly established.

If, however, the adverse Party considers that the conditions of the present agreement have not been fulfilled, it may refuse to recognize the zone by giving immediate notice thereof to the Party responsible for the said zone, or may make its recognition of such zone dependent upon the institution of the control provided for in Article 8.

ARTICLE 8

Any Power having recognized one or several hospital and safety zones instituted by the adverse Party shall be entitled to demand control by one or more Special Commissions, for the purpose of ascertaining if the zones fulfil the conditions and obligations stipulated in the present agreement.

For this purpose, members of the Special Commissions shall at all times have free access to the various zones and may even reside there permanently. They shall be given all facilities for their duties of inspection.

ARTICLE 9

Should the Special Commissions note any facts which they consider contrary to the stipulations of the present agreement, they shall at once draw the attention of the Power governing the said zone to these facts, and shall fix a time limit of five days within which the matter should be rectified. They shall duly notify the Power who has recognized the zone. If, when the time limit has expired, the Power governing the zone has not complied with the warning, the adverse Party may declare that it is no longer bound by the present agreement in respect of the said zone.

ARTICLE 10

Any Power setting up one or more hospital and safety zones, and the adverse Parties to whom their existence has been notified, shall nominate or have nominated by the Protecting Powers or by other

neutral Powers, persons eligible to be members of the Special Commissions mentioned in Articles 8 and g.

ARTICLE 11

In no circumstances may hospital and safety zones be the object of attack. They shall be protected and respected at all times by the Parties to the conflict.

ARTICLE 12

In the case of occupation of a territory, the hospital and safety zones therein shall continue to be respected and utilized as such.

Their purpose may, however, be modified by the Occupying Power, on condition that all measures are taken to ensure the safety of the persons accommodated.

ARTICLE 13

The present agreement shall also apply to localities which the Powers may utilize for the same purposes as hospital and safety zones.

Fonte: SWISS, 1950?-b, p. 336-337.

ANEXO G – Art. 14 da IV Convenção de Genebra (1949)**Artigo 14:**

In time of peace, the High Contracting Parties and, after the outbreak of hostilities, the Parties thereto, may establish in their own territory and, if the need arises, in occupied areas, hospital and safety zones and localities so organized as to protect from the effects of war, wounded, sick and aged persons, children under fifteen, expectant mothers and mothers of children under seven.

Upon the outbreak and during the course of hostilities, the Parties concerned may conclude agreements on mutual recognition of the zones and localities they have created. They may for this purpose implement the provisions of the Draft Agreement annexed to the present Convention, with such amendments as they may consider necessary.

The Protecting Powers and the International Committee of the Red Cross are invited to lend their good offices in order to facilitate the institution and recognition of these hospital and safety zones and localities.

Fonte: SWISS, 1950?-b, p. 300.

ANEXO H - Art. 12 (BIS) Projeto de Convenção aos Civis (1948)

ARTICLE 12 (b)

Any Party to the conflict may, either direct or through some humanitarian organization, propose to the adverse Party to establish, in the regions where fighting is taking place, neutralized zones intended to shelter from the effects of war the following persons, without distinction,

(a) Wounded and sick combatants or non-combatants.

(b) Persons taking no active part in the fighting, as for example the personnel responsible for the administration, supervision and food-supply of the said zones.

When the Parties concerned have agreed upon the geographical position, administration and food-supply of the proposed neutralized zone, a written agreement shall be concluded and signed by the representatives of the Parties to the conflict. The agreement shall fix the date from, and the period during which the said zone shall remain in force.

Fonte: CICV, 1948-c, p. 116-117.

ANEXO I - Artigo 15 da IV Convenção de Genebra (1949)

Any Party to the conflict may, either direct or through a neutral State or some humanitarian organization, propose to the adverse Party to establish, in the regions where fighting is taking place, neutralized zones intended to shelter from the effects of war the following persons, without distinction:

(a) wounded and sick combatants or non-combatants;

(b) civilian persons who take no part in hostilities, and who, while they reside in the zones, perform no work of a military character.

When the Parties concerned have agreed upon the geographical position, administration, food supply and supervision of the proposed neutralized zone, a written agreement shall be concluded and signed by the representatives of the Parties to the conflict.

The agreement shall fix the beginning and the duration of the neutralization of the zone.

Fonte: SWISS, 1950?-b, p.300.

ANEXO J - Art. 52 do Projeto do I Protocolo Adicional

Article 52. - Non-defended localities

1. It is forbidden for the Parties to the conflict to attack, by any means whatsoever, nondefended localities.

2. To facilitate the observance of this rule, the Parties to the conflict may declare as a non-defended locality any inhabited place near or in a zone where armed forces are in contact. Armed forces and all other combatants, as well as mobile weapons and mobile military equipment, must have been evacuated from that locality; no hostile use shall be made of fixed military installations or establishments; no acts of warfare shall be committed by the authorities or the population.

3. Except where a Party to the conflict replies to such a declaration addressed to it by an express refusal, it is presumed as having accepted to abide by it.

4. The Parties to the conflict may also agree on the creation of non-defended localities. Such an agreement may be concluded either directly, or through a Protecting Power or any impartial humanitarian body. The agreement shall demarcate the non-defended locality and, should the need arise, lay down the methods of supervision.

5. The presence, in these localities, of military medical personnel, civil defence personnel, civilian police forces, wounded and sick military personnel, as well as military chaplains, is not contrary to the conditions stipulated in paragraph 2.

6. The Party in whose power these localities lie shall mark them, so far as possible, by means of signs consisting of two oblique red bands on a white ground displayed where they are clearly visible, especially on their perimeter and on highways.

7. A locality will lose its status of non-defended locality if it no longer fulfils the conditions stipulated in paragraph 2 or when it is occupied militarily.

Fonte: SWISS, 1978-a, Part Three, p. 17-18.

ANEXO K - Art. 59 do I Protocolo Adicional (1977)

Article 59 - Non-defended localities

1. It is prohibited for the Parties to the conflict to attack, by any means whatsoever, nondefended localities.

2. The appropriate authorities of a Party to the conflict may declare as a non-defended locality

any inhabited place near or in a zone where armed forces are in contact which is open for occupation by an adverse Party. Such a locality shall fulfil the following conditions:

(a) all combatants, as well as mobile weapons and mobile military equipment must have been

evacuated;

(b) no hostile use shall be made of fixed military installations or establishments;

(c) no acts of hostility shall be committed by the authorities or by the population; and

(d) no activities in support of military operations shall be undertaken.

3. The presence, in this locality, of persons specially protected under the Conventions and this

Protocol, and of police forces retained for the sole purpose of maintaining law and order, is not contrary to the conditions laid down in paragraph 2.

4. The declaration made under paragraph 2 shall be addressed to the adverse Party and shall define and describe, as precisely as possible, the limits of the non-defended locality. The Party to the conflict to which the declaration is addressed shall acknowledge its receipt and shall treat the locality as a non-defended locality unless the conditions laid down in paragraph 2 are not in fact fulfilled, in which event it shall immediately so inform the Party making the declaration. Even if the conditions laid down in paragraph 2 are not fulfilled, the locality shall continue to enjoy the protection provided by the other provisions of this Protocol and the other rules of international law applicable in armed conflict.

5. The Parties to the conflict may agree on the establishment of non-defended localities even if such localities do not fulfil the conditions laid down in paragraph 2. The agreement should define and describe, as precisely as possible, the limits of the non-defended locality; if necessary, it may lay down the methods of supervision.

6. The Party which is in control of a locality governed by such an agreement shall mark it, so far as possible, by such signs as may be

agreed upon with the other Party, which shall be displayed where they are clearly visible, especially on its perimeter and limits and on highways.

7. A locality loses its status as a non-defended locality when it ceases to fulfil the conditions laid down in paragraph 2 or in the agreement referred to in paragraph 5. In such an eventuality, the locality shall continue to enjoy the protection provided by the other provisions of this Protocol and the other rules of international law applicable in armed conflict.

Fonte: SWISS, 1978-a, p. 151-152.

ANEXO L - Art. 53 do Projeto do I Protocolo Adicional

Article 53. - Neutralized localities

1. It is forbidden for the Parties to the conflict to extend their military operations to localities on which they have conferred by agreement the status of neutralized localities.
2. This shall be an express agreement, which may be concluded verbally or in writing, either directly or through a Protecting Power or any impartial humanitarian body, and may consist of reciprocal and concordant declarations. It shall demarcate the neutralized locality and lay down the methods of supervision.
3. The subject of such an agreement may be any inhabited place situated outside a zone where armed forces are in contact. Armed forces and all other combatants, as well as mobile weapons and mobile military equipment, must have been evacuated from that locality; no hostile use shall be made of fixed military installations or establishments; no acts of warfare shall be committed by the authorities or the population; any activity linked to the military effort must have ceased.
4. The presence, in these localities, of military medical personnel, civil defence personnel, civilian police forces, wounded and sick military personnel, as well as military chaplains, is not contrary to the conditions stipulated in paragraph 3.
5. The Party in whose power these localities lie shall mark them by means of signs consisting of two oblique red bands on a white ground displayed where they are clearly visible, especially on their perimeter and on highways.
6. If the fighting draws nearer to a neutralized locality, none of the Parties to the conflict may effect a military occupation of such a locality or unilaterally repeal its status.
7. If one of the Parties to the conflict commits a violation of the provisions of paragraphs 3 or 6, the other Party shall be released from the obligations incumbent upon it under the agreement conferring upon a place the status of a neutralized locality.

Fonte: SWISS, 1978-a, Part Three, p. 18.

ANEXO M - Art. 60 do I Protocolo Adicional (1977)

Article 60 - Demilitarized zones

1. It is prohibited for the Parties to the conflict to extend their military operations to zones on which they have conferred by agreement the status of demilitarized zone, if such extension is contrary to the terms of this agreement.

2. The agreement shall be an express agreement, may be concluded verbally or in writing, either directly or through a Protecting Power or any impartial humanitarian organization, and may consist of reciprocal and concordant declarations. The agreement may be concluded in peacetime, as well as after the outbreak of hostilities, and should define and describe, as precisely as possible, the limits of the demilitarized zone and, if necessary, lay down the methods of supervision.

3. The subject of such an agreement shall normally be any zone which fulfils the following conditions:

- (a) all combatants, as well as mobile weapons and mobile military equipment, must have been evacuated;
- (b) no hostile use shall be made of fixed military installations or establishments;
- (c) no acts of hostility shall be committed by the authorities or by the population; and
- (d) any activity linked to the military effort must have ceased.

The Parties to the conflict shall agree upon the interpretation to be given to the condition laid down in sub-paragraph (d) and upon persons to be admitted to the demilitarized zone other than those mentioned in paragraph 4.

4. The presence, in this zone, of persons specially protected under the Conventions and this Protocol, and of police forces retained for the sole purpose of maintaining law and order, is not contrary to the conditions laid down in paragraph 3.

5. The Party which is in control of such a zone shall mark it, so far as possible, by such signs as may be agreed upon with the other Party, which shall be displayed where they are clearly visible, especially on its perimeter and limits and on highways.

6. If the fighting draws near to a demilitarized zone, and if the Parties to the conflict have so agreed, none of them may use the zone for purposes related to the conduct of military operations or unilaterally revoke its status.

7. If one of the Parties to the conflict commits a material breach of the provisions of paragraphs 3 or 6, the other Party shall be released from its obligations under the agreement conferring upon the zone the status of demilitarized zone. In such an eventuality, the zone loses its status but shall continue to enjoy the protection provided by the other provisions of this Protocol and the other rules of international law applicable in armed conflict.

Fonte: SWISS, 1978-a, p. 152.

ANEXO M - Memorando de Entendimento entre o Governo do Sri Lanka e o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

රජයේ දුරකථන අංක / Telephones
 අග්‍රාමාත්‍ය } 5 0 2 9 6 9
 Minister
 රජයේ ලේකම් } 5 0 2 9 6 8
 Government Secretary
 නායකායුධ නිලධාරී } 5 0 2 7 7 3 . 5
 Officer
 ඔබේ අංකය }
 My No.
 ඔබේ අංකය }
 Your No.



ප්‍රතිසංස්කරණ, පුනරුත්ථාපන හා
 සමාජ හා සාධන අමාත්‍යාංශය
 புனரமைப்பு, புனர்வாழ்வு, சமூக
 நலத்துறை அமைச்சு
 MINISTRY OF RECONSTRUCTION
 REHABILITATION AND SOCIAL
 WELFARE

1. ඇල්ෆ්‍රඩ් හවුස් උද්‍යානය,
 පා. පො. 2210, කොළඹ 3.
 1. ඇල්ෆ්‍රඩ් හවුස් උද්‍යානය,
 ප.පො. පො. 2210, කොළඹ 3.
 I, Alfred House Gardens,
 P. O. Box 2210, Colombo 3.

දිනය }
 විෂය }
 Date }

MEMORANDUM OF UNDERSTANDING
 AMONG
 THE GOVERNMENT OF THE SOCIALIST REPUBLIC OF SRI LANKA
 AND
 THE OFFICE OF THE UNITED NATIONS HIGH COMMISSIONER FOR REFUGEES
 RELATING TO THE REPATRIATION
 OF SRI LANKAN REFUGEES AND DISPLACED PERSONS

The Government of the Socialist Republic of Sri Lanka hereinafter referred to as GSL) and the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees hereinafter referred to as UNHCR)

Confirming the already existing excellent relations between GSL and UNHCR,

Resolved to cooperate in order to facilitate the return of Sri Lankan refugees,

Recalling Conclusion No. 18 (XXXI) and No. 40 (XXXVI) adopted by the Executive Committee of the UNHCR Programme, in particular UNHCR's legitimate concern for the consequences of return, (1949)

Considering the need to define general operational modalities governing UNHCR's involvement in the voluntary repatriation of Sri Lankan nationals,

Considering also the need to consent on principles regarding the assistance to as well as security and protection of returnees,

Noting that UNHCR's Mandate in Sri Lanka is limited to returnees but that the principles established for assistance and protection of returnees will apply also to displaced persons wherever they live together with returnees,

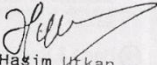
Have agreed on the following provisions

1. GSL is responsible for the overall management of the reception centres including provision of food and shelter. The Government recognises that UNHCR, under the mandate given to it by the international community, has a legitimate interest in the consequences of the return from Tamil Nadu.


2. UNHCR will provide emergency relief assistance which is limited to emergency needs and UNHCR's inputs are not deemed to be a substitute to the assistance already provided by GSL, but rather aims at complementing this assistance which, because of budgetary constraints or because returnees are going back to uncleared areas, are not covered.
3. UNHCR will, in addition to its Field Offices in Madhu and Pesalai, open two new Field Offices in Vavuniya and Trincomalee. UNHCR will continue, within the agreed procedures, to enjoy free access to reception centres and uncleared areas where it implements a programme or where repatriants return.
4. Subject to availability of funds and security, UNHCR will continue its Open Relief Centres and Sub-Centres in Mannar District until 31 December 1994 at which time the programme will be assessed.
5. Returnees are free to leave the reception centres if they wish to do so. Returnees should however not be forced to return home if they do not believe this can be done safely.
6. UNHCR will assist returnees to return to uncleared areas if they so wish. Returnees who choose to do so should all be fully informed of the conditions prevailing in these areas.
7. A. **A security or other auxiliary forces will not carry out interventions in reception centres without prior consultation with the civil administration and UNHCR.**
 - B. Such interventions will be carried out under the command of a national Army Officer of senior rank (not less than Major) and whenever necessary in the presence of UNHCR.
 - C. Any person who might be arrested as a result of such interventions will be signed for individually by the Commanding Officer.
 - D. GSL acknowledges that UNHCR's legitimate interest in the consequences of return also concerns the need to follow-up and request information on those arrested.

8. Both parties express their satisfaction with the existing excellent relationship and recognises the need to continue the positive dialogue between the UNHCR Representative and GSL.

For the United Nations
High Commissioner for Refugees


Hasim Utkan
UNHCR Representative
in Sri Lanka

For the Socialist Republic
of Sri Lanka


P. Dayaratne
Minister of Reconstruction,
Rehabilitation & Social Welfare,
Government of Sri Lanka

Colombo, 1 February

Fonte: UNHCR, 1993-b.

ANEXO O – Mapa do Curdistão

Fonte: YILDIZ, 2005, p. xi.

ANEXO P – Resolução 688 (1991) do CSNU

Adopted by the Security Council at its 2982nd meeting on 5 April 1991
The Security Council,
Mindful of its duties and its responsibilities under the Charter of the United Nations for the maintenance of international peace and security,
Recalling of Article 2, paragraph 7, of the Charter of the United Nations,
Gravely concerned by the repression of the Iraqi civilian population in many parts of Iraq, including most recently in Kurdish populated areas, which led to a massive flow of refugees towards and across international frontiers and to cross-border incursions, which threaten international peace and security in the region,
Deeply disturbed by the magnitude of the human suffering involved,
Taking note of the letters sent by the representatives of Turkey and France to the United Nations dated 2 April 1991 and 4 April 1991, respectively (S/22435 and S/22442),
Taking note also of the letters sent by the Permanent Representative of the Islamic Republic of Iran to the United Nations dated 3 and 4 April 1991, respectively (S/22436 and S/22447),
Reaffirming the commitment of all Member States to the sovereignty, territorial integrity and political independence of Iraq and of all States in the area,
Bearing in mind the Secretary-General's report of 20 March 1991 (S/22366),

1. Condemns the repression of the Iraqi civilian population in many parts of Iraq, including most recently in Kurdish populated areas, the consequences of which threaten international peace and security in the region;
2. Demands that Iraq, as a contribution to remove the threat to international peace and security in the region, immediately end this repression and express the hope in the same context that an open dialogue will take place to ensure that the human and political rights of all Iraqi citizens are respected;
3. Insists that Iraq allow immediate access by international humanitarian organizations to all those in need of assistance in all parts of Iraq and to make available all necessary facilities for their operations;
4. Requests the Secretary-General to pursue his humanitarian efforts in Iraq and to report forthwith, if appropriate on the basis of a further mission to the region, on the plight of the Iraqi civilian population, and in particular the Kurdish population, suffering from the repression in all its forms inflicted by the Iraqi authorities;

5. Requests further the Secretary-General to use all the resources at his disposal, including those of the relevant United Nations agencies, to address urgently the critical needs of the refugees and displaced Iraqi population;
6. Appeals to all Member States and to all humanitarian organizations to contribute to these humanitarian relief efforts;
7. Demands that Iraq cooperate with the Secretary-General to these ends;
8. Decides to remain seized of the matter.

Fonte: UNSC, 1991-a.

ANEXO Q - Memorando de Entendimento entre o Governo do Iraque e o Secretário-Geral das Nações Unidas

This memorandum summarizes the results of discussions held in Baghdad between the Government of the Republic of Iraq, in the context of its request to the Secretary-General of the United Nations in relation to the suffering of the Iraqi population affected by recent events and Security Council Resolution 688 of 3 April 1991, which has not been accepted by the Government of Iraq, and:

(a) From 13 to 18 April 1991, the United Nations Missions led by Mr. Eric Suy, Personal Representative of the UN Secretary-General, and

(b) From 16 to 18 April, the United Nations Inter-Agency Mission led by Prince Sadruddin Aga Khan, Executive Delegate of the UN Secretary-General for the UN Humanitarian Programme for Iraq, Kuwait and the Iraq/Iran and Iran/Turkey Border Areas.

Both Missions have been welcomed by the Government of Iraq.

1. Both sides recognize the importance and urgency of adequate measures, including the provision of humanitarian assistance, to alleviate the suffering of the affected Iraqi civilian population.
2. The Government of the Republic of Iraq welcomes the United Nations efforts to promote the voluntary return home of Iraqi displaced persons and to take humanitarian measures to avert new flows of refugees and displaced persons from Iraq. It pledges its full support tot and co-operation with the United Nations and its specialized Agencies and programmes in this regard.
3. Both sides agree that the measures to be taken for the benefit of the displaced persons should be based primarily on their personal safety and the provision of humanitarian assistance and relief for their return and normalization of their lives in their place of origin.
4. For this purpose, the Government of the Republic of Iraq agrees to co-operate with the United Nations to have an humanitarian presence in Iraq, wherever such presence may be needed, and to facilitate it through the adoption of all necessary measures. This shall be ensured through the establishment of UN sub-Offices and Humanitarian Centres (UNHUCs), in agreement and co-operation with the Government of Iraq.
5. Each Centre will be staffed by United Nations civilian personnel which, in addition to the regular staff members of the relevant UN Agencies, may also include staff co-opted from the non-governmental organizations, the International Committee of the Red Cross and the League of Red Cross and Red Crescent Societies. The Red Cross

Society of Iraq shall be called upon to play a role in the implementation of humanitarian assistance and relief projects.

6. UNHUCs shall facilitate the provision of humanitarian assistance to the needy and would include, inter alia, food aid, medical care, agricultural rehabilitation, shelter and any other humanitarian and relief measures geared to the speedy normalization of life, in conformity with the principles of this memorandum. UNHUCs shall also monitor the overall situation in this regard to advise the Iraqi authorities regarding measures needed to enhance their work.

7. Routes of return, with relay stations along the way as well as logistic back-up capabilities, will be set up urgently in co-operation with the Iraqi authorities to provide to civilians, particularly the women and children as well as the aged and the sick going back to their homes areas, the food aid, shelter and basic health care they will need along the way. United Nations staff will accompany such groups, as required.

8. The United Nations shall take urgent measures, in co-operation with the Government of Iraq, for the early stationing of staff as well as the provision of assistance and relief in all designated centres and, as a matter of priority, those close to the Iraqi borders with its neighbouring countries. For this purpose, the United Nations may, in agreement and co-operation with the Government of Iraq, organize air lifts to the areas concerned, as required, as well as transportation by road of humanitarian assistance and relief goods from and through the neighbouring countries under United Nations or other humanitarian auspices. The Government of the Republic of Iraq shall adopt the necessary measures in order to render such aid in a speedy and effective manner.

9. United Nations humanitarian assistance and relief shall be provided simultaneously to the displaced persons, returnees as well as other populations covered by the relief Programme in order to encourage a speedy normalization of life.

10. The basic framework for United Nations humanitarian action outlined above is intended to facilitate the task of co-ordination, effective implementation and monitoring of humanitarian assistance and relief operations. Further specifications are contained in the paragraphs which follow.

11. It is agreed that humanitarian assistance is impartial and that all civilians in need, wherever they are located, are entitled to receive it.

12. All Iraqi officials concerned, including the military, will facilitate the safe passage of emergency relief commodities throughout the country.

13. The Government will establish forthwith, together with the United Nations, a relief distribution and monitoring structure to permit access to all civilians covered by the relief Programme, as soon as possible.

14. A co-ordinator, at the Assistant Secretary-General level, has been assigned to Baghdad to co-ordinate, under the Executive Delegate's direction, the implementation of the Humanitarian Relief Programme. He will have permanent access to a high level Government official responsible for emergency activities in the country, to discuss and resolve policy and operational issues that may arise during the implementation of the Programme.

16. Inter-governmental organizations, NGOs and other relief agencies will be encouraged to participate in the implementation of the Programme, in close co-operation with the United Nations and under clearly defined terms of association agreed with the Government.

17. The Government of Iraq will help in the prompt establishment of United Nations sub-offices in support of UNHUCs and other programmes in town. These will be selected so as to facilitate the relief Programme when required, to encourage the voluntary return of, and to provide essential assistance to internally and externally displaced, as well as to local populations covered by the Programme.

18. A United Nations radio communications system which is an indispensable instrument for the success of relief and rehabilitation activities will be set up. The system will cover communications requirements within Baghdad and other cities covered by the relief Programme and within and outside the country, as appropriate.

19. In order to facilitate implementation of, and resource mobilization for, the relief Programme, the Government will make available cash contributions in legal currency to help cover in-country operational costs while pursuing discussions regarding the establishment of a special exchange rate for relief operations carried out by the agencies and organizations participating in the Programme.

20. The implementation of the above-mentioned principles shall be without prejudice to the sovereignty, territorial integrity, political independence, security and non-interference in the internal affairs of the Republic of Iraq.

21. The above-mentioned principles shall apply for a period ending on 31 December 1991. Two weeks before the expiration of the aid period, the principles and their operational modalities shall be reviewed with a view to assessing any further need for their operation

1. Following the agreement in principle for the deployment of a United Nations Guards Contingent, discussions were held on 17 and 18 May 1991 to clarify the principal elements associated with the deployment of such guard units, within the framework of the existing Memorandum of Understanding, signed on 18 April 1991 in Baghdad by HE Mr Ahmed Hussein, Minister of Foreign Affairs of the Republic of Iraq and Prince Sadruddin Aga Khan, Executive Delegate of the Secretary General of the United Nations for the Humanitarian Programme for Iraq, Kuwait and the Ira-Iran and Iraq-Turkey border areas.
2. As a first step, the United Nations Guards have been dispatched to Dohuk, on 19 May 1991, in order to establish a United Nations presence at the sub-office and depots in the town. This unit also liaises with the transit camps in the Zakho plain, with a view to enabling the United Nations to assume control thereof. In addition, the unit collaborates with the local civilian administration which is stepping up the rehabilitation of services in the town. The Dohuk/Zakho-based unit of the Contingent will be built to a strength of 50-60 Guards as soon as possible.
3. In addition to transit camps in the Zkho plain, transit centres/zones (which can best be described as strengthened and enlarged humanitarian centres) will be established along communications routes in other areas of Iraq, wherever such presence may be needed, in agreement with the Government of Iraq. United Nations Guards will be assigned as needed to any transit centres, United Nations sub-offices and Humanitarian Centres (UNHUCs) which may be established by the United Nations in Iraq.
4. The number of Guards in the Contingent will be kept under review as further units are dispatched, but will not exceed a total strength of 500. In order to ensure their mobility, special arrangements will be made to import the required number of suitable vehicles. Arrangements will be made to ensure that United Nations-marked helicopter(s) will be allowed to land in Dohuk, Zakho and Mosul, as well as in the other areas, for the movement of United Nations personnel. Necessary arrangements will also be made to provide the Contingent with the required means of communication and the necessary logistical back-up.
5. The number of Guards assigned to the various regions will be decided in consultation with the Government authorities concerned, but would not exceed 150 in any region. They will move freely, as their duties require, between humanitarian reception points, transit centres and relay stations, as well as sub-offices, using appropriate existing accommodation facilities in the provincial capitals, other towns and villages, or ad hoc field accommodation at transit centres.

6. United Nations Guards will be authorized to carry side-arms (pistols/revolvers) which will be provided by the Iraqi authorities (subject to the approval of the United Nations with respect to make, model, caliber and munitions). While it is not anticipated that all Guards will be so armed, United Nations guidelines and practices will be followed in this regard.
7. The Iraqi authorities will appoint a Chief Liaison Officer to facilitate the Contingent's operations and a liaison officer at each centre to facilitate their work with the Iraqi authorities. The Iraqi authorities will grant appropriate facilities in Baghdad and elsewhere, including office space, maintenance and repair support, maps, etc.
8. This annex shall be an integral part of the Memorandum of Understanding signed on 18 April 1991. It shall be governed by the terms of the Memorandum; it shall be implemented in cooperation and coordination with the Iraqi authorities and expire at the end of the period stated therein (31 December 1991)

Fonte: COTRAN, 1995, p. 859-864.

ANEXO R – Resolução 819 (1993) do CSNU

The Security Council,
Reaffirming its resolution 713 (1991) of 25 September 1991 and all (1992) of its subsequent relevant resolutions,
Taking note that the International Court of Justice in its Order of 8 April 1993 in the case concerning application of the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide (Bosnia and Herzegovina v. Yugoslavia (Serbia and Montenegro)) unanimously indicated as a provisional measure that the Government of the Federal Republic of Yugoslavia (Serbia and Montenegro) should immediately, in pursuance of its undertaking in the Convention on the Prevention and Punishment of the Crime of Genocide of 9 December 1948, take all measures within its power to prevent the commission of the crime of genocide,
Reaffirming the sovereignty, territorial integrity and political independence of the Republic of Bosnia and Herzegovina,
Reaffirming its call on the parties and others concerned to observe immediately the cease-fire throughout the Republic of Bosnia and Herzegovina,
Reaffirming its condemnation of all violations of international humanitarian law, including, in particular, the practice of "ethnic cleansing",
Concerned by the pattern of hostilities by Bosnian Serb paramilitary units against towns and villages in eastern Bosnia and in this regard reaffirming that any taking or acquisition of territory by the threat or use of force, including through the practice of "ethnic cleansing", is unlawful and unacceptable,
Deeply alarmed at the information provided by the Secretary-General to the Security Council on 16 April 1993 on the rapid deterioration of the situation in Srebrenica and its surrounding areas, as a result of the continued deliberate armed attacks and shelling of the innocent civilian population by Bosnian Serb paramilitary units,
Strongly condemning the deliberate interdiction by Bosnian Serb paramilitary units of humanitarian assistance convoys,
Also strongly condemning the actions taken by Bosnian Serb paramilitary units against UNPROFOR, in particular, their refusal to guarantee the safety and freedom of movement of UNPROFOR personnel,

Aware that a tragic humanitarian emergency has already developed in Srebrenica and its surrounding areas as a direct consequence of the brutal actions of Bosnian Serb paramilitary units, forcing the large-scale displacement of civilians, in particular women, children and the elderly, Recalling the provisions of resolution 815 (1993) on the mandate of UNPROFOR and in that context acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations,

1. Demands that all parties and others concerned treat Srebrenica and its surroundings as a safe area which should be free from any armed attack or any other hostile act;
2. Demands also to that effect the immediate cessation of armed attacks by Bosnian Serb paramilitary units against Srebrenica and their immediate withdrawal from the areas surrounding Srebrenica;
3. Demands that the Federal Republic of Yugoslavia (Serbia and Montenegro) immediately cease the supply of military arms, equipment and services to the Bosnian Serb paramilitary units in the Republic of Bosnia and Herzegovina;
4. Requests the Secretary-General, with a view to monitoring the humanitarian situation in the safe area, to take immediate steps to increase the presence of UNPROFOR in Srebrenica and its surroundings; demands that all parties and others concerned cooperate fully and promptly with UNPROFOR towards that end; and requests the Secretary-General to report urgently thereon to the Security Council;
5. Reaffirms that any taking or acquisition of territory by threat or use of force, including through the practice of "ethnic cleansing", is unlawful and unacceptable;
6. Condemns and rejects the deliberate actions of the Bosnian Serb party to force the evacuation of the civilian population from Srebrenica and its surrounding areas as well as from other parts of the Republic of Bosnia and Herzegovina as part of its overall abhorrent campaign of "ethnic cleansing";
7. Reaffirms its condemnation of all violations of international humanitarian law, in particular the practice of "ethnic cleansing" and reaffirms that those who commit or order the commission of such acts shall be held individually responsible in respect of such acts;
8. Demands the unimpeded delivery of humanitarian assistance to all parts of the Republic of Bosnia and Herzegovina, in particular to the civilian population of Srebrenica and its surrounding areas and recalls that such impediments to the delivery of humanitarian assistance constitute a serious violation of international humanitarian law;

9. Urges the Secretary-General and the United Nations High Commissioner for Refugees to use all the resources at their disposal within the scope of the relevant resolutions of the Council to reinforce the existing humanitarian operations in the Republic of Bosnia and Herzegovina in particular Srebrenica and its surroundings;
10. Further demands that all parties guarantee the safety and full freedom of movement of UNPROFOR and of all other United Nations personnel as well as members of humanitarian organizations;
11. Further requests the Secretary-General, in consultation with UNHCR and UNPROFOR, to arrange for the safe transfer of the wounded and ill civilians from Srebrenica and its surrounding areas and to urgently report thereon to the Council;
12. Decides to send, as soon as possible, a mission of members of the Security Council to the Republic of Bosnia and Herzegovina to ascertain the situation and report thereon to the Security Council;
13. Decides to remain actively seized of the matter and to consider further steps to achieve a solution in conformity with relevant resolutions of the Council.

Fonte: UNSC, 1993-a.

ANEXO S - Agreement for the Demilitarization of Srebrenica

At a meeting held at Sarajevo on 17 April 1993, Lt. - Gen. Mladic and Gen. Halilovic, in the presence of Lt. – Gen. Wahlgren, representing UNPROFOR, acting as a mediator, agreed the following:

1. A total cease-fire in the Srebrenica area effective from 0159 on 19 April 1993. Freezing all combat actions on the achieved lines of confrontation including supporting artillery and rocket fire.
2. The deployment of a company group of UNPROFOR into Srebrenica by 1100 18 April 1993. This company group is guaranteed safe and unhindered passage from Tuzla to Srebrenica by both sides.
3. The opening of an air corridor between Tuzla and Srebrenica via Zvornik for evacuation of the seriously wounded and seriously ill. The air corridor opens at 1200 18 April 1993 and continues on 19 April 1993, weather permitting, for as long as it takes to evacuate all the existing seriously wounded and seriously ill. The helicopters will fly from Tuzla to Zvonik and land for an inspection at Zvornik which will not cause unnecessary delay to the evacuation. The seriously wounded and seriously ill will be evacuated after identification by UNPROFOR in the presence of two doctors from each side and the ICRC. All categories of seriously wounded and seriously ill will be evacuated by air unhindered by either side. The number of seriously wounded and seriously ill is believed to be approximately 500. This will be verified on 18 April 1993 by UNPROFOR and the result notified to each side.
4. The demilitarization of Srebrenica will be complete within 72 hours of the arrival of the UNPROFOR company in Srebrenica (1100 hours 18 April 1993); if they arrive later this will be changed). All weapons, ammunition, mines, explosives and combat supplies (except medicines) inside Srebrenica will be submitted/handed over to UNPROFOR under the supervision of three officers from each side with control carried out by UNPROFOR. No armed persons or units except UNPROFOR will remain within the city once the demilitarization process is complete. Responsibility for the demilitarization process remains with UNPROFOR.
5. A working group will be established to decide the details of the demilitarization of Srebrenica. This group will study in particular: the action to be taken if the demilitarization is not complete within 72 hours; the correct treatment for any personnel who hand over/submit their weapons to Lt. – Gen. Wahlgren, Lt. – Gen. Ratko Mladic and

GEN. Sefer Halilovic. The first report will be made at a meeting to be held at Sarajevo airport on Monday, 19 April, at 1200.

6. Both sides are to submit a report on the minefields and explosive obstacles in the Srebrenica area to UNPROFOR. Each side is to clear its minefields under the supervision of UNPROFOR

7. Neither side is to hinder the freedom of movement. The UNHCR and ICRC are to investigate allegations of hindrance of movement in Srebrenica and Tuzla in particular.

8. Humanitarian aid will continue to be allowed into the city as planned.

9. The officers and the doctors supervising the demilitarization process are under the protection of UNPROFOR; their safety is to be guaranteed by both conflicting sides.

10. The working group is to make recommendations on carrying out an Exchange of the prisoners, the killed and the wounded according to the principle 'all for all' in the region of Srebrenica within 10 days. This is to be under the control of the ICRC.

11. All the disputed issues are to be resolved by a mixed military working group or to another meeting of the respective delegations of the conflicting sides under the mediation of Lt. – Gen. Wahlgren.

(Signed) Gen. Sefer Halilovic

Lt. Gen. Ratko Mladic

(Witnessed by) Lt. – Gen. Lars-Eric Wahlgren

The 18th day of April 1993

Fonte: BETHLEHEM; VELLER, 1997, p.617-618.

ANEXO T – Resolução 918 (1994) do CSNU

The Security Council,

Reaffirming all its previous resolutions on the situation in Rwanda, in particular its resolution 872 (1993) of 5 October 1993 by which it established the United Nations Assistance Mission for Rwanda (UNAMIR), its resolution 909 (1994) of 5 April 1994 which extended the mandate of UNAMIR until 29 July 1994, and its resolution 912 (1994) of 21 April 1994 by which it adjusted the mandate of UNAMIR,

Recalling the statements made by the President of the Council on 7 April 1994 (S/PRST/1994/16) and 30 April 1994 (S/PRST/1994/21),

Having considered the report of the Secretary-General dated 13 May 1994 (S/1994/565), Reaffirming its resolution 868 (1993) of 29 September 1993 on the security of United Nations operations,

Strongly condemning the ongoing violence in Rwanda and particularly condemning the very numerous killings of civilians which have taken place in Rwanda and the impunity with which armed individuals have been able to operate and continue operating therein,

Stressing the importance of the Arusha Peace Agreement to the peaceful resolution of the conflict in Rwanda and the necessity for all parties to recommit themselves to its full implementation,

Commending the efforts of the Organization of African Unity (OAU) and its organs, as well as the efforts of the Tanzanian Facilitator, in providing diplomatic, political, and humanitarian support for the implementation of the relevant resolutions of the Council,

Deeply concerned that the situation in Rwanda, which has resulted in the death of many thousands of innocent civilians, including women and children, the internal displacement of a significant percentage of the Rwandan population, and the massive exodus of refugees to neighbouring countries, constitutes a humanitarian crisis of enormous proportions,

Expressing once again its alarm at continuing reports of systematic, widespread and flagrant violations of international humanitarian law in Rwanda, as well as other violations of the rights to life and property,

Recalling in this context that the killing of members of an ethnic group with the intention of destroying such a group, in whole or in part, constitutes a crime punishable under international law,

Strongly urging all parties to cease forthwith any incitement, especially through the mass media, to violence or ethnic hatred, Recalling also its request to the Secretary-General to collect information on the responsibility for the tragic incident that resulted in the death of the Presidents of Rwanda and Burundi,

Recalling further that it had requested the Secretary-General to make proposals for the investigation of reports of serious violations of international humanitarian law during the conflict,

Underlining the urgent need for coordinated international action to alleviate the suffering of the Rwandan people and to help restore peace in Rwanda, and in this connection welcoming cooperation between the United Nations and the OAU as well as with countries of the region, especially the facilitator of the Arusha peace process,

Desiring in this context to expand the mandate of UNAMIR for humanitarian purposes, and stressing the importance it attaches to the support and cooperation of the parties for the successful implementation of all aspects of that mandate,

Reaffirming its commitment to the unity and territorial integrity of Rwanda,

Recognizing that the people of Rwanda bear ultimate responsibility for national reconciliation and reconstruction of their country,

Deeply disturbed by the magnitude of the human suffering caused by the conflict and concerned that the continuation of the situation in Rwanda constitutes a threat to peace and security in the region,

A

1. Demands that all parties to the conflict immediately cease hostilities, agree to a cease-fire, and bring an end to the mindless violence and carnage engulfing Rwanda;

2. Welcomes the report of the Secretary-General dated 13 May 1994 (S/1994/565);

3. Decides to expand UNAMIR's mandate under resolution 912 (1994) to include the following additional responsibilities within the limits of the resources available to it:

(a) To contribute to the security and protection of displaced persons, refugees and civilians at risk in Rwanda, including through the establishment and maintenance, where feasible, of secure humanitarian areas;

(b) To provide security and support for the distribution of relief supplies and humanitarian relief operations;

4. Recognizes that UNAMIR may be required to take action in self-defence against persons or groups who threaten protected sites and populations, United Nations and other humanitarian personnel or the means of delivery and distribution of humanitarian relief;

5. Authorizes in this context an expansion of the UNAMIR force level up to 5,500 troops;

6. Requests the Secretary-General, as recommended in his report, and as a first phase, immediately to redeploy to Rwanda the UNAMIR military observers currently in Nairobi and to bring up to full strength the elements of the mechanized infantry battalion currently in Rwanda;
7. Further requests the Secretary-General to report as soon as possible on the next phase of UNAMIR's deployment including, inter alia, on the cooperation of the parties, progress towards a cease-fire, availability of resources and the proposed duration of the mandate for further review and action, as required, by the Council;
8. Encourages the Secretary-General to accelerate his efforts, in conjunction with the Secretary-General of the OAU, to obtain from Member States the necessary personnel to enable deployment of the expanded UNAMIR to proceed urgently;
9. Invites Member States to respond promptly to the Secretary-General's request for the resources required, including logistical support capability for rapid deployment of the UNAMIR expanded force level and its support in the field;
10. Strongly urges all parties in Rwanda to cooperate fully with UNAMIR in the implementation of its mandate and in particular in ensuring its freedom of movement and the unimpeded delivery of humanitarian assistance, and further calls upon them to treat Kigali airport as a neutral zone under the control of UNAMIR;
11. Demands that all parties in Rwanda strictly respect the persons and premises of the United Nations and other organizations serving in Rwanda, and refrain from any acts of intimidation or violence against personnel engaged in humanitarian and peace-keeping work;
12. Commends the efforts of States, United Nations agencies and non-governmental organizations which have provided humanitarian and other assistance, encourages them to continue and increase such assistance, and urges others to provide such assistance;

B

Determining that the situation in Rwanda constitutes a threat to peace and security in the region,

Acting under Chapter VII of the Charter of the United Nations,

13. Decides that all States shall prevent the sale or supply to Rwanda by their nationals or from their territories or using their flag vessels or aircraft of arms and related matériel of all types, including weapons and ammunition, military vehicles and equipment, paramilitary police equipment and spare parts;
14. Decides also to establish, in accordance with rule 28 of the provisional rules of procedure of the Security Council, a Committee of

the Security Council consisting of all the members of the Council, to undertake the following tasks and to report on its work to the Council with its observations and recommendations:

(a) To seek from all States information regarding the action taken by them concerning the effective implementation of the embargo imposed by paragraph 13 above;

(b) To consider any information brought to its attention by States concerning violations of the embargo, and in that context to make recommendations to the Council on ways of increasing the effectiveness of the embargo;

(c) To recommend appropriate measures in response to violations of the embargo imposed by paragraph 13 above and provide information on a regular basis to the Secretary-General for general distribution to Member States;

15. Calls upon all States, including States not Members of the United Nations, and international organizations to act strictly in accordance with the provisions of the present resolution, notwithstanding the existence of any rights or obligations conferred or imposed by any international agreement or any contract entered into or any licence or permit granted prior to the date of the adoption of this resolution;

16. Decides that the provisions set forth in paragraphs 13 and 15 above do not apply to activities related to UNAMIR and UNOMUR;

17. Requests the Secretary-General to provide all necessary assistance to the Committee and to make the necessary arrangements in the Secretariat for this purpose;

C

18. Requests the Secretary-General to present a report as soon as possible on the investigation of serious violations of international humanitarian law committed in Rwanda during the conflict;

19. Invites the Secretary-General and his Special Representative, in coordination with the OAU and countries in the region, to continue their efforts to achieve a political settlement in Rwanda within the framework of the Arusha Peace Agreement;

20. Decides to keep the situation in Rwanda under constant review and requests the Secretary-General to report further, including on the humanitarian situation, within five weeks of the adoption of this resolution and again in good time before the expiration of the current mandate of UNAMIR;

21. Decides to remain actively seized of the matter.

Fonte: UNSC, 1994-c.

ANEXO U - Art. 25, Capítulo VII e Art. 103 da Carta das Nações Unidas.

Artigo 25. Os Membros das Nações Unidas concordam em aceitar e executar as decisões do Conselho de Segurança, de acordo com a presente Carta.

[...]

CAPÍTULO VII

Artigo 39. O Conselho de Segurança determinará a existência de qualquer ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão, e fará recomendações ou decidirá que medidas deverão ser tomadas de acordo com os Artigos 41 e 42, a fim de manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais.

Artigo 40. A fim de evitar que a situação se agrave, o Conselho de Segurança poderá, antes de fazer as recomendações ou decidir a respeito das medidas previstas no Artigo 39, convidar as partes interessadas a que aceitem as medidas provisórias que lhe pareçam necessárias ou aconselháveis. Tais medidas provisórias não prejudicarão os direitos ou pretensões, nem a situação das partes interessadas. O Conselho de Segurança tomará devida nota do não cumprimento dessas medidas.

Artigo 41. O Conselho de Segurança decidirá sobre as medidas que, sem envolver o emprego de forças armadas, deverão ser tomadas para tornar efetivas suas decisões e poderá convidar os Membros das Nações Unidas a aplicarem tais medidas. Estas poderão incluir a interrupção completa ou parcial das relações econômicas, dos meios de comunicação ferroviários, marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radiofônicos, ou de outra qualquer espécie e o rompimento das relações diplomáticas.

Artigo 42. No caso de o Conselho de Segurança considerar que as medidas previstas no Artigo 41 seriam ou demonstraram que são inadequadas, poderá levar a efeito, por meio de forças aéreas, navais ou terrestres, a ação que julgar necessária para manter ou restabelecer a paz e a segurança internacionais. Tal ação poderá compreender demonstrações, bloqueios e outras operações, por parte das forças aéreas, navais ou terrestres dos Membros das Nações Unidas.

Artigo 43. 1. Todos os Membros das Nações Unidas, a fim de contribuir para a manutenção da paz e da segurança internacionais, se comprometem a proporcionar ao Conselho de Segurança, a seu pedido e de conformidade com o acôrdo ou acordos especiais, forças armadas, assistência e facilidades, inclusive direitos de passagem, necessários à manutenção da paz e da segurança internacionais.

2. Tal acôrdo ou tais acordos determinarão o número e tipo das forças, seu grau de preparação e sua localização geral, bem como a natureza das facilidades e da assistência a serem proporcionadas.

3. O acôrdo ou acordos serão negociados o mais cedo possível, por iniciativa do Conselho de Segurança. Serão concluídos entre o Conselho de Segurança e Membros da Organização ou entre o Conselho de Segurança e grupos de Membros e submetidos à ratificação, pelos Estados signatários, de conformidade com seus respectivos processos constitucionais.

Artigo 44. Quando o Conselho de Segurança decidir o emprego de força, deverá, antes de solicitar a um Membro nele não representado o fornecimento de forças armadas em cumprimento das obrigações assumidas em virtude do Artigo 43, convidar o referido Membro, se este assim o desejar, a participar das decisões do Conselho de Segurança relativas ao emprego de contingentes das forças armadas do dito Membro.

Artigo 45. A fim de habilitar as Nações Unidas a tomarem medidas militares urgentes, os Membros das Nações Unidas deverão manter, imediatamente utilizáveis, contingentes das forças aéreas nacionais para a execução combinada de uma ação coercitiva internacional. A potência e o grau de preparação desses contingentes, como os planos de ação combinada, serão determinados pelo Conselho de Segurança com a assistência da Comissão de Estado Maior, dentro dos limites estabelecidos no acordo ou acordos especiais a que se refere o Artigo 43.

Artigo 46. O Conselho de Segurança, com a assistência da Comissão de Estado Maior, fará planos para a aplicação das forças armadas.

Artigo 47. 1 . Será estabelecida uma Comissão de Estado Maior destinada a orientar e assistir o Conselho de Segurança, em todas as questões relativas às exigências militares do mesmo Conselho, para manutenção da paz e da segurança internacionais, utilização e comando das forças colocadas à sua disposição, regulamentação de armamentos e possível desarmamento.

2. A Comissão de Estado Maior será composta dos Chefes de Estado Maior dos Membros Permanentes do Conselho de Segurança ou de seus representantes. Todo Membro das Nações Unidas que não estiver permanentemente representado na Comissão será por esta convidado a tomar parte nos seus trabalhos, sempre que a sua participação for necessária ao eficiente cumprimento das responsabilidades da Comissão.

3. A Comissão de Estado Maior será responsável, sob a autoridade do Conselho de Segurança, pela direção estratégica de todas as forças armadas postas à disposição do dito Conselho. As questões relativas ao comando dessas forças serão resolvidas ulteriormente.

4. A Comissão de Estado Maior, com autorização do Conselho de Segurança e depois de consultar os organismos regionais adequados, poderá estabelecer sob-comissões regionais.

Artigo 48. 1. A ação necessária ao cumprimento das decisões do Conselho de Segurança para manutenção da paz e da segurança internacionais será levada a efeito por todos os Membros das Nações Unidas ou por alguns deles, conforme seja determinado pelo Conselho de Segurança.

2. Essas decisões serão executas pelos Membros das Nações Unidas diretamente e, por seu intermédio, nos organismos internacionais apropriados de que façam parte.

Artigo 49. Os Membros das Nações Unidas prestar-se-ão assistência mútua para a execução das medidas determinadas pelo Conselho de Segurança.

Artigo 50. No caso de serem tomadas medidas preventivas ou coercitivas contra um Estado pelo Conselho de Segurança, qualquer outro Estado, Membro ou não das Nações unidas, que se sinta em presença de problemas especiais de natureza econômica, resultantes da execução daquelas medidas, terá o direito de consultar o Conselho de Segurança a respeito da solução de tais problemas.

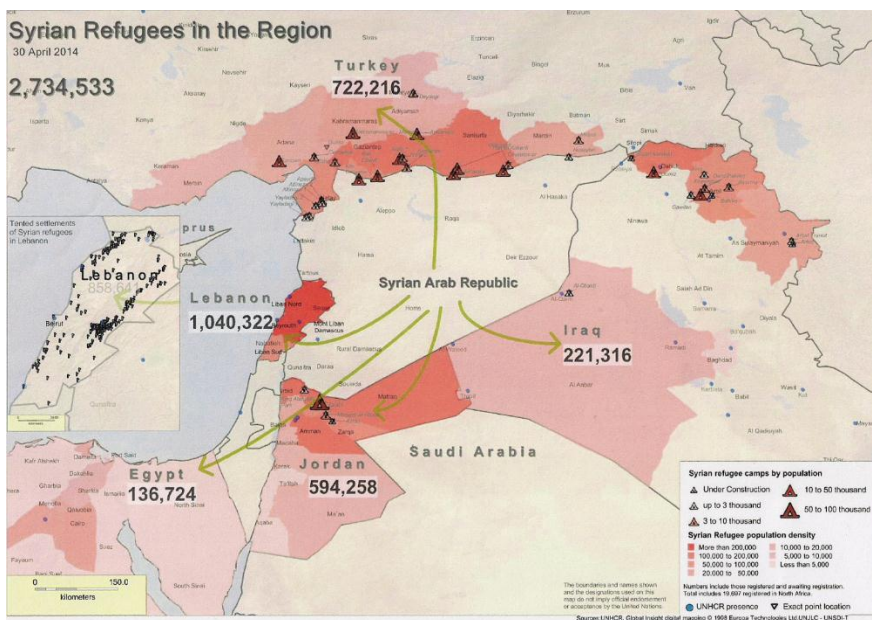
Artigo 51. Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva no caso de ocorrer um ataque armado contra um Membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos Membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer tempo, a ação que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais.

[...]

Artigo 103. No caso de conflito entre as obrigações dos Membros das Nações Unidas, em virtude da presente Carta e as obrigações resultantes de qualquer outro acordo internacional, prevalecerão as obrigações assumidas em virtude da presente Carta.

Fonte: BRASIL, 1945.

ANEXO V - Mapa do número de refugiados abrigados nos Estados de acolhida próximos a Síria



Fonte: ACNUR, 2014-e.